



MARINA APARECIDA LIMA

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMUNIDADES
ATINGIDAS POR BARRAGENS: O CASO DA
USINA HIDRELÉTRICA DO FUNIL**

**LAVRAS – MG
2015**

MARINA APARECIDA LIMA

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS: O CASO DA USINA
HIDRELÉTRICA DO FUNIL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, área de concentração em Gestão de Organizações Públicas do Estado, para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora

Prof.^a. Dra. Patrícia Aparecida Ferreira

**LAVRAS
2015**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Lima, Marina Aparecida.

Desenvolvimento local e políticas públicas para comunidades atingidas por barragens : o caso da Usina Hidrelétrica do Funil / Marina Aparecida Lima. – Lavras : UFLA, 2015.
290 p. : il.

Dissertação (mestrado acadêmico)–Universidade Federal de Lavras, 2015.

Orientador(a): Patrícia Aparecida Ferreira.
Bibliografia.

1. Atingidos por Barragens. 2. Modelo Processual. 3. Políticas Públicas. 4. Saber Local. 5. Desenvolvimento. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

MARINA APARECIDA LIMA

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS: O CASO DA USINA
HIDRELÉTRICA DO FUNIL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, área de concentração em Gestão de Organizações Públicas do Estado, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 25 de fevereiro de 2015.

Pós-Dra. Ana Alice Vilas Boas

UFLA

Dr. Alexandre Reis Rosa

UFES

Dra. Patrícia Aparecida Ferreira

Orientadora

**LAVRAS – MG
2015**

AGRADECIMENTOS

Trilhar o caminho da pós-graduação *stricto sensu* é um grande desafio e isso para mim só se tornou possível graças ao apoio e contribuição de diversas pessoas que eu não posso deixar de agradecer.

Primeiramente, agradeço a Deus pela perseverança e paciência que sequer imaginava que eu tinha.

Aos meus amados pais, José Luiz e Neusa, minha referência de valores e meus exemplos de vidas, por me ensinarem o quão o trabalho dignifica o ser humano, por apoiar e financiar meus estudos.

Aos meus irmãos, Luiz Otávio e Verônica, pela amizade, cumplicidade e por tornar o percurso da pós-graduação mais ameno.

Ao meu noivo, Gabriel, por toda paciência da minha ausência, pelo carinho e inúmeras palavras de incentivo que não me deixaram fraquejar.

Vocês são minha referência para as minhas realizações!

Todo meu respeito à minha orientadora, Patrícia. Agradeço pela oportunidade de trabalhar no projeto que deu origem à minha dissertação, pela atenção despendida, mesmo quando estava de licença maternidade, e pela grande oportunidade de aprendizado.

Agradeço também à Andreina, Jéssica, Jordana e Raul pela contribuição para o desenvolvimento desse trabalho. Sem vocês não seria possível a realização de uma pesquisa de campo tão extensa e rica.

Aos meus entrevistados, que me receberam em suas casas e dividiram suas histórias comigo.

Aos professores e colegas do Programa de Pós Graduação em Administração Pública da Ufla, pelos ensinamentos e discussões reflexivas.

À Fapemig e CNPq pelo apoio financeiro ao projeto “Desenvolvimento e políticas públicas destinadas às comunidades atingidas por barragens: o caso da Usina Hidrelétrica do Funil”.

Aos professores Alexandre Reis Rosa, Ana Alice Vilas Boas e Flávia Naves por aceitarem o convite de participar da banca e pelas contribuições.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram com a realização desse trabalho, muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho buscou identificar os fatores favoráveis e/ou limitantes ao desenvolvimento das comunidades atingidas pela UHE Funil, e utilizar esses fatores em proposições de políticas públicas voltadas às comunidades atingidas por barragens. Para tanto, utilizou-se o modelo processual de políticas públicas proposto por Ferreira, Alencar e Pereira (2011). A metodologia desse trabalho é norteada pela aplicação empírica das fases 1, 3 e parcialmente a fase 4, respectivamente, esquema geral de interpretação, categorização dos fatores em favoráveis e/ou limitantes e aproveitamento dos fatores como proposições para formulação de políticas públicas desse modelo. Para a coleta de dados utilizou-se roteiros semiestruturados de entrevistas baseados nos roteiros de Alencar et al. (2005), adaptando às especificidades desse estudo. Os entrevistados foram selecionados pela dimensão temporal, pelo critério conveniência e/ou acessibilidade, totalizando cinquenta e sete entrevistados. Para coletar e sistematizar os dados utilizou-se as seguintes etapas da *grounded theory*: i) transcrição das entrevistas, ii) interação com os dados, iii) codificação aberta, iv) codificação axial, v) codificação seletiva. Os fatores favoráveis e limitantes foram dispostos em categorias: infraestrutura, acesso às políticas sociais, cultura, impactos simbólicos, impactos sociais, impactos ambientais, trabalho, reativação econômica, associação, poder público, turismo e impactos econômicos. Utilizou-se a análise de significados para trazer os sentidos desses fatores, explorando como poderiam ser utilizados como proposições de políticas públicas. Constatou-se que implantação da UHE Funil não promoveu o desenvolvimento pela via alternativa nas comunidades alagadas tampouco promoveu o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico conforme defende o discurso oficial do Estado. De modo geral, uma política pública que defenda os interesses dos atingidos, e conseqüentemente, promova o desenvolvimento das comunidades pela via alternativa, deve definir quem são os atingidos por barragens, inserir o atingido em todas as fases de implantação de uma barragem, desde sua concepção até a avaliação dos compromissos firmados. Ademais, essa política deve prever as medidas para mitigar os danos e promover o desenvolvimento das comunidades atingidas, de modo a envolver o consórcio empreendedor da barragem, o poder público *lato sensu*, os atingidos e o Movimento dos Atingidos por Barragens.

Palavras-chaves: Atingidos por Barragens. Modelo. Políticas Públicas. Saber Local. Desenvolvimento.

ABSTRAT

The objective of this study was to identify the favorable or limiting factors to the development of communities affected by dams, and used these factors in public policy proposals destined to communities affected by dams. Therefore, this study used the procedural model of public policies proposed by Ferreira, Alencar and Pereira (2011). The methodology of this work is guided by the empirical application of phases 1, 3 and partially phase 4, respectively, the interpretation general, factors categorization in favorable and or limiting and favorable and or limiting factors as propositions for public policy formulation. In the data collection, it used semi-structured scripts of interviews based on Alencar's et al. (2005) scripts, adapted to the specificities of this study. The interviewees were selected by the temporal dimension, by the criterion convenience and/or accessibility, totaling fifty-seven interviewees. To collect and systematize the data, it used the following steps of grounded theory: i) transcription of the interviews, ii) interaction with the data, iii) open coding, iv) axial coding, v) selective coding. The favorable and limiting factors were arranged in categories: infrastructure, access to social policies, cultural, symbolic impacts, social impacts, environmental impacts, employment, economic reactivation, association, public power, tourism and economic impacts. It used the analysis of meanings to bring the senses of these factors, exploring how they could be used for public policy proposals. It was found that implantation of UHE Funil didn't promote the development by the alternative way in the communities affects by dams neither promoted the development as synonymous of economic growth as advocates the official discourse of the State. In general, a public policy that protects the interests of those affected by dams, and therefore promote the development of communities by the alternative way, should define who is the affected people, and shoud insert the affected by dams in all phases of implementation of a dam, since its idea until to the evaluation of the commitments given. Moreover, this public policy shall provide for measures to mitigate the damage and promote the development of the a communities affected by dams, in order to engage the enterprising of dams, public power, the affecys by dams and the Movement of Affects by Dams.

Keywords: Affected by Dams. Model. Public Policy. Local know. Development.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Objetivos	13
1.1.1	Objetivo Geral	13
1.1.2	Objetivos Específicos	13
1.2	Justificativa	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	Abordagens de desenvolvimento	19
2.2	Ciclo de política pública e saber local	28
2.3	Modelo processual de análise de políticas públicas	45
2.3.1	Fase 1: Esquema geral de interpretação	48
2.3.2	Fase 2: Processo de orientação	51
2.3.3	Fase 3: Categorização dos fatores em favoráveis e/ou limitantes 54	
2.3.4	Fase 4: Fatores favoráveis e/ou limitantes como proposições para formulação e avaliação das políticas públicas	58
2.3.5	Implementação das políticas públicas	59
2.4	Atingidos por construção de barragens e políticas públicas	60
3	METODOLOGIA	85
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	92
4.1	Infraestrutura	92
4.2	Acesso às políticas sociais	108
4.3	Cultura	117
4.4	Impactos simbólicos	123
4.5	Impactos sociais	136
4.6	Impactos ambientais	147
4.7	Trabalho	156
4.8	Reativação econômica	168
4.9	Associativismo	183
4.10	Poder Público	198
4.11	Turismo	213
4.12	Impactos econômicos	219
4.13	Síntese das categorias	229
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	245
	REFERÊNCIAS	252
	APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTA	269

1 INTRODUÇÃO

As usinas hidrelétricas são responsáveis pela maior parte da energia elétrica gerada no Brasil, representando 71% de toda a capacidade energética instalada, sendo que o potencial técnico de aproveitamento está entre os cinco maiores do mundo. Segundo informações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Brasil tem hoje 1158 empreendimentos hidrelétricos em operação espalhados em todo território nacional e 53 empreendimentos hidrelétricos em construção (BRASIL, 2015).

A escolha por essa opção de energia aponta uma série de vantagens, tais como a disponibilidade de potenciais hidráulicos no país, a facilidade de aproveitamento, fato de que os recursos hidráulicos continuam disponíveis na natureza com o passar do tempo, além de representar uma fonte de energia sustentável e de baixo custo (BRASIL, 2015).

Em relação às construções de usinas hidrelétricas, não somente as vantagens econômicas devem ser levadas em consideração, é necessário, também, discutir as consequências da implantação de uma barragem tais como os impactos de diferentes ordens, cujos efeitos podem ser devastadores e muitas vezes irreversíveis (NASCIMENTO; PEREIRA, 2010).

Tal questão ainda se torna mais complexa quando analisada no contexto brasileiro, onde a realidade tem mostrado experiências que se distanciam da sustentabilidade e se concentram na abordagem do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico e progresso.

Como um dos fatores primordiais para industrialização do país, a construção de hidrelétricas foi historicamente monopolizada por um Estado forte ou por grupos de interesses e elites econômicas que, articulados, empreenderam grandes projetos que trouxeram severos custos econômicos, sociais, culturais e ambientais para aqueles que foram desterritorializados (DANIEL, 2009).

O discurso oficial defende que a produção de energia hidrelétrica constitui um dos vetores fundamentais para o crescimento econômico do país e a construção de hidrelétricas possibilita uma espécie de polo de crescimento econômico para as comunidades que irão abrigá-las, produzindo uma rede de geração de renda capaz de atingir vários setores da cadeia produtiva e econômica da região (NASCIMENTO; CASTRO; CORRÊA, 2010).

No entanto, este não pode ser o único eixo a integrar a política energética do país, visto que a estratégia de construir usinas hidrelétricas desencadeia um processo de mudança social que pode atingir, de forma econômica, política, social, simbólica, cultural e ambiental, diferentes grupos de atores sociais, e não existe uma política macro que discuta esse processo de mudança social e os danos de diferentes ordens causados à população atingida.

Reconhecendo a importância deste segundo eixo e alinhando ao discurso oficial, insere-se a problemática desta pesquisa, delimitada pela seguinte questão: como os atores vinculados à Usina Hidrelétrica do Funil (UHE Funil) e os atingidos por esse empreendimento interpretam os fatores favoráveis e/ou limitantes ao desenvolvimento e como estes podem ser utilizados como proposições para a formulação de políticas públicas para as comunidades atingidas por barragens?

A Usina Hidrelétrica do Funil (UHE Funil) foi construída nas margens do Rio Grande e atingiu terras dos municípios sul mineiros de Lavras, Perdões, Bom Sucesso, Ijaci, Itumirim e Ibituruna.

Desde o ano 1964, a CEMIG detém a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Funil (UHE Funil) conforme Decreto nº 54.705/1964 (BRASIL, 1964). No entanto, os estudos de viabilidade e o projeto básico foram realizados somente na década de 1990, sendo que no ano 2000 foi constituído o consórcio empreendedor, formado pelas empresas VALE (51%) e CEMIG (49%) e denominado de Consórcio AHE Funil (CAHEF)

(AHE FUNIL, 2015). Ainda no ano de 2000, iniciaram-se os trabalhos de mobilização e de construção e, em 2003, a UHE Funil entrou em operação com 180MW de potência, distribuídos em três unidades de 60MW cada e com uma extensão de 32 quilômetros (site institucional da Usina Hidrelétrica do Funil, 2015).

Esse empreendimento atingiu áreas rurais situadas em três comunidades nas margens do rio, a citar: Macaia (distrito de Bom Sucesso), Pedra Negra (bairro rural do distrito de Macaia situado em Bom Sucesso), Ponte do Funil (bairro rural entre os municípios de Perdões e Lavras). Essas comunidades foram relocadas de diferentes modos, sendo que duas – Macaia e Ponte do Funil – permaneceram em seus municípios de origem e outra – Pedra Negra – foi relocada para o município de Ijaci.

Cabe destacar que as comunidades atingidas por barragens tem sido objeto de investigação de várias áreas do conhecimento. Neste sentido, o foco deste trabalho concentra-se na interface entre ciências sociais e administração pública.

Para identificar os fatores favoráveis e/ou limitantes serão utilizadas as fases 1, 3 e parcialmente a fase 4 do modelo de análise de políticas públicas sob a ótica processual (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011), com intuito de que o saber local dos atores sociais envolvidos com a construção da barragem seja identificado e aproveitado no ciclo de uma política pública que vise o desenvolvimento local, corroborando com a “nova”¹ proposta de desenvolvimento, estruturada a partir de uma lógica endógena, que alia, de forma integrada, as dimensões social, cultural, ambiental, econômica e política.

Assim, além dessa introdução, esse trabalho está estruturado em mais quatro etapas compostas pelo referencial teórico; fundamentos metodológicos; apresentação dos resultados e as considerações finais.

¹ Essa “nova” proposta alinha-se aos princípios e dimensões dos conceitos de desenvolvimento local (TENÓRIO, 2007) e desenvolvimento sustentável (SACHS; VIEIRA, 2007).

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Compreender como atores vinculados a UHE Funil e os atingidos por esse empreendimento interpretam os fatores favoráveis e/ou limitantes ao desenvolvimento, no intuito de que tais fatores possam contribuir para a formulação de políticas públicas voltada às comunidades atingidas por barragens.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar e descrever os fatores favoráveis ao desenvolvimento das comunidades atingidas pela UHE Funil e as possíveis deficiências no aproveitamento destes fatores.
- Identificar e descrever os fatores limitantes ao desenvolvimento das comunidades atingidas pela UHE Funil e o potencial restritivo destes fatores.
- Verificar como esses fatores favoráveis e/ou limitantes podem ser utilizados como proposições para a formulação de uma política pública para comunidades atingidas por barragens.

1.2 Justificativa

Dentre os desdobramentos da política energética no Brasil, pode-se observar a presença de diversos atores com diferentes interesses, como o Estado, os empreendedores de barragens e as comunidades atingidas por esses empreendimentos. O Estado, ao empreender um projeto do porte de uma barragem, tem interesse na geração de hidroeletricidade e nas possibilidades que se abrem ao desenvolvimento econômico e ao progresso.

As empresas que se beneficiam da decisão – sejam as que constroem a obra, as que fornecem equipamentos ou os bancos que fornecem os empréstimos – o interesse retido é o lucro e/ou até mesmo o fornecimento de energia para outros empreendimentos que integram seus conglomerados empresariais. Os mesmos já não são aplicáveis às populações atingidas que, não tendo envolvimento com a decisão do empreendimento ou com seus objetivos mais gerais, na maioria das vezes, não possuem quaisquer interesses na construção da hidrelétrica, pelo contrário, apenas sofrem os impactos que esses empreendimentos podem causar em suas vidas (DANIEL, 2009).

Vale ressaltar, que desde o início da implantação de uma barragem, os impactos sociais e ambientais começam a surgir, vez que “uma grande área de terra (na maioria das vezes, produtiva) será alagada e todo sistema social e ecológico será destruído para sempre” (DERROSSO; ICHIKAWA, 2013, p. 134), de modo que os danos causados pela implantação de uma barragem são irreversíveis.

As indenizações, segundo a Comissão Especial “Atingidos por Barragens” (CEAB), nem sempre são suficientes para que os atingidos reconstruam suas vidas. É necessário trabalhar para refazer os meios e modos de vida do atingido, portanto, a “superação das lógicas e práticas estritamente indenizatórias supõe o entendimento da complexidade dos processos de deslocamento (físico ou não) involuntários” (BRASIL, 2010b, p. 34).

Reparar, nestas condições, significa criar as condições objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, econômico-financeiras e institucionais, políticas e culturais para que indivíduos, famílias e comunidades submetidas, a sua revelia, ao imperativo de recomeçar a vida em condições novas e frequentemente desconhecidas, tenham acesso a meios que assegurem pelo menos níveis equivalentes de bem-estar e, preferencialmente, meios de alcançar a melhoria contínua das condições de vida. Assim, há que considerar reparações materiais e morais, que devem envolver reposição, restituição ou recomposição de

bens, situações e condições preexistentes, ressarcimentos e indenizações de natureza pecuniária, bem como compensações materiais e imateriais (BRASIL, 2010b, p. 24).

Dito isso, a política pública se constitui como o instrumento capaz de minimizar/compensar os prejuízos tanto materiais quanto imateriais provocados pela implantação de uma barragem, promovendo o desenvolvimento, não só econômico, mas numa perspectiva mais ampla, um conceito de desenvolvimento que contemple as dimensões sociais, política, ambiental e cultural, bem como os desafios, contradições e dicotomias que se estabelecem nas relações entre Estado, mercado – representado pelos empreendedores das barragens – e sociedade.

Assim, considerando a inexistência de uma política macro que aborde os danos de diferentes ordens provocados na população atingida por uma barragem, bem como a omissão da política energética nacional quanto aos direitos e medidas compensatórias destinadas a esse grupo, diferentes grupos de atores interessados esperam a formulação de uma política pública que defina quem são os atingidos pela implantação e operação do empreendimento hidrelétrico, os danos causados a essa população de modo a estabelecer ações socialmente responsáveis, tais como:

[...] a adoção de avaliações consistentes e rigorosas de alternativas; o exame efetivo dos impactos previsíveis seja social, econômico, ambiental, político; a opção por estratégias baseadas no princípio da precaução; o respeito aos processos democráticos que garantam, desde a concepção do projeto (inventário, viabilidade, etc.), a efetiva e informada participação das populações interessadas nos processos de avaliação e decisão (VAINER, 2008, p. 40).

Autores como Nascimento, Castro e Corrêa (2010) e Zhouri e Oliveira (2007) destacam, entretanto, que esses tipos de ações não tem recebido a devida atenção nos espaços de debate sobre energia no Brasil,

principalmente, no que tange às agendas do setor que, muitas vezes, as ocultam ou confundem com os grandes interesses presentes na construção de uma hidrelétrica. Os atingidos precisam ser efetivamente inseridos no processo de desenvolvimento decorrente da construção de uma hidrelétrica, de modo que tal projeto represente uma espécie de desenvolvimento para esses atores que, muitas vezes, estão marginalizados do processo de desenvolvimento econômico e social.

A relevância dessa pesquisa centra-se na omissão do Estado quanto à inserção do atingido no processo de construção de uma barragem bem como na inexistência de uma política macro que defenda os interesses dos atingidos. O Plano Nacional de Energia 2030 assim como o Plano Decenal de Expansão de Energia 2021 (BRASIL, 2012) só preveem investimentos para novos empreendimentos hidrelétricos, não abordando ações que compensem esses investimentos, de tal modo que a política energética brasileira ainda não colocou na sua agenda os problemas sociais, simbólicos, culturais, ambientais e econômicos provocados na população atingida pela barragem. Corroborando com essa afirmação o Plano Nacional de Energia 2030 defende a construção de hidrelétricas em prol do desenvolvimento, geração de energia elétrica a baixo custo ambiental e financeiro, sendo omissos quanto aos impactos provocados na população atingida, como é possível observar no discurso abaixo:

Dito de outra forma, não se pode, liminarmente, descartar o desenvolvimento de um potencial hidrelétrico com base nos argumentos simplificados que têm sido levantados contra a instalação de usinas hidrelétricas de maior porte. Do contrário, estar-se-á abrindo mão do aproveitamento de um potencial renovável e de baixo custo. Os impactos ambientais para as gerações futuras devem ser confrontados com os custos futuros mais altos que essas gerações pagarão pela energia, com os impactos ambientais produzidos pela opção que for escolhida (sim, porque todas as fontes de energia produzem impacto ambiental) e,

inclusive, com a eventual escassez futura da energia (BRASIL, 2007, p. 161).

Ademais, observa-se que as ações do governo estão estritamente em consonância com a agenda do setor energético, reconhecendo os atingidos ainda numa perspectiva meramente indenizatória, sem nenhuma perspectiva governamental para a formulação de uma política nacional de direitos para as populações atingidas por barragens e/ou a criação de um órgão governamental específico que contemple as demandas desses atores sociais.

Associada a esta questão, observa-se que o quadro técnico e institucional dos empreendimentos hidrelétricos, em alguns casos, desconsidera o saber local das comunidades atingidas, colocando em segundo plano os impactos sofridos por esses atores sociais.

Em que pese à legislação determinar espaços para participação das comunidades atingidas, visto que as audiências públicas são necessárias para a legitimação dos projetos hidrelétricos, observa-se que essas são conduzidas de forma a aderir ao discurso oficial em prol do empreendimento hidrelétrico, não colaborando para a democratização do processo decisório, nem para a construção de redes de comunicação (DANIEL, 2009).

Considerando que pode haver um predomínio da dimensão técnica e econômica na condução desses empreendimentos, torna-se necessário superar o caráter instrumental e mecanicista desse tipo de racionalidade, propondo, assim, um estudo que se fundamentará nas concepções de realidade dos diversos atores sociais envolvidos na construção da UHE Funil e das comunidades atingidas.

Do ponto de vista teórico, a relevância da pesquisa está na aplicação do modelo de análise de políticas públicas sob a ótica processual desenvolvido por Ferreira, Alencar e Pereira (2011), que tem como base uma abordagem de baixo para cima, iniciando com o que já existe, ou seja, a população local, suas necessidades e aspirações, seu próprio conhecimento e seus recursos nativos sem, ao mesmo tempo, distanciar-se do macroambiente

que a envolve, como parte de um todo social indissociável, que, neste caso, representa a política energética brasileira, as instituições do Estado e o consórcio responsável pelo empreendimento.

Assim, tendo em vista que as decisões tomadas referentes à construção de hidrelétricas desconsideram as populações locais (CRUZ; SILVA, 2010), a preocupação central desse modelo é incorporar o saber local de diferentes atores envolvidos com o desenvolvimento de uma dada realidade, provocando um novo olhar para a abordagem processual de políticas públicas, assim, espera-se que o uso do modelo contribua com proposições para a formulação de políticas públicas destinada às comunidades atingidas por barragens, de modo a inserir os atingidos na construção dessa política pública, alinhando com o entendimento de desenvolvimento como um processo de construção coletiva e de participação social.

Além disso, teoricamente, procurar-se-á demonstrar que a análise de políticas públicas como um processo deve ser compreendida como uma cadeia complexa de interações recíprocas entre diversas instituições e atores sociais envolvidos, que não deve ser associada como algo exclusivo do Estado, das elites econômicas ou de técnicos.

Embora esta pesquisa envolva apenas o caso dos atingidos da UHE Funil, acredita-se que os resultados que serão encontrados poderão subsidiar não só questões locais, como também permear questões mais amplas da discussão nacional sobre os atingidos pela política energética brasileira, uma vez que as prospecções futuras desta política demonstram que a fonte hidrelétrica de energia não será substituída e haverá mais investimentos no setor.

Ademais, os resultados poderão ser utilizados tanto no processo de tomada de decisão de políticas que envolvam as comunidades atingidas, quanto pelas instituições públicas e o consórcio responsável pela UHE Funil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A revisão bibliográfica desse trabalho foi dividida em quatro seções: a primeira procura identificar as diferentes abordagens de desenvolvimento e revelar a abordagem de desenvolvimento na qual esse trabalho vincula-se; a segunda seção apresenta, de forma reflexiva, a análise de políticas públicas sob a perspectiva de um processo ou ciclo, resgata a perspectiva do saber local do sujeito como um importante elemento para a proposição de políticas públicas, já a terceira seção apresenta o modelo processual de políticas públicas (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2012), por fim, na quarta seção são expostas algumas questões sobre comunidades atingidas por barragens, visto que se trata do contexto no qual o modelo de análise de políticas públicas sob a ótica procedimental será aplicado.

2.1 Abordagens de desenvolvimento

O termo desenvolvimento está em constante evolução e os estudiosos da área não são unânimes ao conceituá-lo. Esse termo permeia todas as áreas de conhecimento, havendo, portanto, diferentes abordagens. Essa discussão tem como objetivo trazer as principais abordagens teóricas de desenvolvimento tendo como foco o desenvolvimento local vez que esse trabalho tem como intuito identificar as diferentes concepções de realidade dos diversos atores sociais envolvidos com a UHE Funil, em especial a dos atores locais, pois esses podem apresentar informações relevantes para o ciclo de políticas públicas que visem o desenvolvimento local.

Segundo Goulart et al. (2010), Sachs (2005), Soares Junior e Quintella (2008) definir desenvolvimento é uma atividade complexa, pois o termo envolve um campo multidimensional, pluri e transdisciplinar.

Da Antiguidade até a Primeira Guerra Mundial, o termo desenvolvimento era visto como promoção de bem estar da humanidade,

bem como sinônimo de progresso econômico. Segundo Bresser-Pereira (2014, p. 13), a abordagem de desenvolvimento econômico “ocorre no quadro da Revolução Capitalista, relacionado, de um lado, com o surgimento das nações e a formação dos Estados-nação, e, de outro, com a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital”.

De tal modo o progresso econômico é reconhecido como sinônimo de desenvolvimento por séculos (SOARES JUNIOR; QUINTELLA, 2008), sendo a partir dos anos 1950 que o termo desenvolvimento econômico ganhou destaque nas discussões internacionais como nas Organizações das Nações Unidas (ONU) e na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e nas discussões acadêmicas diante da necessidade de reconstruir os países envolvidos na 2ª Guerra Mundial (FERREIRA, 2011; FILIPPI et al., 2009; GOULART, 2006; RIBEIRO, 2007; SIEDENBERG, 2006).

O período pós-guerra foi marcado pela fé fundamental nas “bênçãos da industrialização”, assim o desenvolvimento econômico e o progresso tecnológico eram considerados condições fundamentais para trazer os países do sul para o caminho do desenvolvimento (FREY, 2008). Nesse período, o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico foi considerado:

[...] como a única forma de reduzir as diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, compreendendo o desenvolvimento por meio dos fatores que aumentavam a riqueza das nações, tais como a produtividade do trabalho, a exploração de recursos naturais e a industrialização (FERREIRA, 2011, p. 28).

Essa abordagem de desenvolvimento era norteadada pela corrente liberal que, por sua vez, tinha o mercado e o individualismo como pontos centrais de orientação. Nessa perspectiva de desenvolvimento, os países eram classificados, de acordo com indicadores, em: países desenvolvidos, subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Essa classificação relaciona o grau

de industrialização com o desenvolvimento, revelando o termo “país desenvolvido” uma conotação de um estado positivo e desejável, devendo os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento adotar as práticas e os modelos daqueles países para alcançar o crescimento econômico (GOULART, 2006; HEIDEMANN; SALM, 2009).

Por outro lado, outra corrente de desenvolvimento – a estruturalista, fundamentada nos trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e de seus intelectuais, como Raúl Prebisch e Celso Furtado, passou a questionar a predominância da primeira corrente e seus parâmetros quantitativos, como o Produto Interno Bruto (PIB), utilizados para categorizar os países. Para Furtado (1974, p. 68), o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico não passava de um mito, vez que o sistema capitalista de acumulação de riquezas escondia o grande “fosso” existente entre os países industrializados e os países importadores. Fundamentando em Furtado (1974), Ferreira (2011) explica o mito do desenvolvimento econômico, no qual os países desenvolvidos ao proporem a industrialização como forma de crescimento para os países subdesenvolvidos favoreciam uma maior dependência desses ao sistema produtivo dos grupos dominantes por meio da imitação de padrões externos. Entretanto, a corrente estruturalista não obteve sucesso em decorrência das ditaduras sul-americanas, prevaletes nas décadas de 60 e 80, guiadas pela concepção de desenvolvimento econômico e acompanhadas pelos “milagres econômicos” da corrente liberalista (CARNEIRO, 2012; GOULART, 2006).

Observa-se que a abordagem de desenvolvimento econômico acentuou a degradação social e ecológica, e em 1972 esses problemas juntamente com a emergência da temática sustentabilidade ganharam pauta no cenário internacional durante a Primeira Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, promovida pela ONU, em Estocolmo (FERREIRA, 2011; FREITAS; NELSON; NUNES, 2012).

A origem do conceito de desenvolvimento sustentável remonta ao termo ecodesenvolvimento traçado por Ignacy Sachs no início de 1970 diante das controvérsias existentes entre crescimento econômico e meio ambiente. Sachs e Vieira (2007) entendem que ecodesenvolvimento implica na busca específica de soluções dos problemas de uma dada região levando em consideração aspectos culturais, ecológicos, políticos, bem como, os anseios e necessidades de uma dada população, ele representa uma resposta às formulações universalistas, considerando que a promoção do desenvolvimento deve ocorrer de “baixo para cima”. Esse autor defende que esse “outro desenvolvimento” tem como características a endogenia, a autossuficiência, a orientação para as necessidades e não para o incentivo ao consumo, a harmonia com os recursos naturais e a implementação de mudanças institucionais (SACHS, 2000, p. 52).

Ressalta-se que a busca de um novo paradigma de desenvolvimento ganhou pauta no cenário mundial apenas na década de 1980 em decorrência da falência do modelo neoliberal e do capitalismo de livre mercado adotado por diversos países ditatoriais – como Argentina, Chile e Uruguai. A abertura dos países ditatoriais ao neoliberalismo não deu certo, e provocou a queda de tais regimes e a emergência de regimes democráticos liberais. Esse cenário favoreceu a consolidação da emergente sociedade civil, das associações de voluntários e organizações não governamentais. Essas entidades – formadas em resposta a um recuo generalizado de muitos governos de sua responsabilidade primária para o desenvolvimento econômico e bem-estar social – foram convocadas pelas Instituições Financeiras Internacionais (IFI), como o Banco Mundial, e pelas comunidades internacionais de desenvolvimento para ajudá-los em seus esforços de autodesenvolvimento, em troca de uma aceitação de seus conselhos de políticas. Os defensores desse novo paradigma acreditavam num desenvolvimento voltado para a sociedade civil, indo além do Estado e do mercado para as localidades e comunidades mais pobres. Portanto, esse

desenvolvimento era pautado no ser humano, na sustentabilidade em termos de meio ambiente e qualidade de vida, trata-se de uma modalidade de desenvolvimento socialmente inclusiva, equitativa, participativa e promovida "de baixo" e "de dentro" da sociedade civil (VELTMEYER, 2008).

Opp e Saunders (2014) defendem que o termo sustentabilidade apoia-se em três importantes pilares interdependentes, quais sejam: o ambiental, o econômico e social. Nessa perspectiva Sachs e Vieira (2007) defende que o termo desenvolvimento perpassa pela seguinte hierarquização: o social no comando, o ecológico enquanto restrição assumida e o econômico recolocado em seu papel instrumental, além do mais, defende que o termo desenvolvimento é um conceito multidimensional e aberto, e para atingi-lo é necessário preencher os seguintes critérios de sustentabilidade (PEREIRA; RIGATTO, 2011; SACHS; VIEIRA, 2007):

- a) social – refere-se à promoção de igualdade social; promoção dos princípios universais sociais como acesso ao trabalho e a renda e aos serviços básicos como educação e saúde;
- b) cultural – ressalta a autodeterminação, autoconfiança e autonomia dos povos, respeito às diferenças, aos valores e aos saberes locais de cada população, as soluções de desenvolvimento devem ser ajustadas às especificidades de cada contexto sócio-ecológico;
- c) ecológico – considera os limites dos recursos naturais bem como a sua recuperação e preservação;
- d) espacial – foca em uma configuração rural-urbana equilibrada e a uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas;
- e) econômico – avalia a eficiência econômica em termos macrossociais e não em termos microeconômicos ou empresariais, autonomia das pesquisas científicas, segurança alimentar;

- f) político – está relacionado com a promoção dos direitos humanos, democracia e participação dos atores sociais na tomada de decisão².

Destacada a perspectiva predominante de desenvolvimento, a descrença nesse modelo e a eclosão de uma nova abordagem de desenvolvimento – o sustentável, esse trabalho adere a uma visão alternativa de desenvolvimento embasada nos autores como Ferreira (2011), Filippim e Rossetto (2006), Fischer (2002), Goulart (2006), Romeiro (2001), Sachs e Vieira (2007) e Tenório (2007), que defendem um conceito de desenvolvimento multidisciplinar voltado para bem estar coletivo, que abarca adjetivos como local/territorial, social, ecológico, cultural, político e econômico.

Em prol do bem estar coletivo, a abordagem alternativa foca na dimensão local de desenvolvimento que se contrapõe à ideia de que cabe apenas ao mercado o papel de reduzir as desigualdades sociais. Essa dimensão defende que diferentes atores como a sociedade civil, o poder público e o mercado devem ser promotores do desenvolvimento em um determinado território (TENÓRIO, 2007). Essa abordagem de desenvolvimento apoia-se na descentralização e na participação de atores locais que utilizam o saber local para suprir as necessidades e aspirações de um dado território (FERREIRA, 2011).

O processo de descentralização está intimamente ligado com a participação, vez que o desenvolvimento local promove a interação dialógica e coordenada entre diferentes atores que compõem a sociedade, o mercado e o Estado (DOWBOR, 2010; TENÓRIO, 2007). A abordagem de desenvolvimento local só ganhou força no Brasil com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que criou

² A dimensão política de desenvolvimento sustentável não é apontada na obra de Sachs e Vieira (2007), contudo é apresentada na obra de Ferreira, Alencar e Pereira (2012) que se fundamenta nas dimensões de ecodesenvolvimento apresentadas por Sachs (2002).

mecanismos de planejamento, participação e descentralização dos municípios (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2009). Assim, ao se deslocar parte das iniciativas de desenvolvimento para o nível local, aproxima-se a decisão do espaço onde o cidadão pode efetivamente participar, tornando, assim, as decisões legitimadas e resultados dos anseios e necessidades de determinado território.

Resta esclarecer que o termo desenvolvimento local possui diferentes significados, expectativas, esperanças e descréditos. De um lado, essa perspectiva introduz as vozes silenciadas no processo de desenvolvimento através da inclusão do saber local no ciclo de políticas públicas, de tal forma que essa proposta visa à autotransformação econômica e social de um dado território, através de mudanças que envolvam a descentralização, a desburocratização e a participação da sociedade no ciclo de política pública, por outro lado, essa perspectiva de desenvolvimento enfrenta grandes entraves, vez que os mecanismos de participação – cernes do desenvolvimento local, na maioria das vezes, são reduzidos e tratados como sinônimos de voto, de tal modo que os saberes locais, aspirações, identidades e motivações da sociedade civil não conseguem se fazer valer no cenário de desenvolvimento que prevalece a perspectiva econômica e a abordagem de cima para baixo de formulação de política pública (FERREIRA, 2011; FILIPPIM; ROSSETTO, 2006; PERONI, 2009; SÁNCHEZ, 2006).

O desenvolvimento local não é um processo linear como a primeira abordagem de desenvolvimento, na qual o mercado é o responsável pelo o desenvolvimento, trata-se de um processo em construção constante que envolve a sociedade civil, o mercado e o poder público em busca da expansão da liberdade, da valorização do saber local, da melhora da qualidade de vida das pessoas e de um desenvolvimento econômico não excludente, mas voltado para atender as necessidades das pessoas de um dado território (PERONI, 2009).

Nesse sentido, o desenvolvimento local ou endógeno – cerne da abordagem alternativa de desenvolvimento – representa um processo de troca, por meio do qual é possível obter progresso e o bem comum de um dado território, configurando como agentes motivadores para essa troca as necessidades, os problemas, os saberes locais, a melhora da qualidade de vida de uma dada comunidade e o poder municipal (FERNANDEZ; BELLOSO; DELGADO, 2008).

Em que pese a diferenciação que alguns autores fazem em relação à dimensão local e territorial (ABRAMOVAY, 2010), opta-se nesse trabalho considerar o local como um conceito amplo e abstrato, que não se restringe a uma determinada rua, bairro ou cidade, referindo-se a qualquer lugar ou agrupamento de pessoas; podendo relacionar diferentes níveis de poder, considerando as particularidades do lugar e diferentes atores sociais como promotores do desenvolvimento local (FISCHER, 2002; GOULART et al., 2010; MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010).

Apoia-se também na ideia de Martins e Caldas (2009) e Tenório (2007) de que o desenvolvimento local é uma abordagem metodológica que parte “de baixo para cima” capaz de promover a interação dialógica entre sociedade civil, mercado e Estado, devolvendo à sociedade civil a autonomia de gerenciar o que é público – cidadania – com base em valores como participação, cooperação, reciprocidade e solidariedade com o fim de atingir o “bem-estar socioeconômico, político, cultural e ambiental do local” (TENÓRIO, 2007, p. 101).

Segundo Gehlen (2004), o desenvolvimento local revela as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais de um dado território buscando mudanças qualitativas por meio da participação dos atores sociais articulados com o Estado e com o mercado. Para Fernandes e Sampaio (2006), o desenvolvimento endógeno ou local corresponde à capacidade de determinado território de promover o seu próprio desenvolvimento tendo como protagonista os indivíduos, alcançando, conseqüentemente, a

autonomia da comunidade, preservando sua identidade local que se concilia com estruturas políticas, institucionais e culturais mais amplas. Nessa perspectiva, os modelos de desenvolvimento são pensados, adaptados e promovidos de acordo com cada localidade, sendo os problemas identificados e apontados pela própria comunidade que deve discutir conjuntamente uma solução.

Contextualizando o termo desenvolvimento, é possível identificar três principais abordagens, a citar:

- a) a primeira, e a mais popular, entende o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Nessa abordagem, o mercado situa-se como único agente promotor do desenvolvimento;
- b) a segunda, baseada nos trabalhos da CEPAL, considera o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico uma ficção, defendem que esse tipo de desenvolvimento ignora os “processos qualitativos histórico-culturais, o processo não linear da sociedade, as abordagens éticas e, até, prescindem dos impactos ecológicos” (SOARES JUNIOR; QUINTELLA, 2008, p. 67).
- c) a terceira abordagem de desenvolvimento é considerada a via alternativa, entende o desenvolvimento como um conceito multidisciplinar voltado para bem estar coletivo, abarcando adjetivos como local/territorial, social, ecológico, cultural, político e econômico pensado e promovido no local, ou seja, próximo aos atores sociais e considerando os saberes locais por meio da participação e a interação dialógica da sociedade civil, mercado e poder público (SOARES JUNIOR; QUINTELLA, 2008).

Assim, orienta-se esse trabalho pela via alternativa que pressupõe o desenvolvimento como um processo de construção coletiva e de participação social, não sendo uma utopia, podendo ser alcançada pela gestão social de

políticas públicas que preconiza que o ciclo de políticas públicas deve promover um processo gerencial dialógico entre os atores sociais, de modo que todos participem de forma democrática e deliberativa (PEREIRA; RIGATTO, 2011) respeitando e pautando-se no saber local. Diante dessa perspectiva, objetiva-se na próxima seção contextualizar ciclo de política pública e o saber local, pois trata-se uma aliança apta para a promoção do desenvolvimento orientado por essa abordagem alternativa.

2.2 Ciclo de política pública e saber local

As políticas públicas são os instrumentos aptos para promoção de desenvolvimento, não só o econômico, como numa perspectiva mais ampla para o desenvolvimento local/territorial, social, ambiental, cultural e político, devendo as mesmas serem resultados da interação dialógica entre sociedade civil, mercado e Estado. Assim como o termo desenvolvimento, a compreensão de políticas públicas perpassa por diferentes significados e conceitos.

É uma tarefa difícil definir políticas públicas, vez que se trata de um conceito sistêmico e que permeia em diferentes áreas da ciência. Sob o viés da ciência política percebe-se a evolução do conceito e do modo de avaliar o ciclo de políticas públicas. Nessa perspectiva, Jobert e Muller (1987 apud MARQUES, 2013) parte do pressuposto que políticas públicas podem ser, resumidamente, entendidas como o Estado em ação, e isso implica em compreender como o Estado age, em quais circunstâncias e o porquê da sua ação, compreendendo, inclusive, as suas omissões. No campo das ciências jurídicas, a relação entre políticas públicas e o direito limita-se ao legalismo jurídico, o direito encara as políticas públicas como um dever do Estado para com o cidadão, funcionando aquele como instrumento para a formalização dessas (COUTINHO, 2013). A perspectiva da psicologia social enxerga, no centro das políticas públicas, o sujeito, não como indivíduo isolado, mas

como ser coletivo, considerando o sujeito da política pública o cidadão, além disso, a psicologia social traz a tona mecanismos de cogestão e de controle social, transparência e inclusão do saber local no pensar em políticas (SPINK, 2013). No campo da administração pública, as políticas públicas se configuram como objeto de estudo, vez que esta se preocupa com o Estado em ação alinhado aos interesses da sociedade bem como os processos de formação da agenda, formulação, implementação e avaliação das políticas públicas (FARAH, 2013). A demografia parte do pressuposto que a política pública necessita de uma fonte de dados com as características, necessidades e anseios de um determinado grupo que possa vir a ser o destinatário de uma política pública, alinhando, assim, a política pública como resposta às necessidades de uma dada população (CUNHA, 2013).

Ressaltado o seu caráter multidisciplinar, Rua (1997) conceitua política pública como resultado da atividade política, contudo, aponta que esta não se limita a uma simples decisão política, pois envolve procedimentos formais e informais em diferentes níveis de poder com objetivo específico. Carrillo (2013) defende que política pública não se restringe a uma ação de relevância coletiva que envolve diferentes atores governamentais e sociais, ela vai além, é uma ação que utiliza de vários meios para alcançar um objetivo legitimado e apoiado pelo Estado. Já Paredes (2011) afirma que, na América Latina, muitas vezes o termo política pública e democracia são usados como sinônimos, e, portanto, para definir política pública é necessário distingui-la de democracia, a democracia se preocupa com os desejos e aspirações (e até mesmo com os medos) das pessoas, ao passo que uma política pública se concentra no atendimento das necessidades e prioridades de uma dada população, sendo que as aspirações e desejos de uma dada população não necessariamente coincidem com o atendimento das prioridades e necessidades, que são as buscas e propostas das políticas públicas, que, por sua vez, devem ser compreendidas como um instrumento apto para consolidar os desejos e aspirações da maioria de modo

a refletir a democracia. Kato, Shiroyama e Nakagawa (2014) enxergam política pública como instrumento criado para resolver explícita ou implicitamente os problemas sociais. Agudelo (2012) acredita que o conceito de políticas públicas deve ir além do sinônimo de atividade estatal, e incluir, no estudo de políticas públicas, o equilíbrio entre a autonomia estatal e social, sociedade com poder de decisão e com capacidade de resolver seus problemas, o Estado efetivo com capacidade de mediar os interesses do mercado e da sociedade e os valores de participação e cidadania.

Por outro lado, Secchi (2013) entende que qualquer conceituação de políticas públicas é arbitrária, mas com objetivo de apenas delinear o termo, o autor pontua que as políticas públicas tem seu caráter delimitado pelo termo “público” por corresponder a um problema público. Para Secchi (2013, p. 1):

[...] políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões. Logo, deve ser vista como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.

Souza (2006) aponta que a política pública distingue o que governo pretende fazer e o que de fato realmente faz; e embora seja materializada pelas ações desse, envolve uma gama de atores formais e informais no seu processo de formulação, implementação e avaliação; além disso, entende-se que a política pública é uma ação intencional dialógica que busca atingir o bem comum, não se limita pelos arcabouços legais, apresenta resultados a curto e longo prazo e se desenvolve num ciclo de etapas não estanques que engloba a formulação, a implementação e a avaliação da política.

Considerando as diferentes perspectivas conceituais, corrobora-se nesse trabalho um posicionamento mais amplo, para compreender políticas públicas, defendido por Secchi (2013) e Souza (2006), qual seja, de que não existe um único nem melhor conceito, assim como a via alternativa de

desenvolvimento. Contudo, entende-se que as políticas públicas tem como objetivo resolver um problema público e promover o bem comum, ademais ela é o instrumento apto para promover o desenvolvimento, de tal modo ela deve ser caracterizada pela sua natureza e objetivo, e não necessariamente pelos arcabouços legais de quem a formula, implementa e/ou avalia, assim um ente privado ao tentar resolver um problema público pode promover uma política pública.

Apresentadas as diferentes perspectivas conceituais de políticas públicas, resta apontar as teorias ou perspectivas para realizar a análise de políticas públicas. Segundo Nigrini e Llanos (2009) essas teorias ou perspectivas podem orientar a análise de políticas públicas para diferentes caminhos que influenciam nos resultados da política, ou seja, a análise de políticas públicas pode produzir informações relevantes para as fases do processo da política. Dentre os diversos recortes analíticos utilizados para compreender como se dá o processo de políticas públicas, cita-se os principais modelos de análise apontados por Souza (2006):

- a) tipologia de Lowi: classifica as políticas públicas em políticas distributivas, políticas regulatórias, políticas redistributivas e políticas constitutivas;
- b) incrementalismo: desenvolvido por Caiden e Wildavsky (1980), Lindblom (1979) e Wildavisky (1992) apud Souza (2006) parte do pressuposto que as políticas públicas são continuidade de ações governamentais anteriores com algumas modificações incrementais;
- c) *policy cycle* prevê a política pública como um ciclo deliberativo constituído de diferentes etapas como definição de agenda, identificação de alternativas, formulação das opções, seleção, implementação e avaliação;
- d) *garbage can*: proposto por Cohen, March e Olsen (1972 apud SOUZA, 2006) advoga que as soluções procuram por problemas,

configurando as escolhas das políticas públicas como latas de lixo composta de problemas e soluções à medida que surgem;

- e) coalização de defesa: de Sabatier e Jenkins-Smith (1993 apud SOUZA, 2006), esse modelo defende que as ideias e valores devem ser considerados na formulação de políticas públicas, sendo que “cada subsistema que integra uma política pública é composto por um número de coalizões de defesa que se distinguem pelos seus valores, crenças e ideias e pelos recursos de que dispõem” (SOUZA, 2006, p. 31);
- f) arenas sociais: esse modelo defende que as políticas públicas são promovidas por iniciativa de empreendedores políticos que em determinado momento prestam atenção em um problema, ou então deixam de prestar, esse modelo está pautado na rede de relações e na capacidade de influencia entre indivíduos e grupos;
- g) “equilíbrio interrompido” (*punctuated equilibrium*): elaborado por Baumgartner e Jones (1993 apud SOUZA, 2006), esse modelo permite entender por que um sistema político pode agir tanto de forma incremental, isto é, mantendo o *status quo*, como passar por fases de mudanças mais radicais nas políticas públicas;
- h) modelos influenciados pelo “novo gerencialismo público” e pelo ajuste fiscal, esses modelos são pautados pela busca da eficiência.

De acordo com Deubel (2008), o principal, mais popular e influente, quadro de análise das políticas públicas é o *policy cycle* que divide o processo da política pública. Por essa proposta, a política pública é apresentada como um objeto de análise sequencial que pode ser subdividida em várias etapas que, normalmente, são estudadas nessa ordem: a definição do problema e construção da agenda, a formulação, a implementação e a avaliação, ademais, essas etapas podem ser estudada separadamente.

Deubel (2008) pontua que o *policy cycle* está inserido na abordagem do positivismo, na qual a realidade é acessível e determinada por leis causais que podem ser descobertas, assim, nessa perspectiva, apenas a análise dos estágios do *policy cycle* é apta a explicar qualquer política pública. Essa abordagem fragmentada tem permitido a realização de inúmeras investigações, focalizando em uma etapa específica ou em todo o processo, além do mais, facilita o uso de diferentes teorias para análise de cada etapa do processo.

Por outro lado, a abordagem pós-positivista enxerga o *policy cycle*, não apenas como uma análise quantitativa e separada em etapas, mas leva em consideração os contextos sociais tangentes à política pública, ou seja, acredita-se que a análise empírica (positivista) deve ser combinada com a análise normativa – pós-positivista (HOWLETT et al., 2013), sendo nessa abordagem que esse trabalho se inclui.

O *policy cycle* (ciclo de políticas públicas) revela o caráter dinâmico e a complexidade temporal das decisões políticas, além de fornecer um quadro para análise sistemática das políticas públicas. Esclarece que as divisões do ciclo variam, autores como Deubel tratam da identificação do problema e a construção da agenda como uma etapa independente do *policy cycle*, ao passo que, autores como Frey (2000) as incluem na etapa de formulação. Assim, esse trabalho vincula-se à perspectiva que divide o ciclo das políticas públicas em fases parciais do processo político-administrativo em: formulação, implementação e avaliação ou controle dos impactos das políticas.

O ciclo fornece um referencial analítico útil possibilitando um exame crítico da trajetória da política pública desde sua formulação até a avaliação, além disso, revela os jogos de poder, as relações políticas e sociais e as práticas administrativas envolvidas em cada etapa (FREY, 2000; MAINARDES, 2006). Essas fases não ocorrem de maneira linear, tampouco são estanques, “o processo de resolução de um problema político consiste de

uma sequência de passos. Mas, na prática, os atores político-administrativos dificilmente se atêm a essa sequência” (FREY, 2000, p. 229).

Ferreira, Alencar e Pereira (2011, p. 37) esclarecem que ao utilizar o ciclo para compreender o processo da política pública, o pesquisador deve ter consciência que esse processo envolve questões como “participação social, descentralização e o alinhamento entre o saber técnico e o saber local”, considerando tais aspectos, o ciclo de políticas públicas é uma construção política e social fruto da interação dialógica entre Estado, Mercado e Sociedade.

Partindo para a definição das etapas do ciclo, observa-se que a etapa de formulação das políticas públicas envolve diferentes atores formais e informais e uma série de sub-etapas como a identificação do problema que será o alvo da política pública, a agenda dos agentes que irão discutir os problemas e apresentar as demandas ao governo, o desenvolvimento da política pública, ou seja, a formulação propriamente dita e a transformação da política pública em lei (SILVA; BASSI, 2012).

Para Subirats (2006) definir o que é um problema é uma tarefa complicada, pois a percepção de um problema está relacionada com a percepção da realidade, e esta se apresenta multifacetada e interdependente. A cada nova face ou faceta que se descobre de um determinado problema, ele se torna mais complicado, mas, ao mesmo tempo, descobre-se uma nova oportunidade para melhorar a solução dada ao problema. Sendo assim, o problema está diretamente relacionado com a sua solução, que pode vir de forma expressa por meio de uma política pública. Nesse sentido, Subirats (2006) entende os problemas como uma oportunidade de melhoria, assim, o processo de definição do problema perpassa pela pesquisa e escolha de diferentes alternativas de soluções.

Esse autor, ainda, esclarece que para um problema entrar na agenda dos agentes é necessário que ele adquira, primeiramente, status de problema público, ou seja, preencha um dos requisitos, a citar: i) atingir proporções de

"crise", ou tenha claro potencial de agravamento no futuro, com o objetivo de antecipar a crise previsível; ii) possuir características peculiares que o distinguem de um problema geral; iii) atrair a atenção dos meios de comunicação; iv) atingir notoriedade mundial; v) abarcar temas relacionados com "legitimidade" ou "poder" e que, portanto, afetam o núcleo sensível do governo. Não obstante, para que o problema entre na agenda depende, em grande parte, do número de pessoas afetadas por ele e das suas medidas de solução e também do grau, do nível e tipo de organização dos interesses envolvidos (SUBIRATS, 2006).

Por outro lado, Calmon e Costa (2007) acreditam que a agenda deva expressar não só uma resposta aos problemas, mas também focalizar nos participantes, pois dessa forma estaria buscando a solução dos problemas bem como a consciência coletiva sobre a necessidade de solucionar determinado problema, de modo a incluir os atores sociais envolvidos. Sendo assim, a agenda deve revelar qual é a percepção dos participantes sobre "o que se deve fazer/ o que se deve resolver".

Após ingressar na agenda, ocorre o desenvolvimento das alternativas de solução do problema bem como a escolha da melhor proposta. O processo decisão deve ser construído de forma política e socialmente pelos diversos atores sociais envolvidos (SILVA; BASSI, 2012). E a formulação da política pública deve adotar uma abordagem de baixo para cima, ou seja, valorizar o saber e ações locais como respostas dos atores sociais aos problemas vivenciados, vez que os atores sociais diretamente atingidos pela política pública identificam e sabem o que é melhor para solucioná-los (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2012; PASSONE, 2013).

A segunda etapa do ciclo de política pública diz respeito à implementação, e de acordo com Frey (2000) essa fase consiste no conjunto de ações que colocam em prática a política formulada. Conforme ressalta Aguilar (2012), a implementação pode ser entendida como o período pelo o qual a decisão da política assumida ingressa ou não na realidade para qual

foi projetada, ou seja, é a política pública na prática. Nesse sentido, Medeiros e Farah (2013, p. 2) acreditam que a fase de implementação consiste na concretização da política, podendo revelar “gargalos e potencialidades”, cujo reconhecimento dessas podem resultar na adaptação e modificação de uma política pública proposta.

Resta esclarecer, que o sucesso na primeira fase da política pública não garante êxito na fase de implementação, pois essa fase depende da atuação humana e do contexto social cuja política pública será implementada, além disso, a implementação exige que os objetivos do programa sejam conhecidos e compreendidos plenamente por todos os membros responsáveis por ela desde os políticos, profissionais que irão implementar até os beneficiários.

Nesse sentido, Rua (1997) pondera que uma boa implementação depende não apenas da compreensão dos objetivos da política pública, mas também de fatores como a disponibilidade de tempo e recursos para a conclusão de cada estágio da implementação, adequação da política em relação aos problemas e soluções, assim como deve haver apenas uma agência, com autonomia e independência, responsável pela implementação e a comunicação entre vários elementos envolvidos no programa. Para Lotta (2012), a implementação está sujeita a intervenção de fatores organizacionais e relacionais como a cultura local, o contexto histórico, os burocratas de rua que auxiliam na implementação, a formação e a experiência desses atores, a interação dos implementadores com os usuários, o tipo demanda, entre outros.

Por outro lado, Tenório et al. (2010) acredita que o sucesso, não só da implementação, mas, da política pública como um todo, depende da participação da sociedade civil, ou seja, da adoção do modelo *bottom-up* (de baixo para cima) para desenvolver a política pública, vez que esse modelo valoriza a interseção da administração pública com a sociedade, logo, reflete os anseios da sociedade. De acordo com Hill (2006), o modelo *bottom-up*

focaliza no indivíduo de tal modo que é possível vislumbrar (nos indivíduos) as respostas aos problemas de modo a recriar a política pública e legitimá-la. Dessa forma, a implementação não é uma tarefa única e exclusiva do Estado, ela deve incluir instrumentos que propiciem a participação social dos cidadãos transformando a gestão pública em uma gestão social (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011).

Por fim, a terceira fase do ciclo, a avaliação, é vista por Silva e Bassi (2012) como sinônimo de apreciação da política implementada considerando os impactos e resultados. Numa perspectiva mais ampla, Fernandes, Ribeiro e Moreira (2011) e Frey (2000) entendem que a etapa de avaliação não se limita às correções do programa, serve também para atender as modificações constantes que ocorrem no processo dinâmico da política, bem como para definir se o ciclo da política pública deve ser suspenso ou finalizado, caso atinja os objetivos propostos, ou então, seja elaborada uma nova proposta de política pública.

Ramos e Schabbach (2012) defendem que a avaliação serve como instrumento de controle social sobre a efetividade da ação do Estado, bem como para o governo tomar conhecimento dos resultados de determinada política. Nesse sentido, Arretche (2009) destaca a relevância da avaliação como um instrumento democrático, pois se realizada de maneira neutra e não focada no mercado eleitoral, serve como um importante instrumento de controle social das ações e dos gastos públicos. Entretanto, a autora aponta que essa não é a realidade no Brasil, pois a avaliação de política pública não é vista como um instrumento de democracia, assim a solução é a realização de avaliações por órgãos independentes do governo, que adotem uma metodologia rigorosa e pautada em valores como justiça social, eficiência, redução de custos, participação e “empoderamento” da sociedade, só com essa mudança será possível alcançar avaliações que realmente reflitam a realidade da política pública.

Enfim, resta esclarecer que o ciclo de políticas públicas não se encerra com a avaliação da política pública, vez que a avaliação deve provocar ou a extinção ou o melhoramento da política pública, implicando, portanto, na modificação da política pública. Sendo assim, torna-se difícil a tarefa de identificar o que é uma política nova ou reformulada, e conseqüentemente é mais adequado compreender as fases do ciclo das políticas públicas não de forma estanque, mas como etapas, que por vezes não se fecham, mas, como já ressaltado, o ciclo acontece de forma não linear, no qual uma fase se sobrepõe a outra, sem que necessariamente ocorra num espaço de tempo sequencial e com a interferência de diferentes atores sociais ao longo de todo processo (OLIVEIRA, 2013).

Assim, critica-se os estudos de políticas públicas que tendem adotar modelos que tratam do processo de políticas públicas de forma linear e numa perspectiva “de cima para baixo”, que começa com a formulação e termina com a avaliação, vez que esta visão de políticas públicas é mecânica e instrumental, e apresenta falhas em decorrência da interferência de elementos de diversas naturezas no processo de política pública como o conflito de interesses dos envolvidos, a relação entre Estado e sociedade, o alinhamento entre saber técnico e local, entre outros (ROCHA; CERQUEIRA, 2003; SHORE, 2010).

Oliveira (2013) ressalta que o ciclo de políticas públicas é permeado pela interação de diferentes atores, sejam governamentais ou não governamentais, os primeiros se referem a membros do Poder Executivo, do Legislativo, secretários, burocratas, ao passo que os segundos se referem aos grupos de pressão, a mídia, a opinião pública, os partidos políticos, os acadêmicos e pesquisadores. Esses atores podem interferir em uma ou mais etapas do processo e “assim como eles se inter-relacionam nas fases, também há interconexões entre elas” (OLIVEIRA, 2013, p. 35). Sabatier (2005) aduz que para analisar uma política pública é necessário entender o processo político global inserido em um determinado domínio político que, por sua

vez, é composto por uma variedade de iniciativas e atores em diferentes fases do ciclo político.

Assim, numa perspectiva mais ampla, Gómez (2012) considera o estudo sobre política pública perpassa não somente pelas etapas do seu processo de formação, mas também pelos os efeitos alcançados pela política, pelos atores envolvidos e isso implica nos interesses em jogo, as alianças, os conflitos e a hegemonia de poder. Além disso, deve-se considerar o seu conteúdo, ou seja, o objeto, objetivo, efeito esperado, a população afetada, o espaço temporal, os recursos disponíveis e o suporte normativo da política pública, e também o contexto histórico, cultural, normativo, social, econômico e ecológico na qual a política irá se inserir.

Desenvolver uma política pública é um grande desafio, pois há um único processo – formulação, implementação e avaliação, concebido através de etapas envolvidas em um labirinto de racionalidades variáveis incalculáveis. Há, ainda, o desafio de entender os padrões que podem influenciar no seu desempenho. As políticas são uma prática complexa, com diversas interações entre os diferentes atores sociais participantes com interesses diversos, e não simplesmente uma coleção de frases frouxas, pois o contexto social na qual ela será inserida que dará o seu sentido (HOWLETT et al., 2013; NIGRINI; LLANOS, 2009).

Quanto ao contexto da América Latina, Nigrini e Llanos (2009) apontam que o estudo das políticas públicas é totalmente focalizado no Estado, diferentemente do que ocorre em outros cenários democrático-liberais. Na América Latina, o Estado é um ator que dificulta a participação de atores não governamentais no processo de políticas públicas, ou seja, não é possível conceber uma proposta de política pública com base na legitimidade da lei como veículo institucional da cidadania, sem haver a intervenção determinante do Estado.

Assim, acredita-se na necessidade de amadurecimento do Estado, de modo que o governo e políticas públicas inovadoras propiciem a

participação da população na condição de cidadão capaz de influir no rumo das políticas públicas, refletindo, assim, a realidade local e possibilitando que a intervenção estatal mude a realidade social de determinado local (SILVA; BASSI, 2012).

Tendo em vista que o Estado não consegue atender todas as demandas, Tenório et al. (2010) esclarecem que a participação da sociedade civil é o instrumento capaz para o atendimento das demandas sociais. A participação é um instrumento de descentralização do poder, que possibilita a sociedade civil, por meio da deliberação, influir no processo de tomada de decisão.

Nesse sentido, corrobora-se com a perspectiva de Pereira e Rigatto (2011) de gestão social de políticas públicas:

[...] compreendemos como gestão social de políticas públicas um processo gerencial dialógico em que a concepção, a elaboração, a implementação e a avaliação de políticas é compartilhada entre os participantes da ação no âmbito da esfera pública, onde todos têm o direito à fala sem nenhum tipo de coação e tomam as decisões de forma democrática e deliberativa (PEREIRA; RIGATTO, 2011, p. 21).

Considerando que a sociedade civil tem, nos dias atuais, uma responsabilidade partilhada com o Estado e o mercado para diagnosticar, priorizar, resolver e analisar os problemas públicos, a participação cidadã e o saber local devem ser os instrumentos fundamentais na análise e construção das políticas públicas (AGUDELO, 2012; MEDEIROS; BORGES, 2007).

Portanto, esse trabalho pauta-se na concepção de ciclo de políticas públicas sob uma ótica não linear e com seus estágios de formulação, implementação e avaliação permeados por questões transversais como diferentes atores e interesses envolvidos, contexto social, a participação social, descentralização do poder, saber local como fomento para se pensar em políticas públicas e promoção da gestão social de políticas públicas.

Assim como a política pública é um importante instrumento para promoção desenvolvimento, não só o econômico, como numa perspectiva mais ampla para o desenvolvimento local/territorial, social, ecológico, cultural e político, entende-se também que a inclusão do saber local é o cerne para a promoção de políticas públicas eficazes e conseqüentemente um propulsor para o desenvolvimento na perspectiva alternativa.

Conforme supracitado, a abordagem alternativa de desenvolvimento preconiza um conceito multidisciplinar do termo que deve ser pensado e promovido no local tomando como referência os saberes locais para pensar em políticas públicas. Esse tipo de desenvolvimento centra-se na capacidade da comunidade tornar-se responsável pelo seu próprio desenvolvimento, para tanto é necessário que essas comunidades conservem suas identidades locais e as conciliem com as estruturas políticas, institucionais e culturais mais amplas, devendo os modelos ou políticas de desenvolvimento serem adaptados a cada realidade bem como as soluções para os diversos problemas devem ser pensadas e propostas pelas próprias comunidades (FERNANDES; SAMPAIO, 2006). Nessa perspectiva, “o nível local é o lugar onde efetivamente existem maiores condições para contenção, prevenção e solução da maioria dos problemas ambientais e socioeconômicos” (FERNANDES; SAMPAIO, 2006).

Lotta (2006) interpretando o trabalho de Geertz (2003) pontua que o conhecimento ou saber é construído a partir da compreensão dos significados do lugar, considerando a cultura, a arte, o direito, a religião, o senso comum, o carisma ou simbolismo de poder, contextualizando o local em que são construídos, vez que o saber ou conhecimento local é muito peculiar e não há padrões culturais universais.

Geertz (2012) na obra “O saber local” utiliza a antropologia interpretativa para analisar diferentes temáticas ocidentais demonstrando como elas variam de lugar para lugar, dependendo da forma como as pessoas lidam com o mundo que as envolvem, assim aponta que para cada cultura, há

uma forma de apropriação local do conhecimento, para esse autor “o estudo interpretativo da cultura representa um esforço para aceitar a diversidade entre as várias maneiras que seres humanos tem de construir suas vidas no processo de vivê-las” (GEERTZ, 2012, p. 22), ou seja, esse autor parte do pressuposto que há diferentes conhecimentos ou saberes locais, de modo que para interpretar ou conhecer outras realidades devemos considerar que somos apenas mais um “exemplo da forma que a vida humana adotou em um determinado lugar, um caso entre casos, um mundo entre mundos” (GEERTZ, 2012, p. 22).

Assim, defendendo a inserção do saberes locais no pensar das políticas públicas bem como na promoção do desenvolvimento local, Ferreira (2011) aduz que incluir o saber local implica em reconhecer que a cultura, a história, o contexto, as tradições e os valores que influenciam na compreensão da realidade social dos atores, assim, pensar em políticas públicas e desenvolvimento local perpassa pelas percepções e anseios dos atores envolvidos.

Desse modo, a inclusão do saber local aponta para uma articulação horizontal dos atores sociais dentro de um determinado território, trazendo a tona o sentimento de apropriação das políticas por parte dos atores locais que participam diretamente do processo político, legitimando-o.

Interpretando Dowbor (2010), a inclusão do saber local no processo de políticas públicas muda a cultura predominante de desenvolvimento, que deixa de ser uma coisa que se espera pacientemente, ou seja, que é promovido de uma perspectiva de “cima para baixo”, e torna-se uma coisa que se faz, gera-se o sentimento de apropriação e domínio da sua própria realidade.

Corroborando com esta visão, Fernandes e Sampaio (2006) afirmam que o conhecimento de origem no saber local gera subsídios para a formulação de políticas públicas relacionadas à realidade e que consequentemente solucionam os problemas bem como promovem o

desenvolvimento, tornando assim o processo de políticas públicas reconhecido e legitimado pelos atores sociais atingidos.

No entanto, para o saber local se propagar e refletir em políticas públicas é necessário uma espécie de ponte, o que Lotta (2006, p. 23) trata como nova cidadania. Para essa autora, a nova cidadania “transcende reivindicação de acesso, inclusão e pertencimento ao sistema político. O que está em jogo é o direito de participar da própria definição deste sistema, de definir o que as pessoas querem que seja incluído e a invenção de uma nova sociedade”. Essa concepção de cidadania preconiza que o direito da igualdade respalda-se em assegurar o direito à diferença. Em relação às políticas públicas, esta autora aduz:

[...] na medida em que elas são realizadas dialogando com as necessidades e com a realidade dos territórios, elas garantem melhores resultados, já que as pessoas se apropriam das políticas como parte de seus cotidianos. Além disso, uma política territorializada permite garantir a ideia já apresentada da nova cidadania, ou seja, estas políticas garantem respeito tanto à igualdade como à diferença compreendendo as complexidades estabelecidas no território (LOTTA, 2006, p. 156).

Além da nova cidadania, acredita-se que a descentralização do poder é outra ponte para a inserção do saber local no processo de políticas públicas, vez que a descentralização da ação governamental implica em uma visão complexa e integrativa da comunidade local e propicia a “emancipação dos processos de participação e de formação de esferas públicas” (CORDEIRO; VILLASANTE; ARAUJO JUNIOR, 2010, p. 2128).

Sem o objetivo de aprofundar as discussões teóricas sobre esfera pública filia-se ao entendimento de esfera pública como:

[...] uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomada de posições e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas

enfeixadas em temas específicos (HABERMAS, 2003, p. 92).

Ou seja, entende-se a esfera pública como um espaço coletivo no qual a população dialoga e influencia nas decisões políticas. E a participação deve ser vista como um instrumento intrínseco da cidadania, nesse sentido, “a participação e a cidadania referem-se à apropriação pelos indivíduos do direito de construção democrática do seu próprio destino” (TENÓRIO, 2007, p. 116).

A inserção do saber local no processo de políticas públicas pode resultar em um desenvolvimento promovido pelas próprias comunidades com a adoção da nova cidadania, portanto, significa que pessoas individualmente, ou por meio de grupos organizados da sociedade civil, bem como do empresariado local em interação com o poder público municipal (Executivo e Legislativo), decidem sob uma esfera pública o bem-estar de uma comunidade (LOTTA, 2006; TENÓRIO, 2007).

Considerar o saber local no processo de políticas não só pode melhorar a qualidade da tomada de decisão, levando a uma melhor política, mas também, pode aumentar a probabilidade de que a implementação da política seja mais legítima, eficaz, eficiente e sustentável. Uma maior participação e o reconhecimento das particularidades do local eleva a confiança do público no processo de tomada de decisão, proporcionando um foco para a construção de perspectivas comuns, soluções acordadas e interações para realizar os objetivos desejados comumente (SAWHNEY et al., 2007).

Assim reconhecendo que o saber local é um importante instrumento para compreensão do ciclo de políticas públicas apresenta-se na próxima seção o modelo processual de políticas públicas cujo propósito é resgatar informações provenientes do saber local sobre o desenvolvimento.

2.3 Modelo processual de análise de políticas públicas

O modelo de políticas públicas sob a ótica processual fundamenta-se nos pressupostos teóricos e metodológicos de uma pesquisa iniciada em 1996, cujo objetivo era descrever os fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária no Sul de Minas Gerais, bem como identificar as possíveis deficiências no aproveitamento dos fatores favoráveis e o potencial restritivo dos fatores limitantes (ALENCAR et al., 2001, 2005; ESPIRITO SANTO, 2000; FERREIRA, 2007; SANTANA, 2008; SIMÃO, 2005). Esse modelo utiliza a teoria da ação social como marco teórico, juntamente com a abordagem interpretativa, que é utilizada na análise de dados.

A pesquisa supracitada teve como objetivo central compreender os diferentes significados que os atores sociais atribuem ao desenvolvimento de uma dada realidade. E a partir dos estudos gerados nessa pesquisa, percebeu-se que todo o esforço empreendido nas suas diferentes fases poderia fundamentar a construção de um modelo para ser utilizado na análise de políticas públicas sob a ótica processual, podendo, assim, ser utilizado em outros contextos empíricos (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011).

Segundo Ferreira, Alencar e Pereira (2011), este modelo não teve a pretensão de criar uma nova referência para a análise de políticas públicas, pelo contrário, ele reconhece a utilidade de compreender a política pública como um conjunto de fases do processo político-administrativo (formulação, implementação e avaliação), as quais não ocorrem de maneira linear e se comunicam entre si. A principal contribuição do modelo proposto por Ferreira, Alencar e Pereira (2011) consiste no fomento de informações relevantes para a tomada de decisão no processo político-administrativo. Contudo, é importante destacar que não se trata de qualquer tipo de informação, esta deve ser proveniente da interpretação do saber dos atores locais, que podem ser representados por todos agentes que, no campo

político, econômico, social e cultural são portadores e fomentadores das potencialidades locais.

O modelo processual supera, portanto, a ótica tecnicista de análise de políticas públicas e identifica o contexto para o qual a política pública é destinada ao contemplar as “concepções de realidade” dos diferentes atores sociais envolvidos (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011, p. 41). Ferreira, Alencar e Pereira (2011, p. 41) esclarecem que a inclusão do saber local na análise de políticas públicas pode colaborar “tanto na construção de seus instrumentos de análise de políticas como indicadores numéricos, mapas, modelos matemáticos e cenários, ou ampliando o poder de explicação por meio da triangulação de dados quantitativos e qualitativos”.

Além disso, coaduna com a via alternativa de desenvolvimento (SOUZA, 2006; TENÓRIO, 2007) voltado para bem estar coletivo, abrangendo adjetivos como local/territorial, social, ecológico, cultural, político e econômico e promovendo a participação e a interação dialógica da sociedade civil, Estado e mercado. Nessa perspectiva, os atores sociais são pontos centrais para a elaboração, implementação e avaliação de políticas, corroborando com a gestão social de políticas públicas (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011).

Assim, para compreender esse modelo análise de políticas públicas sob a ótica processual, Ferreira, Alencar e Pereira (2011) o dividiu em cinco etapas (FIGURA 1): i) esquema geral de interpretação; ii) processo de orientação; iii) categorização dos fatores em favoráveis e/ou limitantes; iv) fatores favoráveis e/ou limitantes como proposições para formulação e avaliação das políticas públicas, v) implementação.

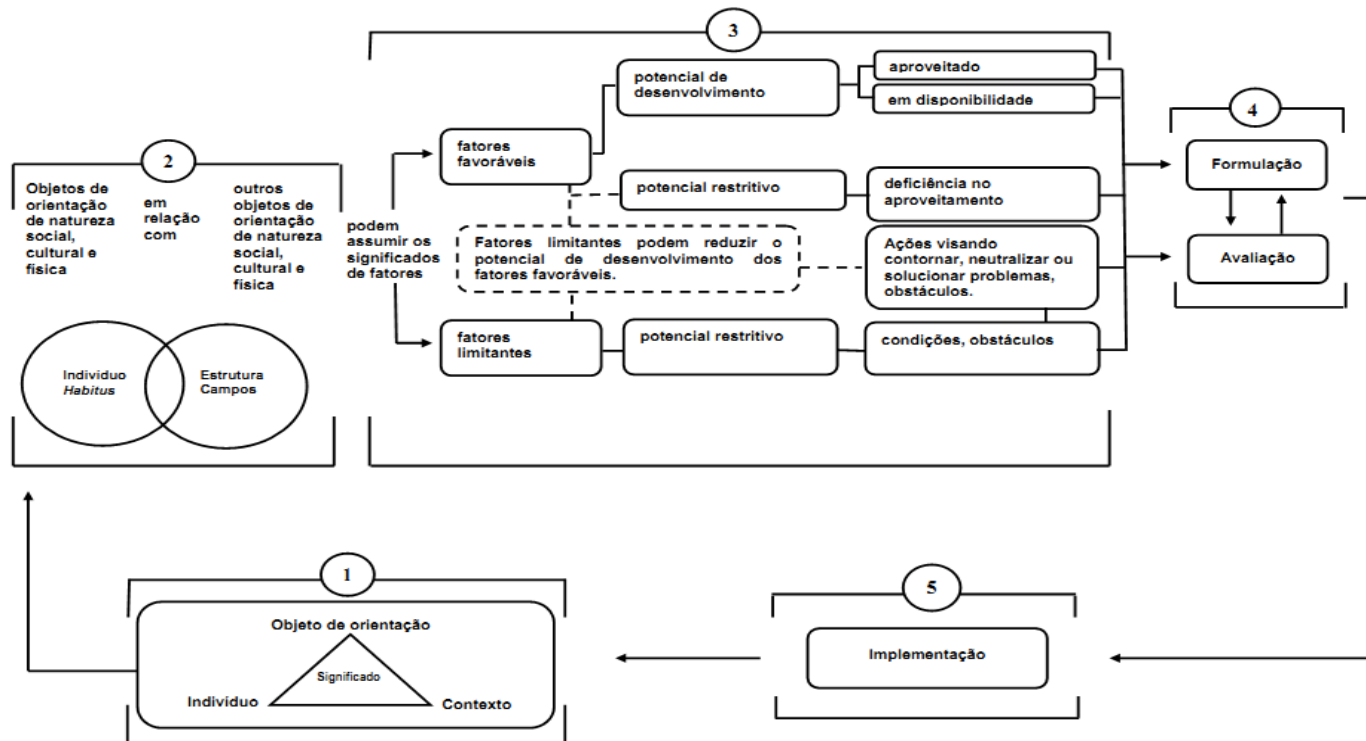


FIGURA 1 – Modelo para a análise de políticas públicas sob a ótica processual
 Fonte Ferreira, Alencar e Pereira (2011)

Esse estudo utilizará as fases 1, 3 e parcialmente a fase 4 desse modelo para identificar a percepção que os atores sociais envolvidos com a construção da barragem possuem sobre o desenvolvimento das comunidades atingidas pela UHE Funil e as suas implicações para pensar na formulação de uma política pública que defenda os interesses da população atingida por barragem.

2.3.1 Fase 1: Esquema geral de interpretação

Fundamentando em Dye (2009), Ferreira, Alencar e Pereira (2011) partem do pressuposto que um modelo deve expressar uma realidade, sendo esta compreendida a partir do conhecimento dos atores locais que estão vinculados ao desenvolvimento de uma dada realidade, considerando que os atores locais podem atuar como beneficiários, planejadores, implementadores e avaliadores de políticas públicas.

Assim, para resgatar a experiência dos atores sociais bem como desvendar a realidade, Ferreira, Alencar e Pereira (2011) apoiam-se na abordagem interpretativa. Desse modo, dentro da abordagem interpretativa, utiliza-se de algumas vertentes da teoria da ação social para incorporar a interpretação que os atores sociais tem de uma dada realidade.

Dentre as vertentes da teoria da ação social, esse modelo pauta-se na sociologia compreensiva de Weber para entender que a realidade é interpretada a partir da construção do sujeito, assim a sociologia compreensiva de Weber (2004 apud FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011, p. 43) “propicia coordenadas metodológicas que lhe são próprias e que tem como objetos elementares para a apreensão da realidade: a ação social e as relações de sentido nela presentes”.

Pautando-se em Taylor (1979 apud ALENCAR, 2007), Ferreira, Alencar e Pereira (2011) incorpora-se nesse modelo a noção de sentido delimitado por meio da noção de significado utilizada por esse autor, que preconiza que significado existe para um indivíduo em relação a alguma coisa (objeto de orientação) que se encontra em determinado contexto, ou seja, o sentido não existe no vácuo, não é dado, mas sim, construído. Ele existe a partir da interpretação que o indivíduo faz de um determinado objeto de orientação em um determinado contexto.

Assim, pautando-se em Taylor (1979 apud ALENCAR, 2007; FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011, p. 44), a articulação entre ação social e de significado revela que:

[...] em primeiro lugar, o significado de qualquer coisa (objeto de orientação) não existe no vácuo, mas para um indivíduo específico ou grupo de indivíduos em um dado contexto (situação). Em segundo lugar, admite-se que, tratando-se de outros indivíduos e de outros contextos, o mesmo objeto poderá ter diferentes significados. Isso não quer dizer que o objeto de orientação e o seu significado sejam fisicamente separáveis, mas que o objeto tem duas descrições, em uma das quais ele é caracterizado em termos do que representa para o indivíduo. Portanto, as relações entre as duas descrições não são simétricas, fazendo com que a descrição, em termos de significado, seja orientada para a busca de seus diferentes substratos. Em terceiro lugar, os objetos somente possuem significados em um contexto (situação), ou seja, em relação aos significados de outros objetos também presentes no contexto. Isso quer dizer que um dado objeto não pode ser visto de forma singular, isolado, não relacionado com outros objetos.

O termo de significado delineado por Taylor e utilizado por Alencar (2007) e Ferreira, Alencar e Pereira (2011, p. 44) “corresponde às qualidades

que o ator social (individual ou coletivo) percebe nos objetos que compõem a situação em que atua e que podem assumir as características de objetivos, meios ou condições de sua ação”. Assim, para desvendar o conceito de significado é necessário definir o que se entende por ação ou conduta humana, ator social, fins (metas ou objetivos), meios, condições (obstáculos) e situação. Assim, i) a conduta humana é entendida como uma ação como um fim, meta ou objetivo, que é desenvolvida em determinado contexto, é regulada e pressupõe gasto energia e motivação; ii) ator social aquele que desenvolve a ação; iii) objetivos são estados futuros que os atores sociais visam alcançar; iv) meios são instrumentos necessários para que o ator social atinja o objetivo traçado, v) condições da ação são elementos os obstáculos que dificultam atingir o objetivo da ação (PARSONS; SHILS, 1969 apud FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011), vi) situação é o contexto, espaço onde o ator atua e é formado por diferentes objetos de orientação.

Para uma melhor compreensão de como esses elementos se articulam na interpretação dos atores sociais (beneficiários, planejadores, implementadores e avaliadores de políticas públicas), Ferreira, Alencar e Pereira (2011) esclarecem que os fins devem ser concebidos no modelo processual de políticas públicas como um dos grandes objetivos que permeiam uma política pública voltada para uma dada realidade, enquanto os possíveis meios devem ser chamados de fatores favoráveis e as possíveis condições devem ser denominadas de fatores limitantes. A situação, ou o contexto, representa a realidade em estudo, podendo esta ser caracterizada como uma região, um município, um setor, entre outros. Quanto à classificação dos objetos de orientação, esta pode ser trabalhada de modo a referenciar os diferentes fatores econômicos, políticos, sociais,

ambientais e culturais que contribuem com desenvolvimento (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011).

Sintetizando, a primeira etapa do modelo para análise de políticas públicas sob a ótica processual (ver figura 1) consiste em um diagnóstico interpretativo da realidade, portanto, será utilizado neste estudo, de modo que os atores participantes da pesquisa expressem os seus conhecimentos sobre as comunidades. Assim, destaca-se:

Os instrumentos de coleta de dados devem ser capazes de identificar a percepção que os atores sociais possuem em relação aos objetos de orientação, sejam esses fatores favoráveis e/ou limitantes ao desenvolvimento de uma dada realidade. Outros artifícios também serão ser incorporados na coleta de dados para que se compreenda o processo de orientação dos atores entrevistados, ou seja, o modo como esses fatores se relacionam entre si, as suas potencialidades, limitações, possíveis soluções, melhorias, entre outras questões. Além disso, é uma fase que depende da contribuição de cada participante, portanto, ela deverá envolver um número de participantes suficiente de forma que subsidie o modelo com dados que tenham coerência e extensão da realidade a ser estudada (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011, p. 45).

2.3.2 Fase 2: Processo de orientação

A segunda etapa do modelo de análise de políticas públicas sob a ótica processual consiste no processo de orientação, e ela tem como escopo identificar o que é ou não relevante para a análise de política pública. Essa etapa parte do pressuposto que os objetos de orientação sejam eles sociais, físicos e/ou culturais são interdependentes e compõem uma determinada situação, de tal modo que são categorizados como meios ou condições de acordo com o sentido

atribuído pelos atores sociais e comparados com os demais objetos (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011).

Essa fase, pautada na abordagem interpretativa, considera o ponto de vista do ator da ação, especialmente, pelo o processo de orientação. Os autores esclarecem que os significados de um determinado objeto de orientação variam de acordo com a realidade em que o ator social vive, de modo que determinado objeto de orientação poderá apresentar diferentes significados, logo:

[...] a possibilidade de os atores sociais, envolvidos em uma mesma situação, apresentarem diferentes interpretações dependem de suas histórias de vida, experiências, cultura, interesses e habilitações que os diferenciam ou aproximam de outros atores (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011, p. 47).

Ferreira, Alencar e Pereira (2011) delimitaram essa etapa com base na teoria da estruturação de Giddens (estrutura e indivíduo) e da prática social de Bourdieu (campos e *habitus*), a primeira categoria evidencia a relação de interdependência entre ação e estrutura, vez que essa não é considerada uma variável sem a ação, ao passo que a ação “pode ser determinada tanto pela estrutura como também pela capacidade dos atores sociais de transformar essa estrutura” (GIDDENS, 1989 apud FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011, p. 47).

Em relação à segunda categoria – campo e *habitus* – esses autores pautam-se na teoria de Bourdieu (1996) sobre prática social para compreender a ação humana em relação ao *habitus* e ao campo, e assim como a relação entre estrutura e indivíduo, a relação entre *habitus* e campo é de interdependência, vez que “o campo estrutura o *habitus*, que é produto da necessidade imanente deste campo e que também contribui para construir o campo como um mundo

significante, dotado de sentido e valor para os atores sociais” (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011, p. 47), de tal modo, justifica-se a utilização desses constructos:

[...] com intuito de propiciar um maior detalhamento do significado que os atores sociais atribuem aos objetos de orientação e situá-los em categorias que representam um *continuum* entre os fatores micro (indivíduo e *habitus*) e macro (estrutura e campos) da realidade social. O uso desses constructos no modelo permite fazer uma reflexão sobre a natureza dos objetos de orientação que estão sendo interpretados pelos atores sociais. A natureza dos objetos de orientação é permeada pelas seguintes categorias: i) indivíduo e *habitus*; ii) estrutura e campos (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011, p. 47).

A primeira categoria (micro) – indivíduos e *habitus* – serve para revelar as interpretações específicas do ator social em relação ao objeto de orientação, e essa interpretação pode ser influenciada por elementos subjetivos da ação, entendida pela noção de *habitus* de Bourdieu, que diz respeito às estruturas relacionais adquiridas ao longo do tempo nas quais o ator social está inserido que o possibilita perceber, agir e evoluir no universo social, a citar como exemplo: os traços culturais, comportamentos e motivações dos atores. Ao passo que a segunda (macro) – estrutura e campos – se referem a algo externo ao indivíduo, de modo que os campos – espaço econômico, político, cultural, científico, etc. impõem uma lógica de ação nos atores sociais, como os fatores de produção, capital, meio ambiente, normas e leis (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011).

Ferreira, Alencar e Pereira (2011) tiveram como escopo nessa fase superar as dicotomias entre “sujeito e objeto” e “micro e macro” que podem estar expressas na interpretação que os atores sociais fazem dos fatores

favoráveis e limitantes. Assim, esse “modelo proposto não só reconhece os objetos de orientação que estão situados na categoria estrutura e campos, como também procura abranger aqueles que fazem parte da categoria do indivíduo e *habitus*, ressaltando, principalmente, as suas inter-relações” (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011, p. 48).

Por fim, essa fase (ver figura 1) revela a dinâmica presente na interpretação dos atores sociais em relação aos objetos de orientação vinculados a uma dada realidade, ou seja, essa fase tem como escopo identificar as categorias que emergem no processo de orientação dos atores sociais frente a sua percepção em relação ao desenvolvimento de um dado local. De tal modo, a próxima etapa tem como fim identificar os fatores que são relevantes para análise de políticas públicas sob a ótica processual.

2.3.3 Fase 3: Categorização dos fatores em favoráveis e/ou limitantes

A fase 3 consiste na categorização dos relatos do ator social em relação ao desenvolvimento de uma dada realidade em fatores favoráveis e/ou limitantes de modo a fornecer informações relevantes para a análise de políticas públicas sob a ótica processual.

Para realizar essa categorização, Ferreira Alencar e Pereira (2011) utilizam algumas fases da *grounded theory* combinada com a análise de significados como instrumentos metodológicos que, por sua vez, estão sob o manto da abordagem interpretativa. A opção pela utilização da primeira justifica-se, segundo Ferreira Alencar e Pereira (2011), tão somente para coleta e sistematização dos dados, não sendo o objetivo a proposição de uma nova teoria com a *grounded theory*. A *grounded theory* possui as seguintes etapas: i)

transcrição das entrevistas, ii) interação com os dados, iii) codificação aberta, iv) codificação axial, v) codificação seletiva e vi) delimitação da teoria. Contudo, como já elucidado acima, o modelo processual de políticas públicas aproveita-se da *grounded theory* tão somente para codificar os dados.

Ao transcrever as entrevistas, o pesquisador deverá fazer uma leitura minuciosa dos relatos de modo a facilitar a etapa da codificação. Na codificação aberta, deve-se extrair e conceituar os dados em categorias, devendo o pesquisador desvendar e interpretar os aspectos escondidos do fenômeno investigado. Nessa etapa, ainda, deve-se identificar as categorias que ele mesmo construiu e as que resultam da interpretação da linguagem de pesquisa. Enquanto que na codificação axial, os dados são reagrupados através das conexões entre as categorias, de modo a tentar “descobrir a principal categoria, do ponto de vista dos atores ou sujeitos participantes do estudo e como eles lidam com a categoria” (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011, p. 50). Ademais, é realizado uma comparação entre as categorias, com o fim de identificar a mais significativa, propiciando, a redução das categorias bem como organização e integração delas. Resta destacar, que os processos de codificação tanto aberta quanto axial podem ser realizados concomitantemente. Ao passo que a codificação seletiva visa identificar o ponto central ao redor de todas as categorias, assim de acordo com Yunes e Szymanski (2005 apud FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011, p. 50) as “condições causais, o contexto, as condições intervenientes, as estratégias e consequências formam as relações teóricas pelas quais as categorias são relacionadas uma a outra e à categoria central”. Assim essa etapa força o pesquisador desenvolver alguma abordagem teórica que torne processo de codificação menos abstrato (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011).

Os autores orientam que a *grounded theory* exige do pesquisador cuidado minucioso para transcrição das entrevistas, bem como uma grande flexibilidade de pensamento e disposição para o movimento de sair e voltar aos dados o tempo todo (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011).

Por conseguinte, com os dados coletados, Ferreira, Alencar e Pereira (2011) sugerem a utilização do modelo de codificação proposta por Strauss e Corbin (1990) que propiciará a categorização da percepção dos atores sociais em fatores favoráveis e/ou limitantes em relação ao desenvolvimento de uma dada realidade. Para chegar a esse estágio, Ferreira, Alencar e Pereira (2011) alertam que o pesquisador deve fazer leituras exaustivas das transcrições para tornar o processo de codificação mais claro e coerente, ademais, aconselham que essas leituras devam ser realizadas de forma reflexiva, em ordem diferente e em dias alternados. Além disso, esclarecem que o entrevistado nem sempre responde as questões na ordem do roteiro, ou seja, nem sempre haverá linearidade nas respostas, assim, os “dados devem ser organizados em quadros, colocando os relatos correlacionados próximos um do outro, de modo a facilitar a próxima etapa de codificação” (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011, p. 51). Esses quadros permitem a organização das respostas de modo a trazer os trechos de respostas que ficaram em outra pergunta, no entanto, é necessário ater-se ao sentido dado pelos entrevistados bem como o contexto de sua fala (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011).

A próxima etapa consiste na codificação, propriamente dita, das diferentes dimensões presentes nos relatos, devendo o pesquisador agrupar os relatos de acordo com as similitudes ou diferenças conceituais para então categorizar em fatores favoráveis e/ou limitantes. Essa etapa delimita o significado que os atores sociais dão aos diferentes objetos de orientação em

relação ao desenvolvimento de uma dada realidade, constituindo uma rede de significados que possibilita que a fase 3 do modelo de políticas públicas sob a ótica processual forneça uma interpretação mais constitutiva da realidade estudada (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011).

Conforme exposto na fase 3 da Figura 1, os atores entrevistados podem, em um primeiro momento, identificar qualidades de um determinado objeto e atribuir-lhe o significado de fator favorável, contudo, ao fazer uma conexão desse objeto com outros objetos de orientação, aquele pode assumir outro significado, passando a perceber tal fator como um potencial de desenvolvimento não aproveitado (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011). Pode, ainda, compreendê-lo como um fator limitante, considerando que seu significado de fator favorável está condicionado pela presença de outros objetos situacionais.

A segunda dimensão da fase 3 analisa os objetos de orientação que foram categorizados como fator limitante. Tais fatores apresentam um potencial restritivo que necessitam de ações que visam a contorná-lo, neutralizá-lo ou solucioná-lo, podendo, ainda, o fator limitante reduzir o potencial de aproveitamento de um fator favorável.

Assim, a rede de significação utilizada na fase 3 (ver figura 1) mostra o caráter não linear do processo de orientação que, por sua vez, possui diversas ramificações, vez que “os atores pesquisados podem estabelecer múltiplas conexões entre objetos situacionais de diferentes naturezas” (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011, p. 55).

Sintetizando, os fatores identificados como favoráveis podem revelar como fatores com um potencial de desenvolvimento não aproveitado, podendo, inclusive, se revelar como um fator limitante, vez que os fatores favoráveis são

explorados em profundidade e em relação à diferentes objetos de orientação, por outro lado, ao aprofundar nos fatores limitantes, o pesquisador poderá identificar as possíveis ações que possam retirar o significado de limitante (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011).

De posse dos fatores que emergiram na fase de categorização, a próxima etapa do modelo consiste no aproveitamento dos fatores favoráveis e/ou limitantes na formulação e avaliação de políticas públicas.

2.3.4 Fase 4: Fatores favoráveis e/ou limitantes como proposições para formulação e avaliação das políticas públicas

Após a identificação dos fatores favoráveis e/ou limitantes, o modelo propõe que estes sejam contextualizados nas fases de formulação e avaliação de políticas públicas, podendo tais fatores serem utilizados sozinhos ou então combinados (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011) (ver figura 1).

Quanto ao aproveitamento dos fatores na formulação de políticas públicas, o pesquisador deve estar atento aos fatores que expressam limitações bem como a sua solução e as potencialidades, devendo tais fatores serem enxergados como possíveis elementos a integrarem a agenda de políticas públicas.

Ademais, Ferreira, Alencar e Pereira (2011) apontam que esses fatores também podem ser utilizados como proposições para avaliação de políticas públicas, considerando que eles podem relevar a efetividade das políticas, o alcance, seus objetivos e modo de implementação, os atores sociais podem revelar, ainda, as possíveis soluções para melhor aproveitamento delas.

Cabe destacar, que o aproveitamento desses fatores não necessariamente se restringirá a uma das etapas das políticas públicas, podendo ocorrer de um fator ser utilizado ao mesmo tempo em ambas as fases, vez que o processo de políticas públicas é cíclico e as etapas se intercomunicam.

2.3.5 Implementação das políticas públicas

Além do aproveitamento dos fatores favoráveis e/ou limitantes na formulação e avaliação de políticas públicas, esses também podem contribuir na implementação das políticas públicas (ver figura 1), vez que a concretização das políticas públicas não necessariamente concentra-se nas mãos do Estado, podendo os cidadãos, contemplados pela política pública, participar deste processo por meio da institucionalização de mecanismos que permeiam a gestão social e que garantam a participação social (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011).

Nesse sentido, segundo Ferreira, Alencar e Pereira (2011, p. 58):

A forma como tais políticas serão implementadas poderá alterar a realidade na qual o modelo foi aplicado, o que, conseqüentemente, influenciará no esquema de interpretação dos atores sociais, os quais poderão atribuir novos significados aos fatores que foram utilizados como proposições para formulação e avaliação de políticas públicas.

Assim, espera-se que esse modelo de políticas públicas forneça informações úteis para proposições de políticas que fujam a ótica instrumentalista, abrangendo o saber local dos grupos de atores sociais que estão envolvidos com o desenvolvimento de uma dada realidade.

Partindo do pressuposto que o saber local pode servir de escopo para pensar políticas públicas e que esse modelo propicia a inserção do saber local no ciclo de políticas públicas, a seção seguinte procura contextualizar a realidade a ser investigada nesse trabalho, delimitando a questão dos atingidos no Brasil, os impactos sofridos pela construção de barragens e a problemática da ausência de uma política pública destinadas a esse grupo.

2.4 Atingidos por construção de barragens e políticas públicas

Para compreender como as comunidades são atingidas pela construção de barragens, torna-se necessário contextualizar o marco estrutural que desencadeia a transformação de um dado território em uma usina hidrelétrica, ou seja, a política energética adotada no Brasil. Dessa forma será apresentado brevemente um histórico da construção de hidrelétricas no país, identificando as principais condições para construção desses empreendimentos, os seus impactos, os planos energéticos e os mecanismos legais, bem como as suas inter-relações com as noções de desenvolvimento e a discussão acerca do conceito de atingidos.

Autores como Daniel (2009), Nascimento, Castro e Corrêa (2010), Pinheiro (2006) e Vainer (2007) relatam um breve histórico do setor hidrelétrico no Brasil, o qual pode ser caracterizado por três momentos: i) a coesão com as políticas de industrialização conduzidas pelos governos militares no período que ficou conhecido como “milagre econômico”; ii) a institucionalização de marcos legais a partir da redemocratização do país com o fim da ditadura militar; iii) a privatização como alternativa de reestruturação do setor para atender o ajuste da economia brasileira.

Antes dos anos 1960, as barragens eram construídas por empresas do setor privado com vistas a suprir a demanda doméstica e do setor industrial. A partir dos anos 1960, com a criação da ELETROBRAS em 1962, o governo brasileiro passou a controlar as decisões acerca da produção e distribuição de energia elétrica, configurando-se como principal ator na elaboração de estratégias e na implantação de políticas energéticas para o “desenvolvimento” e para a “modernização” do Brasil (BAER; MCDONALD, 1998).

Nesse período, o governo federal fundou a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) que construiu a Usina Paulo Afonso para fornecer eletricidade ao nordeste do país, criou as Centrais Elétricas de Furnas (1957) para fornecer energia à região centro-sul; a Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba (CHEVAP) em 1960 para abastecer a cidade do Rio de Janeiro; as Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), cujo investimento mais importante foi a usina hidrelétrica de Três Marias (Rio São Francisco), que passou a funcionar em 1962; em 1966, todas as empresas do estado de São Paulo foram unificadas na Centrais Elétricas de São Paulo (CESP). Nos anos 1970, o setor energético era todo controlado pelo Estado, e os investimentos eram destinados tão somente à expansão da capacidade de geração do setor elétrico, sendo essa época marcada pela construção das imponentes usinas de Itaipu e de Tucuruí (BAER; MCDONALD, 1998).

A implantação de grandes projetos hidrelétricos pelas empresas estatais desencadearam em alguns espaços territoriais graves problemas ambientais e sociais. Havia, portanto, a necessidade do setor elétrico brasileiro de avaliar suas práticas e modelos, e isso foi possível devido ao processo de redemocratização que o país passou com fim da ditadura militar nos anos 1980.

Acompanhando o processo de redemocratização, ocorreu no Brasil a ascensão de movimentos ambientalistas, a consequente difusão das preocupações com a preservação do meio ambiente, a pressão da sociedade civil e, sobretudo, a resistência das populações atingidas, tais fatores conduziram progressivamente o setor elétrico a incorporar questões sociais e ambientais à sua agenda (PINHEIRO, 2006). Em 1986, foi criado o Conselho Consultivo de Meio Ambiente da Eletrobrás (CCMA) e a Resolução 01/1986 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) que regulamentou a obrigatoriedade de realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto do Meio Ambiente (RIMA) para fins de licenciamento ambiental. Com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a reformulação das Constituições Estaduais, o final da década de 1980 e o início da década de 1990 marcou o avanço das legislações estaduais e a consolidação das agências ambientais em vários estados.

Nesse período, as grandes empresas energéticas tiveram que se adaptar às novas exigências legais e incorporar “um aparato institucional e técnico-operacional” relacionado às questões ambientais, consequentemente, tiveram que olhar para os atingidos (VAINER, 2007, p. 119). Esse autor aponta que a sociedade pós-redemocratização do país amadureceu e passou a questionar “o modelo de desenvolvimento socialmente injusto e ambientalmente irresponsável” (VAINER, 2007, p. 120) implantado pelos governos militares. Ainda, de acordo com Vainer (2007, p. 120):

Passivo social e ambiental, insuficiências legais e institucionais, insistência em erros já cometidos, contraditoriamente, conviveram nessa época com as lutas dos atingidos por barragens, as denúncias de movimentos ambientalistas e com o despertar de uma sensibilidade para

as questões sociais e ambientais em alguns segmentos do próprio setor elétrico.

Esse autor esclarece que esse período – marcado pela luta dos atingidos por barragens – propiciou “um triplo aprendizado”: i) o da democracia – e a emergência do conflito; ii) a imputação de responsabilidade social e ambiental aos empreendimentos hidrelétricos; iii) a abertura dos quadros técnicos e legais às aqueles que passaram a questionar e cobrar resolução aos problemas sociais e ambientais gerados pelos empreendimentos hidrelétricos.

Esse processo, no entanto, foi interrompido com a reestruturação setorial ocorrida nos meados da década de 90. Observa neste período um enfraquecimento do modelo desenvolvimentista do Estado, que abriu espaço para a implementação de políticas neoliberais, iniciando, assim, um processo crescente de privatizações de antigas empresas estatais. A liberalização econômica do sistema elétrico brasileiro, conhecida como “reestruturação” desse sistema, foi uma das mais importantes diretrizes da política de reforma institucional e ajuste econômico orientada pelas agências multilaterais. Desta maneira, o que se viu foi a absorção do aparelho estatal referente ao setor elétrico pelos empreendimentos privados, que nem sempre deram um tratamento adequado as questões socioambientais, mesmo sendo subordinados a regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) (VAINER, 2007).

Com a ideia de que o setor privado, com sua maior competência e capacidade de investimento, estaria mais bem preparado para assumir o controle da operação e do planejamento do sistema elétrico brasileiro, a estratégia governamental de privatização almejava a redução de custos e ganhos de eficiências, o que conseqüentemente poderiam reduzir os preços da energia. Entretanto, não foi isso que aconteceu. As tarifas subiram mais de 200% para os

consumidores residenciais e, em 2001, o Brasil viveu uma das maiores e piores crises de abastecimento de energia de sua história (BORGES, 2007).

Vainer (2007) destaca que a privatização do setor hidrelétrico não rompeu com o modelo centralizador de tomada de decisões quando se refere à construção da barragem e relegou a participação dos principais atores afetados pela construção de uma barragem – os atingidos. O mesmo autor destaca que isto desencadeou um retrocesso, visto que algumas empresas que conglomeram o setor elétrico visualizam o meio ambiente como adversário do desenvolvimento e impedir a construção de um empreendimento hidrelétrico sob a justificativa de dano ambiental é um retrocesso ao desenvolvimento do país:

As manifestações desse antiambientalismo empresarial, com retórica desenvolvimentista, insistem em denunciar que há exageros na legislação, lentidão e burocracia das agências ambientais, excesso de zelo do Ministério Público (VAINER, 2007, p. 122).

Traçado brevemente esse quadro da política energética no Brasil, aponta-se a institucionalização de mecanismos legais e agências governamentais que atualmente regulam a implantação de barragens, tais como: i) a Lei nº 6.938/81 que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente; ii) a Resolução 01/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para fins de licenciamento ambiental; iii) a Resolução CONAMA 09/87, que dispõe sobre a questão das audiências públicas; iv) a Resolução 237/97, que regulamenta os aspectos do licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente, e a Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; v) a Lei

nº 9.985/00, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação; vi) o Decreto nº 7.342/10 que institui o cadastro socioeconômico para identificação da população atingida por barragens e o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico (BRASIL, 1981, 1986, 1987, 1997a, 1997b, 2000, 2010a).

Avaliando esses documentos legais, verifica-se que eles são mais orientadas para a dimensão ambiental do que para a social. Conforme expõem Nascimento e Pereira (2010) ainda há uma deficiência de mecanismos de regulamentação para mitigação e compensação dos impactos sociais sofridos pelas comunidades atingidas por barragens, sendo necessárias alterações na legislação para possibilitar o menor desconforto possível às essas populações.

Segundo Assis (2007), os atingidos percebem e respondem aos impactos sociais de maneira diferente e há um desafio na elaboração de políticas públicas que permitam que essas diferenças se expressem a seu modo, que não sejam apenas inteligíveis, mas efetivas.

Dito isso, como marco legal a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988) criou a Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica – prevista no art. 20, §1º da CRFB/88, e regulamentada pela Lei nº 7.990/89 (BRASIL, 1989). A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CF) corresponde a um percentual de 6,75% do valor da energia produzida que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, sendo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) responsável por gerenciar a arrecadação e a distribuição desses recursos entre os beneficiários, que incluem: Estados, Municípios e

órgãos da administração direta da União³. No entanto, não há previsão legal de que tais recursos sejam destinados à compensação dos danos causados pelo empreendimento hidrelétrico, assim, os Municípios e Estados beneficiados tem discricionariedade para utilizar essa verba, que, na maioria das vezes, não beneficia diretamente os atingidos.

A Lei nº 9.074/95 (BRASIL, 1995) desobriga as concessionárias e permissionárias de serviço público energético da responsabilidade quanto aos impactos sociais ocasionados pela desterritorialização dos atingidos pelas barragens, essa lei concede poder às concessionárias e permissionárias de desapropriar os atingidos sob a justificativa de utilidade pública, reduzindo o problema social a uma questão meramente indenizatória (VAINER, 2007).

Outro marco legal que merece destaque é o Decreto nº 7.342/10 (BRASIL, 2010a) assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no final do seu segundo mandato. Esse decreto definiu quem se enquadra como atingidos por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, instituiu o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida e criou o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, deixando sob a responsabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a responsabilidade de incluir, nos editais de leilão de energia elétrica, cláusula específica sobre responsabilidades do concessionário, frente ao cadastro socioeconômico da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica. Entretanto, tal decreto não especificou as responsabilidades dos empreendedores de hidrelétricas para com os atingidos ao deslocá-los compulsoriamente,

³ Informações obtidas no site da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (2014)

podendo tais responsabilidades variar de edital para edital, e também nada mencionou sobre os direitos dessa população.

Além disso, a problemática dos atingidos se torna ainda mais complexa quando se analisa os EIA/RIMA que são elaborados para os empreendimentos hidrelétricos. Segundo Vainer (2008), as empresas de consultoria, responsáveis pelos EIA/RIMA, elaboram esses documentos como instrumentos de propaganda do empreendimento hidrelétrico, “afastando-se de seu objetivo de ser um levantamento dos impactos a fim de que os mesmos possam ser mitigados, ressarcidos, compensados ou reparados” (VAINER, 2008, p. 57). Ademais, Vainer (2008, p. 57) atribui responsabilidade às agências ambientais licenciadoras que, quase sempre, por pressões políticas, licenciam “projetos cujos impactos e grupos atingidos não foram corretamente identificados, e menos ainda equacionados”.

As medidas mitigatórias destinadas a essa população são, na maioria das vezes, promovidas pelos grupos que constroem e/ou tem o controle econômico da barragem conforme veremos em alguns estudos de casos.

No estudo de Sousa, Canete e Souza (2008) sobre a Usina Hidrelétrica do Tucuruí (UHT) construída e controlada pela Eletronorte, constata-se que não há um consenso entre a Eletronorte e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) acerca do número de pessoas atingidas. Segundo aquela 3.700 famílias foram reassentadas, entretanto, há um consenso entre acadêmicos e pesquisadores que estudam essa área e o MAB de que o número de atingidos é bem superior ao alegado. Além do mais, esse estudo aponta tão somente o repasse financeiro por parte da Eletronorte pela produção de energia elétrica aos municípios que foram atingidos pela barragem como medida para minimizar os danos causados por essa barragem, entretanto, como vimos acima, a CF é uma

medida prescrita na lei, e não uma iniciativa da Eletronorte. Segundo Sousa, Canete e Souza (2008), a Eletronorte desembolsou, em 2006, 132 milhões de reais aos municípios que tiveram parte de seu território alagado por Tucuruí. Entretanto, de acordo com os relatos dos moradores a essas autoras, esses recursos não chegam para quem vive no entorno do lago, sendo que essas populações convivem com problemas de saúde, falta de abastecimento de água, e inclusive, encontra dificuldade para deslocamento das crianças para escolas, já que muitas das famílias vivem nas ilhas provocadas pelo alagamento. Essas autoras constataram, ainda, a omissão do Estado no reservatório devido à ausência de políticas públicas para essa população, e defendem o acesso à população ao que é pago pela Eletronorte.

No estudo de caso de Foschiera e Thomaz Junior (2012) na Usina Hidrelétrica de Barra Grande, verifica-se a atuação do MAB como mobilizador de ações em defesa dos interesses dos atingidos. O estudo desses autores apontou como ocorreram as negociações para a implantação dessa barragem. Segundo os autores, essas negociações foram marcadas por conflitos violentos de interesses entre consórcio responsável pela barragem – BAESA, o MAB e as populações atingidas. Esses dois últimos organizaram diversas paralizações e ocupações nessa barragem, e em decorrência dessa pressão, a BAESA respondeu com indenizações mais justas.

Nesse estudo de caso nota-se que tamanha atuação do MAB fez com que essa barragem apenas iniciasse suas atividades em 2005 – nove anos depois do Estudo de Impacto Ambiental. Complementando o estudo desses autores, Rossato (2008) aponta que hoje a BAESA repassa a compensação financeira mensal, e também desenvolve políticas compensatórias através de projetos de assistência social, como oficinas de artesanato, e levantamento do patrimônio

histórico e cultural da região, com a produção de livros e vídeos documentários, entretanto, ressalta-se que trata de ações pontuais, e não de projetos permanentes, sendo que, como expresso acima, a BAESA está apenas cumprindo a lei ao compensar financeiramente os municípios atingidos pela barragem.

Outra iniciativa para minimizar os danos provocados pela construção de uma hidrelétrica foi desenvolvida pela Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguazu (Crabi) que atuou no assentamento dos sujeitos deslocados pela construção da hidrelétrica de Salto Caxias promovida pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL). A usina de Salto Caxias começou a funcionar em 2009, e é formada por nove municípios. Derrosso e Ichikawa (2013) apontam que a Crabi lutou ao lado dos atingidos nas negociações junto à Copel, e conseguiu que as negociações fossem positivas para os ribeirinhos deslocados, tanto em termos políticos quanto econômicos. Para esses autores, a Crabi possibilitou pela primeira vez “um ganho (ou talvez, menos prejuízos) dos ribeirinhos, no que concerne a casos de perda de terras e reassentamentos por causa da construção de usinas hidrelétricas” (DERROSSO; ICHIKAWA, 2013, p. 152). Os autores deixaram claro que a atuação da Crabi se restringiu no momento das negociações das desapropriações.

Iniciativas em prol do desenvolvimento das comunidades atingidas são atualmente desenvolvidas pela a COPEL. De acordo com as informações da COPEL, desde 2005 mais de R\$1,3 milhão já foram investidos em programas socioambientais, tais como “repovoamento de peixes, restauração ambiental e monitoramento da qualidade da água, além da promoção de eventos relacionados à sensibilização socioambiental e ações em parceria com a

comunidade” (COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA - COPEL, 2013).

A COPEL além de administrar a Usina Salto do Caxias, administra também outras dezenove usinas. Sendo que apenas duas dessas usinas tem programas destinados para minoração dos impactos ambientais, e em relação às outras dezessete usinas não se tem informações da COPEL se há programas destinados à população atingida⁴, ou seja, há diferenças quanto à tratativa dos impactos causados aos atingidos por essa mesma empresa (COPEL, 2013).

Assim como a COPEL, a Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina (CFLCL), atual Energisa, e a CESTE, responsáveis respectivamente pela Usina Hidrelétrica Cachoeira do Emboque – Minas Gerais e pela a Usina Hidrelétrica do Estreito – divisa do estado do Maranhão e Tocantins, desenvolvem programas mais orientados para amenizar os danos ambientais provocados pelas barragens (CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA - CEST, 2013). Entretanto, no âmbito social percebe-se uma carência por programas permanentes destinados à população atingida pelas barragens (NOGUEIRA, 2007; SIEBEN; CLEPS JUNIOR, 2012).

Assim, tais trabalhos confirmam que as ações em prol dos atingidos são, na maioria das vezes, iniciativas pontuais dos grupos que constroem e/ou tem o controle econômico da barragem, vez que esses têm a obrigação de elaborar os EIAs/RIMAs que, por sua vez, instigam a adoção de medidas para

⁴ As usinas que não tem programas desenvolvidos e/ou divulgados pela COPEL são: Usina Ney Braga, Usina Bento Munhoz da Rocha Netto, Usina Hidrelétrica Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, Usina Hidrelétrica Pitangui, Usina Hidrelétrica Guaricana, Usina Hidrelétrica Melissa, Usina Marumbi, Usina São Jorge, Usina Apucarantina, Usina Hidrelétrica Mourão, Usina Hidrelétrica Rio dos Patos, Pequena Central Hidrelétrica Cavernoso II, Usina Hidrelétrica Chopim I, Usina hidrelétrica Derivação do Rio Jordão e Usina Hidrelétrica Chaminé.

minorar os impactos negativos do empreendimento objetivando conseguir a exploração da barragem e também para evitar os possíveis conflitos gerados pela construção de uma barragem enquanto se compreende que essa desencadeia um processo de mudança social.

Nesse sentido, Menestrino (2010) pontua que, na maioria das vezes, tais medidas mitigatórias não inserem os sujeitos atingidos, restando-lhes apenas a opção de aceitar essas políticas de compensação, propostas pelo consórcio empreendedor, que desconsideram os aspectos traumáticos de uma reterritorialização.

Partindo para uma visão geral sobre as políticas públicas relacionadas ao setor energético, Pase (2012) observou que as políticas desse setor estão no cerne de interesses antagônicos, entretanto ao invés de conciliá-los, essas políticas públicas, arraigadas pela forma como se faz política no Brasil com práticas clientelista, paternalista, patrimonialista, estamental, e de sincretismo cultural, prioriza o crescimento econômico provocado pela implantação de uma barragem, em detrimento dos interesses dos segmentos sociais que não tem acesso à riqueza gerada pelo o empreendimento.

A abordagem dos estilos políticos possibilita perceber a perspectiva elitista do sistema político decisório, de um lado, e a relação paternalista e clientelista, de outro, aliado à implementação de políticas sociais compensatórias com objetivo de legitimação do *status quo* que determinam a agenda do setor elétrico, cujas marcas no período contemporâneo são a aversão às rupturas e consequente permanência para garantir a prestação de serviço que, num ambiente crescentemente mercadológico e competitivo, necessita atrair investimentos e garantir sua acumulação (PASE, 2012, p. 125).

Como forma de atenuar a hegemonia do poder que permanece com o Estado e o setor privado, Alegretti e Chagas (2010) apontam a instituição legal da participação pública no licenciamento ambiental (BRASIL, 1987), que tornou obrigatória a realização de audiências públicas. A audiência pública tem como finalidade expor aos interessados o conteúdo do projeto em análise e dos seus impactos, dirimindo dúvidas e recolhendo dos atores locais as críticas e sugestões a respeito.

Autores como Bermann (2007), Vainer (2007) e Zhouri e Oliveira (2007); apontam o descaso por parte dos grandes consórcios empreendedores, responsáveis pela implantação de barragens, em relação à promoção efetiva da participação das populações que serão atingidas. Apesar do caráter obrigatório das audiências públicas, percebe-se que esse direito de participação, na maioria dos casos, é cerceado ou então mitigado, de forma que a ação coletiva dessas populações é enfraquecida, e o espaço de discussão visa tão somente valorizar os benefícios da implantação da barragem, e não discutir os efeitos negativos provocados pós-construção do empreendimento.

Em que pese a importância da participação pública no processo de licenciamento ambiental, as audiências públicas não têm logrado êxito, tornando-se um instrumento ineficaz de participação e de fortalecimento da democracia. Dentre os motivos da decadência das audiências públicas, Alegretti e Chagas (2010) expõem: i) a assimetria de informações e o negligenciamento das questões sociais e ambientais, o que torna as audiências públicas distantes dos interesses da população e formalizada apenas como um procedimento de comunicação precária e de atendimento legal cartorial; ii) baixa tradição de cultura política democrática em algumas regiões atingidas, que quando bem trabalhada representa a condição essencial para uma cidadania participativa; iii)

aversão dos empreendedores às práticas de diálogo com a sociedade por receio a questionamentos sobre demandas sociais que não tem nada a ver com o impacto do empreendimento. Outro fator contribui para que as audiências públicas não logrem êxito é que estas são conduzidas de forma a aderir ao discurso oficial desenvolvimentista do Estado, não colaborando para a democratização do processo decisório, nem para a construção de redes de comunicação (DANIEL, 2009).

Diante desses apontamentos observa-se que há uma escassez normativo-legal para regulamentar a implantação de uma barragem no que diz respeito à minoração dos impactos sofridos pela população atingida ficando essa responsabilidade, que também deveria ser do Estado, apenas nas mãos dos empreendedores das barragens. Nesse sentido, por uma questão de custos, não é o cerne desses empreendimentos a preocupação com as questões sociais de forma aprofundada, assim as iniciativas de mitigação se preocupam tão somente com o cumprimento dos requisitos legais para a obtenção da licença prévia e de operação, não expressando medidas realmente eficazes e centradas nos interesses dos atingidos (SILVA; MORET, 2012).

Considerando a lacuna na legislação ambiental, bem como, nos planos para desenvolvimento do setor hidrelétrico quanto às medidas de proteção aos atingidos, Silva e Moret (2012, p. 24) expõem que a lei e o Estado são omissos quanto à reparação social que ser destinada aos atingidos. “Não há previsão legal de como deve ser o tratamento aos atingidos, de que maneira e respeitando a que princípios devem ser feitas as reparações”, deixando-os à mercê da pressão exercida por grandes grupos econômicos que objetivam a implantação e exploração da barragem.

Alinhando à perspectiva de que a construção de hidrelétricas é permeada por uma proposta de desenvolvimento regional e melhores condições de vida para a população atingida, autores como Borges (2007), Bortone e Ludwig (2010), Corrêa e Nascimento (2010) e Riscarolli (2007) apontam que os empreendimentos hidrelétricos podem trazer para a região atingida novas oportunidades de trabalho (construção e operação), balneabilidade (recreação), bem como promessas que envolvem moradia, água encanada, serviço de esgoto, abastecimento de água, construção de centros/postos de saúde.

Contudo, Riscarolli (2007) salienta que os empregos gerados pela implantação de hidrelétricas geralmente são temporários, sendo restritos ao curto período de construção. Após esta fase, não há perspectiva de geração de postos de trabalho para as comunidades locais, devido à exigência de uma maior especialização técnica. Observa-se, portanto, que a população ao redor das hidrelétricas não é tão beneficiada com o empreendimento hidrelétrico, sofrendo impactos de diferentes naturezas, que serão detalhados quando aprofundarmos a definição de atingidos.

Leturcq (2007) ressalta que as barragens no Brasil modificam não apenas os espaços ambientais, mas também os espaços rurais, os meios e modos de vida das populações e as dinâmicas territoriais. Acrescenta-se ainda que, muito frequentemente, as populações expulsas não recebem nada em troca pela perda de suas terras e das paisagens. Como consequência desses impactos, ocorre um processo de desterritorialização e reterritorialização das comunidades atingidas, bem como o aparecimento de conflitos socioambientais entre as partes envolvidas.

A região atingida, segundo Oliveira (2007), caracteriza-se como um território formado a partir de múltiplas territorialidades que convivem em um

mesmo espaço composto por diversos agentes sociais que desempenham papéis bem distintos na sociedade, e desta forma, estabelecem com o local, vínculos culturais, simbólicos e ideológicos particulares. São, geralmente, agricultores, pescadores, mineradores, comerciantes, além de grupos indígenas, quilombolas, dentre outros, que em determinada etapa do processo de execução do empreendimento, veem seu território ameaçado pelas grandes usinas hidrelétricas.

A estratégia de deslocamento desses atores atingidos remete a um processo de desterritorialização que, conforme explicam Bortone e Ludwig (2010, p. 30), “supõe a exclusão do grupo que anteriormente se apropriava daquele espaço”. Logo, a desterritorialização implica compulsoriamente na reterritorialização, pois o movimento de desterritorialização será sempre acompanhado do movimento de reterritorialização (OLIVEIRA, 2007).

Mesmo reconhecendo essa indissociação, Oliveira (2007) destaca que há situações bem diversas, nas quais os atingidos se encontram “territorializados” de forma funcional, material, ou seja, mudam-se para outro espaço territorial por conta própria ou para as moradias ou terras “cedidas” pelos responsáveis pelo empreendimento hidrelétrico, porém se veem desterritorializados de seus valores simbólicos e culturais, de modo a não se sentirem pertencentes ao novo local. Essa situação é comum no caso dos atingidos por barragens, que veem deslocados compulsoriamente de suas terras, mas com grandes dificuldades de reconstituir aquilo que de fato perderam – laços afetivos com a terra e a vizinhança, meios e modos de vida. Esses apontamentos demonstram que a perda ou dano sofrido pelo atingido é enxergado pelos empreendedores das hidrelétricas e pelo Estado como uma questão territorial, desconsidera-se a perda no sentido simbólico, espiritual e cultural.

Outra consequência relevante do processo de implantação de projetos de hidrelétricas consiste nos possíveis conflitos ocasionados pelos interesses antagônicos entre os empreendedores do projeto e os atingidos (BORTONE; LUDWIG, 2010). De acordo com Oliveira (2007), pode-se instaurar no território uma disputa entre os diversos agentes sociais atingidos pela barragem construída ou em via de construção e a grande empresa promotora do empreendimento. Em outras palavras, um confronto entre duas concepções bem diversas de território. De um lado, tem-se o território múltiplo dos atingidos por barragens, que lutam pela preservação do direito a habitação, ao emprego e ocupação, bem como a manutenção dos valores simbólicos, imateriais, construídos no curso de gerações, e de outro, o território como recurso, exclusivamente material, dos grandes centros capitalistas.

Em decorrência dos conflitos, Borges (2007) explica que tem ocorrido um significativo aumento na judicialização em torno dos projetos de novas hidrelétricas, sob os quais o ministério público e o poder judiciário tem sido chamados a manifestar-se e, muitas vezes, arbitrar sobre a emissão de licenças ou a (in)validação de processos inteiros de licenciamento ambiental.

Ademais em relação ao desenvolvimento e políticas públicas voltadas às essas comunidades, percebe-se que os discursos oficiais defendem a construção de barragens em prol do desenvolvimento econômico do país, entretanto, esse discurso não concilia com os interesses das comunidades que se veem submetidas ao “imperativo de recomeçar suas vidas” (BRASIL, 2010b, p. 24).

Segundo Fearnside (2014), a defesa do Estado de produção de energia hidrelétrica "limpa" não corresponde à realidade quando se analisa os impactos ambientais irreversíveis, e em relação aos atingidos, desconsidera-se que as usinas hidrelétricas destroem os meios de subsistências de diversas famílias que

vivem perto dos rios, além disso, o processo de desterritorialização, muitas vezes, força as comunidades ribeirinhas a migrar para as cidades, em busca de um futuro incerto. Segundo esse autor, os governos defendem que estão promovendo o progresso a essas populações, mas, a realidade tende a ser muito diferente: as hidrelétricas geram mais pobreza e têm impactos negativos significativos tanto na população humana quanto sobre o meio ambiente.

Descritas todas essas questões que circundam o histórico e o quadro legal da política energética no Brasil, torna-se necessário delimitar o conceito de comunidades atingidas que orientará essa pesquisa.

Uma compreensão restrita ou limitada do que venha ser a população atingida, acarreta o desconhecimento de diversos direitos inerentes a esse grupo, bem como, a desqualificação de famílias e grupos sociais que deveriam ser destinatários de alguma medida para compensar os prejuízos provocados pela implantação de uma barragem (BRASIL, 2010b)⁵.

Nesse sentido, a discussão quanto ao conceito de atingido envolve o reconhecimento e legitimação de direitos desse grupo, de modo que a definição depende da ótica utilizada para conceituar essa população (VAINER, 2008).

A definição legal apresentada pelo Decreto nº 7.342/10 classifica como integrantes da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica aqueles que sofreram os seguintes impactos:

Art. 2º O cadastro socioeconômico previsto no art. 1º deverá contemplar os integrantes de populações sujeitos aos seguintes impactos:

I - perda de propriedade ou da posse de imóvel localizado no polígono do empreendimento;

⁵ Relatório final da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em 2010.

II - perda da capacidade produtiva das terras de parcela remanescente de imóvel que faça limite com o polígono do empreendimento e por ele tenha sido parcialmente atingido;
III - perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva;

IV - perda de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependam economicamente, em virtude da ruptura de vínculo com áreas do polígono do empreendimento;

V - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento;

VI - inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros localizados nas áreas do polígono do empreendimento, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações; e

VII - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais a jusante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste Decreto, o polígono do empreendimento abrange áreas sujeitas à desapropriação ou negociação direta entre proprietário ou possuidor e empreendedor, incluindo as áreas reservadas ao canteiro de obras, ao enchimento do reservatório e à respectiva área de preservação permanente, às vias de acesso e às demais obras acessórias do empreendimento (BRASIL, 2010a).

Nesse sentido, é possível identificar que o Estado reconhece os atingidos ainda numa perspectiva meramente indenizatória e quantitativa, limitando os atingidos àqueles que tem posse, propriedade ou àqueles que tenham sofrido prejuízos financeiros com a construção da barragem. Esse decreto não enxerga o atingido como aquele que sofreu impactos sociais, simbólicos, ambientais e culturais. Conforme já apontado, os documentos legais são mais orientados para as dimensões ambiental e econômica quantitativa do que para as outras dimensões que contemplem a abordagem endógena e sustentável de desenvolvimento de tais comunidades.

Para Foschiera (2009, p. 34), o conceito de atingido é definido no “conflito entre os atingidos e os responsáveis pelo empreendimento, e no conhecimento/reconhecimento pelos atingidos de direitos que extrapolam a legalidade e questionam o projeto de desenvolvimento que vem sendo colocado em prática”, portanto, o conceito de atingido varia de acordo com o caso concreto. Esse autor acredita que ao se conceituar atingidos delimita-se não apenas a área e o grupo de pessoas afetadas pelo empreendimento como também o território de conflito entre as pessoas com interesses opostos; de um lado tem-se as pessoas atingidas e os grupos, associações ou movimentos que as representa, e de outro, os responsáveis pelo empreendimento.

Dentre os movimentos sociais que representam os atingidos por barragens, destaque deve ser dado ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) fundado em 1989 como uma organização popular de massa que tem entre os seus objetivos a busca pelos direitos dos atingidos, a sua conscientização e mobilização da classe perante os interesses do Estado e das empresas privadas que participam da construção dos empreendimentos (CORRÊA; NASCIMENTO, 2010).

O MAB adota o conceito de atingido elaborado pela Comissão Especial “Atingidos por Barragens” (CEAB) (BRASIL, 2010b) entendendo que a construção de uma barragem provoca alterações na organização cultural, social, econômica e territorial dos atingidos, ou seja, a instalação de uma barragem provoca um “processo complexo de mudança social”, incluindo como área atingida não apenas a afetada diretamente pelo o empreendimento como também as áreas que sofrerão intervenções decorrentes da barragem e aquelas que receberão os reterritorializados, devendo ser considerado como impactos os que decorrem após a implantação da barragem como a falta de peixes, a perda dos

recursos utilizados na produção agrícola, efeitos sobre a navegação e comunicação, entre outros, ademais, na identificação dos tipos de impactos, devem ser considerados, entre outros:

[...] a) o deslocamento compulsório (de proprietários e não proprietários); b) a perda da terra e outros bens; c) perda ou restrição de acesso a recursos necessários à reprodução do modo de vida; d) perda ou redução de fontes de ocupação, renda ou meios de sustento; e) ruptura de circuitos econômicos (BRASIL, 2010b, p. 30).

Esse conceito proposto leva em consideração não apenas a perda em pecúnia, como também a perda afetiva sofrida pela população, incluindo as mudanças impostas nas relações sociais e de vizinhança, o rompimento ou perda da cultura e identidade dos grupos, as perdas de natureza afetiva, simbólica e cultural, abrangendo de forma ampla os efeitos sofridos pela população atingida após o enchimento do reservatório (BRASIL, 2010b).

Segundo Foschiera (2009), o conceito de atingidos para empreendedores e para o MAB é oposto. Para os empreendedores da barragem, o importante é ter um conceito de atingidos que restrinja ao máximo o número de pessoas e as áreas que serão afetadas pela construção da barragem, ao passo que, o MAB defende que o conceito de atingidos e de área afetada pelo projeto hidrelétrico deve ser mais abrangente possível.

Corroborando com essa visão, Silva e Silva (2011) defendem um conceito de atingidos não restrito aos proprietários de terras que foram desprovidos de morar ou trabalhar em áreas alagadas ou próximas das barragens, devendo abranger as pessoas que de alguma forma tiveram suas vidas afetadas pela construção da barragem, como as pessoas que trabalhavam nas áreas alagadas ou próximas, e por isso, tiveram suas relações de trabalho afetadas.

Nesse sentido, de acordo com Silva (2007), os impactos estão presentes em todas as fases da construção das usinas, e se propagam mesmo após o término da construção e com início da operação da barragem. O autor destaca que existem impactos tanto no meio ambiente quanto na vida das pessoas, classificando-os em concretos e materiais ou imateriais, os primeiros se referem aos alagamentos das áreas verdes e urbanas, como a perda de florestas, casas e escolas, enquanto que os impactos imateriais se referem à perda simbólica das pessoas como “a perda do vínculo espacial, dos laços familiares e da comunidade e a referência da vizinhança” (SILVA, 2007, p. 13).

De forma mais detalhada, os impactos podem ser classificados em quatro categorias:

- Ambientais: são os efeitos mais frequentes associados à hidrografia, clima, erosão e assoreamento, sismologia, flora e fauna (SILVA, 2007).
- Sociais: os atingidos são compulsoriamente retirados de suas terras e realocados em outro espaço desejado ou não, rompendo com os costumes, as suas práticas sociais e identidades, além de desestruturar os seus meios e modos de vida. Ruptura das relações de vizinhança, de parentesco e de comunidade são alguns exemplos deste tipo de impacto (BORTONE; LUDWIG, 2010; SILVA, 2007).
- Simbólicos: representam impactos imateriais, como a eliminação de recursos culturais. “O território alagado, a perda do rio, da roça, da casa, para a maioria das comunidades representa a perda de todas suas referências de vida” (SILVA, 2007, p. 16). A desterritorialização tira das pessoas a referência do local. Eles perdem o investimento feito por uma ou várias gerações na propriedade, a segurança representada pelo

espaço construído ou vivido, o sentido de lugar, o sentimento de pertencimento. As comunidades que tiram seu sustento da natureza, como comunidades pesqueiras, extrativistas, ou comunidades de quilombolas, indígenas ou comunidades rurais são as que mais sofrem com o processo de desterritorialização. Ademais, “as barragens também podem produzir impactos negativos no patrimônio cultural das comunidades atingidas, como o alagamento de igrejas, templos, cemitérios e santuários” (SILVA, 2007, p. 17). Os impactos imateriais não são mensurados, por isso clama-se por um cuidado redobrado para reconstrução do plano psicológico e da sociabilidade da comunidade atingida (BORTONE; LUDWIG, 2010; SILVA, 2007).

- Econômicos: algumas populações deslocadas podem ficar sem terra e emprego, podendo, desencadear até um processo de endividamento. Este tipo de impacto se reforça em situações em que pessoas deslocadas não são cadastradas, nem indenizadas ou reassentadas pelos responsáveis da construção da usina. Os responsáveis pelas barragens tem que se preocuparem com a reativação econômica da área afetada (WEISS, 2010).

Diante do exposto observa-se uma diversidade de impactos, e do mesmo modo, segundo Vainer (2008, p. 40) pode-se observar uma diversidade de definições do conceito de atingidos, que em suma, trata-se de uma categoria social em disputa, que varia no tempo e no espaço, “conforme os contextos políticos e culturais e, em consonância com o desenrolar e desenlace dos conflitos que opõem diferentes atores sociais”. Neste sentido, o autor destaca

três concepções que orientam o conceito de atingidos: territorial-patrimonialista, hídrica e mudança social.

Para esse autor, historicamente, predomina a concepção territorial-patrimonialista e a hídrica para definir atingido. Pela concepção territorial-patrimonialista, o atingido é o proprietário da terra alagada; e pela concepção hídrica, o atingido é o inundado pela barragem, abrangendo além do proprietário, o posseiro, o meeiro, entre outros. Ambas as concepções atrelam o conceito de atingido à questão da terra e destinatário de indenização, prevalecendo nessas concepções o direito de desapropriação por utilidade pública exercido pelo empreendedor (VAINER, 2008).

A terceira concepção inclui o empreendimento hidrelétrico como deflagrador de mudança social, interferindo sob várias dimensões e escalas – espaciais e temporais – sob um dado território. Além de alterações patrimoniais e morfológicas (nova geomorfologia, novo regime hídrico, etc.), esse processo de mudança desencadeia novas dinâmicas socioeconômicas, novos grupos sociais emergem na região de implantação, bem como, novos interesses e problemas se manifestam (VAINER, 2008). Trata-se, portanto, de uma abordagem que permite superar as concepções que têm como núcleo o direito do empreendedor (territorial-patrimonialista e hídrica) e não os direitos das populações afetadas, uma vez que compreende a natureza econômica, política, cultural e ambiental do processo social deflagrado pelo empreendimento.

Há, ainda, quem faça uma definição pormenorizada de atingidos, distinguindo atingidos, deslocados, reassentados e ameaçados. Nesse sentido, Pinheiro (2007, p. 36) expõe:

[...] o conceito de deslocados para designar as pessoas que tiveram que deixar a área onde moravam em decorrência de

alguma atividade ligada à construção ou implantação da obra, ou devido à inundação do reservatório da hidrelétrica. Os reassentados são todos os deslocados que foram transferidos para algum outro local e os que se transferiram com alguma indenização. A categoria de atingidos engloba os deslocados e os que sofrem com modificações diretas nas suas condições de vida. O conceito de ameaçado [...] será utilizado para aqueles casos de pessoas que estão localizadas em regiões onde é anunciada a possibilidade de implantação de uma obra hidrelétrica.

Diante de todo exposto é possível verificar que o conceito de atingidos é heterogêneo e contraditório dependendo do interesse representado. Corrobora-se com a visão mais abrangente de atingidos defendido pelo Consórcio do Aproveitamento Hidrelétrico do Funil - CEAB (2010) e Vainer (2008) que se centram numa pluralidade de ideias, ultrapassando a dimensão econômica defendida pelas empreiteiras de barragens, de que o atingido é aquele que teve a terra inundada, e abrangendo todos aqueles que de alguma forma sofrem impactos em decorrência da implantação da barragem, ou seja, corrobora-se com a visão de que a construção de um empreendimento hidrelétrico desencadeia um processo de mudança social e o atingido é todo aquele que de alguma forma sofre com esse processo e teve seu meio ou modo de vida alterado ou transformado em decorrência da construção de uma barragem. Ademais, reconhece-se o atingido como um sujeito de direitos, indo além da perspectiva hegemônica indenizatória.

Retomando a discussão dessa seção, é possível afirmar que as políticas existentes para o setor hidrelétrico são mais orientadas para o crescimento do setor, e quando se trata da população afetada essas se referem apenas ao ressarcimento e ao reassentamento dessa população, faltando políticas permanentes que representem os interesses e direitos dos atingidos.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa consiste em uma aplicação empírica do modelo processual de análise de políticas públicas delineado por Ferreira, Alencar e Pereira (2011) nas comunidades atingidas pela UHE Funil.

Cabe ressaltar que optou-se nesse trabalho fazer um recorte desse modelo, assim, utilizou-se as fases 1, 3 e parcialmente a fase 4, respectivamente, esquema geral de interpretação, categorização dos fatores em favoráveis e/ou limitantes e aproveitamento dos fatores como proposições para formulação de políticas públicas (figura 1), por entender que essas fases foram capazes de atender o objetivo proposto nesse trabalho, qual seja, de compreender como atores vinculados a UHE Funil e os atingidos por esse empreendimento interpretam os fatores favoráveis e/ou limitantes ao desenvolvimento das comunidades atingidas com o fim de utilizá-los como proposições para a formulação de políticas públicas que defenda o interesse de populações atingidas por barragens.

A supressão das fases 2 e 5 e parcialmente da fase 4 não prejudica a aplicação do modelo (ver figura 1). O processo de orientação proposto pela fase 2 do modelo amplia a noção de significado dos objetos de orientação, situando-os nas categorias indivíduo/habitus e estrutura/campos ou na inter-relação entre elas. Entretanto, essas categorias não foram adotadas para este trabalho, portanto, a não utilização dessa fase não prejudicou a análise de dados proposta pela fase 3, na qual os objetos de orientação foram classificados como favoráveis e limitantes ao desenvolvimento local das comunidades atingidas. Como o objetivo do trabalho consiste em trabalhar esses fatores favoráveis e limitantes como proposições para formulação de políticas públicas para

atingidos por barragens não utilizou as dimensões avaliação da fase 4 e nem a implementação proposta na fase 5.

Nessa fase também submeteu-se o projeto de dissertação, os roteiros de entrevistas e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) à Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Lavras, sendo aprovado esse trabalho sob o parecer nº 391.292, em 11 de setembro de 2013.

Na segunda etapa da pesquisa foram realizados, concomitantemente, mais uma revisão do projeto e os trabalhos de campo. O trabalho de campo iniciou-se outubro de 2013 e encerrou em julho de 2014 com uma equipe coordenada pela Prof.^a Dr.^a Patrícia Aparecida Ferreira e composta por duas alunas de pós-graduação e três alunos de iniciação científica.

O trabalho de campo foi realizado por meio de visitas que se deram num, primeiro momento, no escritório do Consórcio AHE Funil (CAHEF), posteriormente nas comunidades atingidas pela UHE Funil – a saber: Macaia, Ponte do Funil e Pedra Negra, e por fim na sede das prefeituras e câmaras municipais que abrigam as comunidades atingidas - Bom Sucesso, Lavras e Ijaci, respectivamente.

Em outubro de 2013 iniciou-se a coleta de dados com os representantes do CAHEF, a qual foi finalizada em dezembro de 2013, com um total de 4 entrevistas. As entrevistas com esses atores ocorreram na sua maioria nas dependências do CAHEF e somente uma foi realizada na Universidade Federal de Lavras.

No mês de janeiro iniciaram-se as visitas nas comunidades atingidas para realização das entrevistas. A equipe de pesquisadores decidiu como roteiro inicial a comunidade de Macaia, depois Ponte do Funil e por fim Pedra Negra. A princípio, a equipe pretendia finalizar as entrevistas em cada comunidade para

então iniciar em outra comunidade, mas isso não foi possível devido a agenda dos entrevistados. Em média foram feitas 5 a 7 visitas nas comunidades, entrevistando dois atores por visita. A maioria das entrevistas com os atores das comunidades atingidas ocorreram em suas residências, associações ou estabelecimentos comerciais.

Os entrevistados representam os diversos atores envolvidos com a UHE Funil como os moradores das comunidades atingidas; representantes do poder executivo e legislativo dos municípios que abrigam as comunidades; membros de entidades representativas, como rádio comunitária, associações de moradores, movimentos sociais e outras associações criadas para a reativação econômica e os representantes do CAHEF.

Para a seleção desses entrevistados utilizou-se, primeiramente, a dimensão temporal como critério, ou seja, foram escolhidos atores envolvidos com a UHE Funil ou que foram atingidos por esse empreendimento, posteriormente, pautou-se como critério de seleção a conveniência e/ou acessibilidade – interesse e disponibilidade de participar da pesquisa do suposto participante. Ademais, para formar a lista de entrevistados usou-se do método bola de neve, solicitando aos indivíduos entrevistados a indicação de atores que poderiam participar da pesquisa. O princípio da saturação serviu como referência para delimitar o número de participantes, ou seja, o número de entrevistados foi delimitado quando as informações se tornaram saturadas e a pesquisadora julgou que já não obteria resultados diferentes nas entrevistas (ALENCAR, 1999). Todos os entrevistados foram informados previamente dos objetivos e procedimentos do estudo, sendo solicitado, ainda, que os mesmos assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Na realização das entrevistas, a equipe de pesquisadores se dividiu em dupla, de modo que pudesse conciliar o horário dos entrevistados com a sua disponibilidade de horários de trabalho na pesquisa.

Dentre as dificuldades encontradas pela equipe na realização das entrevistas destacam-se: i) dependência da disponibilidade dos entrevistados para o agendamento das entrevistas; ii) cancelamentos realizados de última hora; iii) entrevistados que não se encontravam no horário e/ou no local agendado; iv) dificuldade de acesso nas estradas vicinais que levam até a residência de alguns atingidos.

Vale destacar que a inclusão da primeira etapa do trabalho – pesquisa bibliográfica e documental – foi de suma importância para que a equipe de pesquisadores refletisse sobre o tema políticas públicas para comunidades atingidas por barragens, orientando em questões que deveriam ser contempladas no roteiro de pesquisa.

O Quadro 1 representa o número de entrevistas realizadas por categoria até julho de 2014. Conforme pode ser observado no Quadro 1 foram realizadas 57 entrevistas.

QUADRO 1 Categoria de atores sociais e número de entrevistados por categoria

Categoria de atores sociais	Número de entrevistados
Representantes do CAHEF	4
Atingidos de Macaia	13
Atingidos de Pedra Negra	8
Atingidos da Ponte do Funil	11
Membros de entidades representativas	13
Representantes dos Poderes Executivo e Legislativo	8
Total	57

Pautando-se na primeira fase do modelo para análise de políticas públicas sob a ótica processual que trabalha o diagnóstico interpretativo da realidade, o método de coleta de dados utilizado foi entrevista não estruturada (ver apêndice A), visto que esta permite que os atores participantes expressem os seus conhecimentos sobre as comunidades (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011).

Os roteiros dessas entrevistas se basearam nos roteiros utilizados na pesquisa de Alencar et al. (2005) (ver apêndice A), adaptando às especificidades desse estudo. Esse roteiro buscou identificar a percepção dos atingidos sobre os fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento das comunidades após a construção da UHE Funil, em seguida, buscou-se relacionar as potencialidades desses fatores bem como o modo como esses fatores poderiam ser utilizados como proposições para políticas públicas que defenda os interesses dos atingidos.

As entrevistas foram gravadas e tiveram duração média de cinquenta minutos e foram transcritas pelos três alunos de iniciação científica que compõem a equipe.

A terceira etapa desse trabalho foi realizada no período de agosto de 2014 até dezembro de 2014, e consistiu na categorização proposta na fase 3 do modelo processual de políticas públicas e na elaboração das proposições para políticas públicas, para tanto utilizou *grounded theory* combinada com a análise de significados como instrumentos metodológicos que estão sob o manto da abordagem interpretativa (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011).

A construção das categorias foi orientada pela sistemática da codificação da *grounded theory* exposta e detalhada no modelo processual de políticas públicas (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011). Assim, com base na

grounded theory, a análise de dados seguiu as seguintes etapas: interação com os dados, codificação aberta, codificação axial e codificação seletiva.

Primeiramente, realizou-se exaustivas leituras em dias alternados das entrevistas transcritas para que a pesquisadora se interessasse com os dados. Posteriormente, para fazer a codificação aberta, construiu-se para cada entrevistado um quadro de análise, no qual, os trechos das entrevistas foram copiados e colocados no mesmo espaço quando se referia ao mesmo assunto ou tema, nessa etapa da *grounded theory* os dados transcritos foram cuidadosamente examinados, linha por linha, para que as propriedades e as dimensões possam ser extraídas e conceitualizadas nas possíveis categorias.

Ao copiar um trecho para um determinado espaço, verificou-se se o mesmo poderia enquadrar em outro assunto (espaço), de tal modo, que alguns trechos de entrevistas figuraram em mais de um assunto, cumprindo-se a etapa da codificação axial. Além disso, nessa etapa, as possíveis categorias formadas foram analisadas comparativamente, no intuito de tentar identificar as mais significativas reduzindo o número dessas possíveis categorias.

Após, a elaboração dos quadros individuais, realizou-se a codificação seletiva que se estruturou através da confecção de quadros gerais de análises por grupos, a saber: atingidos de Macaia, atingidos de Pedra Negra, atingidos da Ponte do Funil, representantes do CAHEF, membros de entidades representativas, representantes do poder executivo e legislativo dos municípios que abrigam as comunidades atingidas. Na elaboração desses quadros gerais, agrupou-se todos os trechos de entrevistas relacionados, e depois analisou-se e confirmou-se as categorias que emergiam, revelando os fatores favoráveis e limitantes pertencentes a cada uma dessas categorias, explicando as diferenças e as semelhanças do fenômeno estudado.

De tal modo, a utilizou-se as etapas previstas pela *grounded theory* tão somente para obter as categorias dos fatores favoráveis e limitantes. Cabe destacar que trabalhar com a *grounded theory* exige do pesquisador uma grande flexibilidade de pensamento e uma disposição para o movimento de sair e voltar aos dados todo o tempo.

E de posse dessas categorias utilizou-se a análise de significados para trazer uma interpretação constitutiva da realidade, ou seja, para trazer os sentidos desses fatores e ver a relação entre eles, as potencialidades de desenvolvimento aproveitado e não aproveitado, explorando como esses fatores poderiam fornecer informações relevantes para a formulação de proposições de uma política pública que defenda os interesses dos atingidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussões desse trabalho serão dispostos de acordo com as categorias que emergiram da percepção dos atores sociais acerca do desenvolvimento das comunidades atingidas pela UHE Funil, considerando que a maioria dessas categorias contém tanto fatores favoráveis quanto limitantes, que por vezes se intercomunicam, optou-se por mantê-los agrupados para facilitar a compreensão dos dados bem como as proposições para políticas públicas.

4.1 Infraestrutura

Os fatores interpretados pelos entrevistados como pertencentes à categoria infraestrutura referem-se a tudo aquilo que o CAHEF fez ou deixou de fazer pelas comunidades em termos estruturais, tais como a construção da ponte que liga Macaia ao município de Ijaci, o alagamento da ponte do Funil, a construção das redes de esgotos e das casas nas três comunidades atingidas bem como investimentos e melhorias estruturais em postos de saúde, escolas, estradas e asfaltos.

A construção da ponte de Macaia foi uma obra realizada pelo CAHEF em parceria com o Departamento de Estrada de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) para atender uma demanda da comunidade durante o processo de negociação da relocação. Os entrevistados de Macaia enxergam a ponte como o fator mais favorável à construção da barragem na região, vez que ela facilitou e melhorou a vida dos moradores, que antes tinham que atravessar o rio de balsa, pagar por esse serviço, programar os compromissos de acordo com os horários

da balsa, e também contar com a sorte, pois não era possível atravessar de balsa quando o rio estava cheio e, nesses casos, as pessoas tinham que atravessar de canoa ou pela linha de trem. De tal modo, os entrevistados entendem que a construção da ponte trouxe desenvolvimento para a região, visto que, hoje os moradores tem a oportunidade de trabalhar e estudar nas cidades vizinhas, além de ter facilitado o acesso à comunidade para os turistas.

A ponte é o cordão umbilical de tudo, porque a ponte dá acesso livre a população de Macaia sair pra Ijaci, Lavras, com mais facilidade né?! (Atingido de Macaia 9)

[...] a única coisa que conseguia trazer uma melhora aqui era a ponte, né? Porque antes você atravessava de balsa era uma dificuldade pra chegar, pra sair. Mesmo hoje com a represa seria uma coisa difícil, seria caro o custo pra sair daqui. E hoje com a ponte nós temos um bom movimento aos finais de semana, isso traz o turismo, né? (Membro de entidade representativa de Macaia 1)

O único ponto positivo que surgiu pra nós aqui foi a construção da ponte, esse foi o ponto positivo, porque antes a gente tinha que atravessar na balsa, tinha que atravessar muitas vezes de canoa quando o rio tava muito cheio, ou então tinha que atravessar na ponte do trem, e agora não, esse foi o ponto positivo, que foi a construção da ponte que nos beneficiou. (Atingido de Macaia 3)

[...] teve a conquista dessa ponte que não existia no projeto da construção da hidrelétrica, foi um fato em que o empenho da comunidade ajudou a trazer também a solução pra esta ponte. [...] foi uma reivindicação partindo da associação criada aqui em Macaia dos atingidos pela represa, envolvendo-se com o prefeito municipal da época, e que daí veio esta conquista. [...] Melhorou o acesso pra Bom Sucesso que antes não tinha essa ligação, facilitou para os alunos de Bom Sucesso que estudam em Lavras que antes era muito difícil pra deslocar até lá, tinha que dar a volta, agora depois da represa com a ponte facilitou muito né. A

represa deixa as portas abertas para o progresso né, para melhorar. (Representante do legislativo de Bom Sucesso 1)

Por outro lado, esse fator acima descrito como favorável ora é interpretado como limitante para alguns entrevistados que mencionam que os atingidos de Macaia abriram mão de algumas demandas para mitigar os impactos causados pela construção da UHE Funil em prol da construção da ponte que, por sua vez, beneficiou toda a região. Além disso, o movimento propiciado na comunidade após a construção da ponte também é alvo de reclamação de alguns entrevistados, pois se por um lado, a construção da ponte facilitou a vida dos moradores de Macaia e trouxe o turista, por outro lado, trouxe movimento, barulho e, conseqüentemente, algumas confusões para uma comunidade que era totalmente pacata. Para um dos fazendeiros da região, a construção dessa ponte causou alguns impactos na zona rural, pois os produtores da região reclamam da falta de mão de obra, vez que o acesso facilitado às cidades vizinhas propiciou um movimento de migração da mão de obra do campo para a cidade.

[...] essa ponte foi positiva e negativa ao mesmo tempo porque aqui acontece de tudo, vem muita coisa ruim pra cá no sentido da droga, então aqui dá muita droga, os próprios moradores daqui de Macaia não se sente mais moradores daqui porque o pessoal de fora mesmo é que frequenta mais essa pequena represa, porque os daqui mesmo é muito pouca gente, mais muitas vezes é por insegurança e medo. (Atingido de Macaia 3)

Macaia pagou muito caro pra região pela ponte, pra ver até a Camargo Correia levam vantagens, porque os caminhões que davam a volta quase 80 km pra chegar, passando aqui por Santo Antônio, Bom Sucesso, é um atalho e Macaia pagou um preço sozinho! **Abriu mão de muita coisa, ia ter clube, ia ter creche, ia ter várias coisas pra trazer e eles**

abriram mão de um punhado de coisa e pra ter a ponte que não favorecia só Macaia, favorecia a região toda! [...] Única coisa que facilitou também que por ela [barragem] veio a ponte né! E aí facilitou pro pessoal do Macaia trabalhar em Lavras, que a maioria. **Mais pra parte rural até fico pior, que agora já não acha ninguém pra trabalhar pra gente. Todos trabalham em Lavras!** (Atingido de Macaia 8) (grifo nosso)

[...] o pessoal tinha paz, tinha tranquilidade, então muita gente agora reclama porque com esse movimento assim, com essa acessibilidade lá, esse acesso fácil de Macaia da forma que ficou lá, vai muita gente de fora, com isso leva muitos problema [...], isso é um ponto negativo porque as pessoas vão chegando e vão causando alguma confusão né, não é sempre gente de paz né, é gente de todo tipo, que causa briga, drogado, ou qualquer outra pessoa assim, então falhou nessa parte, abriu espaço pras pessoas irem, porque o pessoal quer conhecer, outras já conhecem e gostam de passear lá e tudo, só que não tem segurança. (Atingido de Macaia 10)

Para os atingidos e os membros de entidades representativas da comunidade do Funil, o alagamento da ponte assume o significado de fator limitante, pois os moradores da região perderam uma obra de infraestrutura que ligava dois municípios, Lavras a Perdões, e toda a comunidade de alguma forma sentiu os impactos decorrentes da sua ausência. Esses dois grupos de entrevistados apontam a importância que a ponte do Funil tinha para a região, principalmente, para aqueles que moravam em Lavras e trabalhavam nas grandes fazendas de Perdões.

Cabe destacar que a região do Funil, por ser uma área de passagem, tinha um forte comércio local que atendia as microrregiões rurais de Lavras e Perdões no entorno da ponte, além disso, a ponte era um atrativo turístico. Assim, a sua destruição abalou as relações sociais, de vizinhança, empregatícias

e econômicas, haja vista que o comércio enfraqueceu, o turismo praticamente não existe mais, as ofertas de emprego nas fazendas de Perdões para a comunidade do Funil diminuíram considerando o grande deslocamento dos trabalhadores para chegar do outro lado, além disso, rompeu alguns laços afetivos e sociais.

Pessoas mais velhas que sempre viveram ali, aí passa morar na comunidade, trabalhavam né e o acesso ficou difícil pra atravessar a barragem, porque antes tinha a ponte se fosse pro município pra trabalhar era só atravessar. **Limitaram o trabalho deles, eles tinham que andar muito pra poder trabalhar ou os patrões tinham que vir buscar.** (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6) (grifo nosso)

Tinha pessoas que eram vizinhos e hoje ficou separado pelo lago. [...] Outra questão também é o acesso, se a comunidade fosse uma área de passagem, a história era outra. Mas é uma área restrita, a pessoa chega só ali e ele tem que voltar pra trás. Coisa que a nossa comunidade antiga não era assim, era área de passagem, ligava o município. Então essa coisas tudo atrapalha. (Atingido da Ponte do Funil 9) (grifo nosso)

[...] a maioria aqui é sitiante e quando morava do outro lado tinha como escape a Fazenda do O., a Fazenda do A. que oferecia emprego, aí eles tiraram a ponte e o pessoal pra sair aqui e chegar lá vai gastar um dia inteiro. (Atingido da Ponte do Funil 6)

[...] um problema grande porque totalmente a ponte do funil era um ponto turista... (Atingido da Ponte do Funil 3)

Alguns entrevistados acreditam que faltou apoio por parte do poder público municipal para exigir a construção de outra ponte. Os membros de entidades representativas do Funil apontam que a comissão, criada para representar os atingidos no processo de negociação, não se articulou direito para

exigir que uma nova ponte fosse construída. Apesar disso, nenhum dos representantes do poder legislativo de Lavras reconhece a responsabilidade do poder público municipal de lutar pela construção de outra ponte. A visão do poder legislativo de Lavras quanto à destruição da ponte é acrítica, um dos entrevistados sequer menciona a destruição da ponte como consequência da construção da UHE Funil, ao contrário da visão dos atingidos e membros de entidades representativas que enxergam a destruição da ponte como um fator limitante ao desenvolvimento da comunidade.

A ponte, a gente queria o acesso pro outro lado, só que a gente não conseguiu não, depois que eles fizeram a daqui de Macaia, eles [CAHEF] falaram: “nem pensar em construir”, [...] se a prefeitura tivesse ajudado... Mas acho que eles ganharam pra ficar quietos. Tipo assim, vamos retribuir de alguma outra forma. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6)

Modificou, porque antigamente antes de construir a barragem, tinha a ponte do funil e hoje onde era a ponte é na própria usina mesmo e alguns moradores que tem propriedade acima do lago, onde é a usina hoje, tem que dar uma volta né, acaba dando uma volta e **na época devia ter juntado e unido o pessoal e pedido, talvez, que levantasse a ponte na antiga Ponte do Funil e poderia até ter conseguido.** (Representante do legislativo de Lavras 1) (grifo nosso)

Outros fatores favoráveis pertencentes a essa categoria identificados em todos os grupos de entrevistados se referem às obras e/ou reformas estruturais realizadas pelo CAHEF nas três comunidades como: escolas, postos de saúde, asfaltamento das comunidades, casas de apoio à cultura em Macaia e Pedra Negra, sede dos grupos de reativação econômica, tratamento de esgoto, energia elétrica e fornecimento de água potável.

[...] formou uma comunidade, né? E isso traz toda uma estrutura que não existia, estrutura física que não existia, estrutura em energia com uma qualidade melhor, uma água com uma qualidade melhor, você traz escolas mais próximas, creche, posto de saúde, tudo ali ficou mais próximo pra eles, o transporte, o apoio que antes, às vezes, não existia de uma forma mais conjunta, hoje eles têm. **Então isso é qualidade social, de vida.** (Representante do CAHEF 4) (grifo nosso)

Após a barragem, melhorou a infraestrutura, antes não tinha postes, iluminação; ponto de ônibus era longe, aumentou trabalho. Alguns moradores tem consciência, porém os mais antigos não, eles não gostam. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 4) (grifo nosso)

Ah, eu acho que melhorou bastante, porque antes tudo era muito difícil, até transporte, antes tinha que atravessar de balsa, hoje praticamente você pega uma condução na sua porta e tem os pontos de ônibus, tudo mais fácil né, até pros idosos. (Atingido de Macaia 7)

Aqui antes não tinha asfalto, era tudo estrada de terra, e estrada de terra imagina só o poeirão que era. Hoje facilitou muito, melhorou bastante. Que mais? Mais num contexto geral aqui melhorou muito. (Atingido de Macaia 1)

Quando chegou, era só boato, depois que chegou e falaram que era verdade **mesmo a gente achou muito bom porque ia melhorar o lugar que era esquecido num cantinho...** (Atingido de Macaia 12) (grifo nosso)

[...] a questão era que a comunidade tava muito abandonada, entendeu? Não tinha estrutura, não tinha saneamento básico, não tinha postos de saúde, não tinha transporte coletivo diariamente, era estrada de terra batida, estrada de sinais, entendeu? Para a comunidade da Pedra Negra, creio eu, conversando com alguns moradores, que eu tenho muitos amigos ali na Pedra Negra, eles falam assim, que pra eles foi a melhor coisa que aconteceu na vida deles é eles terem vindo aqui pra Ijaci. E o bairro hoje, da Pedra

Negra, não sei se vocês conhecem, é um dos melhores bairros que a gente tem aqui dentro do município, infraestrutura, as casas todas bem organizadas, passeios, praças, tem um centro cultural, não sei se vocês conhecem lá, entendeu? (Representante do executivo de Ijaci 2)

[...] tudo que eles reivindicaram foi feito, grupo novo[referindo-se à escola], posto policial, telefone que não tinha lá na época, só tinha um posto telefônico, então distribuiu telefone pra todo mundo, fez o que precisava e o que não precisava também, foram muito bem atendidos. (Representante do executivo de Bom Sucesso 2)

[...] antes, nós aqui, era uma comunidade de ruas de terra, sem a mínima infraestrutura, sem nada, hoje nós temos toda infraestrutura, inclusive temos até tratamento de esgoto, água com tratamento. Então foram muitas as melhoras pra comunidade nesse termo. (Membro de entidade representativa de Macaia 1)

Lá era tipo assim, uma roça mesmo, não tinha asfalto, não tinha nada. [...] Aí melhorou. Isso aí foi muito; pra muita gente foi bem melhor aqui do que lá. (Atingido de Pedra Negra 5)

Das obras realizadas pelo CAHEF, é notório entre os entrevistados que a construção das novas moradias é um fator favorável ao desenvolvimento após a implantação da UHE Funil. É possível observar que o acesso à casa nova está atrelado ao acesso a uma moradia digna, e isso possibilitou uma melhor condição social para muitas pessoas que viviam em casas de adobe e de chão de terra batido, sem banheiros, energia elétrica, água encanada, eram casas bem simples, enquanto que as casas novas foram construídas com telhas e tijolos, tem piso no chão, banheiros, água encanada, energia elétrica, ou seja, os atingidos e membros de entidades representativas atribuem a conquista da casa com mais estrutura e dignidade à vinda da UHE Funil, é possível identificar, inclusive, um

sentimento de gratidão dessas pessoas ao CAHEF por terem proporcionado o acesso a uma moradia de qualidade.

O que eles [CAHEF] contribuíram foi a melhoria, casas melhores, tudo mais. Você vê que, vamos supor, quem pensava em morar numa casa que não tivesse condições, hoje mora com um conforto melhor, entendeu? Tem mais conforto em sentido de casa [...]. **Então assim, eu vou morar numa casa nova, isso é um sonho, entendeu? Então isso aí preencheu muitos requisitos de muitas pessoas, entendeu?** (Atingido de Pedra Negra 7)

Eu acho que melhorou, porque todo mundo tinha umas casas fracas e ruins e eles fizeram casas boas pra esse pessoal, com asfalto na porta, água, luz e isso é um ponto positivo. (Atingido de Pedra Negra 8)

Tem a questão social que eu vejo é a melhoria na qualidade das moradias. Então você vê **pessoas que antes não tinham nem banheiro em casa, hoje tem banheiro em casa, tem uma estrutura, tem asfalto, tem iluminação, tem rede de esgoto**. Então isso, eu acho que um empreendimento desse tipo traz esse tipo de benefício pros moradores. (Representante do CAHEF 1) (grifo nosso)

Só de vocês dar uma ida em cada uma das comunidades vocês vão ver a infraestrutura, tudo diferente, tudo mais ampla, as casas são melhores, tem algumas casas pequenas tem, mas a maioria é tudo casa grande. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 1)

Bom, tinha muita casa velha, **o pessoal ganhou as casas novinhas, independente dos defeitos da casa, muita gente tá chorando de barriga cheia, porque tinha muita gente com a casa de adobo**, a pessoa morava em casa de adobo com as telhas muito antigas, não tinha laje, não tinha nada, muita casa não tinha nem banheiro, às vezes, tinha aquela foça lá no fundo da casa e tal, então acabou, isso não existe mais, não tem isso mais, todo mundo mora numa casa de alvenaria, com laje, no mínimo, um forro deve ter a casa,

urbanizado mesmo o bairro né?! (Atingido de Macaia 9)
(grifo nosso)

[...] uma coisa que eu achava bom de ir pra casa novinha, eu não tenho nada que queixar, vim alegre, satisfeita e hoje tô aí graças a Deus pra mim tá tudo bem, eu tinha que andar muito pra pegar ônibus, hoje é na porta, de hora em hora, tem coleta de lixo, antes não tinha, tudo isso a gente tem que ver. (Atingido de Macaia 6)

[...] de lá da antiga pra essa nova melhorou demais [referindo-se às casas]; na outra não tinha quase nada, não tinha água corrente, a torneira era coletiva, uma casa ou outra que tinha água própria. Na Pedra Negra velha era um ou outro que tinha dinheiro e que colocava torneira dentro de casa. Agora não, agora eles tem tudo! Eu acho que foi um ponto positivo né? (Atingido de Pedra Negra 8)

Na comunidade do Funil, observa-se que a questão das casas é ainda mais significativa, pois abrangeu os chamados “casos sociais” – pessoas que não eram proprietárias de terras, mas trabalhavam e moravam nas propriedades dos grandes fazendeiros como sitiantes, meeiros ou agregados – essas pessoas foram incluídas na negociação da relocação e ganharam uma casa. Os casos sociais são interpretados pelos atingidos e membros de entidades representativas do Funil como fator favorável, pois possibilitou a casa própria que era uma realidade muito distante para essas pessoas. Em que pese as demais comunidades terem sido contempladas com os “casos sociais”, esses não foram apontados como fator favorável, entendendo os atingidos e membros de entidades representativas de Macaia e Pedra Negra que o “caso social” era um direito das pessoas que, mesmo sem título de propriedade, viveram toda uma vida na região que seria alagada. Logo era uma obrigação do CAHEF relocar essas pessoas.

[...] todo mundo, que de uma forma ou de outra ficava ali na ponte, que vivia ali, que pescava ali, dormia onde dormisse,

foi atendido, foi chamado os casos sociais. Aí eles ficaram bem, cada um tem a sua casinha. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 7)

Às vezes eu dormia na varanda de um rancho, vinha chuva, sabe? Aquela chuva caía pra um lado eu puxava o colchãozinho pra um lado, pro outro, aquela dificuldade. **Quando eu entrei dentro da minha casa eu disse: “graças a Deus eu tô dentro da minha casa, né? Sei que aqui eu não vou tomar chuva”, pra mim foi ótimo!** (Atingido da Ponte do Funil 1) (grifo nosso)

[...] a assistente social foi lá em baixo e constatou que a casa era incompatível pelo tanto de filho que eu tinha, aí eles falaram que iam fazer outra casa pra mim que é essa, essa aqui tem quatro quartos, sala-cozinha. A cozinha é pequena, mas, estamos planejando em aumentar e muitos pra mim tá ótimo a casa, **pra quem nunca teve e nunca pensou em ter a própria casa, pra mim tá ótimo!** (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 3) (grifo nosso)

Contudo, interpreta-se que os casos sociais são utilizados pelo CAHEF para fugir da concepção patrimonialista de atingidos, predominante nos processos de desterritorialização, enquadrando os atingidos da UHE Funil na concepção hídrica, ou seja, numa concepção onde o atingido é o destinatário de indenização pela terra alagada independentemente do título de proprietário, não incluindo as pessoas que de alguma forma tiveram seus meios e modos de vida impactados com a construção da UHE Funil, logo, essa concepção adotada na região enquadra-se como limitante, pois restringiu o número pessoas, que sofreram impactos de diferentes ordens em suas vidas, que deveriam ser compensadas pelo CAHEF e não foram.

Então, **a minha avó ela ficou sozinha né, todos os vizinhos mudaram**, o pessoal todo saiu, não ficou mais ninguém né, ela ficou praticamente sem ninguém de frente e do lado, ela

ficou de frente pra água, ficou privilegiada pela vista bonita, mais ela ficou muito sentida porque acabou as vizinhas, as pessoas que você sai ali fora e mexe com o compadre, a comadre, gente de muitos anos né, minha avó já era idosa, e ela morava sozinha, mais a gente tava sempre com ela lá, **então isso pra ela foi devastador, para as pessoas mais antigas isso não teve nada de bom**, pessoas que são mais ligadas a raiz, não é ligado a progresso, a mudança sabe?
 [...] **Então minha avó, como ela não foi atingida diretamente, eu precisei fazer vários ofícios** pro consórcio, políticos, até pro diretor geral da Usina assim, pedindo, explicando a situação dela, e **pra poder ver se conseguia realocar ela pra junto dos vizinhos, aí levou dois anos**. (Atingido de Macaia 10) (grifo nosso)

[...] me parece que eles mudaram o nível da água lá em baixo e aí não teve necessidade da gente sair, **mais de um jeito ou de outro, eu fiquei sendo atingida do mesmo jeito**, porque aqui desse lado de cá, ninguém tem paz, ninguém tem mais sossego. Então a gente já não se sente mais morador do Macaia, então as vezes pra você ter um pouquinho de sossego, de tranquilidade, ver uma televisão, você tem que fechar a casa todinha por causa do barulho do som, a noite pra dormi, aí onde você tá sentada isso aí é um sofá cama, a gente tem que fechar todas as portas e dormir aqui no chão, então de um jeito ou de outro eu também fui atingida. (Atingido de Macaia 3) (grifo nosso)

Em relação às obras de infraestrutura, é possível observar que alguns entrevistados identificam como fatores limitantes a desconsideração de algumas referências estruturais locais, a não qualidade das casas, o padrão de casas diferente nas comunidades e a não entrega de todas as obras que haviam sido prometidas pelo o CAHEF.

Sabe o que acontece muito aqui? Você vai perceber, muitas mães não trabalham porque não tem onde deixar os filhos.
 [...] Aí o que acontece, somente os maridos trabalha pra sustentar uma casa. Você sabe que uma pessoa só, nos dias

de hoje, ser responsável por todo sustento familiar é complicado. **Porque foi falado na época que aqui eles [CAHEF] iam construir uma creche**, etc. (Atingido de Macaia 1) (grifo nosso)

Nós estamos precisando aqui de uma quadra poliesportiva, foi prometida, mas não cumpriu, porque nessa quadra poderíamos fazer festas e eventos. **Inclusive consta no mapa aqui, na planta, uma creche e não tem**, mas também não tem menino pra colocar na creche. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 5) (grifo nosso)

Outro aspecto é a questão de água em algumas propriedades rurais era baixo, o rio ele corria às vezes uma distância bem significativa e a água estava em baixo e quando veio o represamento tampou o poço, a nascente que supria de água e muitos lugares eles não [CAHEF] perfuram poços pra atender. (Representante do executivo de Ijaci 1)

[...] fizeram um posto artesiano pra gente, só que a nossa água ela ia por gravidade, **a gente não gastava dinheiro pra adquirir a água**, ia com queda natural, **hoje com o poço artesiano a gente precisa de bomba pra tirar essa água e mandar lá em cima**, nesse ponto aí pra gente não foi legal, porque **o Consórcio é claro não paga a conta de energia nossa, e antes a gente não pagava nada**. (Atingido da Ponte do Funil 5) (grifo nosso)

Eles [atingidos] teve que mudar completamente, mudou tudo, porque tinha gente que tinha casa, aquelas casas com fogão de lenha, aquela casa não tinha forro, não tinha laje, não tinha nada, aí de uma hora pra outra mudou pra casa com laje, piso, tudo arrumadinho, **sem fogão de lenha**. (Atingido de Macaia 12) (grifo nosso)

[...] muitas coisas da casa que eles fizeram deu confusão, porque na outra casa a gente tava acostumada a lavar roupa lá fora, só que aqui eles fizeram a lavanderia dentro da cozinha né?! Aí começou uma demanda. (Atingido de Macaia 7)

O pessoal fica indignado mesmo. Porque chega em Macaia, aquelas casonas, Pedra Negra aquelas casonas. Eu acho que não precisava ser do mesmo tamanho de casa, mas eu acho que pelo menos todas as casas ali tinha que ter uns dois quartos, uma varandinha. Não tem. Fizeram um quadrado e colocaram eles pra dentro. “Aí seu cocho e pronto”. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 1)

Aí como tinha um critério de agregado e essas coisas, eu fui colocado como agregado e ganhei uma casinha lá, **casinha de pombo, uma casinha pequena e mal feita, não tem alicerce, é uma coisa mal feita mesmo**. Deus me perdoe, eu ganhei, é minha, mas é uma coisa triste, muito mal feita e outros ganharam na mesma condição minha de agregado. (Atingido da Ponte do Funil 11) (grifo nosso)

Apenas dois dos entrevistados identifica que o CAHEF tinha obrigação de construir essas estruturas para a relocação dos atingidos já que estavam prevista como ação mitigadora e são obras básicas para qualquer comunidade, bairro, um desses entrevistados questiona, inclusive, se tais mudanças também tem haver com as políticas sociais implementadas nos últimos dez anos pelo o governo.

[...] mas de iniciativas próprias do consórcio eu não conheço ações; só imposições legais que determinaram ações, mas de boa vontade e iniciativa própria eu não conheço. (Representante do executivo de Ijaci 1)

Mas com relação a melhorias, isso aqui ficou muito melhor do que era. Muito melhor mesmo do que era. A população hoje tem condições. Eu não sei se é devido a mudança ou se é devido a essas políticas econômica, políticas sociais do governo, né? Que melhorou a vida de muita gente. Tinha pessoas que antes aqui não tinham nem onde morar direito, hoje cada um tem sua casa. (Atingido de Macaia 1)

Dentro do licenciamento do empreendimento, **a gente tinha obrigações a cumprir com essas comunidades**. Então a

gente construiu casas, fez toda estrutura dessas comunidades, asfalto, água potável, esgoto, igreja seja ela católica ou de qualquer outra religião, campo de futebol. Então toda estrutura pra se formar uma comunidade, pra que ela viva em comunidade, isso foi fornecido. Escolas, né? Isso tudo ao final dessa construção e repasse pra esses moradores, a comunidade foi repassada ao município. (Representante do CAHEF 1) (grifo nosso)

De um modo geral, é possível observar que a categoria infraestrutura se aproxima, para os entrevistados, mais de um fator favorável, representando essas obras uma melhoria significativa na qualidade de vida das pessoas atingidas, revelando como limitante a não conclusão de todas as obras acordadas, a desconsideração das referências estruturais locais, o padrão diferenciado das obras das comunidades e a falta de qualidade de tais obras (ver quadro 2).

Observa-se que a aceitação da implantação UHE Funil na região está estritamente relacionada com as obras de infraestruturas e das casas novas construídas pelo o CAHEF que proporcionou um desenvolvimento social para aquela região.

Ademais, nessa categoria emergiu a insatisfação quanto ao conceito de atingido trabalhado pelo CAHEF na região, tendo em vista que o conceito adotado deixou de incluir e relocar pessoas que se sentiram atingidas e prejudicadas pela a vinda do empreendimento na região. Assim, esse conceito restritivo também é considerado limitante ao desenvolvimento da região.

De tal modo, é de suma importância uma política pública, que regulamente a questão dos atingidos no Brasil (ver quadro 2), defina de forma clara e abrangente quem são os atingidos por um empreendimento hidrelétrico, de modo a incorporar dimensões que percebam a construção de uma barragem como um processo de mudança social, evitando que a definição de quem se

enquadra como atingidos fique nas mãos daqueles que tem interesse econômico em reduzir a problemática dos atingidos a uma questão patrimonial indenizável, bem como, preveja o tratamento igualitário entre os atingidos quando as diferenças de tratamento não se justificam.

Além disso, considerando as realidades das comunidades estudadas e a discussão no referencial teórico, observa-se muitas das comunidades atingidas são marginalizadas do acesso a direitos sociais básicos, assim, propõem-se que essa política pública determine que o projeto estrutural das comunidades alagadas atenda as demandas dos atingidos, para tanto deve-se assegurar o direito a informação e à participação dos mesmos no momento da elaboração de tal projeto. Contudo, o projeto estrutural das comunidades deve ser entendido como um plano entre os municípios, o Estado e o consórcio empreendedor da barragem e não como medidas mitigatórias aos atingidos para compensar os impactos decorrentes da implantação da barragem, tendo em vista que determinadas obras, como por exemplo, escolas, postos de saúde e creches, são de responsabilidade do poder público. Logo, os atingidos não devem abrir mão de qualquer medida mitigatória ou compensatória em prol da comunidade para terem acesso a direitos sociais já assegurados na Carta Magna. Tal previsão coibiria os consórcios empreendedores utilizar o acesso a melhores infraestruturas como uma promoção do empreendimento hidrelétrico. Propõem-se também criação de um órgão governamental específico que represente os interesses dos atingidos, tendo como uma de suas responsabilidades a fiscalização das obras de infraestrutura a serem realizadas nos espaços para relocar os atingidos.

4.2 Acesso às políticas sociais

O acesso a serviços sociais é uma categoria intrinsecamente ligada com a categoria infraestrutura, haja vista que aquele só foi possível em decorrência dessa. A maioria dos entrevistados enxerga que os investimentos realizados pelo o CAHEF em obras estruturais possibilitaram o acesso dos atingidos a determinadas políticas sociais como educação, saúde, moradia, transporte⁶ que antes eles não tinham acesso ou era prestado de forma ineficiente pelo poder público.

De modo geral, os entrevistados enxergam que os atingidos dessas comunidades, anteriormente afastadas das cidades e marginalizadas do acesso a determinados direitos sociais, interpretam o acesso às políticas sociais como um fator favorável ao desenvolvimento social da comunidade após a construção da barragem, ou seja, para a maioria dos entrevistados o acesso a esses direitos sociais só foi possível depois do processo de relocação.

[...] a vida era muito difícil, as coisas eram muito difícil lá, então trouxe muitos benefícios até na parte que eu tô falando de infraestrutura, o bairro que a gente mora eu acho praticamente um dos melhores que tem aqui, um dos mais bonitos, mais organizado, e tem a parte da educação, que tem a prefeitura perto, tem o vereador pra você cobrar, então eu acho que isso aí é um benefício muito grande, ter uma escola pro seu filho estudar, porque tinha muita gente lá que veio terminar os estudos aqui porque lá tinha até a quarta série e o pessoal tinha que trabalhar, aí largava os estudos

⁶ Optou-se inserir o transporte no rol dos direitos sociais, corroborando com o entendimento da Deputada Luiza Erundina de que os direitos sociais abarcam os aspectos relevantes da vida em sociedade. Além do mais, a PEC 90/2011 objetiva introduzir o transporte como direito social já foi aprovada na Câmara dos Deputados, e encontra-se para aprovação do Senado, alinhando-se esse trabalho à provável alteração do texto constitucional.

até na metade e ia trabalhar, então aqui tem a escola a noite, o pessoal pode frequentar, tem muitos também que já trabalham, adaptaram bem nas empresas, já trabalham tipo na Camargo Correa, então eu acho que benefícios teve. (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 3)

[...] os benefícios que são lá para a comunidade de Pedra Negra foi muito grande e sobre todos os aspectos, eles estavam lá [referindo-se à antiga comunidade] e tinham difícil acesso a saúde, não tinha escola, não tinha mercado, pra eles foi muito bom, as moradias, as casas, como vocês viram lá de bom nível, tem uma reconstrução de Pedra Negra, têm uma igreja, tem um campo, uma praça pra esportes, a acho que preencheu com mais qualidade os que eles tinham de necessidade, o que eles tinham lá trouxeram pra cá! (Representante do executivo de Ijaci 1)

Eu não me arrependi de ter vindo pra cá não! Eu gostei! **Aqui eles cuidam da gente, tem ambulância que busca, se a gente passa mal a gente liga e ele vem cá buscar.** (Atingido de Pedra Negra 2) (grifo nosso)

Nossa vinda pra cá foi boa porque nós participamos melhor de medicina, de médico, farmácia também ficou mais favorecido do que lá, e hoje se a gente adoecer tem o posto aqui e tá mais perto de Lavras, ficou mais fácil, pra nós nessa parte favoreceu. [...] Educação melhorou bem porque aquelas pessoas que participa de estudo aqui favoreceu porque tem mais grau de estudo, lá não tinha, tinha que sair pra ir em Bom Sucesso estudar, e aqui eles tão tudo em casa aí, favoreceu nessa parte pra eles. (Atingido de Pedra Negra 6)

Mas assim aqui a gente passou por muitas melhorias né, igual aqui tem coleta de lixo né, temos médicos que é o posto de saúde mais fácil, mais fácil ir pro trabalho, porque a maioria trabalha em Lavras. Fica bem mais fácil... (Atingido de Pedra Negra 3)

Uai melhorou como eu te falei o estudo, o trabalho, as casas, você tirou quase todos da roça e deu um serviço de carteira assinada. **Muitos lá que não tinham como estudar, aqui**

voltaram a estudar. (Atingido de Pedra Negra 1) (grifo nosso)

[...] hoje você tem uma condição de vida, você mora num lugar bonito, você tem uma água tratada, você tem um esgoto tratado, você tem um posto de saúde com médico, que aí a prefeitura também abriu o olho, viu aquilo com um olho diferente, tem condição de lazer, tem condição de educar os filho bem. Então isso aí a gente também não pode; e quer queira, quer não, tem um parceiro ali [referindo-se ao CAHEF] que é forte. (Atingido da Ponte do Funil 9)

Melhorou muito na parte social mesmo, as crianças, você vê hoje a gente tem 78 crianças da nossa região estudando ali na nossa comunidade, segurança, conseguimos com muito trabalho levar segurança pra lá. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 1)

Ah, eu acho que melhorou bastante, porque antes tudo era muito difícil, até transporte, antes tinha que atravessar de balsa, hoje praticamente você pega uma condução na sua porta e tem os pontos de ônibus tudo mais fácil né, até pros idosos. (Atingido de Macaia 7)

[...] 100% de melhor em todos os aspectos, saúde, alimentação, emprego, serviço, qualidade de vida, educação, transporte, e tudo em qualidade de vida melhorou. Isso no meu ponto de vista... (Representante do CAHEF 4)

Por outro lado, o acesso a essas políticas sociais propiciadas pelas obras de infraestruturas feitas CAHEF provocou uma não identificação de quem é o responsável por elas, assim, algumas pessoas apontam que o próprio CAHEF é o responsável pela manutenção de algumas obras de infraestrutura (como estradas, estação de tratamento de esgoto, escolas, creches) ou até mesmo o responsável para prestar alguns serviços (como coleta de lixo, limpeza da praça, iluminação pública). Essa não identificação e/ou confusão enquadra-se como um fator limitante ao desenvolvimento da comunidade, vez que alguns entrevistados não

sabem de quem cobrar a prestação de tais serviços, e muitas vezes procuram o CAHEF para ajudar a comunidade. Isso se torna ainda mais grave quando se observa que alguns representantes do poder executivo e legislativo das comunidades atingidas, por vezes, transferem algumas de suas responsabilidades para o CAHEF.

[...] na comunidade da nova Pedra Negra, eles teve mais oportunidade do que nós aqui no Macaia, pra mim eles [CAHEF] dão mais assistência pro pessoal de Pedra Negra do que aqui de Macaia. (Atingido de Macaia 12)

[...] querem mais creches né? Que poderia ter sido uma coisa do consórcio, uma creche né? (Representante do executivo de Bom Sucesso 1)

Pra eles, tudo é o consórcio. Porque realmente na cabeça deles quem realmente mudou a vida foi o consórcio. Eu falei: “gente já se passaram 10 anos, legalmente o consórcio não tem mais nada com a gente”. Se você for brigar na justiça, já prescreveu tudo. (Atingido da Ponte do Funil 9) (grifo nosso)

Olha, o quê que eu posso dizer pra você... as estradas depois que foram feitas as estradas, o consórcio é que fez as estradas pra gente, pra chegar nas novas propriedade, e depois disso eles passaram essas estradas para a prefeitura municipal, ou seja, agora por exemplo, eu tava precisando de uma estrada pra que eu tirasse o meu motor de irrigação, eu fui atrás do consórcio, aí o consórcio disse que não tem nada a ver com isso mais, aí eu fui atrás da prefeitura, nem tchum pra mim ainda, espero que me dê uma resposta, **então é umas coisa que acontece que eu não tô sabendo pra onde que eu vô ainda.** (Atingido da Ponte do Funil 5) (grifo nosso)

Então, mas mesmo assim eles tem uma coisinha, há uma questão de estrutura, “minha casa tá caindo, minha telha, ah, vou lá consórcio; ah, o asfalto tá assim, assim, vou lá no consórcio”. Então assim, **eles não tem essa percepção de que eles tem que ir a prefeitura entendeu?!** Então eles

têm essa coisa assim: “ah o consórcio me tirou da minha casa, me ‘pois’ aqui, então ele tem obrigação de me dar algum tipo de assistência”. Na verdade não é bem assim, porque a estrutura toda da comunidade já foi repassada pra prefeitura, e a prefeitura assume essas melhorias e manutenção desse patrimônio, né? Que agora é do município. (Representante do CAHEF 1) (grifo nosso)

[...] todo empreendimento, **as comunidades acham assim, que a gente tem que mantê-los o resto da vida**. Não é bem por aí não, né? [...]. Eles tem que correr atrás de resolver seus problemas sem o consórcio, mas também não deixar que certos tipos de problema seja um agravante pra eles, né? Então todo esse cuidado também, por parte do consórcio. Mas que com certeza é cortar o cordão umbilical, né? E eles ainda, alguns ainda trazem alguma demanda e a gente pega e orienta, fala: “não, isso aqui é com a prefeitura, você vai ter que procurar a prefeitura, né? A prefeitura que vai cuidar disso. O consórcio não tem que te dar isso, isso não faz parte da obrigatoriedade do consórcio fazer isso pra você”. “Ah, mas não tem um jeitinho?”. (Representante do CAHEF 4) (grifo nosso)

Nesse ponto é importante destacar que a situação da comunidade de Macaia já se mostra diferente, como se trata de uma comunidade menos assistida pelo CAHEF, as pessoas não tem tanto essa confusão quanto a identificação dos responsáveis pela prestação de determinados serviços sociais, mas mesmo assim, o representante do poder legislativo, que vive na comunidade, aponta que o poder público municipal possui uma excelente relação com o CAHEF, e que muitas vezes recorre a este para solução de problemas públicos que deveriam ser resolvidos pelo executivo municipal.

[...] nós estamos aumentando a frequência dos turistas e se nós não temos infraestrutura melhor aqui como nós vamos receber os turistas? Por exemplo, nós estávamos aqui recentemente no natal e passagem de ano depois de insistir muito com a prefeitura, **eu desisti e acabei pedindo o**

consórcio pra fazer a manutenção pra nós aqui nas prainhas, estávamos aí final de ano, início de ano, máquinas do consórcio trabalhando, caminhão, pra poder fazer a limpeza, coisa que a prefeitura poderia ter feito a três meses atrás antes da passagem de ano.

[...] Há coisas em outras partes que a gente pede e o Consórcio sempre ajuda, pedimos eles ajuda pra igreja aqui ele nos ajudou, doaram pra igreja as telhas todas, pedimos instrumentos pra banda de música, ele doou um instrumento. **Então, praticamente tudo que a gente pedi a eles, eles dão um jeitinho e ajuda nós, mesmo que não ajudem com tudo mais tá sempre parceiro.** (Representante do legislativo de Bom Sucesso 1) (grifo nosso)

Os representantes do executivo e legislativo das comunidades de Pedra Negra e Macaia também relatam que até hoje, mesmo após doze anos da construção da barragem, possuem uma parceria com o consórcio empreendedor, ou seja, eles tem no CAHEF um parceiro muito forte para buscar atender os interesses públicos das comunidades que foram afetadas, e para esses entrevistados isso é um fator favorável ao desenvolvimento da região. Cabe destacar que nenhum dos entrevistados reflete o motivo para tal parceria ou o porquê o consórcio empreendedor ainda presta tanta assistência nessas comunidades.

[...] na questão de infraestrutura, eles estão sempre atendendo. Às vezes demora um pouco, às vezes a gente tem um problema lá no campo, a gente já procurou ele [CAHEF] e como eles estão com umas obras mais urgentes aí, se comprometeram pra ir lá e arrumar. Questão de trinca nas paredes das casas, eles arrumaram, eles garantiram todas as obras. (Representante do legislativo de Ijaci 1)

Do mesmo modo, para os representantes do CAHEF essa parceria com as prefeituras é favorável para o desenvolvimento da comunidade, pois além do

poder público, a comunidade pode contar com o seu apoio, não como responsável para assegurar as políticas sociais, mas para cobrar do poder público a manutenção dos direitos sociais.

A prefeitura que fica discutindo com eles [CAHEF], e o consórcio se você dialogar bem com eles não tem problema nenhum, mas se ele sentir que tem uma pressãozinha, eles se afastam. Eles gostam de ficar meio que por cima e não gostam de ser cobrados, igualzinho na associação lá do bairro lá, **eles são parceiros demais na parte financeira, em participação, tão construindo agora um consultório dentário e um gabinete pra médico atender**, a associação tá construindo porque recebe financiamento da prefeitura e o consórcio é um dos maior parceiro repassando recursos também pra ajudar. (Representante do legislativo de Ijaci 1) (grifo nosso)

O grande problema que você tem, é quando você tem o poder público mais como um repassador de responsabilidades que são dele pra você, do que como um parceiro seu, isso é muito comum acontecer. Você vê empreendimentos, você tá implantando, você envolve comunidades, você reloca tudo, mas nós não somos poder público, nós não somos obrigados, não temos condições de dar saúde e educação, você tem condições de dar estruturas, mais o município tem a obrigação dele como órgão executivo, ele sabe que o recurso pago do seu imposto é pra isso, e muitas vezes, o executivo, **não foi o caso daqui que não aconteceu**, entende que o consórcio tem obrigação de assumir o que é função dele. **Isso aí eu bati muito firme nisso aí e não aceitava em hipótese alguma, e fazia questão de colocar pra comunidade: “olha, nossa parte nós estamos fazendo, mais daqui pra frente é com eles”.** (Representante do CAHEF 2) (grifo nosso)

Então o que a gente faz, a gente nunca fala não. Isso aí, a gente nunca fala não. A gente tenta buscar, fala assim: “oh, seja no financeiro, eu não tenho recurso pra isso agora, mas nós vamos procurar alguém que pode ajudar”. Vamos numa prefeitura, vamos numa secretaria de obras. **Então a gente**

procura onde a gente pode contribuir de alguma forma. Seja financeiro, né? Fala assim: “eu não tenho recurso, mas geralmente chega no final do ano, orçamento tá sobrando, tem um recurso aqui, então vamos destinar praquela situação que foi levantada pela comunidade ou então vamos correr atrás de parceiros, de outras empresas, locais, prefeituras, vamos ver o que a gente consegue pra poder ajudar nessa situação”. (Representante do CAHEF 1) (grifo nosso)

Ademais, o acesso às políticas sociais, interpretado como favorável, revela um potencial de desenvolvimento que se encontra em alguns aspectos em disponibilidade como o não aproveitamento das estruturas das creches e da casa de cultura em Macaia. A problemática das estradas que dão acesso à comunidade do Funil e a falta de policiamento nas três comunidades revelam uma deficiência no aproveitamento do acesso aos serviços sociais.

[...] agora eu te pergunto, o que quê o consórcio fez aqui? Igual eu falei com um cara esses dias, a única coisa que o consórcio fez foi trazer um monte de água e botar aqui, isso foi o que eles colocaram aqui, **aí deram um Centro Cultural que não funciona porque não tem cultura, deram uma creche lá em cima que hoje é o motorista do ônibus escolar é que mora onde era pra ser a creche**, o Centro Cultural também não foi pra frente, a única coisa que eles dão lá é aula de música, isso aí é o que o consórcio fez. (Atingido de Macaia 3) (grifo nosso)

Só que teve uma coisa ruim, eles [CAHEF] fizeram muita coisa, mas nós não tem policiamento, a gente pensou que ia crescer o policiamento, mas ta fraco, porque polícia tinha que morar aqui. (Atingido de Macaia 7)

Os fatores identificados nessa categoria (ver quadro 2) demonstraram que os entrevistados, em um primeiro momento, enxergam a vinda da barragem para região como favorável, pois possibilitou aos atingidos o acesso às políticas

sociais promovendo o desenvolvimento social dessas comunidades. Contudo, interpreta-se que o acesso às políticas revela-se, na verdade, como uma ação de negociação com o intuito de mitigar os danos causados aos atingidos, de modo que os entrevistados atribuem, de forma quase indissociável, o acesso à educação, saúde, transporte, moradia com a vinda da barragem e, conseqüentemente, essa visão favorável do CAHEF contribuiu para a conformação e não resistência dos atingidos ao empreendimento, legitimando, assim, as atividades do CAHEF.

Tendo isso em vista, o acesso às políticas sociais não deve ser o único eixo a integrar as medidas mitigatórias do empreendimento hidrelétrico, já que se trata de uma responsabilidade do poder público. Logo, como já elucidado na subseção anterior, uma política pública que defenda os interesses dos atingidos deve delimitar em forma de termo as responsabilidades sociais do consórcio empreendedor e dos municípios, de modo que esse termo de responsabilidade não interfira na negociação entre consórcio empreendedor e atingido, tampouco o acesso às políticas sociais seja uma “moeda de troca” dos consórcios empreendedores de barragens.

Além disso, reforça-se que os princípios da informação e da participação dos atingidos devem ser garantidos em todas as fases da construção da barragem, para assegurar tais direitos é necessário a realização de audiências públicas para dar voz ativa a esse grupo e esclarecer a responsabilidade de cada ator envolvido na construção de uma barragem, ademais, caberá ao proposto órgão governamental acompanhar as audiências públicas e fiscalizar o cumprimento de todas as medidas compensatórias que reflitam os interesses dos atingidos.

4.3 Cultura

A categoria cultura inclui todos os trechos de entrevistas que tratam das crenças, rituais, celebrações, festas, monumentos históricos, movimentos artísticos que existem ou deixaram de existir após o processo de relocação das comunidades atingidas.

Antes da construção da barragem, as manifestações culturais das comunidades eram mais relacionadas com as celebrações religiosas, isso porque as três comunidades se situavam em zonas rurais, de modo que não tinham acesso aos movimentos culturais das cidades, portanto, a igreja católica, predominante antes do alagamento, influenciava e norteava os movimentos culturais. Além da influência religiosa, é possível identificar que a cultura local da comunidade do Funil também era influenciada pelo o contato que os ribeirinhos tinham com o rio.

O aspecto cultural mais forte eram as festas religiosas, procissão, novena, a coroação, congada, folia de reis. Macaia era impressionante, fiquei impressionada de ver em Macaia como isso era efervescente essa questão cultural por ser muito pequena né. Então, isso fortalecia a amizade, fortalecia as pessoas, fortalecia o social. [...] Nessa questão, no Macaia, por exemplo, essa questão da cultura deles, eles tinham muita quitanda, doce, banda, folia de reis, congada, grupo de teatro. (Representante do CAHEF 3)

Canoagem sempre tinha e atraía muita gente, hoje em dia não tem e eles não olharam pra esse lado, pra promover não. Lá sempre tinha essas coisas, né? (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6)

Os posicionamentos dos entrevistados divergem quanto à perda das tradições culturais após a relocação das comunidades, aqueles que defendem que

não houve uma perda cultural tem alguma relação com o processo de desterritorialização dos atingidos, como os membros do CAHEF, os representantes do poder executivo e ou legislativo e os membros de algumas entidades representativas.

Aqui nós continuamos com as mesmas festas, isso não modificou nada. A igreja não saiu do lugar, ficou no mesmo lugar. As festas da igreja continuam sempre. (Membro de entidade representativa de Macaia 1)

Eu acho que as mesmas festas que tinham lá vieram pra cá, por exemplo, a festa da Congada que a cultura né, que o pessoal sempre participa. (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 3)

E a parte cultural, acredito que não tenha alterado muito não. A região; a mudança que ocorreu no ambiente num alterou a parte cultural não. Acredito que eles continuam com as mesmas atividades culturais da região, que é o congado e tal. (Representante do CAHEF 1)

Cultural eu acho assim, eu acho que perdeu um pouco dos rituais que existiam antes, a festa do São Jorge, festa pra um santo, festa que era tradicional antigamente, hoje não existe mais, né? [...] Mas eu imagino o seguinte, **se perdeu não foi tanto em função disso [do processo de relocação], é que essa cultura tá se perdendo é de maneira geral, né?** [...] Então isso mudou foi de forma global, **não foi só em função da implantação do reservatório, né?** As gerações que foi vindo foi deixando cair essa cultura, né? (Representante do CAHEF 4) (grifo nosso)

A festa de Congada, nós temos aqui uma boa festa, tem o Congado Quatro Pé, tem o Moçambique, tem as festas religiosas que todas continuam tendo. (Representante do legislativo de Bom Sucesso 1)

Há ainda os que alegam que a vinda da barragem favoreceu o fortalecimento da cultura local, pois o CAHEF criou a Casa da Cultura em Macaia e Centro Cultural em Pedra Negra, locais onde podem ser desenvolvidas as atividades culturais, além disso, o CAHEF também investe na banda de música de Pedra Negra e em qualquer outro movimento cultural que surja nas comunidades, como a barqueada em Macaia e na Ponte do Funil, a compra dos uniformes do grupo da congada em Macaia, entre outros, esse patrocínio cultural é interpretado como favorável ao desenvolvimento das comunidades. Dentre esses incentivos, destaque deve ser dado ao livro “Às margens do Rio Grande: registro histórico-cultural das áreas diretamente afetadas, de entorno e de influência da UHE Funil” de iniciativa do consórcio e a construção de uma réplica da antiga estação de trem de antiga Pedra Negra na nova comunidade sob a justificativa de valorização da cultural local e para um resgate simbólico da história da comunidade.

[...] ele [CAHEF] levou a comunidade toda pra Ijací, que até tem lá um bairro chamado Pedra Negra, levaram a réplica da estação, levaram a réplica da igreja e arrumaram o lado deles lá [...] (Representante do executivo de Bom Sucesso 2)

Independentemente dos que defendem se houve ou não uma perda cultural com a relocação prevalece que esses investimentos enquadram-se como um fator favorável ao desenvolvimento das comunidades, pois propiciam a valorização da cultura remanescente e a preservação da memória cultural daquilo que se perdeu, considerando a deficiência de incentivo a cultura por parte do poder público. Contudo, esse fator revela-se em disponibilidade quando se trata do aproveitamento da Casa da Cultura de Macaia, os atingidos dessa

comunidade alegam que não há investimentos suficientes tanto por parte do CAHEF quanto do poder público para desenvolvimento das atividades culturais.

[...] igual eu falei com um cara esses dias, a única coisa que o Consórcio fez foi trazer um monte de água e botar aqui, isso foi o que eles colocaram aqui, aí deram um Centro Cultural que não funciona porque não tem cultura [...] O Centro Cultural também não foi pra frente, a única coisa que eles dão lá é aula de música, isso aí é o que o Consórcio fez. (Atingido de Macaia 3)

Melhorias aqui foi muito pouco, essa área da cultura aí precisava ter mais alguma coisa, mais não tem, não adianta, o investimento aqui é muito pouco. (Atingido de Macaia 4)

[...] porque como a minha avó conseguiu realocar, o consórcio fez um caso especial que ela realocou, a casa que ficou lá, o consórcio permutou com a prefeitura pra criar um centro cultural, que até hoje não vi inauguração nenhuma, foi criado, existe, mais eu não vejo movimento nenhum que fosse bom pra comunidade em relação a cultura, essas outras coisas que poderia fazer. (Atingido de Macaia 10)

A perda dos recursos culturais, como a ponte do Funil, a igreja, a estação e a linha de trem de Pedra Negra e até a balsa em Macaia, e o enfraquecimento da cultura local são apontados como um fator limitante. Para o CAHEF, a perda dos recursos culturais é inevitável e decorrente do alagamento. Para o grupo dos atingidos e membros de entidades representativas, o enfraquecimento da cultura decorre não apenas da perda dos recursos culturais como também do processo migratório que aconteceu nas comunidades após a relocação e com a maior proximidade e contato das comunidades, anteriormente rurais, com os centros urbanos que possuem outras culturas.

Eu observo que no grupo de congado, por exemplo, você quase não vê criança nem adolescente ali, são aqueles já remanescente daquela época, **então esse que vieram pra cá [bairro de Pedra Negra em Ijaci] já não querem participar, já interferiu muito na vida deles, eles acham que é pagar mico né.** (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 1) (grifo nosso)

Ah, modificou em termos de festa. Modificou muito. Tinha muitos bairros, então o pessoal encontrava nessa rotina, o pessoal encontrava nos bailinho que tinha, uns forrózinho que tinha lá. Hoje não tem isso mais. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 1)

[...] as festas lá era muito boa, tinha festa de Nossa Senhora do Rosário, São Jorge, acabou tudo. Aqui só tem a de... tem a da Nossa Senhora do Rosário, mas é assim aqui é um dia, lá era três dias. E agora que tem a de São José. Só essas duas que tem, **acabou muita coisa.** (Atingido de Pedra Negra 5) (grifo nosso)

Acabou a cultura que era a congada, que tinha a congada e congador só tem um grupo muito pequeno de pessoa, tinham reis, a folia de reis, a embaixada de reis, então acabou. A única coisa de cultura que resta aqui em Macaia praticamente é um ritual a encomendação das almas, não sei se você já ouviu falar [...] é a única coisa que existe. (Atingido de Macaia 3)

[...] o funcionamento da igreja eles fizeram uma outra igreja aqui, mas tem a igreja aqui da matriz que funciona mais, então de vez quando tem uma missa aí semanal, **mas não é a mesma coisa que antigamente, não é.** (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 1) (grifo nosso)

É importante destacar que na categoria cultura, os membros do poder executivo e legislativo das comunidades atingidas nada relatam sobre alteração dos aspectos culturais na comunidade após o processo de desterritorialização, o que denota que pode haver um desconhecimento das mudanças culturais ocorridas por esse grupo de entrevistados.

Vale destacar que os fatores interpretados pelos entrevistados e incluídos nessa categoria são os investimentos na área da cultura enquadrados como um fator favorável, a perda e/ou enfraquecimento de alguns movimentos culturais, a perda dos recursos culturais, o não aproveitamento da casa da cultura em Macaia e a falta de investimentos para o desenvolvimento das atividades culturais como fatores limitantes, que segundo Bortone e Ludwig (2010) e Silva (2007) tratam-se de impactos imateriais e simbólicos que necessariamente ocorrem com a implantação de uma barragem (ver quadro 2).

Em que pese se tratar de impactos imateriais, medidas para minimizar tais impactos devem ser implementadas, no caso estudado, considera-se que as iniciativas do CAHEF foram insuficientes para compensar essa perda simbólica, algumas inevitáveis, como a perda dos recursos culturais, mas outras decorrem da mudança e segregação das comunidades.

De tal modo, considerando a boa prática do CAHEF ao fazer e publicar um livro com o registro histórico cultural das três comunidades atingidas, sugere-se como proposta de uma política pública em prol dos atingidos que o consórcio empreendedor da barragem elabore um registro histórico cultural das comunidades alagadas, tendo em vista a importância desse registro tanto para aqueles que foram atingidos quanto para as gerações futuras.

Além disso, os impactos culturais devem ser discutidos e incluídos no processo de negociação de modo a ser indenizados, cabendo, ainda, ao consórcio empreendedor da barragem criar ou recriar condições objetivas e subjetivas, com base no saber local, para que os movimentos culturais se perpetuem, ressaltando, que o projeto para mitigar tais impactos deve ser em longo prazo abrangendo as gerações futuras dessas comunidades.

4.4 Impactos simbólicos

Essa categoria foi criada para contemplar outros impactos imateriais e simbólicos, além da categoria cultura, que devido sua especificidade foi abordada na categoria anterior, relacionados ao ânimo psíquico e moral dos atingidos como o saudosismo, sentimento de pertencimento, referência do local, perdas arquitetônicas e paisagísticas, integração com o novo local e danos morais.

Apesar de passados doze anos da conclusão das obras da UHE Funil, o saudosismo e o pesar de uma relocação compulsória ainda são muito fortes e presentes nas falas dos grupos dos atingidos e membros de entidades representativas, principalmente, quando se trata dos atingidos mais velhos e tradicionais daquelas comunidades.

[...] eu acho que essa questão do antes e depois pesa muito mais nas pessoas de mais idade, sabe? Que eles tem um saudosismo 'ai que não sei o que; minha casa era melhor, tinha um quintal maior, que tinha isso, que tinha aquilo'. (Representante do CAHEF 1)

[...] tirou a vida deles ali né? Igual minha mãe, ela sempre morou na roça, não ficou em Ijaci, sofreu demais quando foi relocada. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6)

[...] a Pedra Negra teve um grande benefício mudando de lugar, **apesar do trauma emocional que eu não sei descrever pra vocês**, mas que é uma comunidade bonita é! (Atingido da Ponte do Funil 10) (grifo nosso)

Nossa mãe! Não só lá [referindo-se a presença do saudosismo na comunidade do Funil], como toda a extensão do lago eu passei várias vezes como equipe de trabalho,

tinha gente que xingava, mais xingava até babava. (Atingido da Ponte do Funil 11)

[...] aí minha irmã falou: “nossa tá tão estranho aqui, que lugar esquisito aqui G.!”. Eu nunca pensei na minha vida que eu ia mudar! Aí começou a chorar eu e ela por causa de uma bobeira, por ter mudado. (Atingido de Macaia 7)

A falta do antigo local é tão expressiva que alguns entrevistados acreditam que os atingidos dessas comunidades ficaram mais tristes e melancólicos. Em Pedra Negra e na Ponte do Funil, esses relatos são ainda mais intensos, pois a mudança do local foi muito significativa, a primeira saiu da zona rural e foi para a cidade, enquanto que a segunda permaneceu na zona rural próximo ao local alagado, mas perdeu a identidade da comunidade que se centrava na imponente ponte de ferro. Ambas as comunidades eram ligadas aos costumes rurais, as pessoas tinham seus pedaços de terra onde plantavam, colhiam, tinham atividades de extrativismo e criavam animais para suas subsistências, faziam artesanatos, quitandas, queijos, ou seja, seus meios e modos de vidas eram rurais e centrados na terra e no rio, e após a relocação passaram a viver em comunidade dividindo muros e sem acesso ao meio ambiente natural no entorno da antiga região.

Pedra Negra sim, eu acho houve um impacto maior pra questão emocional, saíram de uma comunidade rural que viviam muito e nasceram lá, cresceram lá, estudaram lá e com toda a dificuldade que tinha de saúde, de acesso, de tudo, mais era lá que eles viviam, e sentiram bem essa questão emocional, sentiram muito. (Representante do CAHEF 1)

Você chegava na época do rio ali, da ponte, todo dia a gente fazia uma reunião; todo dia não, toda tarde assim, de vez em quando a gente ia pro bar pra gente sentar, tomar golo e

conversar fiado. Então você olhava no rosto deles você via aquela alegria, aquela satisfação. **Aí depois que formou a usina, passou um tempo você olhava no rosto deles era tudo diferente, tudo triste, tudo magoado o pessoal mais velho.** Então você tá doido; é uma tristeza muito grande que dá. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 1) (grifo nosso)

[...] olha o meu caso, eu vivi a minha infância em Pedra Negra e vivi quando eu casei, quando comecei a namorar o meu ex-marido, eu morava na Ponte, então não posso levar minha filha num lugar e falar pra ela que esse aqui é o lugar que eu morei, porque **não tem passado e isso é ruim se você for pensar assim** [...] parece que ficou uma parte pra trás que você não volta mais, **não tem como você relembrar porque você não vai lá pra ver mais.** (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6) (grifo nosso)

Antes [entrevistado relevando que preferia seu antigo local], isso você não tenha dúvida, Nossa Senhora, **quando eu lembro de eu pescando lá naquelas margens, aquilo lá faz eu chorar.** (Atingido da Ponte do Funil 6) (grifo nosso)

[...] naquela época a gente era jovem, ainda mais eu que era fazedor de arte, tem muita lembrança das coisas que a gente fazia lá! **Agora vai lá e vê tudo de baixo d'água dá-se um momento de tristeza né! Essa recordação ruim ficou.** (Atingido de Pedra Negra 1) (grifo nosso)

Olha teve gente que falou que **nem o dinheiro que eles receberam paga os danos morais deles, de terem nascidos lá, e as terras na beira do rio eram muito férteis, aí acabou com as terras deles.** Eu vi muita gente chorar, em toda a extensão do lago. (Atingido da Ponte do Funil 11) (grifo nosso)

É que a gente viveu lá, né? Muito tempo. Então foi custoso da gente aceitar. Mas fazer o que, né? O povo aceitou então a gente tem que esquecer lá. (Atingido de Macaia 5)

[...] o problema que teve foi as partes nossa que ficaram dentro d'água que a gente tinha amor nela e não queria que acontecesse, mais aconteceu. (Atingido de Pedra Negra 6)

Apesar de que eu tenho uma casa lá [na antiga Pedra Negra], meu marido antes de morrer ele fez uma casa lá pra mim, porque ficou um pedaço de terreno lá pra gente. Aí de vez em quando eu vou lá, mas não é mais a mesma coisa. Ainda é pior, parece que a saudade vem mesmo. Você fica olhando aquilo lá cheinho de água. (Atingido de Pedra Negra 5)

A desconsideração dos traumas emocionais no processo de negociação é interpretada como limitante ao desenvolvimento das comunidades, pois fez com que o sentimento de pertencimento não se despertasse pelos os novos locais, alguns entrevistados, inclusive, falam que prefeririam a antiga comunidade e sentem que perderam suas raízes, como se tivessem perdido totalmente a identidade. Isso se torna ainda mais grave quando os entrevistados relatam que muitos atingidos deixaram a nova comunidade, pois não se adaptaram ao novo local, relevando mais um obstáculo ao desenvolvimento dessas regiões.

[...] muita gente mudou daqui, **muita gente que morava do lado da ponte saiu, foram embora e compraram casa em outros lugares.** [...] **eu acho que aqui era o sentimento pelo antes.** (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 3) (grifo nosso)

[...] **algumas pessoas que vieram pra cá não conseguiram se adaptar de jeito nenhum, eles pegaram, passaram as casa pra outras pessoas e se mudaram,** voltaram pra roça, foram pra Bom Sucesso, outros lugares, pra morar na roça, porque eles não se adaptaram de jeito nenhum. (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 1) (grifo nosso)

Eu voltaria a viver na ponte antiga porque nasci e cresci lá, era mais gostoso de se viver, as casas eram mais longe, hoje é muito perto. A ficha caiu depois de um mês e meio, foi difícil a adaptação, saudade.

Mudou [referindo-se ao sentimento de pertencimento], as pessoas tinham mais amor a terra lá. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 4)

A maioria do pessoal que tá lá [Ponte do Funil] é porque comprou casa lá. Muita gente vendeu casa ali. Assim que pegou, vendeu. Não aguentou ficar lá de tristeza mesmo. O pessoal falava que a gente tá dentro de um poço de dengue. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 1)

Eu queria tá lá na minha casa ainda. (Atingido de Pedra Negra 5)

Eu pessoalmente, se você me perguntar se eu preferia Ijaci ou Pedra Negra, não, **eu queria ficar na Pedra Negra. Não queria perder minhas raízes, meu pai é de lá.** (Atingido de Pedra Negra 7) (grifo nosso)

Eu vi muita gente triste lá, pessoal mais velho principalmente. Perdeu a raiz do lugar, lá era muito bonito. [...] **a gente mudou para aquela comunidade, a gente perdeu o rumo, a gente era feliz ali embaixo, eu mudei de lá por causa disso, não tinha nada lá.** (Atingido da Ponte do Funil 11) (grifo nosso)

[...] porque eu sou nascida e criada aqui, aqui antes era bem melhor. (Atingido de Macaia 3)

Inclui-se, ainda, nessa categoria de impactos simbólicos, a lembrança pela paisagem, pelo cênico, que os atingidos tinham pelas suas regiões. É importante destacar que a maioria dos atingidos passaram a vida toda no mesmo local, com seus pais, avós e muitas casas passaram de gerações para gerações, então o apego ao antigo local é muito grande. Observa-se que a perda da referência do local como a perda da ponte, das cachoeiras, das casas, flora e fauna é um impacto simbólico interpretado como limitante ao desenvolvimento das comunidades que se formaram, e isso em nenhum momento foi trabalhado com os atingidos.

[...] antes tinha muito turismo né, a cachoeira lá em baixo era muito bonita e tinha sempre um pessoal que ia conhecer, tinha muitos bar e restaurante, agora tem menos gente. [...] não observo que houve melhora, **as pessoas sentem falta e dizem: “nossa que saudade que eu tenho da Ponte, quando a gente ia lá e sentava sabe?”**. Acho que não teve melhora, não vejo melhora não. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6) (grifo nosso)

Quando tinha a ponte do Funil era um rio muito bonito, o rio dava peixe demais, cheio de cachoeira, lindo! Era um lugar turístico, lindo mais lindo mesmo, todo mundo tinha liberdade, criava o que queria e hoje não pode mais nada na comunidade. Então você tinha liberdade, água boa, água potável aí a barragem apareceu em 2000, chegou em setembro de 2000, e eles chegaram quem nem terrorista. (Atingido da Ponte do Funil 11) (grifo nosso)

Ah, **na época foi muito triste viu. Você ver sua casa sendo demolida, o pessoal saiu daqui chorando, foi triste, foi muito triste.** As pessoas vinham pra ver as casas sendo derrubadas por aquelas máquinas grandes lá, a gente que nasceu, criou os filhos, criou os netos, e de repente sendo tudo destruído, foi uma adaptação muito difícil na época. (Atingido de Macaia 3) (grifo nosso)

O contato com o rio, eles viviam do rio, e então tiraram o rio deles, **ali eles viviam do rio e tiraram isso deles, muita água, muitas nascentes, muito riacho, muito tudo, agora é aquele lugar seco, aquele sol escaldante, é muito diferente tudo**, não tem praia, não tem nada. Lá na Ponte tinham praias belíssimas... (Representante do CAHEF 3) (grifo nosso)

Apesar dos representantes do CAHEF reconhecerem que o processo de implantação da barragem desencadeia impactos simbólicos, o processo de negociação não tratou essa problemática, as iniciativas para compensar essas perdas simbólicas foram pontuais e coletivas, como a construção de uma réplica da estação de trem da Pedra Negra e a publicação do livro, não se considerou a

dimensão desses impactos no âmago do atingido. Assim, a não consideração dos impactos simbólicos no processo de negociação é um fator limitante, pois como já citado isso prejudicou a fixação dos atingidos no novo local.

É possível identificar em alguns relatos que o sentimento de tristeza se assolou em todas as comunidades levando pessoas a desenvolverem doenças como alcoolismo e depressão, alguns falam que pessoas morreram de tristeza após a desterritorialização. Essas doenças psicológicas são interpretadas como um fator limitante, pois afeta o âmago das pessoas que deveriam promover o desenvolvimento das comunidades.

[...] ninguém me perguntou se eu queria vender e o transtorno emocional foi muito grande. Eu fiz terapia um ano pra passar a raiva mesmo, e agora com o tempo, vendo, e mesmo já naquela época a gente antevia que poderia ser bom negócio, o lago é muito simpático também, mas **eu não dispensei o rio, então são danos emocionais importantes que ficam, é assim.** (Atingido da Ponte do Funil 10) (grifo nosso)

[...] desse pessoal mais velho, dos moradores antigos, pra te ser sincero, muita gente não aguentou, porque o pessoal quando era a parte velha, o pessoal era muito unido, muito amigo, era compadre daqui, comadre dali [...]. **Então muita gente conforme eu já disse não aceitou, a gente acabou sabe? Deu uma apatia, uma tristeza muito grande e muita gente acabou morrendo.** (Atingido de Macaia 3) (grifo nosso)

O meu pai, a casa que ele morava que era a casa em que ele nasceu, o quarto que ele dormia... **ele entrou numa depressão danada!** Nós tivemos que desmanchar a casa e tal! **Até saímos do Macaia na época, o pai foi morar em Lavras.** (Atingido de Macaia 8) (grifo nosso)

Então, a minha avó ela ficou sozinha né? Todos os vizinhos mudaram, o pessoal todo saiu, não ficou mais ninguém né, ela ficou praticamente sem ninguém de frente e do lado,

[...], então isso pra ela foi devastador, para as pessoas mais antigas isso não teve nada de bom, pessoas que são mais ligadas à raiz, não é ligado a progresso, a mudança sabe?[...] É diferente, tudo diferente. **Sofreram! Algumas pessoas me falaram até tinha uns conhecidos lá que até faleceram antes da minha avó, porque diz que era desgosto por conta disso, é uma mudança radical que faz na vida da pessoa.** (Atingido de Macaia 10) (grifo nosso)

Então assim, trouxe problemas, **no início nós tivemos problema de alcoolismo, teve pessoa que até morreu em função disso, outro perdeu a pesca, outro perdeu a esposa, então nós tivemos muito problema no começo.** (Atingido da Ponte do Funil 9) (grifo nosso)

No começo teve um problema seríssimo com o alcoolismo, porque uniu um monte de gente que bebia separado e começou a beber junto. (Representante do CAHEF 3)

Então assim, a **questão do álcool em Macaia existe, é antiga, mas com essa questão de rompimento de vínculo eu acho que pode levar a isso aí.** (Representante do executivo de Bom Sucesso 1)

Em Pedra Negra, a deficiência do processo de desterritorialização tem como consequência a não integração da comunidade ao município para a qual ela foi relocada, que por sua vez é interpretada como um fator limitante, pois dificultou e/ou impossibilitou o desenvolvimento do sentimento de pertencimento ao novo local, haja vista que até hoje os atingidos se identificam como moradores da Pedra Negra e não como moradores de Ijaci.

Engraçado, aqui em Ijaci, o pessoal pergunta de onde você é? Eu sou da Pedra Negra. Entendeu? Então isso aí, esse grifo, você pode chegar perto de qualquer morador e perguntar. Mas Pedra Negra é de Ijaci hoje. **Eles não falam eu sou de Ijaci e moro no bairro Pedra Negra. Eles falam assim, eu sou da Pedra Negra.** (Atingido de Pedra Negra 7) (grifo nosso)

Olha o pessoal de Pedra Negra quando veio pra cá eles ficaram um pouco isolado [...] mas, tem hora lá que o povo se sente um pouquinho discriminado, mas já tem aquela integração [...] **eles tem amizade com o pessoal daqui mais ainda reclamam que ainda ficam um pouco isolados**, até reclamam um pouco do poder público, mas não tem muita coisa que se possa falar que vai afetar muito a vida do pessoal não... (Representante do legislativo de Ijaci 1) (grifo nosso)

Em Pedra Negra o que que acontece, **eles não são de Ijaci, eles falam Pedra Negra como se fosse outro povo dentro de uma cidade**, certo? (Representante do CAHEF 3) (grifo nosso)

[...] às vezes você vê que eles ficam um pouco perdidos, eles não sabem se eles são Pedra Negra antiga ou se eles são Pedra Negra nova no município de Ijaci, se eles são de Ijaci, se eles são de Pedra Negra. Então eles tem um pouco essa confusão e eles tem um saudosismo muito grande da região onde eles moravam. Isso a gente percebe deles. (Representante do CAHEF 1)

Em Macaia, os entrevistados apontam como fator limitante a segregação “velada” que houve na comunidade, eles revelam que a comunidade se dividiu em Macaia de cima, expressão utilizada para identificar a parte relocada, e Macaia de baixo, a parte que não foi atingida, ou então Macaia novo e Macaia velho, os entrevistados não entraram em detalhe sobre essa “divisão” da comunidade, mas eles comentam que a relocação de parte da comunidade fez com que as pessoas se afastassem uma das outras e criou um “clima” diferente entre os que foram relocados e os que não foram.

Existe [confirmando o rompimento comunitário que houve dentro de Macaia], **até pelas coisas que tem em uma e não tem na outra**. Então assim, pode até ter preocupação do

Macaia novo com o velho, mas assim, não deixa de ter um assim... como vou expressar; sem ter um certo ar de superioridade. Mas entendeu? Talvez não seja tão nítido, tão transparente. (Representante do executivo de Bom Sucesso 1) (grifo nosso)

Depois que teve essa barragem a gente percebeu que teve uma separação, separou um pouquinho porque antes a gente era mais unido, a gente encontrava mais, agora não, agora tem essa separação [...]. Era mais unido porque agora parece que tem muita disputa né, um quer fazer melhor que o outro, essas coisas assim, às vezes a gente nem percebe que quer fazer melhor que o outro, mas tem isso sim.

[...] Tem aquela amizade e tudo, mas tem aquela coisinha no ar, “ah você mora no Macaia velho, eu moro no Macaia novo”. (Atingido de Macaia 12)

Além disso, é possível identificar que esse processo de relocação deficiente, que desconsiderou os aspectos simbólicos, modificou o próprio perfil das próprias comunidades que antes eram rurais, mais pacatas e as pessoas eram mais unidas e amigas, e agora são inseguras e amedrontadas e estão mais próximas e ligadas aos hábitos urbanos.

Na época eu fiquei muito preocupado, assustado porque a gente tava na política em mandato e eu falava “gente vai vir”, **a gente não sabia o que fazia**, onde buscava as informações. **O susto, o impacto da vinda da construção da barragem na época, todo mundo fica naquela expectativa do que vai ser.** O que pegou muito a gente na época, **muito trabalhadores rurais**, que trabalhavam em volta da fazenda, **ficaram muito preocupados, perguntavam como que seria, iriam trabalhar onde...** (Representante do legislativo de Ijaci 1) (grifo nosso)

Ah, eles ficaram muito inseguros né, o pessoal quando mudou né... ah, você sai de um lugar que é quietinho, que tem pouco acesso de pessoas diferentes né, que você tem ali sua vida, então bem ou mal você tá ali, você viveu sua vida

inteira, seus pais, seu avós... e de repente te joga, te joga porque você tem que sair porque a água tá subindo senão você morre afogado. Aí muda todo mundo pra um lugar, imagina! Eles adaptaram, eu acho que eles são até valentes porque eles se adaptaram bem. (Representante do CAHEF 3) (grifo nosso)

Moça, vou ser sincera, mesmo com a minha casa, eu preferia antes! Eu acho que **o modo de vida da gente era mais tranquilo, mesmo trabalhando na roça, colhendo café, capinando era mais tranquilo.** (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 3) (grifo nosso)

Eles vivem amedrontados aqui, eles passaram terror aqui, sabe os primeiros anos foram de terror, de medo, medo de tá morando em lugar diferente, sabe? Pelas conversas que eu tive eles nem dormiam de medo se alguém ia invadir a casa... (Representante do CAHEF 3) (grifo nosso)

Era um lugar turístico, lindo mais lindo mesmo, **todo mundo tinha liberdade, criava o que queria e hoje não pode mais nada na comunidade.** [...] Eles tiraram a gente de um lugar que a gente tinha tudo, pra mudar lá cima que não tem nada, eu acho que eles dão cesta básica até hoje por causa disso. (Atingido da Ponte do Funil 11) (grifo nosso)

Como já ressaltado, em que pese esses impactos simbólicos serem reconhecidos e descritos por todos os grupos de atores entrevistados, não houve ações efetivas que pudessem mitigar tais impactos que não foram considerados no processo de negociação, ou seja, o processo de negociação desconsiderou os traumas emocionais que decorreram do processo de desterritorialização e relocação. O modo como os atingidos foram inseridos no novo local, bem como a fase de adaptação, deixaram os atingidos “à própria sorte” de terem que se adaptar e aceitar as consequências dos impactos simbólicos como a segregação de uma das comunidades, perda dos laços sociais e afetivos, abandono do novo

local, doenças, depressão, a não identificação com o novo local, a mudança no perfil das comunidades, a não integração de uma das comunidades.

Esses impactos simbólicos dificultam a promoção do desenvolvimento pela via alternativa, pois, de um modo geral, as pessoas perderam o sentido de local e comunitário que, por sua vez, não se alinha à perspectiva de desenvolvimento pela via alternativa, ora se as pessoas não se sentem integradas ao novo local como que vão se unir e mobilizar para fazer algo promova o desenvolvimento da comunidade?!

[...] esse [referindo-se ao dano moral] nós não conseguimos, isso nós batalhamos e não conseguimos com o consórcio, até na época o advogado Doutor D. nos alertou falando que tínhamos direito, isso nós não conseguimos, isso de perdas e danos não conseguimos, lucros cessantes, não conseguimos nada. (Representante do legislativo de Ijaci 1)

[...] prejuízo que as pessoas tiveram foram simplesmente da mudança. Porque você deixar uma casa, muitas pessoas velhas que moravam há cinquenta, sessenta anos e mudar, perder aquilo, então torna-se uma coisa sentimental, né? Então esse aí foi o prejuízo sofrido pela comunidade. (Membro de entidade representativa de Macaia 1)

...esse povo acha que o povo da roça não tem nem psicológico, bem, o povo da roça eles acham que nem tem sentimento [...], eu acho que ninguém avalia isso, aliás eu acho que quem ainda consegue isso são os índios né, são os únicos, porque esse valor sentimental não avaliou nada, nada. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 7) (grifo nosso)

Não foi nenhum psicólogo nada, pra falar com a gente. (Atingido da Ponte do Funil 11)

Porque meu sonho tava lá, eu queria ficar é lá. Então não participei de nada e não participo aqui. (Atingido de Pedra Negra 7) (grifo nosso)

Esse pessoal é o seguinte, eles tem tudo quanto é 'ólogo' que você pensar na vida, eles tem. **Eles tem psicólogo, eles tem geólogo, tem arqueólogo, eles tem tudo. E a gente não tem ninguém.** (Atingido da Ponte do Funil 9) (grifo nosso)

Assim, uma política pública que defenda os interesses dos atingidos (ver quadro 2) deve determinar que o consórcio empreendedor de uma barragem deve estudar e descrever, junto com profissionais capacitados, a relação dos atingidos com região que será alagada de modo a tentar identificar os prováveis impactos simbólicos que a população possa a vir sofrer, de modo, a não deixar essa tarefa apenas nas mãos do consórcio empreendedor que, pode ter o interesse de reduzir ao máximo possível os valores gastos com a relocação.

Desse modo, a participação dos atingidos nesse processo deve ser assegurada, os impactos simbólicos devem ser indenizados, é necessário também o acompanhamento por profissionais qualificados em todas as fases de implantação do empreendimento para esclarecê-los e orientá-los no processo de negociação, bem como, para fazer um acompanhamento psicológico, além disso, programas e ações para compensar tais danos devem ser desenvolvidos juntos com todos os atores envolvidos, e principalmente, o novo local deve guardar, reproduzir e respeitar ao máximo as características do antigo local.

Por fim, como ressaltado na categoria anterior, essa mitigação deve ser em longo prazo considerando que os impactos simbólicos não necessariamente serão todos identificados antes da construção da barragem e que tais impactos, como observado nas entrevistas, repercutem por vários anos e se alastram em todas as comunidades.

4.5 Impactos sociais

Os fatores classificados e pertencentes à categoria impactos sociais se referem aos costumes, práticas sociais, meios e modos de vida dos atingidos, relações de vizinhança, de comunidade e as mudanças que ocorreram nesses aspectos após a relocação. O processo de relocação provocou impactos sociais e desconsiderou as particularidades locais bem como a composição dos lugares alagados.

Em relação à composição dos locais alagados, cabe destacar, que as três comunidades eram margeadas pelo Rio Grande e, portanto, utilizavam o rio para transporte, lazer, esporte, pesca artesanal, para irrigar a área plantada e formar poços artesianos, além do aproveitamento da vegetação local ao longo do rio, das árvores frutíferas e dos bambuzais que serviam de matéria prima para construções de casas, cercas, paióis, varas de pesca e para os trabalhos manuais de artesãos da região.

A Ponte do Funil não tinha propriamente a estrutura de uma comunidade, ela era uma região formada por pequenos sítios e fazendas de modo que não havia uma relação de vizinhança consolidada, mas os atingidos dessa região se identificavam como comunidade do Funil, já na comunidade de Macaia havia uma estrutura bem tradicional de vizinhança, e em Pedra Negra a comunidade era mista tinha tanto a uma relação de vizinhança quanto a presença de vários sítios.

Independentemente da forma como eram estruturadas essas comunidades, destaca-se que as relações comunitárias existiam em todas elas. Os entrevistados relatam que as dificuldades de morar longe da cidade e viver em zonas rurais, sem acesso a postos de saúde, farmácia, telefone, transporte

adequado, unia demais as pessoas e prevalecia na região um clima de solidariedade entre os moradores.

Após a relocação, a Ponte do Funil e a Pedra Negra passaram a ter uma forte estrutura de comunidade com característica mais urbana e as pessoas passaram a dividir suas casas muro a muro, ou seja, estreitou-se a relação de vizinhança a ponto de um dos entrevistados mencionar a perda da sua privacidade, Pedra Negra tornou-se um bairro dentro do município de Ijaci, e em Macaia, as pessoas mudaram para a parte de cima da comunidade, desestruturando a relação de vizinhança estabelecida.

A perda do lugar e o abalo nas relações sociais são consequências naturais de um processo de relocação, contudo, observa-se que na região da UHE Funil essas mudanças provocaram a desestruturação dessas relações e a desunião das pessoas que conviviam nas comunidades alagadas, e ainda, gerou-se muitos conflitos entre os novos vizinhos. Assim, interpreta-se que o processo de relocação não foi adequado, não houve um processo de adaptação e sim de conformação dos atingidos com a nova realidade. As mudanças provocadas nas relações de vizinhança, de comunidade e a desconsideração das composições sociais assumem a conotação de fator limitante ao desenvolvimento, alinhando-se com a perspectiva apresentada na categoria de impactos simbólicos de que a não estruturação do local e a desunião dos atingidos dificulta e/ou impossibilita o desenvolvimento pela abordagem da via alternativa.

Eu acho moça que o consórcio né, que **o consórcio tirou a privacidade de muita gente.** (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 3) (grifo nosso)

[...] essa mudança só fez com que o pessoal da comunidade ficasse desunido. (Atingido de Pedra Negra 1)

Hoje aquela confiança que um tinha no outros de, por exemplo, matar uma galinha e levar um pedaço pro vizinho, **isso não tem mais não, hoje eles estão mais pra si.** (Representante do legislativo de Ijaci 1) (grifo nosso)

[...] a gente tinha mais contato com os vizinhos, porque conforme eu já lhe disse, muita gente acabou caindo na solidão e partiu dessa pra melhor, porque antes a gente tinha mais contato, era só abrir a janela e falar “oi fulano, tudo bem?”. De tardezinha a gente juntava, ia bater papo, contar histórias, então não tem mais isso. (Atingido de Macaia 3)

[...] antes o pessoal era mais unido, mais assim “roça”, vamos dizer, muita gente gostou desse lado cidade né, mais muita gente não, porque mudou mesmo o contato, mudou até vizinho que não é vizinho mais, mudou de casa, já não é o mesmo vizinho que você tinha, então modificou a rotina... (Atingido de Macaia 10)

[...] isso não é mais aquela coisa bacana e familiar que tinha, mudou muito. Não é igual aquela Pedra Negra antiga, essa de Ijaci não. (Atingido de Pedra Negra 8)

[...] a Pedra Negra lá de baixo era muito unida, aqui são muito desunido. [...] Desuniu, mas eu não sei o que aconteceu, mas desuniu em tudo, tem uma missa vai pouca gente da Pedra Negra, se tinha uma pessoa doente, todo mundo se unia. Então, ficou completamente ferido neste ponto aí. (Atingido de Pedra Negra 1)

[...] quando começou a comunidade, o pessoal não tava acostumado a morar junto em comunidade e era sempre separado e a hora que juntou o povo começou com um fofocar falavam um do outro, o do outro e isso aí foi o que aconteceu. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 5)

A gente vivia esparso ao longo do rio, então você tinha afinidade aqui, ali. Hoje não, **hoje você é obrigado a ter afinidade com todo mundo. Então começa a gerar conflito.** Teve uma fase na comunidade de todo mundo ser inimigo de todo mundo, entendeu? O cara morava longe, de repente você tem um vizinho ali do lado te olhando. Mas

agora parece que as coisas vai acertando... (Atingido da Ponte do Funil 9) (grifo nosso)

[...] e eles [moradores da Ponte do Funil] eram muito dispersos, eram rancheiros, era um rancho aqui outro rancho ali e juntou tudo, colocou tudo isso junto, pertinho um do outro. Então a gente tem atritos entre eles sabe? Muito atrito entre eles, que hoje eles tão com muro colado um com outro, escuta até a respiração do outro. Então tem essa rixa. Já havia essa rixa. Então isso acaba mantendo. (Representante do CAHEF 1)

Por outro lado, contradizendo o posicionamento dos demais grupos de entrevistados que defendem que a relocação enfraqueceu as comunidades e desuniu os atingidos, os representantes do CAHEF defendem que a construção da usina na região possibilitou uma maior interação social entre os atingidos, sendo isso considerado, por esse grupo, um fator favorável ao desenvolvimento da comunidade vez que as pessoas passaram a se unir em prol dos interesses coletivos.

A comunidade do Funil né, aquela comunidade que hoje **aprendeu a viver em comunidade**, pelo menos consegue ir pra reunião um discuti com o outro mais aquilo não vira mágoa, não vira rancor né, conseguem entender que a decisão que foi tomada ali é uma decisão conjunta a decisão de um grupo de pessoas, coisa que **antes eles não tinham esse tipo de envolvimento**. (Representante do CAHEF 2) (grifo nosso)

[...] a interação você traz as pessoas, quando elas começam a interagir você tem conflitos, claro, porque antes eu via meu vizinho vez ou outra, se eu não quisesse ver a cara dele eu não via. Agora não, ele tá ali de lá do muro, né? Então isso traz conflitos, **mas traz também toda uma interação social que é importante pro crescimento humano das pessoas**. (Representante do CAHEF 4) (grifo nosso)

Na opinião da maioria dos entrevistados, em todos os grupos de atores sociais, as perdas dos costumes são interpretadas como um fator limitante ao desenvolvimento das comunidades atingidas, tendo em vista que aquelas pessoas já estavam acostumadas a desenvolver determinadas atividades, muitas delas eram tradições familiares, que se perderam com a mudança do espaço, com o movimento migratório inadequado, com a perda de contato com a terra e com o rio.

Nessas comunidades, a maioria dos atingidos trabalhava na zona rural, desenvolvia a economia doméstica de tradição com a produção de doces, quitandas, fubá de moinho d'água, a torra do café que sobrava no terreiro ou no cafezal, as hortas das quais obtinham a subsistência da sua família e uma renda extra fazendo a feira com o excedente. Além do mais, tinham aqueles que desenvolviam a pesca e o artesanato sendo possível identificar que as pessoas que viviam naquelas comunidades tinham uma grande criatividade e aproveitavam tudo que o ambiente natural lhe podiam oferecer para melhorar a qualidade de vida e se desenvolviam de maneira sustentável, observa-se que tais costumes se perderam quase que por completo provocando a perda das rendas, do acesso aos recursos naturais e da tradição, que por sua vez, relevam-se como potencial restritivo desse fator limitante.

Porque onde nós morava, nós tinha um pedacinho de terra, e ali nós tinha de tudo, tinha mangueira na horta, laranjeira, goiabeira, tinha limoeiro, criava muita galinha, tinha um frango pra comer não precisava de comprar, tinha verduras e aqui hoje tudo é na base do dinheiro, tudo tem que buscar em Lavras porque, por exemplo, eu com ela (referindo-se à esposa) ganhou essa casinha aqui e embaixo a gente não tem condições de mexer com nada, é um ladeirão uma coisera aqui. Então

nessas alturas nós somos muito prejudicados. (Atingido da Ponte do Funil 3) (grifo nosso)

Deixa eu te explicar, o pessoal mais que fazia a ferinha deles, eles fazia no terreno dos outros, de fazendeiro, então eles aproveitavam o terreninho pra plantar e vender na feira pra ter uma renda a mais. Depois que a usina inundou esse terreno, o fazendeiro mandou eles embora. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 1)

[...] parece que a gente gasta mais na cidade, né? Apesar da gente ainda tá trabalhando e tudo, mas parece que lá na roça era menos [...] a gente não comprava a gente colhia e a gente tinha frango. Porque você vê, a gente compra tudo, né? Tudo comprado. Sorte que eu ainda tenho o café, o feijão, eu ainda mexo. (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 4) (grifo nosso)

[...] a gente podia criar galinha, porco, agora não pode né?! Ai, aquele tempinho acabou que a gente era feliz e não sabia. (Atingido de Macaia 12)

Lá era bem melhor do que aqui, mais tranquilo. A gente morava numa roça, aqui pra gente é uma cidade, né? Lá você tinha tudo em quanto é fruta, verdura, hoje você tem que comprar de tudo. Essa parte foi meio difícil. (Atingido de Pedra Negra 5)

[...] tem frases que são muito bonitas, igual o D. mesmo, ele falava que o rio dava tudo, você precisava de uma lenha, você ia lá e pegava no rio, pegava um peixinho, você puxava água pra irrigar as plantas, a beirada do rio ali tinha goiabeira, bananeira, era tudo nativo ninguém plantou nada e eles tiravam bastante coisa do rio. (Representante do CAHEF 3)

Em decorrência dessa perda dos costumes locais, os meios e modos de vidas dos atingidos, no sentido de maneira/forma de se desenvolver, bem como suas rotinas, também se modificaram completamente, vez que deixaram de ter acesso à terra, aos instrumentos rurais como fogão à lenha, moinho d água e aos

recursos naturais que antes estavam disponíveis como o rio e a vegetação, revelando a perda dos meios e modos de vida também como um fator limitante ao desenvolvimento das comunidades que estavam acostumadas e adaptadas a outros meios e modos de vidas.

Modificou [a rotina dos atingidos], **eles tinham antes atividades mais agrárias, voltadas ao cultivo de hortaliças e tudo mais ou iam pra pesca, né?** (Representante do CAHEF 4) (grifo nosso)

Vocês viram como era né? Tinha um fogãozinho de lenha que as pessoas cozinhavam, faziam aquelas coisas, hoje em dia não tem mais, mudou a cultura, o modo de vida. Eles vivem em comunidade, num único lugar. Tinha as pessoas que faziam artesanato, vivia de cesto, de fazer essas coisas e vendiam né, e hoje em dia não tem mais, a matéria prima não tem. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6)

O pessoal de Pedra Negra tem que se deslocar daqui até a zona a rural, ao passo que lá eles levantam 6 ou 6:30 da manhã pra ir trabalhar e aqui tem que levantar 4:30 ou 5 horas e uma coisa que o pessoal fala é a questão do alcoolismo aumentou muito, droga também que eu já falei. (Representante do legislativo de Ijaci 1)

É, muitos moravam aqui e depois resolveram mudar pra trabalhar em outro lugar, outros já saem daqui pra trabalhar em Lavras, outros tem que pegar um barco e atravessar a remo pra trabalhar... (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 2)

Hum... modificou [referindo-se à rotina dos atingidos] porque tem gente que atravessa esse rio de barco pra ir trabalhar. E no tempo do rio não era só andar, atravessar uns atalhos. Então acho que mudou pra muita gente. Muita gente teve que comprar moto ou comprar carro, pra ir trabalhar em Lavras. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 3)

Porque a única coisa que a gente sentiu, é que **a gente morava lá em baixo há quarenta anos, e já tinha o quintal todo plantado, arrumadinho, e a gente foi obrigado a mudar.** (Atingido de Macaia 4) (grifo nosso)

[...] fazia balaio lá na margem do lago, tinha um sítio lá onde eu morava, lá tinha várias moitas de bambu e eu trabalhava e tinha minha fonte de renda e aquilo ali com uma pequena horta que eu plantava, eu tirava o combustível com aquela pequena horta, fazia feira, o meu carro chefe era os balaios, aí eu vendia os balaios e saía líquido aquele lucro e hoje infelizmente aquela matéria prima não tem mais, essa era a facilidade que tinha lá. (Atingido da Ponte do Funil 6)

[...] lá em Pedra Negra, eles tinham uma praia, um rio que eles nadavam e aqui eles ficaram longe do lago, não se construiu uma praia artificial, mas apesar disso, o pessoal de Pedra Negra ficou longe do rio. Foi um erro muito grande deles terem ficado longe do rio, porque antes eles ficavam na beira. (Representante do legislativo de Ijaci 1)

[...] lá em casa mesmo eu cozinhava na lenha, eu fui conhecer e mexer com gás foi aqui, até o meu tinha acabado, eu não tinha dinheiro e eu perguntei pra ele, se eles arrumavam pra mim e eles arrumou, o consórcio. (Atingido de Pedra Negra 2)

Fato é que, após o processo de relocação, os atingidos e membros de entidades representativas relatam que não foi possível reestabelecer os seus costumes, meios e modos de vida rural no meio urbano, de modo que o desenvolvimento pela via alternativa, que se observava antes da relocação, foi prejudicado reforçando assim o caráter limitante de tais fatores.

Não [respondendo se o consórcio empreendedor reconstituiu os meios e modos de vida dos atingidos da UHE Funil], de jeito nenhum... muita gente tinha sua casinha aqui, plantava o que queria, tinha sua horta com tudo plantada. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 3)

Algumas reivindicações, por exemplo, o valor de terras, algumas coisas que estavam ficando para trás que o consórcio não tava complementando e nós fomos orientando o pessoal, o pessoal da usina é... ficava batendo perna com a gente, desde um pé de couve até uma casa lá na área rural, vim discutindo isso com as coisas que o pessoal tinha direito, mesmo assim foi ficando uma coisa pra trás. Não falo que a gente não cobrou do consórcio, às vezes ficou uma coisa despercebida pra depois. A questão da comunidade de Pedra Negra que veio pra cá, **as casas deles lá todas tinham fogão a lenha e não fizeram fogão de lenha pra nenhum quando vieram pra Ijaci**, depois o pessoal foi construindo, foi melhorando. (Representante do legislativo de Ijaci 1)

Foi muito difícil, muitas pessoas sofreram muito, porque estavam acostumadas com a sua terrinha, moravam na roça e plantavam e **tudo foi trocado por um lote que eles não fariam o que faziam antes né, a comunidade sofreu muito antes**. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6)

Peixe não têm, vai pescar não tem nada. Não sei qual ideia que tiveram de colocar tucunaré, acabou com os outros peixes. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 5)

Conforme apontado no referencial teórico, os impactos causados na vida dos atingidos devem ser o mínimo possível, e o consórcio empreendedor da barragem deve ter o compromisso, de tentar de todas as formas, reconstituir os costumes, meios e modos dos atingidos antes da barragem, o que não aconteceu nas três comunidades estudadas. Pelo contrário, conforme alguns relatos de um grupo mais crítico de entrevistados, o CAHEF não teve a preocupação de inserir o saber local no processo de relocação, de modo a compreender como os atingidos viviam antes da implantação da usina, sendo o processo de relocação muito rápido, que partiu de cima para baixo, e os atingidos sequer tiveram tempo

suficiente para assimilar a mudança, relevando tal processo como um fator limitante ao desenvolvimento da comunidade.

[...] eu tive uma briga, eu tive várias brigas, eu briguei com o engenheiro por causa do fogão de lenha, eu criei muito caso na época sabe? Eu era amiga das pessoas também, e a gente percebe que existe uma urgência na construção né, que tem período de construção, existe umas situações assim, isso aqui vai ficar pra nós né? Essa conversa? Que existem umas situações, que continuaram ocorrendo essas situações, que essas equipes vem de fora sabe, elas vem de Belo Horizonte, vem de... são empresas grandes, não conhecem nada dos lugares... [...] **o bendito fogão de lenha todo mundo construiu, que eu falei pro cara, isso é tradição, todo mundo fez um puxadinho e fez um fogão de lenha, porque eles tiraram o fogão de lenha de todo mundo, porque eu falei com eles quem que vai pegar gás, até a serpentina que o pessoal esquentava a água no fogão de lenha poderia ter feito sabe?** Eu acho assim, é uma visão até ecológica de construir. (Representante do CAHEF 3)

Eles não olharam, quer dizer não sei nas outras comunidades, **mas lá na Ponte não teve muito acompanhamento, muita preocupação, deles com essa parte não** [referindo-se aos costumes locais]. Eles davam cesta básica pro pessoal, retribuíam durante muito tempo eles ganharam cestas básicas porque não tinham como trabalhar... (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6) (grifo nosso)

Agora, o movimento mitigatório com o pessoal mais humilde não foi adequado, você retira um sujeito é, bom vamos dizer, vamos colocar assim, **eu sou um nativo mais esclarecido e já tive esse impacto desse tamanho, imagina um nativo com menos informações mais ligado ainda à terra do que eu?!** Eu vejo que lá mesmo com aquela comunidade do Funil bonita que deu um valor econômico pra propriedade deles, bom, **mas o movimento de educação pra substituir o ambiente daquela turma não foi adequado não.** (Atingido da Ponte do Funil 10) (grifo nosso)

Porque se você prepara as coisas, por exemplo, eu vou instalar uma comunidade aqui, eu vou mexer com sua vida. Bom, o mínimo que você tem a fazer é tentar mitigar seu problema. Agora não, aqui foi tudo na correria. Quando acordou já tinha máquina ali, já tinha bomba caindo, e pedra rolando e vai fechar dia 9. Uai, peraí, você fala assim, você não tá acostumado não, em 33 meses que começou a obra e já vai fechar?! Ninguém acreditou naquilo. Eu mesmo trabalhava na usina, dia 9 foi num sábado. Eu falei: “ah, vai fechar nada, eu vou dormir até tarde”. Ia fechar 7 horas da manhã. Cheguei lá na usina 9 horas já não tinha mais rio. Tinham fechado mesmo. Nossa senhora foi [referindo-se à rapidez do processo de relocação], muito louco. (Atingido da Ponte do Funil 9)

A vinda da UHE-Funil para região em nada contribuiu para um avanço nas relações de vizinhança, de comunidade, para o fortalecimento das práticas sociais ou desenvolvimento de novos costumes, pelo contrário, apenas restringiu o potencial de desenvolvimento pela via alternativa dessas comunidades.

É importante destacar que o CAHEF reconhece alguns desses impactos sociais, ao passo que os poderes públicos municipais sequer mencionam tais mudanças, reforçando o pouco envolvimento deles com o processo de relocação e as mudanças que ocorreram nas comunidades, conforme será mais detalhado na categoria específica poder público.

De modo geral, a categoria impactos sociais prevalece a presença de fatores limitantes ao desenvolvimento das comunidades como a perda das relações de vizinhança e de comunidade, a desconsideração dos costumes locais bem como dos meios e modos de vida e a consequente perda das rendas e do acesso aos recursos naturais, além disso, a não inserção do saber local no processo de relocação revela-se como um potencial restritivo desses fatores

limitantes, ou seja, se tivesse inserido o saber local dos atingidos no processo de negociação tais impactos seriam menores (ver quadro 2).

Assim, tendo em vista a intrínseca relação entre os impactos sociais e simbólicos, uma política pública que previsse uma mitigação adequada aos impactos sociais amenizaria os impactos simbólicos. Para tanto, mais uma vez, justifica a inserção dos atingidos no processo de negociação para revelar suas práticas sociais, relações comunitárias e seus meios e modos de vida, para que o projeto de relocação seja formulado considerando tais aspectos, inserindo o saber local e respeitando as populações que compulsoriamente tem que deixar suas casas e referências de vidas embaixo d'água.

4.6 Impactos ambientais

Os impactos ambientais decorrentes da construção da UHE Funil são interpretados, pela maioria dos entrevistados, como um fator limitante ao desenvolvimento da região em decorrência da impossibilidade de reestabelecer o *status quo* do meio ambiente natural e considerando a relação dos atingidos com o rio e o meio ambiente natural, contudo, observa-se que a interpretação e o desdobramento desse fator limitante variam de acordo com o grupo de entrevistados.

Na interpretação dos representantes do CAHEF, de um dos membros do legislativo de Bom Sucesso e apenas um dos atingidos, os impactos ambientais causados pela a implantação de um empreendimento hidrelétrico são normais, esperados e previstos, sendo assim, os entrevistados do CAHEF alegam que potencial restritivo desse fator limitante é minimizado com o desenvolvimento das medidas mitigatórias previstas no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório

de Impacto ao Meio Ambiente, de modo que a problemática da questão ambiental decorrente da implantação de uma barragem já contém em si a formulação das ações mitigadoras que, por sua vez, são interpretadas como favoráveis.

Olha, ambiental a gente sente uma mudança né, se bem que eles fizeram a captura de animais, repôs e tal, essa hidrelétrica eu considero que não foi tão grande porque até então ela é uma mini hidrelétrica né, uma hidrelétrica que tem 44km² comparando com outras que tem 600km², eu considero que o impacto foi pequeno. (Atingido da Ponte do Funil 5)

A questão ambiental, acho que, assim, aqui no empreendimento, o que a gente até hoje recebe críticas, né? Seria essa questão dos peixes, né? Ah, antes tinha mais peixe, hoje não tem tanto peixe. **Mas isso é inerente a qualquer empreendimento hidrelétrico. Eu acho que essa mesma questão que tem aqui tem em outros empreendimentos da mesma forma.** (Representante do CAHEF 1) (grifo nosso)

Oh, ambiental... Você tem o barramento né, que afeta a questão da ligação de peixes, temos o sistema de transposição de peixes com resultado hoje de mais deve ter umas trinta e duas toneladas de peixes transpostos, mais de quase vinte e cinco milhões de vida isso em doze anos. Se você conversar com o P. P. lá da UFLA você vai ver, que o P. em todas as palestras que ele faz ele sempre cita a questão do centro de tratamento de peixe, também já investigou um pouco. O reflorestamento que nós trabalhamos junto com o IEF e continuamos ainda trabalhando pra compensação do desmatamento, esses são os impactos que eu considero que podem ser mais relevante, os outros foram impactos unicamente pontuais. Unicamente naquele momento, você investigou e hoje não vê eles mais. Nós começamos com o projeto de quarenta nascentes estamos com cento e quarenta e duas recuperadas, ou seja, tamo com mais de cem além da nossa obrigação, porque é um trabalho ambiental importante e bem aceito pelos produtores rurais, então continuamos

manter o programa que não tínhamos obrigação de continuar, mais tamo continuando porque sabemos da importância dele pra questão ambiental. (Representante do CAHEF 2)

Os atingidos, membros de entidades representativas e apenas um representante do executivo apontam que os impactos ambientais foram além do previsto e causando danos que eles não esperavam como a extinção de várias espécies de peixes e consequente mudança no tipo de pesca que se desenvolvia na região, a destruição de recursos naturais e mudança no clima. Essas mudanças irreversíveis representam um obstáculo ao desenvolvimento das regiões atingidas, pois impactaram nos costumes, meios e modos de vida dos atingidos da UHE Funil que tinham uma grande relação com o meio ambiente natural e principalmente, com o Rio Grande, no qual alguns viviam da pesca, outros da extração de recursos naturais, do turismo, da água do rio para plantar.

[...] mas **a barragem matou mais de vinte toneladas de peixe lá**, foram fazendo cratera deste tamanho lá e jogando os peixes lá, foi o negócio mais triste do mundo e eles abafaram e não deixaram ninguém entrar. (Atingido da Ponte do Funil 11) (grifo nosso)

O clima mudou muito, a gente que mora lá percebe. No período de inverno uma serração densa, certo? Fica até nove dez horas da manhã, parece que o dia não amanhece em Ijaci, período frio esfria de mais. Na época do calor há um espelho, parece que o sol reflete na água e esquentava também bastante, o clima mudou totalmente. (Representante do executivo de Ijaci 1) (grifo nosso)

[...] lá na época que o **rio era farturento de peixe, queria comer peixe ia lá no rio e buscava um peixe, hoje não tem mais.** Hoje com essa hidrelétrica parece que até os peixes sumiram, entendeu? [...] Não existe mais piau, hoje é

tucunará. Ele lá vai tomando conta da área. (Atingido de Pedra Negra 7) (grifo nosso)

[...] agora teve um desmatamento muito grande, isso teve, na margem dos dois lados tiraram madeira pra caramba. (Atingido de Pedra Negra 8)

Peixe não sobrou 10% do que tinha, o impacto sobre as árvores que a gente tinha, se você pegar um mapa do que a gente tinha e do que tem hoje, você vai ver. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 1)

Você vê que houve um grande desmatamento em torno do rio aqui, né? Então isso foi prejudicial, né? [...] Tem a defasagem de peixe, que a gente tinha os peixes da água do rio que eram aqueles peixes dourados, que hoje a gente nem vê mais né, que aqui nesse lago a gente nem vê... (Membro de entidade representativa de Macaia 1)

E hoje o meio ambiente pra lhe ser muito sincera, se tem essas árvores aqui agradece a mim porque eu que plantei, cuido e brigo com qualquer um por causa delas... aqui se a gente quer uma árvore é a gente que tem que plantar, conforme eu te falei que eu plantei essas aqui da orla foi eu que plantei. (Atingido de Macaia 3)

Contrariando o posicionamento dos entrevistados do CAHEF, alguns entrevistados relatam que as medidas mitigatórias não foram adequadas para compensar os impactos ambientais vez que os atingidos até hoje reclamam da falta de peixes, da extinção de algumas espécies nativas, do desmatamento causado na região, da degradação das margens, da não limpeza da área que foi alagada, entre outros. Os atingidos que viviam da pesca são os que mais criticam as medidas mitigatórias, principalmente no que tange ao projeto de repovoamento dos peixes que desconsiderou os saberes locais ao colocar uma espécie predadora no lago e construir o elevador de peixes.

[...] soltaram muito filhote de tucunaré há uns anos atrás e tucunaré predomina né, ele é predador, então só dá ele. (Atingido da Ponte do Funil 11)

Peixe não têm, vai pescar não tem nada. Não sei qual ideia que tiveram de colocar tucunaré, acabou com os outros peixes. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 5) (grifo nosso)

Essa questão de morte de peixe lá, nós tivemos que fazer uma reivindicação na praça, coisa de uns 15 dias atrás, empunhar bandeira em direção ao consórcio, solicitando uma escada de peixe. Porque lá tem um sistema de transposição de peixe, tem um elevador, que assim, eu, particularmente, acho que ele é mais eficiente que uma escada, mas ele não tá funcionando, deu problema de água. (Atingido da Ponte do Funil 9)

Olha, eu não posso falar pelos outros, pra mim não teve benefício nenhum, destruiu a natureza, matou milhões e milhões de peixes, fizeram um elevador pra captar peixe, não existe transposição de peixe lá. Esse rio pra baixo vai morrer, não existe peixe, fizeram um elevador que não funciona. (Atingido da Ponte do Funil 11)

[...] eles [referindo-se à polícia florestal] chegaram ao cúmulo de não deixar a gente retirar os tocos da margem do lago, o lago inundou as florestas e os tocos pra machucar o povo, os banhistas lá, não foi permitido, quando a gente viu que o consórcio não ia ter jeito, nós todos tentamos, nós fomos ameaçado com a força policial pra mim não desmatar o ambiente submerso, isso é de uma loucura e de uma gravidade e, ninguém é responsabilizado por um absurdo desse... (Atingido da Ponte do Funil 10)

O ambiental é pelo que a gente tinha e pelo que a gente tem hoje. **Então até agora, dez anos e não foi feito nada na parte de reflorestamento,** parte dessas infraestrutura mesmo, de meio ambiente, repovoamento de peixe. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil) (grifo nosso)

Só que lá embaixo, lá na represa, eles fizeram um elevador, só que esse elevador não é suficiente pra suportar toda demanda de peixe que sobe o rio. Aí o que acontece, acabou que sumiu muito peixe aqui na região, aqui tá muito ruim pra pescar hoje. E se pegar é com rede, na varinha igual o pessoal fazia antigamente, o nego fica o dia inteiro lá pra pegar meio peixinhos e nada demais. Então por esse lado talvez pode ter sido alguma coisa que prejudicou. (Atingido de Macaia 1)

Das três comunidades, observa-se que na comunidade de Pedra Negra, os relatos referentes aos danos ao meio ambiente são menores, pois os atingidos dessa comunidade abandonaram o antigo local, e não vivem mais próximos ao local que foi alagado, de tal modo, que eles nem sempre tem a noção dos danos ambientais causados na região. Assim sendo, os problemas ambientais relatados por essa comunidade estão mais relacionados ao ambiente urbano.

[...] eles fizeram lá uma ETE (estação de tratamento de esgoto), isso tá prejudicando, tá sendo um impacto horrível, fizeram uma ETE no fundo lá do bairro, essa ETE recebe o esgoto de Ijací inteirinho, da Serra, de vez em quando o caminhão tem que ir lá fazer limpeza na ETE, e a bomba às vezes queima e eles não vão fazer limpeza, como esse ano eles estavam reclamando muito pernilongo, então isto hoje eles estão sentindo essa parte, porque dá um mal cheiro muito grande, volta o cheiro na rede esgoto aquele mau cheiro horrível de esgoto, então a ETE ficou lá no fundo e eles não estão cuidando bem da ETE. (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 2)

Alguns entrevistados apontam ainda as perdas simbólicas decorrentes desses danos ambientais, como a perda da paisagem, da pesca que era uma atividade de lazer e produtiva da região, o contato com o rio. Essas perdas

simbólicas ligadas ao meio ambiente decorrem dos fatores limitantes pertencentes a essa categoria.

[...] eu tinha uma atividade que eu gostava muito, de pescaria esportiva entendeu? E hoje não, você pode até pescar, mas não pega peixe né, no lago não tem peixe. (Atingido da Ponte do Funil 8) (grifo nosso)

[...] hoje a represa em si tá dando muito pouco peixe, praticamente nada, **então aquela rotina do pessoal pescar a beira rio ali mudou né**, hoje é lago, água parada. (Atingido da Ponte do Funil 2) (grifo nosso)

[...] não tem condições de sobrevivência, não tem peixe. Eles falam de tantas toneladas de peixe, mas não vê. Era trezentos e cinquenta toneladas de peixe, eu quero vê a onde eles arrumaram água pra esse tanto de peixe, porque não tem peixe aqui... Pode ir lá pescar, eu te dou a vara e você vai lá na beira do rio, tá pegando só tucunaré. Porque o meio de sobrevivência que tinha lá na ponte era um, falar que pescador acaba com peixe, pescador não acaba com peixe não, o que acaba com peixe é poluição e barragem. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 5)

Ah ambiental né, nossa aquele lugar era muito bonito. Tanto de Pedra Negra, desde onde foi o rio até lá embaixo tinha umas paisagens muito bonitas, tinham lugares que eu vivi aí e eu lembro que tinham muitas coisas bonitas que hoje podia estar sendo explorado, mas aí virou água. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6)

Olha, a perda que houve foi que lá tinha muito pescador, era da pesca que sempre a gente... eu falei que tenho saudades até hoje porque na época da pesca sempre a gente comprava aquele dourado bonito né, então quanto tempo eu não como um dourado do rio, porque lá a gente tinha muito isto, lá tinha uma prainha, tinha a Pedra que era um ponto turístico de lá... (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 2)

É porque assim, os donos dos bares, o pessoal tem aquela coisa, eu vou lá comer peixinho fresco né, não existe isso aqui, todos os bares aqui compram peixe fora. (Atingido de Macaia 11)

Quanto ao grupo do poder executivo e legislativo, eles não se posicionam de forma unânime quanto aos impactos ambientais causados na região, alguns sequer mencionam as medidas mitigatórias assinadas e assumidas pelo CAHEF, outros acreditam que os impactos foram mitigados, assim o desconhecimento dos compromissos a serem cumpridos para a instalação da barragem revela-se como um fator limitante, tendo em vista que o próprio poder público, que deveria guardar e preservar o meio ambiente natural, não sabe o que cobrar e como exigir que tais medidas mitigatórias sejam cumpridas.

Hoje muita água foi carregada, está tendo erosão nos barrancos, desbarrancamento, assoreamento muito grande. **Porque não houve essa preocupação de fazer um trabalho técnico de drenagem das margens da represa. Também não fez ali o que era importante: o repovoamento florestal,** são as matas ciliares que não foi feito, fizeram alguns trechos. [...] E agora o aspecto de assoreamento é sério! O lago está com assoreamento fora de série. (Representante do executivo de Ijaci 1) (grifo nosso)

Eu tenho para comigo uma certa frustração em termos de **o município tem muita menos força do que o órgão máximo que seria a FEAM para cobrar,** nós fomos até a FEAM fazer essa denúncia, mas por exemplo o tratamento de esgoto ficou pela metade... (Representante do executivo de Ijaci 1) (grifo nosso)

Houve até os clamores sobre o problema dos peixes, quanto as árvores que estavam sendo derrubadas no leito do rio, tudo foi debatido, o Consórcio no que se refere ao problema dos peixes eles solucionaram, não tinha como colocar escadas mais eles colocaram elevadores para os peixes, que

o consórcio justifica que funciona corretamente.
(Representante do legislativo de Bom Sucesso 1)

[...] hoje ali o que o pessoal pede e não foi construída é uma escada de peixe. O elevador tem época que funciona e tem época que não funciona, mas o que o pessoal pede lá pra usina é uma escada pros peixes subi... (Representante do legislativo de Lavras 1) (grifo nosso)

Assim, sem querer entrar no mérito das legislações ambientais que regulamentam a construção de empreendimentos que causam impactos ambientais, uma política pública voltada aos interesses dos atingidos (ver quadro 2) teria como escopo complementar tais legislações de modo a incluir os atingidos da região que será alagada na elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto do Meio Ambiente, considerando o saber local dessas populações, que conhecem o meio ambiente nos quais estão inseridos. Além disso, as medidas mitigatórias voltadas para os impactos ambientais devem ser submetidas ao crivo de todos os atores envolvidos na implantação da barragem.

Essa política pública além de efetivar o direito à participação dos ribeirinhos, deve também garantir o direito à informação, de modo que todos consigam compreender a dimensão dos impactos ambientais e os decorrentes deles como os impactos simbólicos e a modificação dos costumes, dos meios e modos de vida. No caso das medidas mitigatórias não serem suficientes para mitigar e minimizar tais danos deve-se considerar a opção de não se construir a hidrelétrica, ou então, rever o projeto estrutural de modo que a área alagada seja a menor possível.

Deve-se também efetivar uma fiscalização periódica do cumprimento das medidas mitigatórias, assim a criação de um órgão governamental que

acompanhe a construção desse tipo de empreendimento se justifica novamente para fiscalizar, avaliar, orientar e informar os atingidos, bem como, acompanhar a elaboração dos documentais ambientais de modo a coibir que esses funcionem como propagandas do empreendimento.

4.7 Trabalho

A priori é importante esclarecer que a categoria trabalho abrange todos os trechos de entrevistas relacionados tanto às mudanças que ocorreram nas atividades lucrativas das comunidades relocadas como as feiras, as pescas, o trabalho de economia doméstica de tradição, o comércio, quanto as mudanças nas relações empregatícias, ou seja, engloba o trabalho autônomo que era desenvolvido na região e os empregos formais e informais existentes.

Essa categoria divide a opinião dos diversos grupos de entrevistados relevando fatores que se opõem. De um lado, há aqueles que defendem que a construção da barragem proporcionou um aumento na oferta de emprego identificando-o como um fator favorável, por outro lado, há aqueles que defendem que a vinda da barragem desencadeou desemprego e alterou os tipos de trabalhos realizados na região identificando-os como fatores limitantes ao desenvolvimento das comunidades após a barragem.

O grupo de entrevistados que entendem que a construção da barragem propiciou a geração de empregos na região é bem heterogêneo e inclui, na maioria, os representantes do poder executivo e legislativo e os membros do consórcio empreendedor, em menor parte, há relatos dos atingidos de Pedra Negra, Macaia, Ponte do Funil e membros de entidades representativas,

identifica-se que esse agrupamento é composto por pessoas que tem uma situação financeira melhor e são mais esclarecidas.

Segundo esses entrevistados, o aumento na oferta de emprego na região está relacionado, em um primeiro momento, com a própria construção da barragem, da ponte de Macaia e com as obras de infraestruturas das comunidades, essa fase absorveu muita mão-de-obra não só dos atingidos como dos moradores das áreas do polígono do empreendimento.

[...] e foi feita a barragem, e era até um trem muito bem feito porque tudo o que se tinha que se fazer naquela época, se fez... **virou essa região nossa o melhor lugar de emprego** porque se duplicava a Fernão Dias, fazia-se a barragem do Funil e surgia essa Camargo Correa em Ijaci, então qualquer gente que chegava, tinha emprego, tinha facilidade, isso ajudou muito na condução da coisa. (Representante do executivo de Bom Sucesso 2) (grifo nosso)

O consórcio deu bastante; primeiro, deu muito emprego pro pessoal da cidade, porque primeiro pra construir uma ponte e pra construir praticamente uma cidade do nada, teve que contratar muita mão de obra. E o pessoal daqui, muita gente trabalhou. (Atingido de Macaia 1)

É possível identificar nesses relatos que a geração de emprego também se manteve após a conclusão dessas obras, tendo em vista a profissionalização dos atingidos com os cursos de capacitação oferecidos pelos CAHEF – como os cursos de jardinagem, de pedreiro, doceira – o acesso facilitado às cidades, e consequentemente, às opções de emprego, ao contrário do que havia nas antigas comunidades, cujas opções eram restritas e voltadas para as atividades no campo. Assim, a geração de empregos e os cursos de capacitação são interpretados como favoráveis ao desenvolvimento da região, considerando a

intrínseca relação entre emprego, enriquecimento e desenvolvimento das comunidades.

A gente viu Ijaci experimentar esse crescimento, melhorar as residências, melhorar muito, a quantidade de parabólicas que entro em Ijaci de 2002 a 2010 é impressionante. Fantástico! Carro, cresceu muito a frota de veículos. Não tinha emprego em Ijaci, tinha as mineradoras e pedreiras, com a Camargo, o consórcio e esses empreendimentos imobiliários melhorou muito a arrecadação e a renda per capita, a média de salários subiu demais. (Representante do executivo de Ijaci 1)

[...] a usina forneceu vários cursos pra gente, profissionalizante, até então a gente trabalha lá, deu emprego pra gente. **Assim, é igual eu te falei, não falta emprego. Se todo mundo quiser trabalhar, todo mundo trabalha.** (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 1) (grifo nosso)

Você tirou quase todos da roça e deu um serviço de carteira assinada. [...] Hoje só não trabalha quem não quer, hoje tem moça trabalhando, até mesmo na lavoura, tem condução que leva e traz, ainda dá tempo de chegar em casa, tomar um banho e ir pra aula a noite e lá não conseguia isso, então foi bom, eu gostei. (Atingido de Pedra Negra 1) (grifo nosso)

[...] a comunidade cresceu, os pequenos tão estudando, tão procurando escola, serviço, trabalha dentro da cidade mesmo, tem a Camargo Corrêa aqui, tem muitas firmas. Então foi bom, bom, bom, muito bom mesmo. (Atingido de Pedra Negra 7)

Porque lá serviço se você não tivesse, tinha que ir pra roça, aqui não, a turma é empregada vai pra Lavras, pega ônibus de manhã, vorta de tarde, alguns que trabalha na roça. (Atingido de Pedra Negra 2)

[...] já são 12 anos, o menino lá que tava com cinco, hoje já tá com dezessete, já tem oportunidade de emprego lá ou aqui, coisa que ele não teria lá um emprego melhor, uma oportunidade melhor de trabalho, isso é uma coisa interesse, a nova geração né outra coisa pra se estudar, a nova geração. (Representante do CAHEF 2)

Além disso, alguns apontam que a formação do lago da barragem propiciou enormes investimentos de balneabilidade na região, como a construção de grandes condomínios náuticos e casas na orla do lago, em vista disso, a oferta de empregos como pedreiros, caseiros, faxineiras, engenheiros aumentou de forma geral, fora os empregos indiretos gerados com o aquecimento do comércio local.

A questão de emprego eu acredito que melhorou pra eles. [...] muitos hoje trabalham dentro dos condomínios cuidando de hortas, dos jardins, em faxina de casas, então aquele medo mesmo eu acho que passou. (Representante do legislativo de Ijaci 1)

Olha, a construção dos empreendimentos, dos condomínios, dos loteamentos sem dúvidas trás sim empregos, junto vem mais melhorias, melhora as rendas... (Representante do legislativo de Bom Sucesso 1)

O pessoal daqui que foi mais beneficiado agora de uns cinco anos pra cá é pedreiro, que o pessoal de fora compra lote aqui então começa a construir, então assim, essa parte de pedreiro, de construção civil foi bom. (Atingido de Macaia 11)

O lago foi um grande gerador de empregos, nisso houve uma melhora na qualidade de vida do pessoal, muito, muito... valorizou mais o serviço, o caseiro, as propriedades vão sendo menores e mais caras, mais valorizadas e pra quem mora ali e pra quem tá chegando a oportunidade de serviço, vai ter que improvisar também. (Atingido da Ponte do Funil 10) (grifo nosso)

[...] mais agora eu tô sentindo que com o crescimento da orla do lago, muita casa tá sendo construída, ou seja, tá dando emprego pra muitas mulheres de funcionários [...] a cada dia que passa eu tô sentindo que lá vai aumentando o número de casas, e tudo isso envolve gente pra trabalhar. (Atingido da Ponte do Funil 5)

A questão do emprego, por exemplo, muita gente construiu rancho nas beradas do rio, casa, então gerou emprego pra faxineira, pra um vigia, então abriu a questão. (Atingido da Ponte do Funil 9)

Outro fator favorável identificado é a medida mitigatória para fixação do trabalhador rural no campo. O CAHEF disponibiliza até hoje vale transporte aos moradores de Pedra Negra para irem trabalhar na região da antiga comunidade, e isso é interpretado pelos atores envolvidos e os beneficiados como um fator favorável, pois possibilitou a manutenção de vários empregos.

[...] os trabalhadores rurais continuam trabalhando na Pedra Negra antiga, **o consórcio fornece vale transporte pra todos os trabalhadores da Pedra Negra que continuam trabalhando onde eles trabalhavam antes, sem custo nenhum pra eles, e isso aí vai durar enquanto eles forem vivos justamente pra manter o vínculo de trabalho que eles tinham lá**, porque não é fácil sair de lá e vim pegar trabalho aqui né, então nós acertamos com a empresa de ônibus e o consórcio compra todo mês os passes aí e fornece pra eles. (Representante do CAHEF 2) (grifo nosso)

Porque o patrão não tinha como levar tudo [referindo-se aos trabalhadores], né? Não tinha condição porque na época ele não tinha uma condução pra levar a gente. Aí depois o consórcio nos propôs dele dar o passe, um vale transporte. (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 4)

[...] o dia que eu tenho que trabalhar eu vou pra lá, o consórcio continua dando passe até hoje, o ônibus leva lá

pra outra Pedra Negra, deixa lá, busca a tarde sabe, então uns trabalha pra lá. (Atingido de Pedra Negra 4)

Então, a questão de, de emprego, é... a gente teve algumas situações, principalmente com relação a Pedra Negra; Pedra Negra a gente teve exatamente por essa alteração de local, os moradores mudaram pra Ijaci, mas continuaram trabalhando nas fazendas lá na Pedra Negra antiga, lá em Macaia. Então a gente até hoje disponibiliza vale transporte pra eles trabalharem nessas fazendas, na panha de café principalmente, que é quando a gente tem um volume maior e ao longo do ano também. Então a gente tem esse plano de assistência com eles. (Representante do CAHEF 1)

Por outro lado, é identificado como limitante o não fornecimento do vale transporte na Ponte do Funil, cuja comunidade foi construída longe das grandes fazendas da região e com o agravante do alagamento da ponte, restringindo, assim, os postos de trabalho na região, que foi uma das mais prejudicadas nas relações de trabalho após a relocação.

Na visão dos atingidos, as ofertas de emprego seriam melhores aproveitadas se nas comunidades tivessem uma creche, conforme lhes foram prometidos. Na comunidade de Macaia e da Ponte do Funil, inclusive, a estrutura das creches já foram construídas pelo CAHEF, contudo, falta investimento do poder público para que as creches sejam efetivadas.

[...] acho que teria que fomentar mais uma pequena indústria lá, pra gerar mais emprego, acho que emprego tanto aqui na cidade, como na zona rural, há uma demanda muito grande, **então se eles [CAHEF] pudessem incrementar, fomentar mais o trabalho assim seria melhor pra desenvolver a região, o pessoal que ficou com uma pequena quantidade de terra não tem muito o que fazer**, apesar que o pessoal da Usina tá ajudando os pequenos produtores a implementar lá uma cultura nova né, com tecnologia nova né, então você não precisa de grandes quantidades de terra, mais o

proprietário assim, acho que ajudando com financiamento né, e dando o suporte técnico poderia melhorar um pouco, já tem, mais poderia melhorar. (Atingido da Ponte do Funil 2) (grifo nosso)

O acesso ficou difícil pra atravessar a barragem, por que antes tinha a ponte se fosse pro município pra trabalhar era só atravessar. **Limitaram o trabalho deles, eles tinham que andar muito pra poder trabalhar ou os patrões tinham que vir buscar**, os pescadores ficaram sem poder fazer nada porque a usina tava com muito lixo e não tinha peixe, agora que eles tem criatório e fazem um trabalho com criação de peixe. Mas nunca vai voltar o que era antes. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6) (grifo nosso)

[...] o consórcio tinha sim que ver aquelas pessoas que tinha mais dificuldade e tentar dar uma melhorada, porque no começo até o consórcio ajudou bastante o pessoal, com cestas básicas, porque quando chegou foi bem complicado, veio todo mundo, praticamente, veio sem emprego, sem nada, então foi bastante complicado, então eu acho que ficou um pouquinho devendo nessa parte. (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 3)

Na percepção dos atingidos e dos membros de entidades representativas, os tipos de trabalho que eram desenvolvidos foram alterados expressivamente devido à destruição da ponte, ao não acesso as terras para a agricultura orgânica e familiar que era vendida nas feiras, à falta de peixes, de matéria-prima para o artesanato, ao enfraquecimento do comércio local. Tudo isso alterou as formas de obtenção de renda, principalmente na Ponte do Funil que tinha muitos pescadores e feirantes, de modo que essa alteração nos postos de trabalhos, passados de gerações para gerações, releva-se como um fator limitante ao desenvolvimento dessas comunidades que perderam atividades tradicionais, e se sentiram impotentes, vez que o saber local desses atingidos voltado para trabalho não se enquadrou à realidade dos novos locais.

Modificou a questão de trabalho, porque quando o rio corria lá, **muitos pescadores viviam da pesca, hoje a represa em si tá dando muito pouco peixe, praticamente nada, então aquela rotina do pessoal pescar a beira rio ali mudou né, hoje é lago, água parada.** (Atingido da Ponte do Funil 2) (grifo nosso)

É, muitos moravam aqui e depois resolveram mudar pra trabalhar em outro lugar, outros já saem daqui pra trabalhar em Lavras, outros tem que pegar um barco e atravessar a remo pra trabalhar, tem pedreiro que dá a volta na barragem e vai trabalhar lá no C., em outros lugar, porque **não tem serviço fixo no local, então você tem que correr atrás pra onde tem.** Eu tenho a proposta de trabalhar em Lavras, mais eu ainda não saí daqui porque como eu vô mudar, ou pagar ônibus, o salário que eu vô ganhar eu vô tirar R\$180,00, R\$200,00 pra pagar ônibus, eu fico aqui mesmo que é melhor, não vô mudar não, porque a minha esperança é aqui e não ali. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 2) (grifo nosso)

Os sitiantes no começo atrapalhou alguma produção sabe, alguma não, principalmente a de doce, de goiabada, porque o quê que acontece no sítio? Você... eles faziam uma média de três mil, quatro ou cinco mil de reais por ano na goiabada, e naquilo ali eles compram porco, do porco eles compram a vaca, da vaca eles compram... então é assim, o sítio era assim. Então no período que tiraram, acabou fruta, acabou tudo. (Representante do CAHEF 3)

A gente tinha uma pesca que a gente praticava ali no rio, que era uma pesca tradicional, que veio passada de gerações, dos meus bisavós, dos meus avós, e de repente você não ter mais o rio, ter o lago pra você pescar com estrutura totalmente diferente, os equipamentos totalmente diferente, você não sabe nada. A gente teve que reaprender novamente, sozinho. Em tudo, não foi só na pesca. A gente teve que reaprender a plantar, nós tivemos que reaprender a receber o turista, que o turismo ali pra nós era uma fonte principal que a gente tinha. (Atingido da Ponte do Funil 9) (grifo nosso)

É, igual eu falei, no começo eles sentiram um pouco essa mudança porque o pessoal vivia muitas vezes da pesca, plantavam seu feijãozinho, suas coisas ali no fundo da horta, e aqui não teve muito isso né, então o pessoal sentiu um pouco, até que o consórcio entrou com a cesta básica por mais de um ano pro pessoal poder dar aquele impulso, pra poder se acostumar com a vida aqui que é bem diferente de lá da roça. (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 3)

[...] eu gostava de mais da antiga ponte e sem tirar que eu tinha uma renda superior a dois salários mínimo, fazia balaio lá na margem do lago, tinha um sítio lá onde eu morava, lá tinha várias moitas de bambu e eu trabalhava e tinha minha fonte de renda e aquilo ali com uma pequena horta que eu plantava, eu tirava o combustível com aquela pequena horta, fazia feira... o meu carro chefe era os balaios, aí eu vendia os balaios e saía líquido aquele lucro e **hoje infelizmente aquela matéria prima não tem mais**, essa era a facilidade que tinha lá. (Atingido da Ponte do Funil 6) (grifo nosso)

Agora não tem mais trabalho na lavoura porque a represa atingiu a maior parte dos fazendeiros né, do terreno que era produtivo, então não tem mais trabalho, se a gente quiser trabalhar tem que ir ou pra Lavras ou pra Ijaci procurar trabalho, trabalhar lá, [...] aqui eles prometeram que aqui ia ter muita coisa, ia ter muita mudança, ia gerar emprego, ia gerar não sei o que, não sei o mais e nada disso aconteceu. (Atingido de Macaia 3) (grifo nosso)

Pra mim não foi bom não [a construção da barragem], porque eu tinha um comércio na beira d'água, que tinha um movimento bom, corria dinheiro e me acabou com o movimento lá, me pagaram muito pouco, uma mixaria, e me tirou a renda tudo, lutei muito pra poder construir isso lá e eu perdi quase de graça, pra mim não foi bom não. (Atingido da Ponte do Funil 7)

A alteração no modo como os trabalhos eram desenvolvidos na região gerou um grande número de desemprego na comunidade do Funil que vivia da

pesca, agricultura e artesanato, e considerando a distância da comunidade com os municípios de Lavras e Perdões, os empregos ofertados nessas cidades não são tão acessíveis para essa comunidade em decorrência do custo do deslocamento dessas pessoas. Isto posto, muitas pessoas deixaram a comunidade do Funil, pois não havia condições de sobrevivência, assim, a falta de empregos nessa comunidade é interpretada, pelos atingidos e membros de entidades representativas, como um fator limitante para o desenvolvimento.

O resto trabalhava em roça, perderam o emprego, tem gente que tem que atravessar de barco pra trabalhar longe em fazenda. (Atingido da Ponte do Funil 11) (grifo nosso)

Quem tem emprego aqui? Ninguém. (Atingido da Ponte do Funil 8)

[...] lá tinha muito mais serviço do que aqui. Trabalhava com café nas fazendas, casa também que fazia faxina. Aí com a inundação diminuiu muito o número dessas fazendas e depois não fizeram essa ponte de novo. [...] No comecinho já não tinha serviço, aí venderam as casa pro troco de nada e foram embora. Foi mucado pra Lavras, mucado pra Ijaci, mucado foi pra Bom Sucesso. Acho que até pra Santo Antônio do Amparo. É... **num tinha trabalho aí não tinha condições de ficar né.** (Atingido da Ponte do Funil 3) (grifo nosso)

Teve mais danos porque se você for começar do começo que a gente conversou, você vai ver o tanto de peixe que tinha, as matas que a gente tinha, parte de emprego, todo mundo tinha emprego e gostava de trabalhar na roça. Hoje tem emprego, mas o pessoal não quer trabalhar mais. Não gosta do tipo do emprego. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 1)

Para os outros moradores falta trabalho; a retirada da ponte foi um ponto muito negativo, e há também a falta de peixes. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 4)

Como potencial restritivo desse fator limitante observa-se a questão do êxodo rural que provocou o empobrecimento das regiões alagadas e impactou a vida dos atingidos que eram empregados e a dos atingidos empregadores. Para os primeiros, a mudança para cidade significou o abandono de todas suas referências de meios e modos de vida, enquanto que para os empregadores, o êxodo rural enfraqueceu a produção por causa da falta de mão de obra.

[...] **muita gente deixou de morar aqui, venderam as casas que ganharam porque não tinha condição de serviço.** Os que viviam de pesca aqui, não estão mais aqui, não tem condições de sobrevivência.

[...] os que precisam sair pra sustentar família, eles venderam a casa por preço irrisório e foram procurar emprego lá em Lavras e até em Bom Sucesso. Você pode contar no dedo o quanto de gente. Nessa rua mesmo não tem ninguém. No caso aqui é aposentado mesmo que tem rendimento, porque se não, não tem jeito. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 5) (grifo nosso)

De doméstica [referindo-se ao trabalho que exerce após a construção da UHE Funil], [...] porque antes tinha lavoura né pra cuidar, plantava milho, plantava feijão, plantava arroz.

A maioria né [sofreram mudanças nas relações de emprego após a construção da UHE funil], porque o serviço aqui sempre foi a lavoura, e a maioria das pessoas agora trabalha ou em Lavras ou em Ijaci. (Atingido de Macaia 3)

A única coisa que a gente ficou lá é mão de obra, a mão de obra tem que levar. Igual, nós temos ônibus, precisou, nós temos aqui. **Eu tinha cafezal lá, acabei com tudo porque a gente tinha que tá presente e tudo mais. Então foi ficando difícil, mão de obra difícil, uns ficaram aqui, outros foram pra lá,** quem trabalhava a mais tempo continua trabalhando. (Atingido de Pedra Negra 7) (grifo nosso)

Eu acho que muita gente que apanhava café né, porque lá era muito forte a panha de café, Macaia inteiro praticamente ia pra panha de café, hoje não vai mais né, tanto é que o ônibus que sai de lá de manhã cedo, das 07:00 ele vem cheio de trabalhadores pra trabalhar aqui em Lavras. (Atingido de Macaia 9)

Tendo em vista que a implantação de uma barragem modifica as relações de trabalho da região no entorno no lago, proposições de políticas públicas (ver quadro 2) devem regulamentar essa questão para proteger os interesses dos atingidos, e conforme já ressaltado nas outras categorias, é necessário elaborar um estudo aprofundado, com a inserção e participação dos atingidos, para desvendar os tipos de atividades que serão impactadas com a desterritorialização, de modo que o projeto de relocação seja formulado contando com as mudanças que a região irá sofrer.

Considerando, ainda, os impactos nas atividades produtivas da região alagada, o oferecimento de cursos de capacitação para os atingidos, visto como fator favorável na região da UHE Funil, deve estar previsto como medida mitigatória obrigatória aos atingidos, para que seja dado a eles oportunidades de inserção no mercado de trabalho, contudo, as propostas de cursos a serem oferecidos devem partir de baixo para cima, tendo em vista as demandas e aptidões dos atingidos.

Além disso, tal política pública deve tornar obrigatória a adoção de medidas para restituir e/ou manter o trabalhador nas mesmas condições anteriores ao alagamento a fim de evitar o movimento migratório da população ribeirinha no entorno do polígono do empreendimento, e a depender das modificações dos postos de trabalhos, caberá ao consórcio empreendedor da barragem construir creches para facilitar a colocação das mulheres atingidas no mercado de trabalho. Vale destacar também a necessidade de se realizar uma

parceria entre o grupo empreendedor da barragem e o poder público para incentivar e trazer para a região postos de trabalho permanentes de modo a assegurar o desenvolvimento região no entorno do empreendimento.

4.8 Reativação econômica

A reativação econômica decorre dos fatores limitantes apontados na categoria trabalho, quais sejam a alteração nos tipos de trabalhos que eram prestados antes da construção da barragem e o desemprego, ou seja, ela é uma contrapartida a tais fatores limitantes, sendo sua promoção iniciativa do CAHEF. Optou-se por criar uma categoria específica para a reativação econômica devida sua complexidade e importância, e por revelar tanto fatores favoráveis quanto limitantes.

Segundo os entrevistados do CAHEF, a reativação econômica é um programa cujo objetivo é oferecer alternativas de fontes de renda aos atingidos. Ela é promovida através de cursos de capacitação e também através das associações e cooperativas de atividades econômicas, como a associação de doces e a horta comunitária na comunidade de Pedra Negra, a associação de artesanato e as cooperativas de pesca e de agricultura, na Ponte do Funil.

Observa-se que as comunidades mais beneficiadas pelos programas de reativação econômica são a Ponte do Funil e a Pedra Negra, por entender o CAHEF que essas comunidades foram mais afetadas pelo empreendimento, tendo mudanças significativas nos postos de trabalhos. Em Macaia, a reativação econômica foi mais fraca, e se desenvolveu com os cursos de capacitação que ocorreram apenas no início do processo de adaptação dos atingidos, pois para o

CAHEF quase não houve mudança nas relações de trabalho e emprego nessa comunidade.

Para desenvolver tais associações e cooperativas de reativação econômica, o CAHEF juntamente com a EMATER promoveu um curso de associativismo para os atingidos, de tal modo, as associações e cooperativas só foram formadas após essa capacitação e de acordo com as atividades que eram desenvolvidas antes da relocação, como a agricultura, pesca e artesanato.

Os entrevistados do CAHEF relatam que essas associações e cooperativas funcionam através de convênios firmados com eles, elas devem submeter um projeto ao crivo do consórcio descrevendo o trabalho que será realizado no âmbito da reativação econômica e os recursos necessários. Caso seja aprovado o projeto, o CAHEF repassa subsídios materiais e financeiros e exige em contrapartida que as atas de todas as reuniões sejam entregues para acompanhamento dos trabalhos.

Além disso, o CAHEF doa mensalmente uma cesta básica aos atingidos do Funil que participam de qualquer programa de reativação, por entender que nessa comunidade é necessário um subsídio maior para a manutenção desses programas e também para estimular a permanência dos cooperados e associados.

O consórcio empreendedor enxerga que os programas desenvolvidos no âmbito da reativação econômica representam um fator favorável, pois eles tendem a fortalecer a participação e promover as comunidades através da comercialização dos seus produtos, além disso, valorizam e qualificam os trabalhos desenvolvidos pelos participantes.

Segundo os representantes do CAHEF, o programa de reativação econômica no âmbito da pesca promoveu a regularização das atividades dos pescadores que antes trabalhavam na ilegalidade, e hoje possuem habilitação

para dirigir barcos, carteira de trabalho e licença para a pesca, ademais, o CAHEF comprou todos os equipamentos de pesca para a cooperativa, e forneceu o espaço para desenvolver os trabalhos dos cooperados, o centro de pescada e de orçamento do pescada. Na cooperativa de agricultura, o CAHEF doou o terreno para a plantação e organizou os programas de produção dando apoio técnico, estrutural e financeiro, sendo que no âmbito desse programa já se desenvolveu a produção de maracujá e hoje planta-se eucalipto. Na associação de artesanato bem como na de doces, o programa de reativação econômica forneceu cursos para profissionalizar essas atividades, subsídios estruturais e materiais. O CAHEF também doou um terreno para o desenvolvimento de uma horta comunitária na Pedra Negra.

Então a gente tá sempre apoiando novas atividades, novas ações deles, pessoal da pesca com criação de peixe em tanque rede, pessoal do artesanato com curso de costura. Esses dias mesmo a gente deu um curso de pedreiro lá na Pedra Negra. **Então a gente tá sempre capacitando** pra que eles... Em muitas dessas associações... A associação de doces e salgados foi iniciativa do pessoal da comunidade. (Representante do CAHEF 1) (grifo nosso)

Tem pescadores lá hoje que tão muito bem sucedidos, trabalhando numa empresa de consultoria, eles prestam serviço pra essas empresas que a gente contrata, “ah, eu preciso de piloto, eu preciso de pescador”. (Representante do CAHEF 4)

Eu tenho pessoas que comentam com a gente, que largaram a bebida, largaram o alcoolismo pra poder participar de associações e passar a ganhar sua própria vida com seu trabalho, ao invés de depender de favores dos outros. Eu tenho depoimentos, se você pegar o Atingido 1 da Ponte do Funil, é um belo exemplo disso, o **Atingido 1 hoje é uma pessoa trabalhadora, presta serviço pra gente, foi pra dentro da cooperativa, uma pessoa que largou o**

alcoolismo em função da oportunidade que foi dada a ele de trabalhar, de participar da associação, de ganhar seu próprio dinheiro com seu próprio trabalho. E teve mais exemplos da comunidade do Funil em relação a isso. (Representante do CAHEF 2) (grifo nosso)

Quando você sistematiza na forma de uma cooperativa, numa associação você vê essa ação, acho que você consegue enxergar resultado, um objeto comum pra todos. (Representante do CAHEF 1) (grifo nosso)

Nesse sentido, os presidentes de três das quatro associações reconhecem a relevância da reativação econômica para a comunidade, alinhando-se à concepção do CAHEF de que a reativação econômica é um fator favorável ao desenvolvimento das comunidades atingidas.

De início foi muito bom, todo mundo alegre de ter sua casinha e tudo, mais depois veio aquele impacto né, e agora? O quê que eu vô fazer? Teve essa pergunta, nós viemos pra cá e vamos fazer o quê? E o nosso emprego? O nosso trabalho que tinha de lá? Porque não dá pra atravessar, todos nós perdemos emprego, onde surgiu essa reativação econômica, aí devagar todo mundo foi se ajeitando, cada um foi arrumando seu cantinho, cada um foi correndo atrás, muitos que correram atrás hoje tá tranquilo, não tá muito apertado não... (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 2)

Olha pra mim foi muito bom, olha porque se eu puis piso na minha casa foi por causa do maracujá, eu não tinha isso, muita coisa que eu não tinha antes, eu comprei e foi por causa do maracujá, pra mim certos ponto foi bão... (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 3)

[...] esses cursos mesmo que eles fizeram foi com a ajuda do consórcio, então é cabelereiro, curso de pedreiro né, curso de aí como é que chama que faz com a defumação né, que eles aprenderam aqui mesmo foi trazido pra cá e fizeram. Aprenderam a fazer queijo né? [...] Também alguns

outros **cursos que possibilitaram a esse pessoal, essa juventude é direcionar pra trabalhos** em Lavras, direcionar pra trabalhos na Camargo Correia né, então isso aí tudo facilitou pra eles um pouco. (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 1) (grifo nosso)

Por outro lado, pelas falas dos membros do poder executivo e legislativo infere-se que a maioria deles desconhecem tais programas, demonstrando o distanciamento do poder público em relação à realidade dos atingidos, de tal modo, essa não interferência é restritiva à reativação, pois a reativação deixa de ter um apoiador forte que poderia estar ao lado dos participantes.

Depois vieram com curso profissionalizante e bordado e doce, e dando curso, e motivando o pessoal pra fazer, isso eles não podem clamar não, se clama é porque tão de barriga cheia, é coisa do ser humano quanto mais você me da mais eu quero. (Representante do executivo de Bom Sucesso 2)

Considerando a não participação do poder público na reativação econômica, na opinião dos entrevistados do CAHEF, o repasse dos subsídios por parte do próprio consórcio é o que sustenta tais programas e dá autonomia aos participantes para gerenciar as associações e as cooperativas. Essa autonomia dos participantes da reativação econômica é interpretada pelo CAHEF como um fator favorável ao desenvolvimento das comunidades.

Então a associação apresenta pra gente um projeto, seja ele social, seja ele uma horta comunitária. E aí a gente faz a avaliação desse projeto de acordo com o nosso orçamento, né? E aí a gente estipula um recurso financeiro que pode ser repassado parcelado ou de uma vez só de acordo com o cronograma desse projeto. E a gente faz um convênio. Então a gente faz um termo de convênio que de acordo com aquele projeto aquele recurso vai ser utilizado pra aquelas

atividades. **Dá mais autonomia e eles conseguem pensar, por a cabeça pra funcionar como que eles vão administrar aquele recurso.** Porque fica muito mais fácil que eu simplesmente dar. Dou isso, dou isso, dou aquilo. Então dessa forma a gente tem trabalhado agora e tem funcionado bastante. (Representante do CAHEF 1) (grifo nosso)

Contudo, a questão da autonomia no âmbito da reativação econômica é controversa, pois, segundo um dos presidentes desses programas e um dos atingidos cooperados, falta-lhes autonomia para gerir as atividades havendo uma grande interferência do CAHEF, de tal modo, a dependência desses programas em relação ao CAHEF é interpretada como um fator limitante que reduz o potencial de desenvolvimento da reativação econômica, e conseqüentemente, da comunidade.

Nenhum projeto que o consórcio propôs pra comunidade funcionou. Assim, pode até ter tido muito boa intenção, mas na prática depois que a gente viu que não funcionava. Você vê que os grupos de agropecuarista da comunidade, que também tem uma associação, estão parados, não estão produzindo nada. Os artesãos estão trabalhando as duras penas, sem nenhuma perspectiva de renda. E a pesca até hoje não funcionou. (Atingido da Ponte do Funil 9) (grifo nosso)

O CAHEF pegou as lideranças que tinha, que tinha umas quatro ou cinco liderança, aí tirou o poder das liderança. Aí o resto manobrou. Aí, por exemplo, mesmo na cooperativa, o que eles fizeram na cooperativa nossa, nós éramos 20; nós éramos 50, aí de 50 foi cortando, cortando, cortando e no final contemplou 20. Ah não, os 20 não pode, tem ser só 12. Ai de 50 caiu pra 12. (Atingido da Ponte do Funil 9) (grifo nosso)

Ai moça eu penso assim, igual nós da agricultura, **se nós caminhássemos com as nossa próprias pernas, se cada**

um plantasse o que quisesse, esse pedaço é da *Atingida* e ela pode plantar o que ela quiser eu acho que **seria bem mais melhor...** porque o terreno é posto no nome da Associação, mas não é dado uma escritura de nois onze, somos agora em 10. Ainda não é relatado no nome de cada um ser dono de lá não. Então o **que a gente for plantar lá tem que reunir com eles [CAHEF], pegar opinião, pedir uma ajuda e uma força com eles, pra ajudar a gente lá nas terras.** (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 3) (grifo nosso)

Nesse sentido, observa-se que reativação econômica se mantém devido ao forte apoio do CAHEF, de uma forma quase paternalista, considerando a doação de cestas básicas aos participantes do Funil e o seu auxílio no início e encerramento dos ciclos de trabalhos. Assim, como já mencionada, a dependência dos programas de reativação econômica com o consórcio empreendedor é identificada, pelo próprio CAHEF, como um potencial restritivo da reativação econômica, pois alguns participantes só veem a questão da assistência e tendem a acomodar.

Então a gente apoia eles. A gente fez um convênio com eles, a gente passa o recurso pra eles comprarem equipamentos, fazer reforma lá, alugar um cômodo pra fazer a venda dos salgados e dos doces, compra o produto deles. A gente compra esse produto pra poder valorizar esse trabalho. Então a gente tá sempre apoiando essas atividades. [...]

A gente sempre pensa naquela coisa de dar vara pra pescar, né? Mas eles na verdade tão de olho no peixe. E de preferencia o maior possível. (Representante do CAHEF 1) (grifo nosso)

Da mesma forma, os participantes desses programas também enxergam que há uma grande dependência da reativação econômica com o CAHEF, e entendem que essa dependência se mantém devido ao insucesso de tais

programas o que justifica as cestas básicas e também os subsídios, provocando certo conformismo por parte de alguns participantes.

Na época eu era presidente da associação de moradores, então o primeiro caminhão de cesta básica que chegou na comunidade eu falei, não vai entregar cesta. Nós não queremos cesta básica. **Nós queremos condição pra gente ganhar a cesta, pra gente trabalhar pra gente conquistar ela. Não queremos ela de graça. Isso ai vai ser massa de manobra e é até hoje.** Então, o que acontece é que **as pessoas se acomodaram.** (Atingido da Ponte do Funil 9) (grifo nosso)

Tem 3 cooperativas, pesca, artesanato e agricultura. Então a pesca tá começando andar agora, a **pesca de 8 anos, ela já tá começando, agora que ela tá começando a ter um resultado melhor.** Todo ano o consórcio ajuda a gente, a gente não pode reclamar nessa parte deles. Todo ano tem uma verba que eles liberam pra gente mexer com a criação de peixe. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 1) (grifo nosso)

Esses três grupos são chamados de grupos da reativação econômica, o da pesca, da agricultura e do artesanato, são três grupos de reativação econômica, **são grupos que tão buscando alguma coisa pra dar certo, pra não depender mais do Consórcio, mais não tem como não depender, porque nenhum deu certo ainda.** [...]

Eu falo sempre aqui, que muita gente fala que o consórcio é culpado disso, eu falo que não é, muita gente aqui tem a cesta básica, mais só porque tem a cesta básica, espera a cesta básica todo mês de braço cruzado, não corre atrás de nada, eu sempre falo que se o Consórcio cortar a cesta básica muita gente vai passar aperto, agora nós que luta e trabalha não, não vai, porque tem gente aqui que cruza os braços e espera. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 2) (grifo nosso)

[...] eles [CAHEF] falaram que durante cinco anos eles ia tá perto e olhando o que foi feito, mas encheu o lago em 2002 e já tá com doze anos, então ficou alguma coisa né, pra eles

ficarem lá até hoje dando assistência é porque eles devem ter que fazer isso, tem que estar olhando. Mas é o que eu falei, **as pessoas acostumaram já, aceitaram muito, acomodaram, e talvez não seja em culpa do consórcio, se eles fossem cobrados pra fazer mais; mas as pessoas não tem muito interesse, cada um olhando o seu lado e pronto né.** Eu vi que se não fosse à gente pra tá lá brigando a comunidade não estaria nem relocada. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6) (grifo nosso)

Eles tiraram a gente de um lugar que a gente tinha tudo, pra mudar lá cima que não tem nada, eu acho que eles dão cesta básica até hoje por causa disso. (Atingido da Ponte do Funil 11)

Além disso, opondo-se ao alegado pelo o CAHEF, os atingidos reconhecem que os subsídios dados pelo CAHEF não são suficientes para que eles desenvolvam as atividades de forma eficiente, falta-lhes apoio não só material como técnico, restringindo o potencial de desenvolvimento da reativação econômica.

[...] já se passaram oito anos que nós estamos com a criação [de peixes], e até hoje não conseguiram licenciar o empreendimento, que era compromisso deles [CAHEF], inclusive com os órgãos ambientais. O nosso abatedouro não licenciou e não licenciou nossa área de produção. (Atingido da Ponte do Funil 9) (grifo nosso)

Na pesca eu acho que o consórcio ajuda em alguma coisa aí, e parece que na agricultura também ajuda, no artesanato eles também ajudam. **Mas eles [CAHEF] num vai lá, aí num vai pra frente.** (Atingido da Ponte do Funil 3) (grifo nosso)

Se eles [CAHEF] querem que a gente ande com as próprias pernas eu acho que eles deveriam de dá um empurrão pra gente, de divulgar mais. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 3) (grifo nosso)

[...] ajudou igual esses cursos que eu falei que deu, teve algumas barracas que eles mesmo ajudou a divulgar, nós fizemos feira, deu até pra ganhar um dinheirinho. Mas aquilo foi só um fogo de palha, logo acabou tudo. Enquanto eles tava incentivando, ajudando e tal, então nós fizemos, né? Depois acabou, foi desanimando. Fica caro também, né? A divulgação, você formar uma feira. (Atingido de Macaia 2)

O que foi reivindicado a gente conseguiu tudo, em termos de equipamento, mas **a gente não teve assistência técnica**. Então não ajudou nada, deixou a gente a Deus dará. (Atingido da Ponte do Funil 9) (grifo nosso)

[...] a G. me ligou, falando que o meu projeto tinha sido aprovado, que iam me dar a impressora e a prensa, e ali nós já ficamos mais satisfeitos, aí veio a prensa, veio tudo, aí as meninas me perguntaram o que nós íamos fazer, aí eu falei com elas que nós íamos procurar. Aí o consórcio começou a encomendar pra nós umas camisas... ela mandou o projeto pra mim das estampas, aí elaborou, eu chamei ela pra ajudar porque **eu não tenho treino no computador até hoje, a gente lá vai devagar ainda...** (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 2) (grifo nosso)

Observa-se, ainda, que a iniciativa para formação desses programas e cursos parte de cima (CAHEF) para baixo (participantes), ou seja, os participantes na reativação econômica não tem voz ativa nesses programas, conseqüentemente, não há interesse nem participação efetiva em tais cursos, e isso faz com que a reativação econômica não se alinhe aos interesses dos participantes, assim a não inserção do saber local na estruturação da reativação econômica é um potencial restritivo, pois impossibilita que esse fator favorável promova o desenvolvimento pela abordagem da via alternativa que tem como escopo o desenvolvimento pensando e promovido a partir do local.

Na parte artística, quer a mesma coisa que qualquer jovem, fazer teatro, aprender violão, grupo de dança, mas eles falaram que tem vontade de fazer um curso de secretaria né ou um curso de vendas. **Então eles querem coisas que eles vão usar**, e foi o que aconteceu no diagnóstico... **Então eles [CAHEF] passaram dez anos dando curso de artesanato, é uma mania!** Eu falo que é assim, pobre ou faz artesanato ou toca lata e tambor, ninguém pode tocar piano. (Representante do CAHEF 3) (grifo nosso)

Teve foi muito curso, mas o que foi aproveitado mesmo foi o de doces e salgados. E até tá passando o curso de costura pela segunda vez né. Mas assim o pessoal faz um curso mais não vai pra frente. (Atingido de Pedra Negra 3)

Ah, uns cursos de artesanato, esse aí foi uma das principais coisas que deram aqui. Mas foi pouco interesse das pessoas, você entendeu? Foi aonde eles não expandiram com mais cursos por falta de frequência, né? **O pessoal às vezes aceitava, mas na hora não participavam, então foi aonde que fugia das metas de curso que eles tinham que ampliar aqui.** (Membro de entidade representativa de Macaia 1) (grifo nosso)

[...] precisa de curso que tem na cidade, que o pessoal sai de lá pra vim aqui fazer, não é esses cursinhos de artesanato, como é que faz isso, como que faz aquilo, isso aí teve mais... tem que ter um curso de tratorista talvez, porque lá tem muita fazenda, o pessoal trabalha nas roças lá. (Atingido de Macaia 9)

No começo a gente fizemos, nós fizemos uns cursos pra trabalhar, mais ninguém levou nada a sério. (Atingido de Macaia 2)

Os participantes desses programas anseiam se emanciparem e conseguirem viver só da renda dessas atividades, entretanto, tal interesse não vai ao encontro da perspectiva do consórcio empreendedor em relação a esses programas, de gerar apenas uma renda extra aos atingidos, ou seja, esse não alinhamento quanto à finalidade da reativação econômica frustra e desmotiva os

atingidos participantes a continuarem nos programas, caracterizando, portanto, como uma deficiência no aproveitamento da reativação econômica.

A única coisa que acho que devia melhorar, por exemplo, é o artesanato delas. Elas são quatro que trabalham no artesanato e um homem, são cinco. **Tá muito pouca renda, a renda é muito pouca.** Porque totalmente a renda que tá tendo, que ajuda um pouquinho, é uma cestinha básica que ela ganha, aí ajuda um pouco. (Atingido da Ponte do Funil 3) (grifo nosso)

Os artesãos estão trabalhando as duras penas, sem nenhuma perspectiva de renda. E a pesca até hoje não funcionou. (Atingido da Ponte do Funil 9) (grifo nosso)

A gente começou trabalhando com ela doze pessoas, depois não tava entrando dinheiro foi afastando tudo mundo e ficamos em quatro, e que estamos até hoje, foi até semana passada que até incluiu mais uma agora na associação, e ficou cinco pessoas, e até hoje estamos com cinco. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 2)

[...] eu mudei lá em 2010, em agosto de 2010, foi o que eu vi lá. **Não deu em nada a reativação econômica.** (Atingido da Ponte do Funil 11) (grifo nosso)

Esse projeto de peixe, **eu não consigo entender como que uma usina, uma Vale do Rio Doce, uma CEMIG, tem 50 anos de experiência, tem tudo em quanto é profissional no mundo, não consegue reativar um grupo de 12 pescadores?** Em oito anos não conseguiram reativar. Por que que não reativou? Ao meu ver tem interesse em não reativar. Deve ter algum alibi pra eles, pra justificar algum investimento, pra justificar algum empréstimo, alguma coisa. Porque não pode. É muita falta de competência. Eu falo pra eles, gente vocês com o tanto de gente que tem na mão e em oito anos vocês não reativou um grupo de 12 pescador? Me ajuda aí. Isso aí não quer fazer, uai. (Atingido da Ponte do Funil 9) (grifo nosso)

Alinhado à perspectiva de que a reativação econômica não tem seu potencial de desenvolvimento totalmente aproveitado, o CAHEF atribui isso à resistência ao associativismo dos atingidos, pois trata-se de pessoas que viviam afastadas uma das outras, trabalhavam sozinhas, de forma bem individualizada, além do mais, tem a questão do perfil dos atingidos, moradores da zona rural, bem pacatos e desconfiados.

Eu acho que a percepção principal é essa: **eles são individualistas**. Você vê essa característica neles. Mas ao mesmo tempo eles se preocupam com o coletivo, eles conseguem entender que se eles trabalharem, que se eles agregarem mais pessoas, eles podem conseguir mais, eles alcançam um objetivo de uma melhor forma. Então isso aí é uma coisa que eu acho que essa questão do trabalho individualizado, que eles vêm trabalhando, **isso tá sendo mudado**. [...] Mas considerando também que eles não tem uma cultura muito de trabalhar em associação. Não é cultural da região não, mas eles conseguem trabalhar. Eles trabalham de forma; eu falo que eles trabalham na associação individualizados. (Representante do CAHEF 1) (grifo nosso)

Os pescadores de uma certa forma perderam essa referência da pesca, eles trabalham com tanque rede, **nunca trabalharam em conjunto ou em cooperativa, nunca... então isso é uma grande dificuldade, essa questão de cooperativa**. (Representante do CAHEF 3) (grifo nosso)

Na visão dos atingidos e membros de entidades representativas, a resistência ao associativismo não é propriamente um potencial restritivo da reativação econômica, ela revela, na verdade, a desconsideração da realidade local, que não se alinha à forma de trabalho implantado pelo o CAHEF, reforçando que a não consideração do saber local é um fator limitante desses programas.

Olha o consórcio batalhou de mais com essa horta, essa D. A. morava na época e chamava um pessoal pra tomar conta, trouxeram uma assistência pra ajudar a plantar, **aí o pessoal não estava conseguindo fazer as coisas juntos.** (Representante do legislativo de Ijaci 1) (grifo nosso)

[...] aí vem a usina e monta um grupo que é uma coisa que eu acho errado também, é tentar uma coisa em grupo. Isso não vai funcionar em lugar nenhum do mundo. Por quê? **Nós nunca fomos um grupo organizado,** mas ao passo que nós éramos os mais organizados que existia. Por quê? A gente se organizava entre nós. **Agora você não pode chegar e obrigar a gente a se organizar.** Nós éramos pescadores ali no Funil, nós éramos todos individualistas ao extremo. Mas nos tínhamos um código pra gente correr da polícia, que a gente pescava proibido, então quando era pra correr da polícia, todo mundo se unia. Aí de repente a usina chegou e falo: “não, vocês vão ter que ser unidos, cooperar”. **Eu nunca trabalhei em cooperativa com você, por que eu tenho que ser parceiro?** (Atingido da Ponte do Funil 9) (grifo nosso)

[...] o pessoal da roça, você fala que é associação eles acham que um tá querendo passar a perna no outro né, então ele quer resolver a situação por si só. (Atingido da Ponte do Funil 2) (grifo nosso)

[...] existe o espaço aqui que é a chamada horta comunitária, que eu vi lá, uma única vez que eu fui, muito pé de goiaba, muito pé de goiaba, aí ficou aquele espaço assim pra plantio. Em princípio, eles começaram a fazer tudo direitinho, o consórcio deu apoio né? Eles começaram a plantar e tal, só que tem sempre aqueles espertinhos que não gostam de plantar, só gostam de colher né? Então [...] **eles não conseguiram assimilar aquela questão do comunitário, do dividir, da associação que é pra todos né,** então tem sempre aquele que quer levar vantagem sobre os outros e aí atrapalha. (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 1) (grifo nosso)

Esses entrevistados interpretam que a divisão dos grupos de reativação econômica feita pelo CAHEF também é restritiva à reativação econômica, pois enfraqueceu a comunidade que não se une em prol desses programas.

Eles fundaram umas associações sem pé e sem cabeça, inclusive eu mentalizei um projeto que acabou não tendo apoio e quando eu vi perdido [...].

Eles já pegaram e dividiram os grupos e colocaram um grupo de pesca, um de agricultura do qual eu participo e quer dizer, quebrou as forças da comunidade contra uma muralha, porque se chegar 30 pessoas e falar a mesma língua aperta eles e sem contar que o ser humano é muito difícil. (Atingido da Ponte do Funil 6) (grifo nosso)

Esses projetos é o caso seguinte, **a gente queria ter as mesmas condições que tinha no anterior, plantar.** Eles [os atingidos] até tentaram, mas o consórcio foi muito vivo nesse ponto, que se tivesse uma associação, a comunidade aqui seria muito forte, aí eles desmembraram a comunidade em grupos de pescaria, artesanato e agricultura, entendeu? Aí a associação ficou fraca né, quem fez isso foi muito inteligente, porque desmembrar uma associação deixa ela fraca, pra eles foi bão. Outra coisa que atrapalhou muito aqui foi o interesse pessoal, cada um puxando a sardinha pra sua brasa, “eu quero isso, eu quero aquilo” e teve gente que conseguiu e outros que não, muitos venderam a casa pra se estabelecer na cidade. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 5) (grifo nosso)

Nessa categoria (ver quadro 2), identifica-se como fator favorável os próprios programas de reativação econômica, e no ponto de vista do CAHEF, também é favorável a autonomia gerencial que esses programas propiciaram aos participantes. Por outro lado, identifica-se como limitante e/ ou restritivo ao potencial de desenvolvimento da reativação econômica a não participação do poder público municipal; a dependência dos programas com o CAHEF; a falta de apoio técnico e material; a não participação dos interessados na estruturação

dos programas; a finalidade controversa; a resistência ao associativismo; a desconsideração do saber local.

Assim, considerando as mudanças que ocorrem nas relações de empregos e nos postos de trabalho não só nas comunidades atingidas como na região do polígono do empreendimento, a iniciativa dos programas de reativação econômica é uma boa iniciativa para minimizar tais mudanças, devendo ser prescrita na política pública que defenda os interesses dos atingidos. Contudo, para que a reativação econômica obtenha sucesso é necessário inserir os atingidos em todas as fases do programa, como formulação, implementação e avaliação, sendo de suma importância a participação dos maiores beneficiados para que o programa esteja alinhado com o perfil das comunidades e da região.

Além disso, deve-se considerar também que se o Estado, com seu discurso desenvolvimentista, defende e promove a construção de barragens, nada mais justo que tal desenvolvimento alcance as partes mais prejudicadas, assim, deve-se inserir o poder público como um apoiador dos programas de reativação econômica. Caberá ao órgão governamental proposto verificar se tais programas estão realmente promovendo o desenvolvimento pela via alternativa nas comunidades alagadas e na região ao entorno.

4.9 Associativismo

Os fatores favoráveis e limitantes decorrem da formação de associações durante o processo de negociação, suas formas de funcionamento, a articulação entre as associações, o associativismo, os interesses envolvidos dentro das associações, a mobilização dos atingidos e o apoio do poder público, foram

agrupados nessa categoria por estarem relacionados à estruturação das associações nas comunidades atingidas.

A formação de associações, de acordo com os entrevistados, está atrelada à implantação da barragem, isso é justificado, em um primeiro momento, pela exigência do CAHEF de negociar os interesses coletivos apenas com associações, além disso, os atingidos e membros de entidades representativas reconhecem a importância das associações para defender os seus interesses, de modo que a formação dessas ocorreria independentemente de tal exigência.

Os relatos dos atores entrevistados convergem quanto ao reconhecimento das associações como um fator favorável ao desenvolvimento das comunidades atingidas, incluindo aquelas que foram criadas para representar e defender os interesses dos atingidos durante o processo de negociação e as que surgiram após a relocação.

[...] se houve alguma mudança no desenvolvimento político, no aspecto político, acho que nesse sentido, quando você começa a ter coisas melhores, você exige mais. Então, não que a parte que eu vou chamar de Macaia velha não reivindique. Mas os outros parecem que estão mais politizados, né? (Representante do executivo de Bom Sucesso 1)

É importante isso, eles se unirem e fazerem, isso pra mim demonstra um grau de conscientização, e vê que quando eles se unem eles conseguem alcançar os objetivos deles né. (Representante do CAHEF 2) (grifo nosso)

[...] não existia associação antes, né? Era meio que cada um por si, né? [...] Agora depois da barragem é que teve. (Representante do CAHEF 4)

As associações dos atingidos lutaram por diversas benfeitorias em prol das comunidades durante o processo de negociação, dentre as conquistas cita-se a criação da comunidade do Funil, os casos sociais, a ponte de Macaia, a mudança de Pedra Negra para o município de Ijaci, a indenização dos lucros cessantes, dentre outras.

[...] se não tivesse essa associação, a comunidade do Funil não existiria, batemos o pé lá em Belo Horizonte com o presidente da Cemig e aí que foram rever e foi feita a comunidade do Funil, então a associação foi importante pra resolver tudo isso. (Atingido da Ponte do Funil 5) (grifo nosso)

Se a gente não tivesse organizado e mantido o pé no chão não teríamos conseguido não e saiu barato que era pra ter tido outra travessia aqui no Funil, foi muito mal feito isso. (Atingido da Ponte do Funil 10) (grifo nosso)

Só na questão do lucro cessante e uma outra questão que eles consideraram a nossa região como área rural e nós provamos que nós éramos área urbana. E a diferença do valor urbano pro valor rural é muito grande, é coisa de 70% ou mais. Isso foi uma coisa que a associação bateu e conseguiu. E os equipamentos comunitários, só. Negociação individual que a associação entreviu foi no caso dos casos sociais, pessoas que não tinham nada ou que moravam em fazendas que foi alagada. (Atingido da Ponte do Funil 9)

A associação contribuiu muito para as negociações, porque se não tivesse feito a associação aí que eles tinham pisado no pescoço mesmo. Aí tinha sido pior, aí não tinha dado nada. (Atingido de Macaia 8) (grifo nosso)

Macaia sempre foi muito abandonado, aí quando foi feito implantada a usina, aí a associação, nós conseguimos trazer o prefeito da época pra nos ajudar. Conseguimos. Aí conseguimos aproximar mais a comunidade de Macaia com a administração de Bom Sucesso, e aí tivemos um apoio total do prefeito na época. Então foi aonde nos ajudou muito

a conseguir as coisas aqui. (Membro de entidade representativa de Macaia 1)

[...] quando foi para fazer a negociação das casas, aquelas pessoas que não sabiam negociar, que não entendiam muito, que aceitava da gente ajudar, nós ajudamos, nós acompanhamos porque ficamos com medo das pessoas tomarem prejuízo, então a gente acompanhava, ficava sempre atento olhando qual negócio que eles estavam fazendo, se ia ser bom pra ele ou não, porque tinha muita gente simples naquela época lá... (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 2)

Com o fim do processo de negociação, novas associações surgiram com o objetivo de defender os interesses da comunidade, composta por atingidos e outros moradores. Então, como herança das associações dos atingidos, os entrevistados reconhecem uma maior mobilização dos atingidos em prol dos interesses comuns caracterizando como um fator favorável ao desenvolvimento das comunidades, vez que as pessoas ao se articularem tem mais força para defender os objetivos comuns.

[...] um exemplo de trabalho que a própria associação fez é sua postura de brigar pelo que ela quer, então tem uma rádio comunitária lá dentro, o Centro Cultural pra realização de festas, o treinamento e capacitação de mão de obra, então hoje tá bastante integrado... É importante isso, eles se unirem e fazerem, isso pra mim demonstra um grau de conscientização, e vê que quando eles se unem eles conseguem alcançar os objetivos deles né? (Representante do CAHEF 2) (grifo nosso)

[...] lá no bairro tem uma associação comunitária e essa associação trabalha bem ativo, eu faço parte como fiscal da diretoria lá, através desta associação a gente conseguiu uma rádio comunitária que funciona lá no bairro e atende a região e que ajuda muito na divulgação de eventos culturais,

a associação é ativa e tem cursos, festas. (Representante do legislativo de Ijaci 1)

[...] como existe a associação, a união deles hoje é muito grande, principalmente pra atender o interesse deles e reivindicar aquilo que é necessário. Para você ter uma ideia, na última reunião da comunidade foram aproximadamente 250 pessoas que compareceram, e se isso fosse um período antes da instalação da comunidade com absoluta certeza não iria ninguém, então existe sim uma união muito grande e um interesse muito grande pelo desenvolvimento daquela comunidade rural do município de Lavras. (Representante do legislativo de Lavras 2) (grifo nosso)

Política, hoje eles são muito mais envolvidos em política. [...] Mais articulados. Eles tem inclusive representante na câmara municipal hoje. Macaia tem. Funil tem representante, a comunidade tá representada aqui [em Lavras] e tem força. (Representante do CAHEF 4) (grifo nosso)

Nós conseguimos lá na associação uma rádio comunitária que não tinha, lá em Ijaci não tinha rádio, como a gente era uma associação bem formada o consórcio deu muito apoio, deu muita instrução, era registrado, tudo arrumadinho, nós conseguimos uma rádio comunitária, lá tem uma academia ao ar livre que nós conseguimos, tem lá o Centro Cultural que é um local que representa a estação antiga da Pedra Negra, o Centro Cultural é o local onde faz as festas de aniversários, casamentos, reuniões. (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 2)

[...] agora conseguimos do consórcio em parceria com a prefeitura a construção de dois consultórios, um médico e um dentário que tá sendo feito ali atrás, então tudo isso demonstra a confiança deles nos membros da associação né? Que veem retorno né? O dinheiro que vem é aplicado. (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 1)

Em que pese as associações serem consideradas favoráveis, observa-se certa resistência dos atingidos em participar e deixar os presidentes representar

seus interesses. Assim, a resistência ao associativismo identificada como limitante na categoria reativação econômica, assume o mesmo significado na categoria associação.

Além disso, identifica-se nos relatos de alguns entrevistados que a falta de união entre as três associações dos atingidos foi prejudicial no processo de negociação, pois se as associações tivessem se juntado para negociar, os atingidos teriam mais forças para lutar por mais medidas mitigatórias e benefícios iguais nas três comunidades, ademais, a união das associações poderia compensar a hipossuficiência dos atingidos em relação ao CAHEF, assim sendo, a não união das associações dos atingidos é interpretada como limitante ao desenvolvimento das comunidades.

É importante destacar que das três comunidades atingidas, a do Funil foi a que teve maior número de entrevistados resistentes à associação, podendo atribuir isso à configuração da região do Funil antes do alagamento, no qual as pessoas viviam afastadas umas das outras e não tinha tanto contato com seus vizinhos.

Participei, mas não dava certo, dava muita briga. Não tinha união! Aquilo que eu falei no começo, **nunca teve união**, cansei de dar murro em ponta de faca, ter fama de ditador! (Atingido da Ponte do Funil 11) (grifo nosso)

Essa união faltou [referindo-se à união entre as três comunidades], **mais é porque ninguém tava preparado**, se faz uma Usina aqui hoje tá todo mundo preparado, a diferença é essa, mais ninguém tava preparado, ninguém sabia... Então o quê que acontece, se tivesse uma Usina hoje, bem, nós estaríamos super preparados, mais quando chega a gente é totalmente leigo, não tem jeito né, aí já viu. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 7) (grifo nosso)

Faltou [censo coletivo], faltou muito porque eles [CAHEF] usaram isso muito a favor deles, começaram a querer indenizar e ofereciam valor pra um e um valor pra outro; e como a gente começou a notar que eles queriam ir por partes, nós falamos: “não, vamos juntar todo mundo e a gente quer uma coisa melhor e vocês estão tirando tudo, vamos valorizar. Vocês estão fazendo como se fosse um pedaço de terra e não um ponto turístico que todos veem aqui”. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6)

...eu acho que se tivesse uma união aí a força é maior, né? [...] Porque eu tentei buscar eles [membros da associação dos atingidos de Pedra Negra] pra que a gente se unisse, trabalhasse juntos. Procurei eles antes da negociação da ponte, antes de fechar o termo de acordo deles. Eu falei pra que eles se unissem a nós [atingidos de Macaia] e não fechasse o acordo deles antes da gente conseguir a ponte, que era de interesse deles também, porque moravam aqui, tem terras por aqui. Mas eles não quiseram unir com a gente e assinaram o termo deles logo, o mais rápido possível eles assinaram. **Não quiseram se unir com a gente pra negociarmos juntos.** (Membro de entidade representativa de Macaia 1) (grifo nosso)

[...] ninguém tava interessando por associação, porque se a associação fosse colaborar talvez ela ia era atrapalhar mais né, porque ninguém ia concordar que ela ia tá do meu lado, eu também não ia concordar, **eu não ia achar que ela tava do meu lado, eu ia achar que ela tava do lado deles** [CAHEF] uai. (Atingido de Pedra Negra 4) (grifo nosso)

[...] a gente via ali muito pouco, tinha reunião que eles [membros de associações de outras comunidades] até convidava, e eu participei de uma lá em Ijaci, foi muito pouca gente, a expectativa era de que fosse uns cento e tantos proprietários de terra, tinha uns vinte e pouco. (Atingido da Ponte do Funil 2)

Considerando que as comunidades atingidas eram formadas por pessoas mais simples, que não tinham tanto acesso à informação, muitos eram

analfabetos e não possuíam título de proprietário, é possível notar que o CAHEF de alguma forma obteve vantagem no processo de negociação em relação ao perfil dessas pessoas, pois muitos atingidos e membros de entidades representativas avaliam que saíram prejudicados na relocação, deste modo, as negociações desvantajosas são interpretadas como limitantes ao desenvolvimento dessas comunidades.

Ademais, os atingidos da UHE Funil, com receio de não conseguir nada na negociação, não ofereçam qualquer resistência à implantação do empreendimento, assim o processo de negociação foi bem tranquilo. Em contrapartida à esse processo de negociação pacífico e prejudicial aos atingidos, o CAHEF mantém até hoje uma estreita relação com os membros de entidades representativas.

Dessarte, observa-se que a região da UHE Funil, ao contrário do que alguns estudiosos observam de que a área a ser alagada representa um espaço de conflito, recebeu muito bem o empreendimento no momento das negociações, contudo, hoje o processo de negociação é avaliado como benéfico apenas para o CAHEF. Ou seja, prevalece que o processo de negociação foi e ainda é um fator limitante ao desenvolvimento da região, já que esse não foi eficiente para mitigar os impactos de diferentes ordens que os atingidos sofreram.

Eles tentaram negociar individual pra não ter aquele negócio de formar um bloco ou uma associação de atingidos. (Representante do executivo de Ijaci 1) (grifo nosso)

Houve uma conversa sim de que seria feito mais coisas, mas isso é difícil da gente reivindicar, eu não sei se isso é culpa do consórcio ou se é culpa do governo, eu não sei te dizer, poderia ser muito mais investido, de ser feito mais coisas, em algum ponto específico, se houve uma discussão sobre

isso ninguém deu atenção, porque a gente tinha o costume de não acreditar né. (Atingido da Ponte do Funil 10)

Teve alguns que reclamaram e acabaram recebendo e de certa forma, acaba sendo demorado e **é aquela coisa briga judicial com um empreendedor deste tamanho, é a mesma coisa que se você pegar um cachorrinho pequinês e colocar do lado de um fila, o pequinês sempre vai ter que ta correndo dele porque se for enfrentar vai tar lascado.** É complicado porque hoje a lei defende os pequenos, mas tem mil e uma brechas, aí chega num ponto que as pessoas não tem capital, inclusive eu não tenho e uma demanda deste tipo gasta-se dez, vinte, trinta mil. (Atingido da Ponte do Funil 6) (grifo nosso)

...porque o povo da roça não pede nada não gente, eu falo que eles pedem só a condição deles trabalharem, só isso, nada, os da roça só querem tranquilidade, querem o lugarzinho pra eles trabalharem, não reivindica nada. [...] então assim, o povo não pede, o povo aqui é muito tranquilo. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 7) (grifo nosso)

As pessoas ficaram satisfeitas só com isso, com as pequenas negociações das terras inundadas, esse aspecto social, aspecto de cidadania sei lá, brigar pelo aspecto comunitário. Nós não temos aqui na nossa região nenhum sindicato ou associação que brigue por nada. [...] Eu tenho comigo o seguinte, **o nosso povo não sabe reivindicar**, eu estando bem o que importa os outros, se eu tenho meu emprego, minha casa, minhas coisas, isso não faz diferença. (Representante do executivo de Ijací 1) (grifo nosso)

[...] o pessoal não tava acreditando muito, sabe como é que é né, o pessoal da roça, **você fala que é associação, eles acham que um tá querendo passar a perna no outro né, então ele quer resolver a situação por si só.** (Atingido da Ponte do Funil 2) (grifo nosso)

Aqui o caso é diferente, aqui, a população daqui fixa, com moradores, aqui é muito pouco pra reivindicar alguma coisa. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 5)

E a gente em algumas situações [de assistencialismo] a gente atende. Que a gente vê que é pertinente. Ah, principalmente com relação a apoios a formação de associações, formação de grupos culturais, principalmente, ah um grupo de congado, uma banda de música. **Quanto a atividades assim, em prol da comunidade como um todo, a gente tem atendido bastante, sabe?** (Representante do CAHEF 1) (grifo nosso)

Reforçando o alegado, a comunidade de Macaia foi a que menos aproveitou a união dos atingidos no processo de negociação para consolidar uma nova associação após a relocação. Em que pese existir uma associação de moradores na comunidade de Macaia, muitos sequer tem conhecimento dessa, reforçando o problema de resistência ao associativismo, outrossim, os atingidos dessa comunidade relacionam o insucesso da associação à ausência de um líder e ao fato de que a comunidade não tem mais o que reivindicar, tal posicionamento reflete a não compreensão do papel da associação. Assim, a resistência ao associativismo e o desconhecimento do papel de uma associação enquadram-se como fatores limitantes ao desenvolvimento da comunidade, que deixa de se unir em prol dos interesses em comum.

Eu acho que falta uma liderança né, falta uma pessoa pra começar, dar uma empurrada na turma lá, eu acho que falta isso. (Representante do legislativo de Ijaci 1) (grifo nosso)

Eu acho que primeiro tinha que formar uma nova associação aqui. Porque não tem mais, acabou aquela e ainda não formaram mais. (Atingido de Macaia 2)

Acabou [a associação de moradores]. **É que agora não tem mais o que reivindicar.** (Atingido de Macaia 1) (grifo nosso)

[...] na comunidade da nova Pedra Negra eles teve mais oportunidade do que nós aqui no Macaia, pra mim eles

[CAHEF] dão mais assistência pro pessoal de Pedra Negra do que aqui de Macaia [...] porque lá tem uma pessoa que puxa o lugar, e aqui não tem, aqui tem que ter uma autoridade que passa na frente, e fala vamo lá, e aqui não tem. (Atingido de Macaia 12)

[...] eles não tem como recorrer, veem as coisas que precisa, mas não tem como reivindicar, não tem coragem, acha que tá bom, entendeu? (Atingido de Macaia 11)

[...] acho que o pior defeito que a nossa comunidade tem é o comodismo. [...] A gente precisa de um líder, mais um líder que puxasse a comunidade e gostasse do lugar. (Atingido de Macaia 12)

Outro fator identificado como limitante nessa categoria foi a presença de interesses próprios por parte daqueles que deveriam representar os interesses coletivos. Os atingidos e alguns membros de entidades representativas afirmam que isso desmotivou as pessoas a buscarem as associações. Muitos alegam que os presidentes das associações utilizaram essas entidades para manipular e conseguir benefícios que atenda interesses privados, como a escolha do local da comunidade que é um ponto questionado por entrevistados do Funil e também de Pedra Negra.

[...] Lá foi o seguinte, aqueles que tinham interesse eram aqueles que tinham terreno, sabe? Que foi a comissão, né? Então eles não brigou por uma casa maior, sabe? Que tinha gente lá que tinha quatro pessoas na família e ganhou uma casa pequena. (Atingido da Ponte do Funil 1)

Então **eles escolheram o pior lugar**, então eles manipularam, **uma mulher manipulou com uma outra lá pra fazer a comunidade perto dela**, perto do antigo bar dela lá da Ponte do Funil, manipulou até voto, teve gente que votou cinco veze pra ser lá. [...] Lá só beneficiou esta mulher que tem um bar lá e pra uma outra mulher lá, na minha opinião. O resto trabalhava em roça, perderam o

emprego, tem gente que tem que atravessar de barco pra trabalhar longe em fazenda. (Atingido da Ponte do Funil 11) (grifo nosso)

[...] isso foi demais, porque podiam aproveitar a estrutura e levantar, porque é água parada, era só levantar a estrutura e fazer outra ponte, ninguém brigou, porque **todo mundo só pensava neles, principalmente essas que eu te falei.** (Atingido da Ponte do Funil 11) (grifo nosso)

Então se levou mais de ano conversando com a comunidade, e se fazia reuniões em Macaia e fazia-se reunião em Pedra Negra, e eu no intuito de juntar as duas comunidades porque ficaria até maior as duas reunidas, aí começou a aparecer as disposições entre as duas comunidades, aí lá vai eu saber o porque, aí era o problema da conversa das duas senhoras que eram presidentes da associação do Macaia e a presidente da associação de Pedra Negra. (Representante do executivo de Bom Sucesso 2)

[...] **acho que a Comunidade do Funil perdeu mais, por falta de união e de interesse mais coletivo, porque as pessoas estavam se preocupando muito com o individual...** (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6) (grifo nosso)

[...] a comissão dos atingidos foi criada justamente pra defender os direitos dos moradores, só que como eu não fazia parte dessa comissão, eu não sei muita coisa, mais **eu sei que com certeza houve interesse de parte da comissão também, interesses pessoais também no meio dessa comissão,** então eles tavam puxando pro lado deles. (Atingido de Macaia 10) (grifo nosso)

[...] **foi criada uma associação dos atingidos, mais cada um tava lutando pelos seus próprios interesses.** (Atingido de Macaia 3) (grifo nosso)

Os membros do poder legislativo e executivo tem pouco envolvimento com as associações criadas nas comunidades que foram atingidas pela barragem. Alguns desses entrevistados reconhecem a relevância das associações para o

desenvolvimento, principalmente, social da comunidade, contudo, não utilizam as associações como um canal de comunicação direto com as comunidades, restringido o potencial de aproveitamento dessas, por outro lado, os atingidos e membros de entidades representativas alegam que a falta de interesse dos poderes públicos municipais pelas associações que limita o desenvolvimento das associações e, conseqüentemente, das comunidades.

Aqui não teve nenhuma contestação, não teve nenhuma mobilização das comunidades, que foram seis municípios atingidos né! Foi Ijaci, Bom Sucesso, Ibituruna, Itumirim, Perdões e Lavras, seis e nada, nada, nada de assim em termo... **A quanto custou a barragem!** (Representante do executivo de Ijaci 1)

Nós temos a associação comunitária né, hoje deve ter umas vinte associações comunitárias, a comunidade do Funil também tem uma associação, tem a associação do conselho rural sustentável e abrange junto com a EMATER, junto ao município, abrange as outras associações, sempre buscando recursos pra melhoria pras comunidade, mas **falta interesse dos políticos grandes**. (Representante do legislativo de Lavras 1)

A prefeitura não dá tanta atenção. A culpa é dos ex-presidentes da comissão de moradores que não buscavam melhoria. Agora um novo conselho está correndo atrás e conseguiu algumas coisas. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 4) (grifo nosso)

[...] **aí você começa a brigar sozinha, sem um respaldo e nenhum apoio**, acaba que você perde; e muito interesse próprio também, as pessoas começaram assim que se eu fizer isso eu vou ganhar isso sabe? Interesse demais. [...] Eu notei que entraram pessoas que queria se beneficiar sabe? Ganhar alguma coisa com isso. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6) (grifo nosso)

[...] associação tá um pouco desativada aqui por causa disso mesmo, falta de incentivo, de ajuda. (Atingido de Macaia 12) (grifo nosso)

Alguns entrevistados acreditam que o CAHEF deixou de fazer algumas coisas, mas eles não sabem identificar o que ficou para trás das compensações da relocação, nem sabem de quem devem cobrar, o que demonstra a situação de hipossuficiência dos atingidos. Assim, a falta de apoio do poder público às associações limitou e ainda limita o desenvolvimento das comunidades, pois falta informação e orientação às associações para compensar a hipossuficiência dos atingidos.

Orientação, que nos ajudasse a negociar melhor ou que a gente, que fizesse a gente ter uma noção melhor que que tava acontecendo com a gente, quais seriam nossos direitos, isso em momento algum a gente teve, até pelo contrário, a gente se sentiu solto no mundo... (Atingido da Ponte do Funil 10) (grifo nosso)

Na época eu era presidente da associação de moradores, então o primeiro caminhão de cesta básica que chegou na comunidade eu falei, não vai entregar cesta. Nós não queremos cesta básica. Nós queremos condição pra gente ganhar a cesta, pra gente trabalhar pra gente conquistar ela. **Não queremos ela de graça. Isso aí vai ser massa de manobra e é até hoje. Então, o que acontece é que as pessoas se acomodaram.** (Atingido da Ponte do Funil 11) (grifo nosso)

Porque o pessoal daqui é igual eu tô lhe dizendo, a maioria é analfabeto, então não tinha como discutir, não sabia o que falar, não sabia o que fazer, então não teve um acompanhamento de um advogado, não teve o acompanhamento de um psicólogo, então ficou na mão deles, que eles levaram dinheiro aqui de Macaia eles levaram. (Atingido de Macaia 3) (grifo nosso)

Nessa questão Macaia de baixo e Macaia de cima, eu achei um fator muito ruim pro pessoal de baixo, porque **eles não tiveram nada, porque eles foram afetados também, diretamente, claro que a água não chegou na casa deles mais eles foram afetados com tudo, e nada foi feito pra eles**, que eu saiba não, e visivelmente falando também não, muitas casas continuam caindo aos pedaços, e não teve nenhuma ajuda quem não foi afetado diretamente, que a casa mesmo não ficou de baixo d'água né, não teve nenhuma ajuda. (Atingido de Macaia 9) (grifo nosso)

[...] **eu acho que poderia ter sido melhor**, o aspecto sentimental ninguém muda né, porque isso ai ninguém consegue mudar. O econômico podia ter dado mais oportunidade, podia ter feito mais um estudo mais sério, estar analisando mais, porque dar uma cesta básica num adianta só, mais colocar eles pra fazer alguma coisa né. Devia ter tido mais interesse do consórcio de tá olhando mais essa parte, de estar analisando. [...] **nesse processo a gente podia muito mais né. As coisas que nós conseguimos foram boas, mas se a gente soubesse mais um pouquinho conseguiríamos mais e se tivesse mais experiência.** (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6) (grifo nosso)

[...] a gente pensou muito nisso né, ficamos muito sem orientação. Não tivemos nada disso sabe, e eu achava que poderíamos ter visto outras pessoas antes sabe, que falasse com o pessoal que vai ser assim, vai ser assado e vocês vai mudar, explicasse direto né. (Atingido de Pedra Negra 3)

Nossa o processo de negociação foi muito desgastante, as reivindicações que a gente fazia, tivemos muito atrito com o pessoal do consórcio e uma coisa que a gente pecou muito na época é que quando a gente acertava alguma coisa na época não colocávamos no papel e assinava. Reivindicava, acertava, mas não colocávamos no papel e não fazia, isso acontecia por falta de conhecimento da nossa parte e no final que a gente foi ver não dava tempo mais. (Representante do legislativo de Ijaci 1)

Nesse sentido, reconhecendo a importância das associações para intermediar os interesses dos atingidos com o consórcio empreendedor da barragem e promover o desenvolvimento das comunidades, é necessário que a política pública que defenda os interesses dos atingidos (ver quadro 2) inclua e fomente a estruturação das associações como um espaço para participação e defesa dos interesses coletivos.

Ademais, essa política deve prever uma preparação técnica para as associações serem capacitadas a negociar e representar os interesses dos atingidos, pois os próprios membros dessas entidades representativas mencionaram que se sentiram despreparados para negociar, deve-se incluir o assessoramento de profissionais qualificados como advogados e psicólogos aos atingidos. Além disso, é necessário prever que os critérios de negociação individual sejam estabelecidos junto com as associações e se tratando de diferentes áreas que serão alagadas deve-se formar uma assembleia geral com todas as associações para assegurar maior “empoderamento” dos atingidos, haja vista a hipossuficiência dos atingidos em relação ao consórcio empreendedor da barragem.

4.10 Poder Público

A categoria poder público foi criada para agrupar os relatos dos entrevistados relacionados à participação do poder público na construção da UHE Funil e os significados assumidos. Conforme apontado no referencial teórico, o poder público é uma das partes diretamente envolvida com a construção da barragem, de um lado temos os entes federativos, como a União que visa à expansão do setor e os municípios que terão suas terras alagadas, e do

outro lado, temos os órgãos licenciadores que regulamentam a construção da barragem. Portanto, nessa categoria incluirá relatos referentes ao poder executivo, legislativo e demais órgãos envolvidos com a construção da UHE-Funil.

A participação do poder executivo e legislativo dos municípios afetados pela construção da UHE-Funil no processo de negociação é reconhecida pelos os entrevistados como favorável para o desenvolvimento das comunidades, desde que representem e defendam os interesses das populações atingidas. Pois, na compreensão de diversos entrevistados, o poder público municipal que tem a competência para reverter os impactos da construção da hidrelétrica em benfeitorias em prol da população afetada. Contudo, no caso das comunidades atingidas pela UHE Funil, há controvérsias se a participação do poder público foi favorável ou não para o processo de negociação.

Das três comunidades atingidas pela UHE Funil, a Ponte do Funil foi e ainda é a comunidade mais desassistida em relação ao apoio do poder executivo e legislativo municipal quanto aos impactos causados pela barragem. Os representantes dos poderes executivos e legislativos de Bom Sucesso e de Ijaci demonstram envolvimento ativo no processo de negociação.

Eu participei das audiências na FEAM para a liberação das licenças, tudo nisso eu participei efetivamente dessas ações. [...] Algumas reivindicações, por exemplo, o valor de terras, algumas coisas que estavam ficando para trás que o consórcio não tava complementando e nós fomos orientando o pessoal, o pessoal da usina ficava batendo perna com a gente, desde um pé de couve até uma casa lá na área rural, vim discutindo isso com as coisas que o pessoal tinha direito, mesmo assim foi ficando uma coisa pra trás. Não falo que a gente não cobrou do consórcio, às vezes ficou uma coisa despercebida pra depois. (Representante do legislativo de Ijaci 1) (grifo nosso)

[...] aqueles que se sentiram prejudicado mesmo depois de negociado a gente levava ao conhecimento do consórcio e eles voltavam atrás, iam lá conversar com eles ou falavam pra levar a pessoa lá e às vezes ainda ajeitava mais algumas coisas pra eles ainda, tá entendendo? E eu sempre tive muito bom relacionamento com o pessoal do consórcio e tinha muita amizade, por ser prefeito né, com o pessoal da comunidade, **sempre batendo mais do lado da comunidade pra tirar mais deles [CAHEF] porque eles tinham dinheiro né?** (Representante do executivo de Bom Sucesso 2) (grifo nosso)

[...] durante o mandato da gestão anterior da época da construção da represa, ele [referindo-se ao prefeito] se envolveu muito com a gente, deu o apoio que foi possível... (Representante do legislativo de Bom Sucesso 1)

[...] **nós estávamos envolvidos em todos os aspectos, muitos aspectos das condicionantes**, porque para se licenciar um empreendimento daquele nível havia uma série de condições chamadas de condicionantes, ações mitigadoras e também as compensações ambientais e a prefeitura que ia receber essas, ia fiscalizar e receber esses benefícios entre aspa que o consórcio tinha obrigação de implementar nos municípios, tais como tratamento de esgoto, água pra comunidade do barreiro, como também a realocação da comunidade de Pedra Negra, Ijaci que recebeu esse pessoal. Na construção das casas, nós fiscalizamos sim a parte de jardinagem, a parte de arruamento, a construção em si pra ver se estava dentro do que se estabeleciam as condicionantes ambientais, por isso que eu fiquei muito envolvido... (Representante do executivo de Ijaci 1) (grifo nosso)

Nossa, o processo de negociação foi muito desgastante, as reivindicações que a gente fazia, tivemos muito atrito com o pessoal do consórcio e uma coisa que a gente pecou muito na época é que quando a gente acertava alguma coisa na época não colocávamos no papel e assinava. Reivindicava, acertava, mas não colocávamos no papel e não fazia, isso acontecia por falta de conhecimento da nossa parte e no

final que a gente foi ver não dava tempo mais.
(Representante do legislativo de Ijaci 1)

No entanto, esses entrevistados, que tentaram auxiliar os atingidos no processo de negociação, apontam como limitação o desconhecimento que tinham desse processo, alguns declaram que se sentiram perdidos, sem informação e sem saber a quem recorriam para orientá-los, assim, essa incapacidade técnica desses municípios limita a participação do poder público no processo de implantação da barragem, que seria favorável para o desenvolvimento da comunidade.

Eu falei que é meio insano essa briga porque Davi e Golias só foi naquela época, porque o pequeno não tem vez, e **a gente, a prefeitura não tinha como diretamente acionar.**
(Representante do executivo de Ijaci 1) (grifo nosso)

Na época eu fiquei muito preocupado, assustado porque **a gente tava na política em mandato e eu falava gente vai vir, a gente não sabia o que fazia, onde buscava as informações.** (Representante do legislativo de Ijaci 1) (grifo nosso)

[...] eu vejo que os prefeitos [da região de Furnas] tem um conhecimento que a gente tem que estudar pra ter, e parece que a própria Furnas passou isso pra eles entendeu? O quê que você vai fazer? O quê que o município vai se beneficiar? E assim como esses tipos de formação tem, como investir, como arrecadar, o comércio mesmo, eu acho que a situação de Furnas é muito diferente da nossa, eu penso que não sei se é porque mudou a postura ou porque não havia interesse mesmo ou se daqui pra frente é assim, **mas não houve essa preocupação de falar: “eu to fazendo uma intervenção grande que vai me trazer lucro, que é necessária, eu não estou entrando nesse mérito, mas eu posso ajudar esse município a aproveitar isso, a fazer isso menos doloroso” vamos dizer assim. E acho que isso**

não teve não. (Representante do executivo de Bom Sucesso 1) (grifo nosso)

Além disso, alguns entrevistados desse grupo reconhecem a presença de interesses políticos em detrimento dos interesses coletivos como limitante à participação do poder público nas negociações, interpretando como um obstáculo ao próprio desenvolvimento das comunidades atingidas.

[...] eles não liberam a LO [licença de operação] ao menos que você tenha cumprido 70% das condicionantes e lá não foi exigido isso, a **LO foi dada com muita coisa pra fazer e que até hoje não foi feita, mas precisava.** Aí vem o aspecto que eu detesto, **o governado Itamar Franco estava saindo e estava entrando outro, ele queria inaugurar e passaram por cima de tudo isso e o prejuízo foi pra comunidade.** (Representante do executivo de Ijaci 1) (grifo nosso)

Aí o Consórcio perguntou pra onde é que eles [atingidos de Pedra Negra] iam, surge aí o prefeito de Ijaci, chegou lá fazendo promessa para os moradores de Pedra Negra que se eles fossem pra Ijaci, ele colocava todo mundo dentro da Camargo Correa pra trabalhar... Então aí que eles decidiram mesmo, “uai já tá empregado, vamos embora pra lá”, e isso não aconteceu, gente, não aconteceu e nem tinha como acontecer, eles mexiam com o meio rural, cada um tinha o seu pedacinho, o outro trabalhava de empregado, era o café com leite que mexia, mais aí todo mundo naquela que “agora vamos embora porque nós vamos trabalhar, todo mundo de empregado, vai pagar bem e tudo mais”. (Representante do executivo de Bom Sucesso 2)

A audiência pública que era pra ser feita no final não foi feita, audiência que era pra ser marcada na época, teve um problema sério que a administração que nós pegamos, sucedemos uma administração que tinha saído e essa administração o **prefeito havia feito alguns interesses particulares que beneficiavam alguns setores e quando nós fomos cobrar eles [CAHEF] falaram que já estavam**

acertando com o prefeito, o que não poderia ter acontecido... (Representante do executivo de Ijaci 1) (grifo nosso)

De maneira oposta, para os atingidos e membros de entidades representativas, os poderes públicos municipais não participaram das discussões das medidas mitigatórias do empreendimento e pouco contribuíram no processo de negociação, dessa forma, a falta de apoio do município no momento da negociação é vista como obstáculo ao desenvolvimento das comunidades, vez que os interesses dessas ficaram à mercê dos interesses do CAHEF, ou seja, medidas mitigatórias eficientes e de interesse público que poderiam ser implementadas se restringiram às medidas mitigatórias previstas no EIA/RIMA que não necessariamente detalhavam os reais impactos causados pela construção do empreendimento.

Bom Sucesso olhou pro próprio nariz né, não olhou pra Macaia, olhou pros benefícios que ia trazer pra cidade de Bom Sucesso, não olhou pra Macaia. (Atingido de Macaia 9) (grifo nosso)

Teve essa opção aí de ficar pouco pra cima, outros queriam vender suas casas e ir embora pra Lavras, outros queriam mudar pra Ijaci, aí então **o prefeito de Bom Sucesso nessas alturas não deu apoio nenhum nesse atrito que teve**, ele deveria ter entrado na mesma hora né, interferir pra apaziguar pra poder resolver, conversar com as duas associações, mais não, eu mandei uma carta pra ele contando tudo que estava acontecendo, e nem satisfação ele deu, nem lá ele foi, aí depois mudou de prefeito, passou pro outro, aí o outro já queria que a Pedra Negra unisse com Macaia mais já foi tarde. (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 2) (grifo nosso)

Na época era o doutor C. A. entendeu, mas pra falar a verdade quem nos deu apoio foi a prefeitura de Perdões, por intermédio do M. que nos ajudou muito, inclusive ele abriu

mão que tivesse escola lá em Perdões pra ter escola aqui entendeu. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 5)

Só tinham gente do lado da usina, porque eles chegam vão derrubando tudo e eles nem querem saber, só querem ganhar dinheiro, ter lucro! (Atingido da Ponte do Funil 11) (grifo nosso)

Chegamos [referindo-se à discutir a construção de outra ponte], brigamos muito, mas ficou muita conversa falando que não tinha jeito nenhum, mas hoje a gente entende que teria sim. **Poderia haver uma mitigação muito maior e muitas outras coisas, lá em Perdões ficou muito sofrido, a falta da organização das próprias prefeituras em torno com o entorno do lago, nós que estamos que fazer isso na marra.** (Atingido da Ponte do Funil 10) (grifo nosso)

De igual modo, alguns entrevistados apontam que as comunidades alagadas permanecem sem a devida atenção por parte do poder público municipal, faltam investimentos para que as comunidades se desenvolvam e/ou aproveitem o potencial de desenvolvimento de alguns fatores favoráveis como os programas de reativação econômica, o turismo e as próprias associações. Além disso, a parceria prefeitura-consórcio deveria ser mais bem explorada por parte das prefeituras, encontrando-se em disponibilidade, principalmente quando se trata do turismo, que tem muito potencial e não é adequadamente aproveitado, não por falta de motivação do consórcio, mas sim, por falta de interesse das prefeituras de Lavras e Bom Sucesso.

[...] eu acho que junto da associação teria que ter um auxílio do poder público, se a secretaria do turismo, secretaria de esporte, que eu acho que existem – não são ativas, mas dizem que existem – fossem um pouco mais atuantes, talvez poderia melhorar bastante coisa. Só que é pouco. Sinceramente a gente fica sem saber o que eles realmente

fazem, se ficam por conta porque eles não atuam de forma convincente, eles não tem nenhum tipo de ação que tragam benefício pra população, entendeu? (Atingido de Macaia 1)

[...] as demandas individuais a gente costuma discutir junto com a prefeitura. Aí a gente marca reunião com a prefeitura e fala: “essa situação assim, assim, assado, já é da prefeitura. O que a prefeitura pode ajudar nisso? Pode atender esse morador que tá com essa demanda?”. Entendeu? Trazendo a prefeitura pra essas questões. (Representante do CAHEF 1)

Em Macaia, fizemos lá toda uma revitalização da orla que é uma coisa que atrai turista pra lá, trás dinheiro pra eles, faltou um pouco da prefeitura atuar. (Representante do CAHEF 4) (grifo nosso)

A prefeitura de Bom Sucesso eles não investem nada em Macaia, o que foi feito foi feito, depois disso não foi feito mais nada. (Atingido de Macaia 11)

Então, na verdade é o seguinte, se tivesse algum tipo de incentivo do poder público ou ate do próprio consórcio, talvez poderia levar algumas coisas a diante, mas é pouco, pouco incentivo. De vez em quando tem uns cursos de culinária, de não sei o que. (Atingido de Macaia 1)

[...] tá tudo abandonado lá, salve-se quem puder. [...] Não ajudaram em nada, você já viu o governo ajudar alguém? Pelo o contrário é imposto em cima, todo mundo sabe disso. (Atingido de Pedra Negra 8)

Não obstante, essa situação de desamparo é ainda maior quando os atingidos e membros de entidades representativas apontam o acesso não esclarecido das informações, tampouco, o acesso a profissionais qualificados que pudessem orientá-los e/ou auxiliassem na negociação e relocação, percebe-se isso como um obstáculo ao desenvolvimento dessas comunidades, pois com uma orientação adequada esse processo poderia ter sido menos danoso e voltado para o desenvolvimento local, e caberia ao poder público suprir essa lacuna, o

que demonstra que o processo de negociação ficou entre atingidos e o consórcio empreendedor.

[...] acho que faltou esse acompanhamento sim, porque muita gente ali vivia na simplicidade, não importava se tão ganhando uma casa nova, importava que ele quis viver naquela cantinho dele ali. (Atingido de Macaia 10)

Porque igual muita gente diz que com **a mudança do povoado tinha que ter um psicólogo pra acompanhar** e é onde eu lhe digo que **muita gente não aguentou**, eu acho que foi a falta, tinha que ter um advogado porque muita gente levou prejuízo, inclusive a minha mãe mesmo levou prejuízo porque a casa dela era enorme, eram sete cômodos, só de terreno tinha 369 metros de terreno, tinha laranjeira, tinha fruta na horta e, no entanto, ganhou só uma casinha lá no Macaia novo e não teve volta, nem nada. Então a gente não teve um acompanhamento, um psicólogo pra ajudar com cada um que tava ajudando, foi criada uma associação dos atingidos mais cada um tava lutando pelos seus próprios interesses. (Atingido de Macaia 3) (grifo nosso)

Quer dizer, não teve ninguém pra ajudar a gente lutar, não teve uma pessoa assim forte. (Atingido de Macaia 12)

Faltou um psicólogo, faltou uma assistente social... isso aí faltou muito, pra conversar com eles, explicar pra eles a importância daquilo. Isso aí não teve não. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 1) (grifo nosso)

Orientação que nos ajudasse a negociar melhor ou que a gente... que fizesse a gente ter uma noção melhor que que tava acontecendo com a gente, quais seriam nossos direitos, isso em momento algum a gente teve, até pelo contrario **a gente se sentiu solto no mundo e com o Estado e o poderio econômico nos ameaçando de uma maneira muito ruim**, e ninguém me perguntou se eu queria vender e o transtorno emocional foi muito grande. (Atingido da Ponte do Funil 10) (grifo nosso)

[...] nesse processo [de negociação] a gente podia muito mais né. As coisas que nós conseguimos foram boas, mas **se a gente soubesse mais um pouquinho conseguiríamos mais e se tivesse mais experiência.** [...] (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6) (grifo nosso)

[...] a gente pensou muito nisso né, ficamos muito sem orientação. Não tivemos nada disso sabe, e eu achava que poderíamos ter visto outras pessoas antes sabe, que falasse com o pessoal que vai ser assim, vai ser assado e vocês vai mudar, explicasse direto né. (Atingido de Pedra Negra 3) (grifo nosso)

Teve uns lá de Pedra Negra mesmo que pegaram pesado na época, mais discutir com esse pessoal é perder tempo, esse povo não tinha nem advogado, era eles mesmo com eles. Eu falava pra eles que isso não ia resolver nada e eles falavam vai! Eles [CAHEF] não ouviam nada, só faziam do jeito que eles queriam. Entendeu? (Atingido de Pedra Negra 8)

Me deu depressão, eu tive que passar no médico. Eu acho que tinha que ter tido um acompanhamento. (Atingido de Pedra Negra 5)

Alguns atingidos reconhecem, em uma perspectiva mais ampla, o desamparo dos seus interesses e direitos parte da própria União que visa apenas à expansão setor energético reduzindo a problemática dos atingidos a questão meramente indenizatória territorial, de modo que, essa omissão da União reflete nas esferas estaduais e municipais. Um dos entrevistados aponta que há uma valorização do meio ambiente que será alagado, entretanto, ele não identifica essa mesma preocupação com as pessoas que serão atingidas. Dessa forma, corroborando com o referencial teórico, alguns entrevistados entendem que a lacuna legal quanto à problemática dos atingidos configura um fator limitante ao desenvolvimento das comunidades atingidas.

[...] acho que é uma coisa muito conveniente pra eles [poder público de uma forma geral], é uma coisa muito política, **eles não se preocupam, não se colocam no lugar das pessoas atingidas, de jeito nenhum, o sentimento da pessoa que tá saindo da sua casa**, que viveu a vida inteira na casa, igual a minha avó, não tem palavra pra descrever, mais não preocupa como deveria. [...] Então, eu acho que **ficou muito a desejar, porque a partir do ponto que a pessoa é atingida, que há essa mudança, eu acho que deveria ter mais acompanhamento, eu acho que deveria não excluir**, por exemplo, aconteceu tudo isso, **mais não tem mais benefício nenhum depois disso, não tem mais melhoria nenhuma, tanto por parte da prefeitura como por parte do consórcio**, não há uma preocupação com a população, nem com os atingidos, nem com nada. Construiu, chegou, arrancou todo mundo de lá, entendeu? Não houve essa preocupação. (Atingido de Macaia 10) (grifo nosso)

Eu acho que não tem nada, o governo não ajuda nada e ninguém. (Atingido da Ponte do Funil 11)

[...] participei de reuniões e foi muito divertido porque se preocupavam com macaco, com passarinho, com a cobra depois de muito pelejar com tudo, gastaram um pedacinho do tempo deles pra perguntar sobre a gente, **eu acho muito curioso dentro da minha terra eu não ser a peça principal do ambiente**, isso é outra colocação muito interessante, boa pra quem tá na cidade é, a terra é um bem coletivo que eu cuido, eu pago, eu gasto dinheiro e não é meu, é teu, é engraçado essa propriedade, o ambientalista tem esse aspecto muito curioso né, isso são posições muito sérias né e é uma coisa grave né, a usina teve momentos de risco por causa disso. (Atingido da Ponte do Funil 10) (grifo nosso)

Contudo, o único marco legal previsto na Carta Magna/1988 em prol dos atingidos é a Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica, segundo os membros do CAHEF e apenas dois atingidos, ela não é adequadamente explorada, pois esse dinheiro

não é revertido em prol da comunidade, em decorrência da omissão legal quanto à sua destinação e do desconhecimento da existência dessa verba por parte da maioria dos atingidos que sequer cobram retorno do poder público, por conseguinte, esse fator favorável encontra-se em disponibilidade.

Mas acredito que muitos desses municípios não tem a noção da utilização desse recurso. O recurso acaba entrando, como se diz, na vala comum, e eles nem percebem que tem esse recurso disponível. Ele é um recurso pra parte social e ambiental, mas acaba caindo na vala comum dentro da cota da prefeitura, que aí eles nem vêem... (Representante do CAHEF 1) (grifo nosso)

Mais então assim a população não sabe, essa questão de royalties a população nunca soube, eles não tem noção que as prefeituras recebem, e esse royalties vai pra vala pública como a G. me falou, mais eu perguntei pra ela se esse pessoal sabe que existe isso? Porque quem sabe se eu... até falei eu posso sair pregando e falando? Eu falei com o B. é isso que o MAB tinha que vim aqui e também assim, não é só brigar com quem construiu não é cobrar essas coisas. (Representante do CAHEF 3) (grifo nosso)

E o que que retorna disso? Nada, nada. Nós pagamos quatro milhões e meio por ano de compensação financeira, Ijací é o que mais arrecada, da quase quatrocentos e tantos mil por ano, vê o que que desse dinheiro que retorna, nada. **Erro da lei, cai no caixa 1 da prefeitura não tem obrigação legal de reinvestir em comunidade ou no meio ambiente, o dinheiro vai pro caixa 1 pra pagar as obras.** E nós vamos ficar bancado bomba de poço artesiano, bancando bomba de água, perai a coisa não pode ser levada dessa maneira. (Representante do CAHEF 2) (grifo nosso)

Passa uma verba, uns royalties pra comunidade. **Que eu acho que esse royalty não deveria ir pro município, deveria ficar na comunidade e auxiliar a comunidade** [...]. Por quê? Se você fazendo dessa forma, você não abre caminho pra negociata. (Atingido da Ponte do Funil 9) (grifo nosso)

[...] eu acho que quem ganhou mesmo foi a prefeitura, porque vai um bom dinheiro daqui pra prefeitura de Bom Sucesso, quem foi beneficiado foi a prefeitura de Bom Sucesso. (Atingido de Macaia 3)

Diante o exposto, é possível identificar, nas falas dos entrevistados que o poder público, mesmo com mais acesso à informações e recursos, não esteve efetivamente ao lado dos atingidos durante o processo de negociação de modo a compensar a hipossuficiência desses em relação ao CAHEF. Se para o grupo de entrevistados que representa o poder público municipal e o CAHEF, a relocação foi a melhor oportunidade de desenvolvimento no âmbito econômico e social para as comunidades atingidas, para os atingidos e membros de entidades representativas essa assertiva não é válida, de modo que a relocação foi um processo doloroso e desvantajoso. O não apoio do poder público municipal durante o processo de negociação é interpretado como um fator limitante do desenvolvimento das comunidades, que se viu no imperativo de recomeçar suas vidas com um apoio assistencialista por parte do CAHEF e não com um apoio efetivo para promover o desenvolvimento local. Ademais esse processo de negociação, que deveria ser justo para compensar os impactos causados na vida dos atingidos, foi marcado por estratégias de negociação por parte do CAHEF e desigual.

Porque o pessoal daqui é igual eu tô lhe dizendo, **a maioria é analfabeto, então não tinha como discutir, não sabia o que falar, não sabia o que fazer**, então não teve um acompanhamento de um advogado, não teve o acompanhamento de um psicólogo, **então ficou na mão deles**, que eles levaram dinheiro aqui de Macaia eles levaram. (Atingido de Macaia 3) (grifo nosso)

O pessoal ficou meio confuso mesmo, porque muita gente era leigo no assunto, pessoas muito simples, poderia saber que poderia até ser passado pra trás, alguma coisa assim, porque os fazendeiros, as pessoas de maior posse, tinham auxílio jurídico né, algum advogado. (Atingido de Macaia 10)

[...] o pessoal concordou com tudo né? Que eles tinham medo também né, falavam que se não saísse ia ficar de baixo d água, que vinha um trator de derrubava, só saía o corpo. Isso não houve, quem veio, veio por livre espontânea vontade, entendeu? Mas obrigado né? Com livre e espontânea vontade, mas obrigado se não levava água. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 5) (grifo nosso)

E quando tinha uma audiência pública levavam um café e um lanche, eles eram humildes né achavam que o consórcio era bom! “Você viu o cafezão que deram pra nós”, “O rapaiz lá pagou cerveja prá nós depois lá!”... A pessoa fica muito satisfeito com pouca coisa né, se satisfazem com pouca coisa... (Representante do executivo de Ijaci 1)

Eles tinham a estratégia e eu não tinha estratégia nenhuma, eu nunca vou ter a experiência de uma pessoa que já negociou 5 ou 10, o P. J. já negociou com cinquenta [Atingido da Ponte do Funil 10], eu vi o P. J. uma vez na vida, não tem maneira de eu ganhar dele. Fizeram cabelo barba e bigode. **Me induziram pra lá e pra cá, eu tentei usar o bom senso, conversava com os amigos que tinha ali, então foi assim!** (Atingido da Ponte do Funil 10) (grifo nosso)

[...] foi tudo muito rápido né, eles chegaram já com máquinas e tal, e **eles foram negociando as partes mais fáceis, que eles achavam entre aspas mais fáceis, e foi deixando os outros pra trás.** (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 7) (grifo nosso)

Eles [CAHEF] colocam as pessoas estratégicas né, quando aquela pessoa começa a familiarizar com o local, com as pessoas, que começa a sentir um pouco, se colocando no lugar delas, aquele vaza, aquele vai embora, aí vem outro

todo durão, sabe, e todo lugar é assim, não muda. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 7)

Esse pessoal é o seguinte, eles tem tudo quanto é ólogo que você pensar na vida, eles tem. Eles tem psicólogo, eles tem geólogo, tem arqueólogo, eles tem tudo. **E a gente não tem ninguém.** Eles tem advogado, e a gente não tem ninguém. A psicologia deles é fora do sério. Então quando senta pra negociar, se você não for esperto, você faz uma pergunta pra eles, eles te retruca e pergunta pra que você quer isso, se você não souber responder, você já foi pro espaço, entendeu? Então não tem como você negociar com eles. Então aí fizeram isso, tiraram as lideranças, tiraram as forças das lideranças e o resto manobraram do jeito que quer. (Atingido da Ponte do Funil 9) (grifo nosso)

Esses relatos reforçam a necessidade de uma política pública que defenda o interesse dos atingidos de modo a minimizar a situação de hipossuficiência desse grupo e inserir os municípios, que terão terras alagadas, no processo de negociação ao lado dos atingidos, assim, sugere-se como proposições: i) a destinação legal da compensação financeira em prol das comunidades atingidas, ii) a presença de profissionais qualificados como advogados, assistentes sociais e psicólogos para acompanhar e auxiliar aos atingidos durante o processo de negociação e relocação, iii) fixação do compromisso de compensações para as gerações futuras, iv) a criação de um órgão governamental que intervenha no processo de negociação ao lado dos atingidos e dos municípios afetados contemplando as demandas que valorizem o desenvolvimento pela via alternativa. Assim, a política pública em prol dos atingidos deve regulamentar todas as etapas do processo de negociação, de modo que o consórcio empreendedor da barragem atue de acordo com o prescrito na lei, e não de acordo com seus interesses econômicos (ver quadro 2).

4.11 Turismo

A categoria turismo retrata como fator favorável o potencial turístico que a formação do lago propiciou para a região da UHE Funil, e como fator limitante, a perda do turismo tradicional que era desenvolvido antes do barramento. Nessa categoria, é importante destacar que os atores entrevistados vinculados à comunidade de Pedra Negra nada retrataram sobre o turismo, isso se justifica pelo fato da antiga comunidade não ser tradicional na área e também pelo o distanciamento que a nova comunidade tem do lago.

Partindo do caso mais específico, alguns entrevistados da Ponte do Funil avaliam que a antiga comunidade tinha um turismo muito mais forte do que é possível se observar hoje. O turismo tradicional estava vinculado às belas paisagens naturais, cachoeiras e ao comércio que estava estruturado para receber os turistas, sendo que a beleza cênica deixou de existir e, conseqüentemente, o comércio, que se promovia com a paisagem natural, enfraqueceu após a construção da barragem. De acordo com esses entrevistados, a perda do turismo tradicional, que era um fator de desenvolvimento da região, representa um fator limitante, pois a construção da barragem acabou com os atrativos turísticos e não foi capaz de restabelecer o turismo no novo cenário.

O turismo não tem, não tem nada lá! Lá tudo deu errado!
(Atingido da Ponte do Funil 11)

Porque não tem ponto turístico aqui uai, acabou o ponto turístico, o que que tem de turismo aqui? Nada, concorda comigo ou não? (Atingido da Ponte do Funil 8) (grifo nosso)

O turismo antigo era melhor, a exploração piorou. A paisagem antiga era mais bonita. Para os outros moradores falta trabalho; a retirada da ponte foi um ponto muito

negativo, e há também a falta de peixes. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 4) (grifo nosso)

[...] lá na ponte durante o fim de semana transitavam mais o menos duas mil pessoas por lá, hoje praticamente aqui tá acabado, tá um deserto, só tem movimento no fim de semana. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 5)

Por outro lado, o representante do poder legislativo de Lavras aponta que a formação do lago propiciou o turismo que vem sendo devidamente aproveitado na região, sendo isso um fator muito favorável para o desenvolvimento das comunidades alagadas, tendo em vista o número de empregos gerados com o turismo.

[...] houve um incremento muito grande no setor turístico, hoje nós temos lá vários locais turísticos que são visitados pelos lavrenses, por pessoas que visitam a cidade, e naturalmente está trazendo renda e emprego para os moradores da região. (Representante do legislativo de Lavras 2)

Corroborando com o representante do poder legislativo de Lavras, há aqueles que acreditam que a formação do lago possibilitou um maior crescimento de turismo em toda região no entorno do lago, pois a lâmina d água fixa possibilita a exploração para os esportes náuticos, além disso, há a formação das praias e o acesso facilitado para ao lago, assim o turismo é encarado pelos entrevistados como um fator favorável que tem sido adequadamente explorado na região possibilitando o desenvolvimento local.

Nossa dá até dor na cabeça [referindo-se ao potencial de turismo], eu sou uma parte muito interessada pra falar, você são da beirada do lago? [...] O meu lugar é o lugar mais

bonito que eu conheço. É lindo, lindo e lindo! O lago, a parte da barragem dele, é um lago de margens alta, você tem uma visão completamente diferente do lago, depois na parte da Macaia pra cima ele é planinho, é outra visão. É um lago pequenininho, mas com paisagens de todo o tipo, é fantástico! (Atingido da Ponte do Funil 10)

Ah eu acho que só a parte de turismo que ajudou, a **parte de turismo só que melhorou**, o resto não teve muita mudança não. (Atingido da Ponte do Funil 4) (grifo nosso)

Aqui o que que aconteceu, devido ter saído o rio e ter feito uma represa, o que acontece, muita gente de Lavras, Bom Sucesso, Ijaci e regiões, etc., vem pra cá pra passar o final de semana. Ainda mais em época de calor, vem pra cá pra passar o final de semana, pra nadar, essas coisas todas, aí virou na verdade um ponto turístico. (Atingido de Macaia 1)

[...] o lago disponibiliza os esportes náuticos, a beleza cênica, o clima nas margens do reservatório, aquela coisa gostosa. Então isso atraiu muito o pessoal para ali, e atraiu turistas, né? O pessoal vem com lancha, jet-ski e tal. (Atingido de Macaia 1)

Hoje você tem um tipo de exploração turística muito grande na região, né? O pessoal tem rancho, tem passeio final de semana no lago. Então isso é; eu vejo com bons olhos pra região, sabe? [...] Eu acredito que o pessoal tem investido bastante nisso. Aqueles que tem condições, né? Tem investido bastante. (Representante do CAHEF 1) (grifo nosso)

Entretanto, há aqueles que discordam que o potencial de turismo da região vem sendo adequadamente explorado. Observa-se que quem explora o potencial turístico do lago são as pessoas que tem casas para alugar e pouquíssimos comerciantes, de tal modo, esse potencial que poderia gerar um enorme desenvolvimento da região encontra-se subaproveitado.

O turismo aqui ainda é fraco, precisa-se fazer alguma coisa, o que segura um pouco o turismo aqui somos nós comerciantes [...] é um lugar que ficou bonito, ficou muito bonito, mais precisa ser mais divulgado. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 7)

O econômico, pra mim, é a questão da infraestrutura do turismo que precisa melhorar, sei lá, talvez asfaltar essa estrada, fazer uma marina ali, uma coisa que possa atrair o turista. **Que a gente atraía o turista porque a gente tinha a cachoeira, era uma beleza natural, agora água parada você tem em qualquer lugar do mundo.** Você não precisa da comunidade pra conhecer água parada. Então é reforçar isso. (Atingido da Ponte do Funil 9) (grifo nosso)

Turismo aqui tenta uma iniciativa do turismo mais não avança, porque aqui não tem estrutura pra turismo, na realidade não tem. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 2) (grifo nosso)

Tem esse discurso [referindo-se ao discurso desenvolvimento que acompanha a construção de uma barragem], a possibilidade aqui é o turismo e o que o turista quer? É lazer e não tem lazer aqui, tem a represa e tem a praia que não tem areia. Não tem, não existe. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 5)

A parte nossa de turismo é muito boa, só tá faltando a gente explorar ela, a gente montar uma infraestrutura boa pra gente começar a explorar pra ter uma renda muito boa. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 1) (grifo nosso)

As justificativas para esse potencial se encontrar em disponibilidade centra-se na falta de investimentos como a divulgação das comunidades e a falta de estrutura física para receber os turistas. É possível constatar que o CAHEF investiu nas obras de infraestrutura como a construção da orla e da prainha, iluminação, área de camping, contudo, tais estruturas foram repassadas para os municípios que não tem feito a manutenção necessária para receber os turistas e

isso reflete uma deficiência no aproveitamento desse potencial, limitando o desenvolvimento das comunidades.

Assim, tem muita coisa que seria boa pra Macaia, como exploração da área turística, por que Macaia é o que? Turismo né, a represa maravilhosa, **então eu acho que eles deveriam investir mais em turismo aqui. Falta a prefeitura dar uma força financeira**, fazer um projeto bacana e realizar, o pessoal vem de fora [...] não tem um banheiro público, não tem um restaurante porque ninguém nem investe. (Atingido de Macaia 11) (grifo nosso)

Apesar de ser um pouco deficiente com relação a investimento da prefeitura, secretaria de turismo, etc., mas, mesmo assim ainda dá muito movimento. (Atingido de Macaia 1)

[...] fizemos a nossa parte e falamos: “você tem um potencial muito grande, nos estamos dispostos a ajudar, a dar apoio nisso aí, no desenvolvimento do turismo e tal”. Fizemos a nossa parte, passamos o recurso, fizemos a parte de revitalização de orlas e agora o município tem que assumir, nem assumir, o município tem que investir na verdade, e explorar mais toda essa oportunidade que o empreendimento forneceu pro município. Entendeu? O município que tem que absorver. Nos já fornecemos a condição, né? E além disso concedemos o apoio financeiro e tal. E agora o município é explorar, **cabe aos municípios explorarem isso, e isso não vem sendo feito por eles**. (Representante do CAHEF 4) (grifo nosso)

O que falta agora é isso aí, é estrutura pra receber o turismo. Essa que é a parte mais difícil. [...] Então aí que tá a dificuldade maior. Porque nós num... nós dependemos da prefeitura de fazer as ampliações, as melhorias pra ter estrutura pra receber esse turismo. Essa que é a parte mais difícil. (Membro de entidade representativa de Macaia 1)

Hoje o município não investe quase nada na questão de turismo. Hoje a represa, assim, é um centro turístico

fantástico. E falta esse investimento por parte do município.
(Representante do executivo de Ijaci 2) (grifo nosso)

Conforme vimos, a construção de uma usina hidrelétrica provoca significativos impactos na economia local, assim o turismo é uma possibilidade de geração de renda considerando a balneabilidade gerada pela formação do lago. Logo, para que as comunidades atingidas se beneficiem do potencial turístico que será gerado no entorno do polígono do empreendimento, é necessário que a política pública em prol dos atingidos determine que o projeto da relocação reserve áreas que possam ser utilizadas para explorar o turismo, como área para camping, orla, restaurantes, praias, pois como vimos no caso da UHE Funil, o CAHEF não reservou um espaço adequado nas novas comunidades para a exploração do turismo, e isso é alvo de insatisfação das pessoas que ficaram na região. Tal medida poderia contribuir para que a exploração do turismo fosse mais democrática, pois, observa-se que as pessoas que tem mais recursos conseguem explorar o turismo na região alagada. Deve-se determinar a criação de um plano entre o consórcio empreendedor e poder público municipal para promoção do turismo na região alagada, tendo em vista sua possibilidade de desenvolvimento, incluindo os atingidos interessados em explorar tal potencial.

Ademais, o direito à informação deve ser garantido a todos que serão atingidos de modo que projeções sobre exploração do turismo sejam apresentadas, a fim evitar que os atingidos saiam prejudicados no processo de negociação e apresentar uma nova possibilidade de renda, de modo a distribuir a exploração do turismo local e coibir que grupos econômicos adquiram as terras no entorno do lago a preços irrisórios para a exploração do turismo (ver quadro 2).

4.12 Impactos econômicos

Os impactos econômicos incluem todos os fatores relacionados às mudanças econômicas que ocorreram nas comunidades durante o período de construção e a implantação da UHE Funil, excetuando os fatores que decorrem das relações de emprego e trabalho, do turismo e da compensação financeira que já foram detalhados em outras categorias. Integra essa categoria as indenizações recebidas, a questão da valorização das terras, os empreendimentos imobiliários da região e o comércio.

Dentre os impactos econômicos identificados, a indenização recebida pelos atingidos foi o primeiro impacto econômico que surgiu com a implantação do empreendimento. A categorização da indenização não é unânime entre os entrevistados, os que enxergam as indenizações como favoráveis representam parte de um grupo de atingidos que possuem mais recursos como fazendeiros e comerciantes, já os que defendem as indenizações como limitantes compõem a outra parte dos fazendeiros e comerciantes e demais atingidos e membros de entidades representativas.

Os que reconhecem as indenizações como favoráveis para o desenvolvimento econômico da região apontam que o processo de negociação foi uma oportunidade para “fazer dinheiro”, esse grupo defende que as indenizações foram justas, pagaram-se bem pelas terras e pelas benfeitorias, além disso, as casas destinadas para a relocação possuem mais valor e mais estrutura do que as que a maioria dos atingidos viviam, ou seja, eles entendem que as indenizações foram uma boa oportunidade de negócio.

Mas no quesito benefício, tanto os fazendeiros que tiveram uma indenização bem paga pra época, quanto os moradores

da cidade, foram bem indenizados, num valor que eu considero um valor um pouco a mais do justo, entendeu? **Foi bem justo. Eu sinceramente acho que ninguém pode reclamar com relação à indenização, essas coisas não. Todo mundo aqui foi beneficiado.** (Atingido de Macaia 1) (grifo nosso)

Pessoas que não tinham condição nenhuma receberam uma casinha aqui em cima, casas populares, até casas melhores. (Atingido de Macaia 1)

Na parte de indenização pagaram até bem, mas tinham que pagar né! É a lei! O rancho que meu pai tinha lá eles pagou cinco vezes mais ou até mais. (Atingido da Ponte do Funil 11) (grifo nosso)

[...] eu acredito que todo mundo foi indenizado, até então essa hidrelétrica foi modelo no país né, foi uma indenização justa, o produtor rural foi indenizado com a qualidade da sua terra. No nosso caso, por exemplo, a parte que a gente mexia com horta foi toda inundada, então era uma parte totalmente fértil né, bem localizada que era beirando o rio, a gente foi indenizado por um preço de terra boa, então o pasto foi um tipo de preço, então teve vários tipos de acordo com a qualidade da terra, então isso aí foi um fator benéfico. (Atingido da Ponte do Funil 5)

[...] na bem da verdade tinha gente lá que não tinha nada e saiu muito bem de vida, ganhou uma casa nova, como a construção era menor e a parte inundada era grande, o quintal era muito grande e não tinha como transferir isso, então parte foi recebida em dinheiro, o consórcio pagou tudo, não teve nenhum questionamento. (Representante do executivo de Bom Sucesso 2) (grifo nosso)

Por outro lado, aqueles que interpretaram que as indenizações foram limitantes para o desenvolvimento da região justificam que pessoas perderam terras produtivas, plantações, matéria prima, comércio que já estava consolidado, de modo que as indenizações não foram suficientes para mitigar tais impactos e reconstruir os meios e modos de vida dos atingidos. Para esses

entrevistados, a questão da terra foi reduzida a uma questão meramente indenizatória, de valor por metro quadrado, não se avaliou o valor agregado das terras e nem todos foram contemplados com os lucros cessantes. Em decorrência dessas indenizações injustas, muitas pessoas deixaram as comunidades com medo de não conseguir se reestabelecer financeiramente, vez que a reativação econômica e a doação de cestas básicas não eram garantias de que isso aconteceria.

A questão da terra foi uma meramente indenizatória e exploratória vamos dizer assim, do grande com o pequeno, a questão da terra é foi colocada assim, foi uma negociação desigual. (Atingido da Ponte do Funil 10) (grifo nosso)

O econômico podia ter dado mais oportunidade, podia ter feito mais um estudo mais sério, estar analisando mais, porque dar uma cesta básica num adianta só, mais colocar eles pra fazer alguma coisa né. Devia ter tido mais interesse do consórcio de tá olhando mais essa parte, de estar analisando. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6) (grifo nosso)

Desde quando eles começaram o comércio eles tinham um livro de caixa deles, você não acredita, guardadinho, a gente não imaginava nunca que essa usina fosse sair, então eles não pegaram isso como referência, o livro era de vinte anos, trinta anos, era tanto zero, essas coisas tinham que mandar alguém fazer as conversões, porque eram tantas mudanças né, então eles tinham tudo muito organizado, e eles [CAHEF] nem pegaram esse livro pra fazer uma avaliação do quê que tinha. Eles fizeram uma avaliação de um ano e meio do que ele ganharia pra frente, mais um valor irrisório que ele tava ganhando por dia, eles fizeram a avaliação deles, mais nós reivindicamos pelo menos três anos para as pessoas do comércio, porque a mudança era muito radical, a gente nem sabia o quê que ia ficar aqui, o quê que ia acontecer. Eu vô falar uma coisa pra você, se não tivesse a minha casa, porque eu já morava ali, que a gente tinha um rancho ali, pra mudar aqui, essa parte tava morta, como é

que ia fazer, não tinha nada. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6)

Então tinha problema ali, por exemplo, da questão dos cinquenta metros que é a área de preservação, APP, a usina não pagou isso, então todo proprietário perdeu isso. (Atingido da Ponte do Funil 9)

[...] mais na verdade o que eu recebi de lá não deu pra mim fazer metade do que eu tenho aqui entendeu, tive que trabalhar muito em cima disso aí pra mim fazer a posição minha hoje, entendeu? (Atingido da Ponte do Funil 8) (grifo nosso)

Bom, eu particularmente, primeiro, perdi as balsas e perdi a parte melhor da fazenda que ficou de baixo de água, perdemos quarenta e cinco hectares de terras e a água pra escolher era uma coisa de louco, era o filé nosso como diria! Então pra mim, eu acho que a represa não trouxe, pra mim foi muito ruim até! (Atingido de Macaia 8)

Eu fiquei prejudicado numa parte lá assim, **lá eu tinha os meus porco, eu engordava porco, todo mês eu vendia e tinha uma rendinha,** nada nada um salário por mês me dava de um porco gordo que eu vendia lá, tinha uma máquina de limpar arroz, tinha um freguesia lá que eu limpava o arroz, mais isso não foi tanto disso aí que hoje tá parado mesmo porque ninguém tá produzindo mais arroz né, **mais perdeu as plantas que a gente fazia também, a parte de alimentação, feijão, arroz, milho, essas coisas também eu perdi por ter vindo pra cá.** (Atingido de Pedra Negra 6) (grifo nosso)

Observa-se que os entrevistados não sabem delimitar os critérios utilizados na negociação individual e que esses critérios não foram os mesmos nas três comunidades atingidas revelando a falta de transparência desse tipo de informações uma conotação restritiva das indenizações injustas.

Pra te falar a verdade, **qual foi o critério eu nem sei, era muito particular a negociação com cada um.** (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 7) (grifo nosso)

[...] isso de perdas e danos não conseguimos, lucros cessantes, não conseguimos nada. Só tem esse A. A. que fez um levantamento muito grande e que conseguiu algo. (Representante do legislativo de Ijaci 1)

Quanto aos impactos econômicos provocados com a mudança de Pedra Negra para Ijaci, dois entrevistados do grupo dos atingidos afirmam que eles passaram a ter gastos que não possuíam na zona rural, já que seus meios e modos de vida eram atrelados à vida no campo, tais gastos restringem o poder de compras de algumas pessoas representando um fator limitante ao desenvolvimento dos próprios atingidos e conseqüentemente da sua comunidade.

[...] **parece que a gente gasta mais na cidade, né? Apesar da gente ainda tá trabalhando e tudo, mas parece que lá na roça era menos.** [...] a gente não comprava a gente colhia e a gente tinha frango. Porque você vê, a gente compra tudo, né? Tudo comprado. Sorte que eu ainda tenho o café, o feijão, eu ainda mexo. Porque o café lá na roça colhe e quando acaba a panha a gente cata café. (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 4) (grifo nosso)

[...] lá em casa mesmo eu cozinhava na lenha, eu fui conhecer e mexer com gás foi aqui, até o meu tinha acabado, eu não tinha dinheiro e eu perguntei pra ele se eles arrumavam pra mim e eles arrumou, o consórcio. (Atingido de Pedra Negra 2)

Quanto ao comércio, os entrevistados identificam que a construção da UHE Funil favoreceu o comércio das cidades e também o comércio voltado para o turismo, contudo, aqueles que viviam do comércio nas regiões que foram

alagadas não tiveram esses benefícios, pelo o contrário, os comerciantes que foram atingidos alegam que a vinda da barragem foi limitante para o desenvolvimento das suas atividades, e que não encontraram o apoio adequado do CAHEF para se reestabelecerem.

O comércio de Lavras beneficiou, aqui os restaurantes, as moradias que eles alugaram, os engenheiros, os técnicos foi tudo daqui de Lavras. (Representante do executivo de Ijaci 1)

O comércio ganhou um pouquinho, que aumentou um pouco o movimento nos finais de semana também só... (Atingido de Macaia 3)

[...] abriu novo tipo de comércio porque agora veio o chalé, vai pegando outras coisas. Aqui pra Ijaci melhorou muito porque criou muito condomínio, cresceu muito e começou a dividir mais, pra uns municípios foi bom e pra outros não. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6)

Ah e outra coisa tipo, o comércio de Macaia. Você pode ver que **o comércio de Macaia simplesmente acabou, por quê? Porque é depois da ponte, Lavras sugou**, então o pessoal precisa comprar um litro de leite, não compra em Macaia, vai em Ijaci e compra! Entendeu? Que agora é fácil acesso. (Atingido de Macaia 8) (grifo nosso)

Igual o meu marido [que tinha comércio], por exemplo, meu ex-marido optou por ficar lá, mas durante uns seis ou oito meses nós ficamos parados, porque não tinha movimento, depois que o pessoal começou a ir. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6)

[...] eu que tinha o meu comércio na beira da água ele deveria me dá um novo comércio na beira do lago, entendeu? Porque hoje eu não tenho acesso de lancha não tenho acesso de nada aqui no meu bar. (Atingido da Ponte do Funil 8)

Em geral, os entrevistados avaliam que a construção da barragem e, conseqüentemente, a formação do lago possibilitou a valorização das terras no entorno e o surgimento de diversos empreendimentos imobiliários como loteamentos e condomínios que são identificados como fatores favoráveis ao desenvolvimento da região vez que tais fatores possibilitaram uma circulação de riqueza nas comunidades atingidas e para os municípios que as abrigam. Decorre desses fatores favoráveis outros fatores como o aumento na oferta de empregos – já detalhado na categoria específica, o fortalecimento do comércio local e as arrecadações de impostos e taxas de construção imobiliária.

[...] eu acho que quem ganhou mesmo foi a prefeitura, porque vai um bom dinheiro daqui pra Prefeitura de Bom Sucesso, quem foi beneficiado foi a Prefeitura de Bom Sucesso. (Atingido de Macaia 3)

Tem essa questão dos royalties e a questão dos loteamentos, impostos e IPTU, então pra Ijaci melhora bastante também. (Representante do legislativo de Ijaci 1)

[...] o lago é uma pérola, houve um grande desenvolvimento ali em Macaia. [...] um apoio à população a gente sente falta, mas houve desenvolvimento sim e **houve uma eterna valorização das terras em torno do lago**, isso aconteceu sim e vai acontecer cada vez mais. Não há o que discutir, houve sim e esse negócio do lago ser de nível fixo, então o lago tem gerado riqueza e vai gerar muita riqueza e conforto e ele é muito bonito e evidentemente que todo mundo vai desenvolver o lago.

[...] tá todo mundo se beneficiando. Na negociação em si que houve essas parte dolorida e essa saudade, melancolia e outros aspectos. Isso não foi bem trabalhado, **mas da valorização econômica das propriedades não tenha dúvida, quem ficou com um pedacinho recuperou, foi o melhor negócio!** A minha propriedade vale bem mais do que antes do lago, sem dúvida. (Atingido da Ponte do Funil 10)

Quem tá lá na beira do condomínio de Ijaci, Ilha Brasil e até aqui mesmo na Ponte do Funil, essas pessoas ganharam dinheiro, porque tinham terreno pronto ali e loteou e vendeu caro, comerciantes de Ijaci foram para beira d'água lá, mas pra quem tinha dinheiro, mas pra quem não tinha não teve melhoria não. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6)

[...] a questão que o pessoal **tá desenvolvendo muito lá pela questão de loteamento**, era um preço né? Antigamente pra vender um pedaço de terra lá você não achava quase nada, hoje tá valendo um absurdo, valorizou demais né? (Atingido da Ponte do Funil 7) (grifo nosso)

A gente viu Ijaci experimentar esse crescimento, melhorar as residências, melhorar muito, a quantidade de parabólicas que entro em Ijaci de 2002 a 2010 é impressionante. Fantástico! Carro, cresceu muito a frota de veículos. Não tinha emprego em Ijaci, tinha as mineradoras e pedreiras, **com a Camargo, o consórcio e esses empreendimentos imobiliários melhorou muito a arrecadação e a renda per capita, a média de salários subiu demais**. (Representante do executivo de Ijaci 1) (grifo nosso)

[...] hoje quanto não vale um pedacinho de terra na beira da represa e todo mundo procura pra lazer. (Representante do executivo de Bom Sucesso 2)

De favorável? A valorização da região né, que eu acho um fator importante, **valorizou a terra beirando o lado, isso foi um dos fatores principais que eu acho que a Usina trouxe de benéfico pra comunidade do entorno do lago**. (Atingido da Ponte do Funil 5) (grifo nosso)

Fizeram muito mais financeiramente falando do que era na Pedra Negra antiga, **os imóveis valem muito mais do que antigamente**. Pedra negra antiga não tinha nada era só terra, aquele movimento grande caminhão, poeira pra todo lado, agora é água, tudo limpinho. (Atingido de Pedra Negra 8) (grifo nosso)

[...] você ganha na parte imobiliária, a partir do momento que você tem um terreno na beirada da água ele vale mais. Então isso; eu acho que **a parte territorial valorizou bastante**, hoje você tem terrenos aí que vale muito dinheiro, né? Por causa dessa proximidade com o lago. (Representante do CAHEF 1) (grifo nosso)

A questão do lago, ela trouxe uma coisa, a valorização de imóveis, que antigamente você tinha um terreno beirando o Rio Grande ou o das Mortes ou o Capivari, aquilo tinha valor irrisório, R\$2,00 o metro, às vezes R\$1,00 o metro, então era o valor que existia antes e hoje a valorização foi absurda, né? E muito em função disso, da atração, do que o lago disponibiliza, os esportes náuticos, a beleza cênica, o clima nas margens do reservatório, aquela coisa gostosa. Então isso atraiu muito o pessoal para ali, e atrai turistas, né? O pessoal vem com lancha, jet-ski e tal. (Representante do CAHEF 4)

Contudo, alguns identificam que esses fatores favoráveis não vem sendo adequadamente explorados, pois os municípios não se prepararam para receber os tipos de empreendimentos imobiliários construídos na região, tendo os investidores que lidar com atraso de diversas obras por culpa da prefeitura.

Forma um condomínio, loteamento, mais fica solto, você não vê um programa do município pra isso, não tem, nem os próprios planos diretores dos município tem isso. (Representante do CAHEF 2)

Lá em Perdões toda a legislação pra ocupação do solo, de empreendimentos, nós estamos tendo que criar devagarinho, mudar a cabeça do pessoal de Perdões, eles não tem nada na cidade, o que tem aqui em Lavras e que passa rapidamente pra Ijaci ou pra Itumirim que faz melhor, mas em Perdões não tem nada, nada e nada, se você for criar um loteamento lá você tem que iniciar do zero, ver a lei, conversar com o prefeito, como o vereador, conquistar a prefeitura, sorte que o pessoal é cordial e aceita, mas é duro. (Atingido da Ponte do Funil 10)

De tal modo, para compensar os fatores limitantes identificados nessa categoria, e considerando os diferentes interesses econômicos presentes na construção de uma barragem, é necessário que uma política pública, como já discutido na categoria associação, crie uma comissão com os representantes das comunidades afetadas, os representantes dos municípios, do Ministério Público, do MAB e do consórcio empreendedor da barragem para definir os critérios utilizados para a indenização tendo em conta a terra não apenas como o metro quadrado que será alagado, mas sim o valor agregado que a terra possui para cada atingido, devendo ser priorizado e assegurado o direito à informação em todas as fases, não só da negociação, como também da implantação da barragem (ver quadro 2).

Quanto aos impactos econômicos gerados nos comércios da região alagada ou conexas é necessário que todos os comerciantes sejam indenizados pelos lucros cessantes e também que se avaliem as possíveis rupturas empregatícias, devendo todos os prejudicados serem incluídos em um plano de reestruturação econômica.

Para otimizar o aproveitamento dos fatores favoráveis como a valorização das terras no entorno do lago e a construção dos empreendimentos imobiliários, recomenda-se que o consórcio empreendedor da barragem e o órgão governamental proposto apresente às diversas partes interessadas uma estimativa de desenvolvimento econômico da região, bem como apresente os casos similares, não como forma de propaganda da barragem, mas como forma de instruir o aproveitamento dessas vantagens e de modo a preparar as prefeituras a receberem tais obras.

4.13 Síntese das categorias

Seguindo as orientações do modelo processual de políticas pública (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011) (ver figura 1), o significado dos fatores favoráveis e limitantes emerge da tríade sujeito, objeto de orientação e contexto. Assim, cabe lembrar que os sujeitos são os atingidos e os representantes de entidades representativas das comunidades de Macaia, Pedra Negra e Ponte do Funil, os membros do poder executivo e legislativo de Lavras, Ijaci e Bom Sucesso e os representantes do CAHEF. Enquanto que os objetos de orientação são os diferentes fatores econômicos, políticos, sociais, ambientais e culturais que contribuem com desenvolvimento pela via alternativa e o contexto abrange a realidade das comunidades atingidas pela a UHE, a própria UHE Funil e o seu consórcio empreendedor CAHEF, o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado e questões que permeiam a política energética nacional.

No caso empírico, o acesso a determinadas obras de infraestrutura, os casos sociais e a construção de casas mais estruturadas são interpretados com um dos principais fatores favoráveis para o desenvolvimento da região após a construção da barragem. Isso se justifica, pois as comunidades atingidas pela a UHE Funil estavam marginalizadas do acesso às políticas sociais básicas como habitação, saúde, educação e transporte, e a construção dessas obras possibilitou o acesso a tais políticas.

Cabe destacar que os casos sociais confirmam que os consórcios empreendedores de hidrelétricas, visando atender seus interesses econômicos, reduzem ao máximo número de pessoas que atingidas pela barragem, de modo que prevalecem as abordagem territorial-patrimonialista e a hídrica para delimitar os atingidos (VAINER, 2007).

Para os entrevistados que possuem alguma relação com a comunidade de Macaia, a construção da ponte de Macaia é interpretada como favorável para região. Contudo, os atingidos de Macaia abriram mão de diversas medidas mitigatórias em prol dessa obra que beneficia toda a região, assim a renúncia de medidas mitigatórias em prol de obras estruturais assume um caráter de limitante do desenvolvimento da comunidade. Além disso, a construção da ponte de Macaia provocou um maior movimento e agito na comunidade que era pacata e tranquila, assumindo nesse aspecto um caráter limitante, pois modificou o perfil da comunidade.

Entretanto, para a maioria dos entrevistados da comunidade do Funil, o alagamento da ponte é identificado como limitante, pois a ponte era considerada um vetor de desenvolvimento da região.

De forma semelhante é a interpretação do acesso a determinados serviços sociais como fator favorável que, para muitos entrevistados, só ocorreu depois da implantação da UHE Funil. Ademais, a parceria do CAHEF com os municípios também é um fator favorável ao desenvolvimento da região. Por outro lado, a não identificação de quem são os responsáveis pela prestação de determinados serviços públicos é interpretada como limitante ao desenvolvimento das comunidades atingidas, que muitas vezes não sabem de quem cobrar a prestação de determinado serviço ou a manutenção de determinada obra.

Alinhando-se aos fatores favoráveis supracitados, alguns autores como Borges (2007), Bortone e Ludwid (2010), Corrêa e Nascimento (2010) e Riscarolli (2007) reconhecem que a construção de uma barragem pode provocar o desenvolvimento não só social como o local da região que irá abriga-la, pois o processo de reterritorialização é acompanhado dessas obras estruturais. No caso

em tela foi como se o CAHEF tivesse olhado para as comunidades marginalizadas e lhes dessem tudo àquilo que o Estado havia lhes renegado.

Quanto aos impactos imateriais e simbólicos, Bortone e Ludwid (2010) e Silva (2007) sinalizam que as comunidades que possuem uma forte relação com a terra, como as comunidades pesqueiras e rurais, são as que mais sofrem com o processo de relocação. Isso se confirma nas comunidades estudadas no qual predomina a presença de fatores limitantes relacionados a tais impactos como a perda e/ou enfraquecimento da cultura local, a perda das estruturas culturais, o saudosismo a ponto de causar doenças nos atingidos, a desconsideração dos traumas emocionais, a perda dos laços sociais e afetivos, não adaptação ao novo local, a perda do sentimento de pertencimento, a segregação das novas comunidades e alteração do próprio perfil das comunidades.

Ademais as medidas mitigatórias como o patrocínio aos projetos culturais e a publicação do livro são interpretadas como favoráveis, contudo, em se tratando dos impactos que afetam o âmago do atingido não foi identificada nenhuma ação para mitigação contrariando orientações que o cuidado deve ser redobrado para reconstrução do plano psicológico e da sociabilidade das comunidades atingidas (BORTONE; LUDWID, 2010; SILVA, 2007).

Quanto à categoria impactos sociais, os fatores identificados são divergentes. Para os representantes do CAHEF e dos poderes públicos municipais a construção da barragem possibilitou a interação, a união dos atingidos, sendo isso interpretado como um fator favorável. No entanto, para os atingidos e para os membros de entidades representativas, a construção da UHE Funil provocou o abalo nas relações sociais provocando conflitos e desunião entre os atingidos, a perda dos costumes locais e dos seus meios e modos de vida

e conseqüentemente a perda da fonte de renda de diversas famílias. Cabe destacar que esses fatores limitantes são descritos como impactos sociais que decorrem do processo de implantação de uma barragem (BORTONE; LUDWID, 2010; SILVA, 2007).

Além disso, nessa categoria, o processo de negociação, e conseqüente a relocação, revela-se como limitante, vez que os atingidos não se sentem pertencentes e integrados no novo espaço, revelando o que Oliveira (2007) chama de territorializados de forma funcional. Ademais, corroborando com Cruz e Silva (2010) e Vainer (2007) esse processo relegou a participação dos atingidos, de modo que a desconsideração do saber local dos atingidos assume o caráter de fator limitante ao desenvolvimento das comunidades atingidas. Isso se torna mais grave diante da omissão do CAHEF quanto à mitigação dos impactos sociais, que conforme apontam Nogueira (2007), Pase (2012), Sieben e Cleps Junior (2012) e Silva e Moret (2012), não são priorizados no momento da implantação da barragem.

Ainda sobre os impactos decorrentes da implantação da UHE Funil, é apontado como limitante as mudanças irreversíveis no meio ambiente como a extinção de diversas espécies de peixes, e as medidas mitigatórias ineficazes. Em que pese a legislação que regulamenta a construção de barragens ser mais orientada para dimensão ambiental e obrigar os consórcios-empresendedores a desenvolver medidas mitigatórias descritas no EIA/RIMA, na interpretação de alguns entrevistados, os impactos ambientais são esperados, não interpretando-os como limitantes, de modo que tais medidas são compreendidas, por esse grupo que desconsidera seu caráter obrigatório, como favoráveis.

Contrariando o que alega Riscarolli (2007) de que os empregos gerados pela implantação de uma hidrelétrica são temporários, alguns entrevistados

consideram como favorável a geração de empregos e as oportunidades de trabalho na cidade que o empreendimento possibilitou aos atingidos. Além disso, identifica-se como fatores favoráveis a capacitação dos atingidos e a iniciativa de fixação do trabalhador de Pedra Negra no campo.

Por outro lado, considerando as mudanças que ocorreram nas relações e nos modos de trabalho, a falta de incentivo por parte do CAHEF para promover ofertas de emprego na região, o desaparecimento de alguns tipos de trabalhos autônomos desenvolvidos na região, a falta de emprego e o êxodo rural são interpretados como fatores limitantes. O não aproveitamento das creches construídas pelo CAHEF também é interpretado como potencial restritivo dos fatores favoráveis – acesso a obras de infraestrutura e também da geração de emprego – que se encontram subaproveitados, pois muitas mães deixam de trabalhar foram de casa por não ter aonde deixar seus filhos.

Em contrapartida aos fatores limitantes pertencentes à categoria trabalho, a reativação econômica é interpretada como um fator favorável ao desenvolvimento da região, pois ofereceu uma nova oportunidade de desenvolver uma atividade econômica para os atingidos. Contudo, esse fator revela o não apoio do poder público que deveria incentivar tais programas, a dependência dos programas com o CAHEF, a insuficiência dos subsídios oferecidos pelo CAHEF, o não alinhamento do objetivo de tais programas, a não participação dos atingidos na estruturação da reativação econômica, a resistência ao associativismo e a desconsideração do saber local como potenciais restritivos a esse fator favorável. Assim, reativação econômica que deveria reverter esse quadro revela, conforme apontamento dos entrevistados, diversos obstáculos que limitam o seu desenvolvimento.

A resistência ao associativismo figura como potencial restritivo não apenas na reativação econômica, como também na formação das associações que é interpretada por todos os grupos de entrevistados como favorável ao desenvolvimento. Pela bibliografia levantada percebe-se que os processos de negociação e relocação, nos quais os atingidos se organizaram para reivindicar seus direitos, foram mais vantajosos para os ribeirinhos (DERROSSO; ICHIKAWA, 2013; ROSSATO, 2008).

Contudo, na realidade estudada, o associativismo revela diversos fatores limitantes, como: o perfil dessas comunidades, a não união das associações, o desconhecimento do papel das associações e a falta de apoio do poder público. Em decorrência disso, o local alagado, que normalmente se revela como uma área de conflito, não apresentou resistência à implantação do UHE-Funil (BORTONE; LUDWIG, 2010; OLIVEIRA, 2007). Ainda sobre a participação do poder público, o apoio dos municípios às comunidades atingidas no processo de negociação e a compensação financeira são fatores favoráveis pertencentes à categoria poder público. Contudo, o que prevalece nessa categoria é a presença de fatores limitantes como a falta de apoio de poder público na formação das associações, na reativação econômica, na exploração do turismo, no controle dos danos ambientais; a presença de interesses políticos no processo de negociação; o desconhecimento científico e técnico do poder público sobre o processo de implantação da barragem; a não destinação legal da compensação financeira e a omissão do poder público quando esse deveria atuar em prol dos atingidos.

Esses fatores limitantes se alinham à perspectiva defendida por diversos autores de que o Estado tem apenas interesse na expansão do setor e nas possibilidades que a construção de uma hidrelétrica abrem para o desenvolvimento e industrialização, deixando os interesses dos atingidos nas

mãos dos consórcios empreendedores das barragens cujo interesse retido é a obtenção de lucro (BRASIL, 2010b; DANIEL, 2009; SILVA; MORET, 2012).

No âmbito econômico, identificou-se como fatores favoráveis a exploração do turismo, o fortalecimento do comércio nas cidades no entorno do lago, o dinheiro recebido nas indenizações e a valorização imobiliária. Por outro lado, o desconhecimento dos critérios de negociações, as indenizações injustas, o custo de vida nas cidades, a perda do turismo tradicional, a falta de investimento e de preparo do poder público para receber o turista e o enfraquecimento do comércio local são identificados como fatores limitantes.

Quanto às indenizações prevalece a presença de fatores limitantes que reduzem o desenvolvimento dos atingidos e, conseqüentemente das comunidades, assim esses fatores limitantes confirmam que as indenizações destinadas aos atingidos da UHE-Funil foram norteadas pela questão do metro quadrado indenizável e, na maioria dos casos, foram insuficientes para os atingidos reconstruir seus meios e modos de vida corroborando com o apontado no referencial teórico por CEAB (2010) e Vainer (2007).

Observa-se que na região alagadas pela UHE-Funil prevalece a presença de fatores limitantes ao desenvolvimento que surgiram em decorrência da implantação da barragem, reforçando a assertiva de Fearnside (2014) de que a construção de hidrelétricas gera mais pobreza na região alagada, pois altera os meios de subsistências de diversas famílias e provoca um processo de migração forçado para as cidades enfraquecendo as novas comunidades que se formaram e rompendo com a perspectiva de desenvolvimento local que antes se observava (FISCHER, 2002; GOURLART et al., 2010; MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010; TENÓRIO, 2007).

Por outro lado, as obras de infraestrutura e o acesso às políticas sociais representam fatores favoráveis expressivos ao desenvolvimento das comunidades, de modo que quase se equiparam limitantes, isso se justifica pelo fato de que os atingidos que a construção de uma barragem vem acompanhada de implementação de políticas sociais compensatórias para legitimar o empreendimento (PASE, 2012).

Por fim, observa-se que os fatores favoráveis identificados estão mais relacionados à perspectiva do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico da região alagada (BRASIL, 2010b; FERREIRA, 2011; SOARES JUNIOR; QUINTELLA, 2008)⁷ e também se aproxima da dimensão social do conceito de desenvolvimento (SACHS, 2007; SOARES JUNIOR; QUINTELLA, 2008). Enquanto que os fatores limitantes estão atrelados às diferentes ordens do desenvolvimento como social, cultural, ambiental, econômico e político, sobretudo, esses fatores identificados rompem e/ou impendem o desenvolvimento local das comunidades que antes se apropriava do saber local dos atores sociais (DOWBOR, 2010; GEERTZ, 2012).

⁷ Relatório final da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em 2010.

Quadro 2. Síntese da percepção dos atores sociais com relação aos fatores favoráveis e limitantes e as proposições de políticas públicas

Categoria	Fatores Favoráveis	Fatores Limitantes	Proposições
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> - Construção da ponte que liga Macaia ao município de Ijaci; - Construção das novas casas para relocação; - Casos sociais; - Investimentos e/ou reformas estruturais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Renúncia de algumas medidas mitigatórias em prol de obras estruturais como a ponte; - Movimento gerado na comunidade de Macaia após a construção da ponte; - Migração da mão de obra de Macaia para a cidade após a construção da ponte; - Alagamento da ponte do Funil e consequências limitantes; - Concepção hídrica de atingidos; - Desconsideração de algumas referências estruturais locais; - A não qualidade das casas; - Tratamento diferenciado nas comunidades; - Não conclusão de todas as obras que haviam sido prometidas pelo o CAHEF 	<ul style="list-style-type: none"> - Definição de forma clara e abrangente quem são os atingidos por um empreendimento hidrelétrico; - Tratamento igualitário entre os atingidos quando as diferenças de tratamento não se justificam; - Os projetos estruturais dos locais para os quais os atingidos serão realocados devem conter toda infraestrutura necessária para o atendimento aos direitos sociais assegurados na Carta Magna; - O projeto estrutural das comunidades alagadas deve atender as demandas dos atingidos e deve ser entendido como um plano entre os municípios, o Estado e o consórcio empreendedor da barragem; - Garantia dos direitos a informação e à participação dos atingidos no momento da elaboração do projeto estrutural; - Criação de um órgão governamental específico que represente os interesses dos atingidos, tendo como uma de suas responsabilidades a fiscalização das obras de infraestrutura a serem realizadas

			nos espaços para relocar os atingidos;
Acesso às políticas sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso a políticas sociais como educação, saúde, moradia, transporte; - Parceria entre o CAHEF e poder público municipal; 	<ul style="list-style-type: none"> - Não identificação de quem é o responsável pela prestação dos direitos sociais; - Transferência de responsabilidades sociais do poder público municipal para o CAHEF; 	<ul style="list-style-type: none"> - Delimitar em forma de termo as responsabilidades sociais do consórcio empreendedor e dos municípios; - Assegurar os princípios da informação e da participação dos atingidos de modo a integrar os atingidos nas audiências públicas e esclarecer a responsabilidade de cada ator envolvido na construção de uma barragem; - O órgão governamental proposto acompanhar as audiências públicas e fiscalizar o cumprimento de todas as medidas compensatórias;
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento da cultura local; - Patrocínio cultural por parte do CAHEF; - Resgate histórico e cultural das comunidades alagadas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Perda e/ou enfraquecimento da cultura local; - Falta de investimentos para o desenvolvimento das atividades culturais; - Perda dos recursos culturais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de um registro histórico cultural das comunidades que serão alagadas; - Indenização que inclua os impactos simbólicos; - Desenvolver condições objetivas e subjetivas, com base no saber local, para que os movimentos culturais se perpetuem após a relocação;
Impactos simbólicos		<ul style="list-style-type: none"> - Doenças psicológicas; - Desconsideração dos 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os prováveis impactos simbólicos que a população atingida

		<p>traumas emocionais;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Perda dos laços sociais e afetivos - Não adaptação dos atingidos nos novos locais; - Perda da referência de local; - Não integração de uma das comunidades ao município para a qual foi relocada; - Segregação de uma das comunidades; - Alteração do próprio perfil das próprias comunidades; 	<p>possa a vir sofrer;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indenizar os impactos simbólicos; - Acompanhamento de profissionais qualificados em todas as fases de implantação do empreendimento para esclarecer e orientar os atingidos; - Apoio psicológico aos atingidos após a relocação; - Desenvolver programas e ações em longo prazo para compensar os impactos simbólicos; - O novo local deve guardar, reproduzir e respeitar ao máximo as características do antigo local;
Impactos sociais	- Interação social;	<ul style="list-style-type: none"> - Abalos nas relações sociais; - Perda dos costumes e dos meios e modos de vida; - Processo de negociação que desconsiderou os aspectos sociais dos atingidos; 	- Inserção e consideração dos saberes locais dos atingidos no processo de negociação;
Impactos ambientais	- Desenvolvimento das medidas mitigatórias previstas no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao	<ul style="list-style-type: none"> - Destruição da flora e da fauna; - Mudança no clima; - Insuficiência das medidas mitigatórias; 	<ul style="list-style-type: none"> - Incluir os atingidos da região que será alagada na elaboração dos EIAs/RIMAs; - Submeter as medidas mitigatórias voltadas para os impactos ambientais ao crivo de todos os atores envolvidos com

	Meio Ambiente;	- Desconhecimento por parte do poder público das medidas mitigatórias assumidas pelo CAHEF;	a construção da barragem; - Garantir o direito à informação, de modo que todos consigam compreender a dimensão dos impactos ambientais e os decorrentes deles; - No caso das medidas mitigatórias não serem suficientes para mitigar e minimizar tais danos deve-se considerar a opção de não se construir a hidrelétrica, ou então, rever o projeto estrutural de modo que a área alagada seja a menor possível; - Efetivar uma fiscalização periódica do cumprimento das medidas mitigatórias; - O órgão governamental proposto deve orientar e informar os atingidos sobre os danos ambientais, acompanhar a elaboração dos documentais ambientais e fiscalizar as medidas mitigatórias ambientais;
Trabalho	- Geração de empregos e a facilidade de trabalhar nas cidades; - Capacitação dos atingidos; - Fixação do trabalhador no campo;	- Falta de incentivo para desenvolver ofertas de emprego na região alagada; - Mudança nos tipos de trabalho; - Desemprego; - Falta de ações para fixar o	- Elaborar um estudo aprofundado, com a inserção e participação dos atingidos, para desvendar os tipos de atividades que serão impactadas com a desterritorialização; - Oferecer cursos de capacitação para os atingidos de acordo com seus interesses e

		trabalhador no campo e êxodo rural;	aptidões; - Tornar obrigatória a adoção de medidas para restituir e/ou manter o trabalhador nas mesmas condições anteriores ao alagamento a fim de evitar o movimento migratório da população ribeirinha no entorno do polígono do empreendimento; - Construir creches para facilitar a colocação das mulheres atingidas no mercado de trabalho; - Incentivar e trazer para a região postos de trabalho permanentes;
Reativação econômica	<ul style="list-style-type: none"> - Programas de reativação econômica; - Autonomia para gerir os subsídios; 	<ul style="list-style-type: none"> - Não apoio do poder público nos programas de reativação econômica; - Falta de autonomia e dependência dos programas de reativação econômica com o CAHEF; - Insuficiência de subsídios; - Opiniões divergentes quanto à finalidade da reativação econômica; - Não participação dos atingidos na estruturação da reativação econômica; - Não associativismo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar programas de reativação econômica alinhados aos saberes locais e anseios dos atingidos; - Financiamento público dos programas de reativação econômica; - O órgão governamental proposto deve verificar se tais programas estão realmente promovendo o desenvolvimento pela via alternativa nas comunidades alagadas e na região no entorno;

		-Desconsideração do saber local;	
Associativismo	<ul style="list-style-type: none"> - Criação das associações; - Mobilização dos atingidos em prol dos interesses comuns; 	<ul style="list-style-type: none"> - Resistência ao associativismo; - Não união das associações; - Negociações desvantajosas para os atingidos; - Desconhecimento do papel das associações; - Representação de interesses pessoais no âmbito das associações; - Falta de apoio do poder público; 	<ul style="list-style-type: none"> - Incluir e fomentar a formação das associações como um espaço para participação e defesa dos interesses coletivos; - Prever uma preparação técnica para as associações serem capacitadas a negociar e representar os interesses dos atingidos; - Incluir um assessoramento de profissionais qualificados como advogados, psicólogos aos atingidos; - Prever que os critérios de negociação individual sejam estabelecidos junto com as associações; - Se tratando de diferentes áreas que serão alagadas deve-se formar uma assembleia geral com todas as associações;
Poder Público	<ul style="list-style-type: none"> - Participação e envolvimento do poder público; - Compensação financeira; 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de apoio dos poderes públicos às comunidades atingidas; - Incapacidade técnica para acompanhar e intervir o processo de implantação do empreendimento 	<ul style="list-style-type: none"> - Destinar a compensação financeira em prol das comunidades atingidas, - Presença de profissionais para acompanhar e auxiliar aos atingidos; - Fixar o compromisso de compensações para as gerações futuras; - O órgão governamental proposto deve

		hidrelétrico; - Presença de interesses políticos; - Lacuna legal; - Não participação no processo de negociação	intervir no processo de negociação ao lado dos atingidos e dos municípios afetados contemplando as demandas que valorizem o desenvolvimento pela via alternativa;
Turismo	- Crescimento do turismo;	- Perda do turismo tradicional; - Falta de investimentos;	- O projeto da relocação deve reservar áreas que possam ser utilizadas para explorar o turismo; - Prever a criação de um plano entre o consórcio empreendedor e poder público municipal para promoção do turismo na região alagada; - O direito à informação deve ser garantido a todos que serão atingidos de modo que projeções sobre exploração do turismo sejam apresentadas;
Impactos econômicos	- Indenizações justas; - Fortalecimento do comércio das cidades próximas às comunidades atingidas; - Valorização imobiliária; - Aumento na arrecadação de impostos;	- Indenizações aquém dos danos causados; - Desconhecimento dos critérios de negociação; - Alteração no planejamento financeiro ou gastos extras nas cidades; - Enfraquecimento do	- Criar uma comissão com os representantes de todas as áreas afetadas para definir os critérios utilizados para a indenização; - Indenização dos lucros cessantes; - Avaliar as possíveis rupturas empregatícias, devendo todos os prejudicados serem incluídos em um

		comércio local;	plano de reestruturação econômica; - O órgão governamental proposto deve apresentar às partes interessadas uma estimativa de desenvolvimento econômico da região, bem como apresentar os casos similares;
--	--	-----------------	--

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da Usina Hidrelétrica do Funil (UHE Funil) provocou significativas mudanças no desenvolvimento das comunidades atingidas. Considerando que o discurso do Estado e dos empreendedores de usinas hidrelétricas defende a construção de barragens em prol do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico do país, e principalmente, da região alagada, esse trabalho teve como objetivo geral compreender como os atores vinculados a UHE Funil e os atingidos por esse empreendimento interpretam os fatores favoráveis e/ou limitantes ao desenvolvimento da região após a construção do empreendimento hidrelétrico e como esses podem ser utilizados nas proposições de políticas públicas voltada às comunidades atingidas por barragens.

Considerando que no Brasil predomina a abordagem *top down* para formulação de políticas públicas, com o fim de romper com esse paradigma utilizou-se o modelo processual de políticas públicas proposto por Ferreira, Alencar e Pereira (2011) para resgatar a interpretação dos diferentes atores envolvidos com a construção da UHE Funil sobre o desenvolvimento da região.

O modelo utilizado possibilitou desvendar a não linearidade dos relatos dos entrevistados, por isso existem conteúdos que explicam diferentes contextos e, portanto, figuram em mais de uma categoria. Os fatores favoráveis e limitantes que pertenciam a um mesmo contexto foram agrupados e apresentados em uma mesma categoria.

De um modo geral, é possível identificar a predominância de fatores limitantes ao desenvolvimento das comunidades atingidas após a construção da UHE-Funil. Contudo, no ponto de vista dos entrevistados, os fatores favoráveis como as obras estruturais e o acesso às políticas sociais se contrapõem a esses fatores limitantes, quase que compensando todos os fatores limitantes. Isso se

justifica porque as comunidades que foram atingidas pela UHE-Funil eram marginalizadas do acesso à direitos sociais básicos, e em poucas situações quando um desses direitos era prestado nas próprias comunidades ocorria de forma totalmente precária e pela iniciativa dos próprios moradores, como é o caso do funcionamento das escolas na antiga região do Funil e em Pedra Negra.

Ademais, tendo em vista os fatores identificados, constata-se que a implantação da UHE Funil não promoveu o desenvolvimento pela via alternativa nas comunidades atingidas tampouco o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico conforme defende o Estado. As possibilidades de desenvolvimento na região alagada ficaram aquém do esperado.

A política pública é o instrumento apto para promover o desenvolvimento local, podendo ser de iniciativa tanto do Estado como também de um ente privado desde que seu cerne contenha a resolução de um problema público. Pelos parâmetros apontados no referencial teórico por Subirats (2006), é possível considerar a questão dos atingidos por barragens no Brasil como um problema público que deve entrar na agenda dos agentes, pois afeta um significativo número de pessoas, possui potencial de agravamento no futuro e características peculiares, tem notoriedade mundial e abarca temas relacionados com "legitimidade" ou "poder", considerando a transferência de responsabilidade do Estado aos empreendedores de barragens quanto à tratativa dos atingidos.

Assim, utilizou-se o modelo processual de políticas públicas (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011) para elencar proposições gerais de uma política pública em prol das comunidades atingidas baseadas na percepção dos envolvidos com a construção da UHE-Funil, ou seja, com base no saber local dos atores do caso empírico foi possível identificar “o que se deve fazer, o que se deve resolver” na problemática dos atingidos por barragens no Brasil.

De um modo geral, os fatores limitantes ao desenvolvimento das comunidades atingidas pela UHE Funil decorrem da violação de direitos básicos que são desconsiderados não apenas no processo de negociação como também após a implantação da barragem. Assim, uma política pública em prol dos atingidos deve, em um primeiro momento, inserir de fato o atingido em todas as fases da concepção de uma barragem assegurando a eles o acesso ao direito à participação, à informação, à igualdade e à dignidade.

Tão importante quanto à garantia dos direitos dos atingidos é a definição clara e abrangente de quem se enquadra como atingidos, uma política pública em prol dessa população deve incorporar dimensões que percebam a construção de um empreendimento hidrelétrico como um processo de mudança social, devendo as medidas mitigatórias ser destinadas a todos aqueles que sofrem os impactos decorrentes da implantação da barragem.

Essa política deve estabelecer que o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório Impacto do Meio Ambiente insira o saber local dos atingidos, de modo que esses documentos legais realmente expressem os danos provocados na região e não funcionem como propagandas dos empreendimentos hidrelétricos, para tanto é necessário prever a criação de um órgão governamental específico que contemple as demandas desses atores sociais de modo a inserir os saberes locais dos atingidos.

Esse órgão governamental deve ser composto por pessoas que já foram atingidas por barragens, representantes do MAB, por profissionais qualificados como psicólogos, assistentes sociais e advogados. A presença desse órgão governamental deve ser obrigatória não apenas na elaboração do EIA/RIMA, como também na formulação da política energética nacional bem como nos seus planos, no processo de negociação, na fiscalização das medidas compensatórias e mitigatórias, no acompanhamento das comunidades após a relocação.

Além disso, esse órgão deverá ter como competência elaborar um documento legal sobre os prováveis impactos na região alagada, fiscalizar as obras construídas para a relocação, acompanhar as audiências públicas, fiscalizar o cumprimento e desenvolvimento das medidas mitigatórias, avaliar os diferentes documentos legais que envolvem a construção de uma usina hidrelétrica, emitir pareceres técnicos quando necessário, apresentar uma perspectiva de desenvolvimento econômico para região e casos similares, orientar e acompanhar os atingidos e os representantes dos municípios que terão suas terras alagadas durante o processo de desterritorialização e relocação.

Quanto ao processo de negociação e relocação da barragem, considerando as deficiências identificadas no caso estudado, como proposição sugere-se que o processo de negociação seja prescrito em lei, devendo as fases da implantação da barragem bem como a forma como irão funcionar as audiências públicas serem discriminadas. O estado e os municípios alagados devem entrar no processo de negociação para representar os interesses dos atingidos, ademais, os interesses dos atingidos devem ser representados e defendidos por associações, para tanto as comunidades alagadas devem ser preparadas para formar associações. Ademais é de suma importância que todo o processo de negociação e relocação sejam pautados pela abordagem alternativa de desenvolvimento, de modo a incluir os atores sociais como promotores do desenvolvimento do contexto que será modificado.

Tendo em vista que o processo de negociação emerge em diferentes categorias, a negociação deve ser orientada pelo princípio da precaução e precedida por um relatório detalhado dos impactos, esse relatório deve ser elaborado pelo órgão específico, inserindo a participação dos atingidos de outras barragens e o MAB. De posse de tal relatório deve-se construir coletivamente um plano para mitigação dos impactos, e por fim, caberá ao órgão específico a

avaliação se o empreendimento deve ou não ser construído considerando o plano de mitigação.

Considerando os fatores favoráveis que emergiram no estudo de caso e a especificidade de cada comunidade a ser alagada, as políticas públicas em prol dos atingidos devem prever medidas mitigatórias mínimas que decorrem de qualquer empreendimento como: i) programas de reativação econômica, ii) resgate histórico e cultural das comunidades que serão alagadas, iii) patrocínio aos projetos culturais e ao turismo, iv) medidas mitigatórias e compensatórias para os danos ambientais, v) acompanhamento psicológico. Contudo, para que tais medidas sejam eficientes deve se inserir o saber local na elaboração e descrição de cada uma delas.

As proposições de políticas públicas, elencadas nas categorias e complementadas e detalhadas nessas considerações, devem ser coordenadas em longo prazo de modo a incluir as gerações futuras e integrar as fases de projeto, construção e operação dos empreendimentos elétricos aos impactos para as comunidades atingidas de modo que a promessa de desenvolvimento realmente se cumpra na realidade relocada em todas as etapas da implantação da barragem.

Além disso, esse trabalho evidencia que a maioria dos fatores limitantes identificados enquadra-se nos impactos de diferentes ordens apontados no referencial teórico. Tendo isso em consideração, é possível compreender os impactos ambientais, sociais, simbólicos e econômicos inerentes à implantação de um empreendimento hidrelétrico como fatores limitantes ao desenvolvimento das comunidades atingidas. Essa compreensão possibilitaria modificar as ações de mitigação direcionando-as para promoção do desenvolvimento das comunidades, assim tais ações estariam alinhadas com o discurso oficial de que as barragens promovem o desenvolvimento das comunidades alagadas, contudo, pela a abordagem alternativa de desenvolvimento local.

Por fim, reconhece-se como limitações nesse trabalho a seleção da amostra dos entrevistados não-probabilística, por critérios temporal, de conveniência e/ou acessibilidade; a não inclusão de alguns entrevistados como os representantes do Ministério Público e Defensoria Pública, responsáveis por guardar os direitos transindividuais, os representantes de órgãos ambientais como FEAM, IBAMA e os representantes do MAB que se envolveram de alguma forma com a construção da UHE Funil.

Sugere-se como futuras investigações a inclusão dos atores sociais não incluídos nessa pesquisa, a replicação desse trabalho em outras realidades afetadas pela construção de um empreendimento hidrelétrico ou em uma comunidade que possa a vir a ser atingida, a utilização de outros recortes teóricos para estudar a problemática dos atingidos no Brasil, a utilização de dados quantitativos e estudos técnicos para complementar as proposições elencadas e o conteúdo de algumas categorias pode ser aprofundado em outras pesquisas, como, por exemplo, a questão do acesso a políticas sociais que ocorreu para os atingidos após a implantação do empreendimento hidrelétrico.

O lugar que os atingidos ocupam hoje na sociedade brasileira, parece não interessar os poderes existentes, desconsidera-se o saber local das comunidades atingidas, colocando em segundo plano os impactos, muitas vezes irreversíveis, sofridos por esses atores sociais, prevalecendo o interesse do Estado e dos empreendedores de barragens em detrimento de milhares de vidas que são quantificadas pelo o valor de suas terras.

O atual modelo de construção de barragens precisa ser revisto, e essas proposições de políticas públicas podem promover um processo de implantação de barragem social, simbólico, cultural, econômico, político e ambientalmente mais justo. A utilização do modelo processual de políticas públicas resgatou, de forma democrática, os saberes locais dos envolvidos com a construção da UHE

Funil e trouxe um novo olhar sobre a problemática dos atingidos por barragens no Brasil.

Assim, esse trabalho procura contribuir com o fortalecimento e divulgação de um modelo de análise de políticas públicas sob a ótica processual (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011) que incorpora o saber local no ciclo de políticas públicas, bem como com resultados cujo domínio por parte do poder público pode conduzir a proposições para uma política pública específica em prol dos atingidos por barragens, ou para a reformulação da política energética brasileira que promova o desenvolvimento pela via alternativa da comunidade preservando laços afetivos e sociais, costumes locais, gerando sentimento de pertencimento dessa população no local que foram reassentados, mantendo a população afetada nas mesmas atividades econômicas desenvolvidas antes do empreendimento, além de iniciativas que preservem a história e a identidade das comunidades alagadas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento sustentável: que estratégia para o Brasil? **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 86, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a06n87.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2014.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=42>>. Acesso em: 10 out. 2014.
- AGUDELO, G. D. V. Civil society advocacy in the public policy cycle. **Papel Político**, Bogotá, v. 17, n. 2, p. 469-496, 2012.
- AGUILAR, G. L. D. Agenda comunicativa para la implementación exitosa de políticas públicas. **Convergencia**, Toluca, v. 19, n. 59, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-14352012000200005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 15 jan. 2014.
- AHE FUNIL. **Usina hidrelétrica do Funil**. Disponível em: <<http://www.ahefunil.com.br/home/>>. Acesso em: 6 jan. 2015.
- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999. 131 p.
- ALENCAR, E. **Pesquisa em turismo**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2007. 173 p.
- ALENCAR, E. et al. **Agropecuária sul mineira e agricultura familiar: uma análise interpretativa**. Lavras: UFLA/DAE, 2005. 120 p. (Relatório de Pesquisa).
- ALENCAR, E. et al. **Fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária do sul de Minas: um estudo com lideranças rurais e profissionais de ciências agrárias**. Lavras: UFLA/DAE, 2001. 65 p. (Relatório de Pesquisa).
- ALLEGRETTI, M. H.; CHAGAS, M. A. Para além das audiências públicas: a experiência do licenciamento ambiental da UHE Ferreira Gomes, no Estado do Amapá. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3., 2010, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2010. 1 CD-ROM.
- ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 29-39.

ASSIS, L. G. R. **Às margens da UHE Corumbá IV, Goiás, Brasil:** desafios antropológicos entre redes, enclaves, cosmografias e moralidades. 2007. 391 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BAER, W.; MCDONALD, C. A return to the past?: Brazil's privatization of public utilities: the case of the electric power sector. **The Quarterly Review of Economics and Finance**, Champaign, v. 38, n. 3, p. 503-524, 1998.

BERMANN, C. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142007000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 set. 2013.

BORGES, J. Modelo energético brasileiro e a questão hidrelétrica: análise do discurso governamental. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007. 1 CD-ROM.

BORTONE, F. A. S.; LUDWIG, M. P. É hora de partir: o contexto em que se deu o deslocamento das famílias atingidas pela construção da hidrelétrica Candonga. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 17, n. 2, p. 25-44, 2010.

BOURDIEU, P. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Paripus, 1996. 231 p.

BRASIL. **Banco de informações de geração da ANEEL.** Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 jun. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 7.342**, de 26 de outubro de 2010. Institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, e dá outras providências. Brasília, 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7342>. Acesso em: 28 jun. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 54.705**, de 29 de outubro de 1964. Outorga a centrais elétricas de minas gerais S.A. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica das corredeiras do funil, no rio grande, Estado de Minas Gerais. Brasília, 1964. Disponível em:
<http://www.legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/dec%2054.705-1964?OpenDocument>. Acesso em: 28 jun. 2013.

BRASIL. **Hidroeletricidade**. Disponível em:
<<http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/energia/setor-eletrico/hidroeletricidade>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 28 jun. 2013.

BRASIL. **Lei nº 7.990**, de 28 de dezembro de 1989. Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. Brasília, 1989. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7990.htm>. Acesso em: 28 jun. 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.074**, de 7 de julho de 1995. Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. Brasília, 1995. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9074cons.htm>. Acesso em: 28 jun. 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.433**, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, 1997a. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9433.htm>. Acesso em: 28 jun. 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 28 jun. 2013.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 1**, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Brasília, 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 9**, de 03 de dezembro de 1987. Dispõe sobre as audiências públicas. Brasília, 1987. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res87/res0987>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 237**, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Brasília, 1997b. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano decenal de expansão de energia**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/noticias/2012/Relatxrio_PDE2021_ConsultaPxblica.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2013.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano nacional de energia 2030**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/publicacoes/pne_2030/PlanoNacionalDeEnergia2030.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2013.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Relatório final da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana**. Brasília, 2010b. Disponível em: <http://www.portal.mj.gov.br/sedh/cddph/relatorios/relatoriofinalaprovadoemplenario_22_11_10.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O processo histórico do desenvolvimento econômico**. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.21>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

CALMON, P. C. D. P.; COSTA, M. M. Análise de políticas públicas no Brasil: estudos sobre a formação da agenda governamental. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. 1 CD-ROM.

CARRILLO, A. M. La democracia como política pública: oportunidades para el fortalecimiento democrático. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 47, p. 25-38, 2014. Disponível em: <<http://www.res.uniandes.edu.co/view.php/868/index.php?id=868>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

CARNEIRO, R. M. Velhos e novos desenvolvimentismos. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 jan. 2014.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA. Disponível em: <<http://www.copel.com>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

CONSÓRCIO DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO DO FUNIL. **Às margens do Rio Grande**: registro histórico-cultural das áreas diretamente afetadas, de entorno e de influência da UHE-Funil. Lavras: Usina Hidrelétrica do Funil, 2010. 230 p.

CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA. Disponível em: <<http://www.uhe-estrito.com.br>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

CORDEIRO, J. C.; VILLASANTE, T. R. P.; ARAUJO JUNIOR, J. L. A. C. A participação e a criatividade como ferramentas de análise das políticas públicas. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, jul. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000400026&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 nov. 2013.

CORRÊA, S. A.; NASCIMENTO, S. M. O discurso do desenvolvimento e a crise da democracia no Brasil: o caso da hidrelétrica de estreito. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3., 2010, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2010. 1 CD-ROM.

COUTINHO, D. R. O direito nas políticas públicas. In: MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. (Ed.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 2013. p. 181-200.

CRUZ, C. B.; SILVA, V. P. Grandes projetos de investimento: a construção de hidrelétricas e a criação de novos territórios. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 181-190, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v22n1/13.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

CUNHA, J. M. P. A demografia e políticas públicas: uma combinação sugestiva e necessária. In: MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. (Ed.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 2013. p. 201-223.

DANIEL, C. Quando os dois lados se aproximam: o discurso oficial sobre a construção do complexo hidrelétrico de Simplício (RJ/MG). In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFF, 2009. p. 1-17.

DERROSSO, G.; ICHIKAWA, E. Y. O papel da Crabi no assentamento dos ribeirinhos atingidos pela construção da hidrelétrica de Salto Caxias no Estado do Paraná. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 133-155, fev. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122013000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 ago. 2013.

DEUBEL, A. N. Perspectivas teóricas para el análisis de las políticas públicas: de la razón científica al arte retórico. **Estudios Políticos**, Medellín, v. 33, p. 67-91, jul./dic. 2008.

DOWBOR, L. **Democracia econômica**. Petrópolis: Vozes, 2010. 130 p.

DYE, T. R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UNB, 2009. p. 99-129.

ESPÍRITO SANTO, L. S. **Potencialidades e limitações da agropecuária sulmineira na perspectiva de profissionais de ciências agrárias e lideranças de produtores rurais**. 2000. 88 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2000.

FARAH, M. F. S. A contribuição da administração pública para a consideração do campo de estudos de políticas públicas. In: MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. (Ed.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 2013. p. 91-126.

FEARNSIDE, P. **The devastating effects of tsunamis, big hydroelectric dams and other clear energy**. Disponível em: <<http://www.climateconnections.org>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

FERNANDES, F. M. B.; RIBEIRO, J. M.; MOREIRA, M. R. Reflexões sobre avaliação de políticas de saúde no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 9, set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2011000900002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2014.

FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. Formulação de estratégias de desenvolvimento baseado no conhecimento local. **Revista de Administração de Empresas Eletrônica**, São Paulo, v. 5, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v5n2/v5n2a02.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2014.

FERNANDEZ, N.; BELLOSO, N.; DELGADO, F. Recursos informacionales, desarrollo endógeno y participación ciudadana en la Gestión Pública Local. **Revista Venezolana de Gerencia**, Caracas, v. 13, n. 43, p. 377-397, 2008.

FERREIRA, P. A. **Gestão de políticas públicas: uma proposta de modelo processual de análise**. 2011. 305 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

FERREIRA, P. A. **Potencialidades e limitações da agricultura familiar no Sul de Minas Gerais: um diagnóstico fundamentado na análise interpretativa**. 2007. 128 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2007.

FERREIRA, P. A.; ALENCAR, E.; PEREIRA, J. R. Gestão social de políticas públicas: proposição de um modelo sob a ótica processual. In: PEREIRA, J. R. (Org.). **Gestão social de políticas públicas**. Lavras: UFLA, 2011. p. 35-92.

FERREIRA, P. A.; ALENCAR, E.; PEREIRA, J. R. Revisitando o modelo processual de análise de políticas públicas a partir das relações entre Estado e Sociedade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL, 6., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENAPGS, 2012. p. 1-20.

FILIPPI, E. E. et al. Reflexões sobre teorias para o processo de desenvolvimento. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009. 1 CD-ROM.

FILIPPIM, E. S.; ROSSETTO, C. R. Visões norteadoras de administração pública para o desenvolvimento num contexto regional. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006. 1 CD-ROM.

FISCHER, T. M. D. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: uma introdução a uma agenda. In: _____. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teórico e avaliação.** Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 12-32.

FOSCHIERA, A. A. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos:** a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil. 2009. 343 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

FOSCHIERA, A. A.; THOMAZ JUNIOR, A. A luta dos atingidos por barragens no Brasil: o caso dos atingidos pela usina hidrelétrica de Barra Grande. **Revista Casa da Geografia**, Sobral, v. 14, n. 1, p. 17-26, jul./dez. 2012.

FREITAS, R. C. M.; NELSON, C. M.; NUNES, L. S. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802012000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 jan. 2014.

FREY, K. Development, good governance, and local democracy. **Brazilian Political Science Review**, Rio de Janeiro, v. 3, 2008. Disponível em: <http://www.socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-38212008000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jun. 2014.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 117 p.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 366 p.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 255 p.

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jun. 2013.

GÓMEZ, R. D. Gestión de políticas públicas: aspectos operativos. **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, Medellín, v. 30, n. 2, p. 223-236, 2012.

GOULART, S. Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. **Caderno EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, out. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512006000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 jan. 2014.

GOULART, S. et al. Articulações em rede e acontecimentos no território: subsídios teóricos para a formação de políticas públicas para o desenvolvimento. **Caderno EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512010000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 jan. 2014.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 398 p.

HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelo de análise. Brasília: UnB, 2009. 340 p.

HILL, M. Implementação: uma visão geral. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006. p. 61-88.

HOWLETT, M. et al. **Política pública**: seus ciclos e subsistemas uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 328 p.

KATO, H.; SHIROYAMA, H.; NAKAGAWA, Y. Public policy structuring incorporating reciprocal expectation analysis. **European Journal of Operational Research**, Amsterdam, v. 233, n. 1, p. 171-183, 2014. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S037722171300684X>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

LETURQ, G. A diversidade dos atingidos por barragens no Brasil. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007. 1 CD-ROM.

LOTTA, G. S. Desvendando o papel dos burocratas de nível de rua no processo de implementação: o caso dos agentes comunitários. In: FARIA, C. A. P. (Org.). **Implementação de políticas públicas: teoria e prática**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012. p. 221-259.

LOTTA, G. S. **Saber e poder: agentes comunitários de saúde aproximando saberes locais e políticas públicas**. 2006. 171 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan. 2014.

MARQUES, E. S. Políticas públicas na ciência política. In: MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. (Ed.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 2013. p. 23-46.

MARTINS, R. A.; CALDAS, E. L. Visões do desenvolvimento local: uma análise comparada de experiências brasileiras. **Interações**, Campo Grande, v. 10, n. 2, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122009000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 jan. 2014.

MARTINS, R. A.; VAZ, J. C.; CALDAS, E. L. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122010000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 jan. 2014.

MEDEIROS, A. K.; FARAH, M. F. O papel da implementação na reformulação de políticas públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 37., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2013. 1 CD-ROM.

MEDEIROS, J. P.; BORGES, D. F. Participação cidadã no planejamento das ações da EMATER-RN. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 63-81, jan./fev. 2007.

MENESTRINO, E. **Povos tradicionais: do lugar ao não-lugar**. 2010. 85 p. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2010.

NASCIMENTO, K. A.; PEREIRA, J. L. G. Desenvolvimento e culturas locais: a visão dos moradores sobre a construção da hidrelétrica de Baguari, MG. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA DA REGIÃO NORTE, 2., 2010, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2010. 1 CD-ROM.

NASCIMENTO, S. M.; CASTRO, E. M. R.; CORRÊA, S. A. As contradições entre os discursos e as práticas do campo político-institucional sobre as questões de energia na Amazônia. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3., 2010, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2010. 1 CD-ROM.

NIGRINI, G. V.; LLANOS, U. F. Ciencias sociales y políticas públicas. **Revista Mexicana de Sociologia**, México, v. 71, dic. 2009. Número especial. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032009000500007&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan. 2014.

NOGUEIRA, N. D. **A usina hidrelétrica Cachoeira do Emboque-MG: o significado da barragem para os atingidos**. 2007. 81 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2007.

OLIVEIRA, R. L. Do território à desterritorialização: o caso dos atingidos pela barragem de Cana Brava, GO. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, V. E. As fases do processo de políticas públicas. In: MARCHETTI, V. (Org.). **Políticas públicas em debate**. São Bernardo do Campo: MP, 2013. p. 15-37.

OPP, S. M.; SANDERS, K. L. **Pillar talk:** local sustainability initiatives and policies in the United States: finding evidence of the three E's: economic development, environmental protection, and social equity. Disponível em: <http://www.academia.edu/2547580/Pillar_Talk_Local_Sustainability_Initiatives_and_Policies_in_the_United_States-Finding_Evidence_of_the_Three_Es_Economic_Development_Environmental_Protection_and_Social_Equity>. Acesso em: 6 jan. 2014.

PAREDES, M. S. V. Evaluando la participación social: democracia y políticas públicas. **Revista Mexicana de Sociología**, México, v. 73, n. 1, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032011000100004&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan. 2014.

PASE, H. L. Políticas públicas e infraestrutura: a agenda do setor elétrico brasileiro. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 107-127, maio/ago. 2012.

PASSONE, E. F. K. Actuales contribuciones sobre el estudio de implementación de políticas educativas. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 149, ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jan. 2014.

PEREIRA, J. R.; RIGATTO, S. H. Gestão social de políticas públicas no contexto das relações entre Estado e sociedade moderna. In: PEREIRA, J. R. (Org.). **Gestão social de políticas públicas**. Lavras: UFLA, 2011. p. 17-34.

PERONI, A. El desarrollo local a escala humana: experiencias de desarrollo comunitario en el sector salud. **Polis**, Santiago, v. 8, n. 22, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682009000100007&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 8 jan. 2014.

PINHEIRO, D. C. **Reestruturação do setor elétrico no Brasil e suas consequências no tratamento de questões sociais e ambientais:** o caso da usina hidrelétrica de Cana Brava, GO. 2006. 113 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PINHEIRO, M. F. B. **Problemas sociais e institucionais na implantação de hidrelétricas:** seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros

países. 2007. 204 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, out. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000500005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2014.

RIBEIRO, M. T. F. Gestão do território e desenvolvimento: um convite à reflexão e ao exercício do diálogo entre saberes. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. 1 CD-ROM.

RISCAROLLI, E. UHE-ESTREITO: que tipo de desenvolvimento?: leituras de um educador sobre os desdobramentos do projeto. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007. 1 CD-ROM.

ROCHA, A. G. P.; CERQUEIRA, P. S. Agricultura familiar e políticas públicas: o caso do Pronaf. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27., 2003, Atibaia. **Anais...** Atibaia: ANPAD, 2003. 1 CD-ROM.

ROMEIRO, A. R. **Economia ou economia política da sustentabilidade?** Campinas: UNICAMP, 2001. (Texto para Discussão, 102). Disponível em: <<http://www.cursa.ihmc.us/rid=1GM431YJX-G9XCVN-S9/economia%20ou%20economia%20da%20pol%C3%ADtica%20da%20sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2013.

ROSSATO, A. **A recepção de rádio e televisão por jovens do movimento dos atingidos por barragens:** as representações da classe popular. 2008. 169 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas:** conceitos básicos. Brasília: BID, 1997. Disponível em: <http://www.vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF>. Acesso em: 8 jan. 2014.

SABATIER, P. From policy implementation to policy change: a personal odyssey. **Higher Education Dynamics**, New York, v. 8, n. 1, p. 17-34, 2005.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 96 p.

SACHS, I. Pensando sobre o desenvolvimento na era do meio ambiente: do aproveitamento racional da natureza para a boa sociedade. In: _____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 47-64.

SACHS, I. Prefácio. In: VEIGA, J. E. (Ed.). **Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 9-17.

SACHS, I.; VIEIRA, P. F. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007. 472 p.

SÁNCHEZ, J. Los retos de lo local en lo global: aportes analíticos y normativos: comentarios aldossier de íconos 24. **Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n. 25, p. 77-88, mayo 2006.

SANTANA, A. C. **Diversificação da agricultura familiar no Sul de Minas Gerais: uma análise da percepção de professores e pesquisadores**. 2008. 118 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2008.

SAWHNEY, P. et al. Participation of civil society in management of natural resources. **International Review for Environmental Strategies**, Kanagawa, v. 7, n. 1, p. 117-132, 2007.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 133 p.

SHORE, C. La antropología y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la "formulación" de las políticas. **Antipoda: Revista de Antropología y Arqueología**, Bogotá, n. 10, jan. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1900-54072010000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 nov. 2013.

SIEBEN, A.; CLEPS JUNIOR, J. Política energética na Amazônia: a UHE estreito e os camponeses tradicionais de Palmatuba/Babaçulândia, TO. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 24, n. 2, maio/ago. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132012000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 set. 2013.

SIEDENBERG, D. R. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. **Caderno EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512006000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 maio 2013.

SILVA, A. M. Barragens: controvérsias ambientais, sociais e simbólicas. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007. 1 CD-ROM.

SILVA, C. L.; BASSI, N. S. S. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: SILVA, C. L (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento local**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 15-38.

SILVA, L. L. C.; MORET, A. S. Impactos sociais de hidrelétricas e a necessidade de legislação para o remanejamento. **Hidro & Hydro**, Itajubá, n. 54, p. 16-25, jul./set. 2012.

SILVA, R. G. S.; SILVA, V. de P. da. Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do assentamento Olhos D'água em Uberlândia, MG. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 23, n. 3, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-5132011000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jul. 2013.

SIMÃO, A. A. **Diversificação como alternativa para o desenvolvimento da agropecuária familiar sul mineira**. 2005. 149 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005.

SOARES JUNIOR, J. S.; QUINTELLA, R. H. Instrumentalização do desenvolvimento: teorias, conceitos e indicadores. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 15, n. 45, p. 61-78, abr./jun. 2008.

SOUSA, N. R.; CANETE, V. R.; SOUZA, C. L. Lições não aprendidas: hidrelétricas, atores sociais, impactos socioambientais e a Política Nacional de Recursos Hídricos na Amazônia. In: ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB, 2008. 1 CD-ROM.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-44, jul./dez. 2006.

SPINK, P. K. Psicologia social e políticas públicas: linguagens de ação na era do direitos. In: MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. (Ed.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 2013. p. 155-180.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basics of qualitative research: grounded theory procedures and techniques**. London: Sage, 1990. 270 p.

SUBIRATS, J. Definición del problema: relevância pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos. In: SARIVA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006. p. 199-218.

TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local**. Ijuí: UNIJUÍ, 2007. 627 p.

TENÓRIO, F. G. et al. Da participação à cidadania deliberativa: os processos decisórios participativos na implementação das políticas públicas na região do noroeste colonial gaúcho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 4., 2010, Vitória. **Anais...** Vitória: ANPAD, 2010. 1 CD-ROM.

VAINER, C. B. Conceito de atingido: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. (Org.). **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamentos e barragens**. Viçosa, MG: UFV, 2008. p. 39-63.

VAINER, C. B. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 119-137, 2007.

VASCONCELLOS, M.; VASCONCELLOS, A. M. Partnership, empowerment and local development. **Interações**, Campo Grande, v. 10, n. 2, dez. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122009000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 jan. 2014.

VELTMEYER, H. Civil society and local development. **Interações**, Campo Grande, v. 9, n. 2, dez. 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122008000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 jan. 2014.

WEISS, J. S. Esforços para superar os desafios socioambientais no planejamento de barragens. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3., 2010, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2010. 1 CD-ROM.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 119-135, jul./dez. 2007.

APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTA

1 Roteiro de entrevista - representantes do Consórcio AHE Funil (CAHEF)

Data da entrevista: ___/___/2014

Início da entrevista: ___:___ horas. Término da entrevista: ___:___ horas.

I – PERFIL DO ENTREVISTADO

Nome do entrevistado:

Idade:

Escolaridade:

Formação:

Cargo ocupado pelo o entrevistado:

II – QUESTÕES

1. Do seu ponto de vista, quais foram os principais fatores favoráveis ao desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial da comunidade após a construção da UHF?

2. **Para cada um dos fatores citados indagar:** Por que você considera este fator como favorável?

3. **Para cada um dos fatores citados indagar:** Do seu ponto de vista, este fator vem sendo explorado adequadamente nesta região?

a) Sim() 1.1 Como? O que tem sido feito?

b) Não() 2.1 Por quê? 2.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para que este (s) fator (s) fosse (m) explorado (s) adequadamente?

c) Parcialmente() 3.1 Por quê? 3.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para que este (s) fator (es) fosse (m) explorado (s) adequadamente?

4. Do seu ponto de vista, os moradores têm consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial dessa comunidade?

Complementação da resposta dada:

a. () Se a resposta for positiva, **indagar** sobre o que estão fazendo no sentido de aumentar a eficiência destes fatores ();

- b. () Se a resposta for negativa, **indagar** sobre as razões pelas quais o entrevistado considera que os moradores não têm consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento nesta região?
- c. () Se a resposta for do tipo “tem mais ou menos consciência”:
- c.1) **indagar** sobre os motivos que levam o entrevistado a pensar desta forma;
- c.2) **solicite** ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **têm** consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento da agricultura desta região;
- c.3) **solicite**, também, ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **não têm** consciência de que tais fatores são favoráveis;
- d. Se a resposta for do tipo “alguns moradores têm consciência e outros não”:
- d.1) **pergunte** ao entrevistado porque ele considera que alguns moradores têm consciência e outros não têm consciência;
- d.2) **pergunte** ao entrevistado sobre o que os moradores que têm consciência da importância destes fatores estão fazendo no sentido de aumentar a eficiência “destes fatores”;
- d.3) **solicite** ao entrevistado para traçar o perfil do morador que **tem** consciência;
- d.4) **solicite**, também, ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **não têm** consciência.

5. O Consórcio AHE Funil tem trabalhado e/ou trabalhou no sentido de aumentar a eficiência dos fatores que você considera favoráveis ao desenvolvimento da comunidade atingida pela barragem?

Complementação da resposta dada:

- a. No caso de uma resposta positiva, **indagar** o que o Consórcio AHE Funil fez ou tem feito para aumentar a eficiência dos fatores indicados;
- b. No caso de uma resposta negativa, **indagar** os motivos pelos quais o Consórcio AHE Funil não fez ou não tem trabalhado no sentido de aumentar a eficiência destes fatores;
- c. No caso de respostas do tipo “parcialmente”, “mais ou menos”, “algumas vezes”, “em algumas situações”, **indagar**:
- c.1 porque o Consórcio AHE Funil tem agido desta maneira;
- c.2 **solicite** um exemplo de alguma coisa que o Consórcio AHE Funil tem feito;

6. As entidades e/ou associações comunitárias têm trabalhado no sentido de aumentar a eficiência dos fatores que você considera favoráveis ao desenvolvimento das comunidades atingidas pela a barragem?

Complementação da resposta dada:

- a. No caso de uma resposta positiva, **indagar** o que essas entidades têm feito para aumentar a eficiência dos fatores indicado;
 - a.1 **Indagar** se existe uma instituição que se destaca mais do que as outras;
 - a.2 Se a resposta for positiva, **perguntar**:
 - a.2.1 nome da instituição
 - a.2.2 o que ela tem feito para se destacar mais do que as outras instituições;
- b. No caso de uma resposta negativa, **indagar** os motivos pelos quais essas entidades não tem trabalhado no sentido de aumentar a eficiência destes fatores;
- c. No caso de respostas do tipo “parcialmente”, “mais ou menos”, “algumas vezes”, “em algumas situações”:
 - c.1 **indagar** porque as entidades têm agido desta maneira;
 - c.2 **solicite** um exemplo de alguma coisa que elas têm feito;
 - c.3 **indagar** se uma entidade tem trabalhado mais do que a outra;
 - c.3.1 **solicite** os nomes das instituição que têm contribuído mais;
 - c.3.2 **indagar** porque algumas contribuem mais do que as outras;

7. O Consórcio AHE Funil subsidia de alguma maneira essas entidades? Se sim, quais são as entidades beneficiadas e de que forma?

8. Do seu ponto de vista quais são os principais obstáculos ou problemas que impedem ou dificultam o desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial da comunidade após a construção da UHF?

9. **Para cada um dos problemas ou obstáculos citados indagar:** Do seu ponto de vista, quais são as principais causas destes problemas ou obstáculos?

10. **Para cada um dos problemas citados indagar:** Do seu ponto de vista, este obstáculo ou problema vem merecendo a atenção adequada nesta comunidade?

- a) Sim () 1.1 Como? O que tem sido feito?
- b) Não () 2.1 Por quê? 2.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para solucioná-lo?
- c) Parcialmente () 3.1 Por quê? 3.2 Do seu ponto de vista o que deveria ser feito para solucioná-lo?

11. O Consórcio AHE Funil trabalhou e/ou tem trabalhado no sentido de ajudar solucionar estes problemas ou obstáculos que dificultam o desenvolvimento da comunidade?

Complementação da resposta dada:

- a. No caso de uma resposta positiva, **indagar** o que o consórcio AHE Funil tem feito para ajudar a solucionar estes problemas.
- b. No caso de uma resposta negativa, **indagar** os motivos pelos quais o consórcio AHE Funil não tem trabalhado no sentido de ajudar a solucionar estes problemas;
- c. No caso de respostas do tipo “parcialmente”, “mais ou menos”, “alguns problemas”, “em alguma situação”, **indagar**:
 - c.1 porque consórcio AHE Funil tem agido desta maneira;
 - c.2 **solicite** um exemplo de alguma coisa que ele tenha feito;

12. As entidades representativas, como rádio comunitária, associações de moradores, movimentos sociais e outras associações têm trabalhado no sentido de ajudar solucionar estes problemas ou obstáculos que dificultam o desenvolvimento dessas comunidades?

Complementação da resposta dada:

- a. No caso de uma resposta positiva, **indagar** o que essas entidades têm feito para ajudar a solucionar estes problemas;
 - a.1 **Indagar** se existe uma entidade que se destaca mais do que as outras
 - a.2 Se a resposta for positiva, perguntar:
 - a.2.1 nome da instituição
 - a.2.2 o que ela tem feito para se destacar mais do que as instituições;
- b. No caso de uma resposta negativa, **indagar** os motivos pelos quais essas entidades não têm trabalhado no sentido de ajudar a solucionar estes problemas;
 - c. No caso de respostas do tipo “parcialmente”, “mais ou menos”, “alguns problemas”, “em alguma situação”, **indagar**:
 - c.1 porque as entidades têm agido desta maneira;
 - c.2 **solicite** um exemplo de alguma coisa que elas tenham feito;
 - c.3 **indagar** se uma entidade tem trabalhado mais do que as outras;
 - c.3.1 **solicite** os nomes das instituição que têm contribuído mais;
 - c.3.2 **indagar** porque algumas destacam mais do que as outras;

13. Do seu ponto de vista, o consórcio AHE Funil tem consciência de que tais problemas são obstáculos ao desenvolvimento da comunidade?

Complementação da resposta dada:

- a. Se a resposta for positiva, **indagar** sobre o que o consórcio AHE Funil está fazendo no sentido de solucionar estes problemas;
- b. Se a resposta for negativa, **indagar** sobre as razões pelas quais o entrevistado considera que o consórcio AHE Funil não tem consciência de que tais problemas são obstáculos ao desenvolvimento desta comunidade.
- c. Se a resposta for do tipo “tem mais ou menos consciência”,

- c.1) **indagar** sobre os motivos que levam o entrevistado a pensar desta forma;
 - d. Se a resposta for do tipo “parte do consórcio AHE Funil tem consciência e outra parte não”:
 - d.1) **pergunte** ao entrevistado por que ele considera que alguns tem consciência e outros não;
 - d.2) **pergunte** ao entrevistado sobre o que o consórcio AHE Funil que tem consciência destes problemas, e o que está fazendo no sentido de solucioná-los;
14. A implantação da UHF modificou a rotina dos moradores do município?
- a. Não ()
 - a.1 **“Anotar”, se for o caso, qualquer comentário que o entrevistado fizer a respeito da pergunta formulada.**
 - b. Sim ()
 - b.1 Quais foram essas modificações?
 - b.2 Como o (a) sr. (a) avalia as mudanças provocadas pela construção da barragem (positiva/negativa)? Por quê?
15. Como foi a participação das comunidades envolvidas e dos municípios atingidos junto ao consórcio AHE Funil na implantação da barragem?
16. Como ocorreram as negociações para o realojamento dos moradores das comunidades atingidas pela a barragem?
17. O consórcio AHE Funil beneficiou de alguma forma o município atingido pela a barragem?
18. Na sua opinião, quais são os anseios e necessidades dessa comunidade?
19. **Para cada um dos anseios e/ou necessidades citados indagar:** o que o Consórcio AHE Funil poderia fazer para atender esses anseios e/ou suprir essas necessidades?
20. Como o (a) sr. (a) avalia o sentimento de pertencimento dessas pessoas em relação à comunidade criada para abriga-los após a implementação da barragem?

Agradecer a colaboração do entrevistado.

2 Roteiro de entrevista – representantes do Poder Executivo e Legislativo

Data da entrevista: ___/___/2014

Início da entrevista: ___:___ horas-- Término da entrevista: ___:___ horas.

I – PERFIL DO ENTREVISTADO

Nome do entrevistado:

Idade:

Escolaridade:

Formação:

Cargo ocupado pelo o entrevistado:

Período do mandato:

II – QUESTÕES

Quantas pessoas/famílias foram deslocadas com a construção da barragem?

1. Do seu ponto de vista, quais foram os principais fatores favoráveis ao desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial da comunidade após a construção da UHF? *Anotar as palavras chaves:*

2. **Para cada um dos fatores citados indagar:** Por que você considera este fator como favorável?

3. **Para cada um dos fatores citados indagar:** Do seu ponto de vista, este fator vem sendo explorado adequadamente nesta região?

Sim() 1.1 Como? O que tem sido feito?

Não() 2.1 Por quê? 2.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para que este (s) fator (s) fosse (m) explorado (s) adequadamente?

Parcialmente() 3.1 Por quê? 3.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para que este (s) fator (es) fosse (m) explorado (s) adequadamente?

4. Do seu ponto de vista, os moradores têm consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial dessa comunidade?

Complementação da resposta dada:

- a) Se a resposta for positiva, **indagar** sobre o que estão fazendo no sentido de aumentar a eficiência destes fatores;

- b) Se a resposta for negativa, **indagar** sobre as razões pelas quais o entrevistado considera que os moradores não têm consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento nesta região?
- c) Se a resposta for do tipo “tem mais ou menos consciência”:
 - c.1) **indagar** sobre os motivos que levam o entrevistado a pensar desta forma;
 - c.2) **solicite** ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **têm** consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento da agricultura desta região;
 - c.3) **solicite**, também, ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **não têm** consciência de que tais fatores são favoráveis;
- d) Se a resposta for do tipo “alguns moradores têm consciência e outros não”:
 - d.1) **pergunte** ao entrevistado porque ele considera que alguns moradores têm consciência e outros não têm consciência;
 - d.2) **pergunte** ao entrevistado sobre o que os moradores que têm consciência da importância destes fatores estão fazendo no sentido de aumentar a eficiência “destes fatores”;
 - d.3) **solicite** ao entrevistado para traçar o perfil do morador que **tem** consciência;
 - d.4) **solicite**, também, ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **não têm** consciência.

5. O Executivo e Legislativo municipal tem trabalhado e/ou trabalhou no sentido de aumentar a eficiência dos fatores que você considera favoráveis ao desenvolvimento da comunidade atingida pela barragem?

Complementação da resposta dada:

- a) No caso de uma resposta positiva, **indagar** o que o PE ou PL fez ou tem feito para aumentar a eficiência dos fatores indicados;
- b) No caso de uma resposta negativa, **indagar** os motivos pelos quais o PL ou PE não fez ou não tem trabalhado no sentido de aumentar a eficiência destes fatores;
- c) No caso de respostas do tipo “parcialmente”, “mais ou menos”, “algumas vezes”, “em algumas situações”, **indagar**:
 - c.1 porque o PE ou PL tem agido desta maneira;
 - c.2 **solicite** um exemplo de alguma coisa que o PE ou PL tem feito;

6. Do seu ponto de vista quais são os principais obstáculos ou problemas que impedem ou dificultam o desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial da comunidade após a construção da UHF?

7. **Para cada um dos problemas ou obstáculos citados indagar:** Do seu ponto de vista, quais são as principais causas destes problemas ou obstáculos?

8. **Para cada um dos problemas citados indagar:** Do seu ponto de vista, este obstáculo ou problema vem merecendo a atenção adequada nesta comunidade?

- a) Sim () 1.1 Como? O que tem sido feito?
- b) Não () 2.1 Por quê? 2.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para solucioná-lo?
- c) Parcialmente () 3.1 Por quê? 3.2 Do seu ponto de vista o que deveria ser feito para solucioná-lo? Respostas (*Anotar as palavras chaves*):

9. O Executivo e o Legislativo municipal têm trabalhado no sentido de ajudar solucionar estes problemas ou obstáculos que dificultam o desenvolvimento da comunidade?

Complementação da resposta dada:

- a. No caso de uma resposta positiva, **indagar** o que o PE ou PL tem feito para ajudar a solucionar estes problemas.
- b. No caso de uma resposta negativa, **indagar** os motivos pelos quais o PE ou PL não tem trabalhado no sentido de ajudar a solucionar estes problemas;
- c. No caso de respostas do tipo “parcialmente”, “mais ou menos”, “alguns problemas”, “em alguma situação”, **indagar**:
 - c.1 porque o PE ou PE tem agido desta maneira;
 - c.2 **solicite** um exemplo de alguma coisa que ele tenha feito;

10. Do seu ponto de vista, o Poder executivo (PE) ou Poder legislativo (PL) tem consciência de que tais problemas são obstáculos ao desenvolvimento da comunidade?

Complementação da resposta dada:

- a. Se a resposta for positiva, **indagar** sobre o que o PE ou PL está fazendo no sentido de solucionar estes problemas;
- b. Se a resposta for negativa, **indagar** sobre as razões pelas quais o entrevistado considera que o PE ou PL não tem consciência de que tais problemas são obstáculos ao desenvolvimento desta comunidade.
- c. Se a resposta for do tipo “tem mais ou menos consciência”,
 - c.1) **indagar** sobre os motivos que levam o entrevistado a pensar desta forma;
- d. Se a resposta for do tipo “parte do PE ou do PL têm consciência e outra parte não”:
 - d.1) **pergunte** ao entrevistado por que ele considera que alguns tem consciência e outros não;

d.2) **pergunte** ao entrevistado sobre o que o PE ou PL que tem consciência destes problemas, e o que está fazendo no sentido de solucioná-los;

11. A implantação da UHF modificou a rotina dos moradores do município?
- a) Não ()
 - a.1 **“Anotar”, se for o caso, qualquer comentário que o entrevistado fizer a respeito da pergunta formulada.**
 - b) Sim ()
 - b.1 Quais foram essas modificações?
 - b.2) Como o (a) sr. (a) avalia as mudanças provocadas pela construção da barragem (positiva/negativa)? Por quê?
12. De que maneira o PE ou PL participou da implantação da UHF?
13. Como ocorreram as negociações para o realojamento dos moradores das comunidades atingidas pela a barragem?
14. Quais foram os benefícios gerados para o PE ou PL com a implantação da UHF?
15. O consórcio AHE Funil beneficiou de alguma forma o município atingido pela a barragem?
16. Quais foram as políticas públicas desenvolvidas visando diminuir os danos – ambientais, sociais, culturais, econômicos, territorial e políticos – causados às comunidades atingidas pela barragem?
17. Na sua opinião, quais são os anseios e necessidades dessa comunidade?
18. **Para cada um dos anseios e/ou necessidades citados indagar:** o que o PE ou PL poderia fazer para atender esses anseios e/ou suprir essas necessidades?
19. O PE ou PL tem consciência do elevado custo ambiental, social, cultural, econômico, político e territorial sofrido pelas comunidades atingidas pela construção da UHF?
- a) () Sim;
 - a.1) Quais foram as perdas no âmbito ambiental, social, cultural, econômico, político e territorial dessas comunidades.
 - b) () Não;
O senhor acredita que não houve nenhum dano, por quê?

20. Como o (a) sr. (a) avalia o sentimento de pertencimento dessas pessoas em relação à comunidade criada para abrigá-los após a implementação da barragem?

21. No âmbito político, quais foram as perdas e ganhos para o município atingido?

Agradecer a colaboração do entrevistado.

3 Roteiro de entrevista – entidades representativas

Data da entrevista: ___/___/2013.

Início da entrevista: ___:___ horas-- Término da entrevista: ___:___ horas.

Nome do entrevistado:

Endereço:

I – PERFIL DA ENTIDADE

Nome da entidade:

Data da criação:

Atividades desenvolvidas:

Número de integrantes:

Forma de atuação:

Demais informações:

II – QUESTÕES

1. Do seu ponto de vista, quais foram os principais fatores favoráveis ao desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial da comunidade após a construção da UHF? *Anotar as palavras chaves:*

2. Para cada um dos fatores citados indagar: Por que você considera este fator como favorável?

3. Para cada um dos fatores citados indagar: Do seu ponto de vista, este fator vem sendo explorado adequadamente nesta região?

a) Sim() 1.1 Como? O que tem sido feito?

b) Não() 2.1 Por quê? 2.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para que este (s) fator (s) fosse (m) explorado (s) adequadamente?

c) Parcialmente() 3.1 Por quê? 3.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para que este (s) fator (es) fosse (m) explorado (s) adequadamente?

4. Do seu ponto de vista, os moradores têm consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial dessa comunidade?

Complementação da resposta dada:

a. () Se a resposta for positiva, indagar sobre o que estão fazendo no sentido de aumentar a eficiência destes fatores ();

- b. () Se a resposta for negativa, indagar sobre as razões pelas quais o entrevistado considera que os moradores não têm consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento nesta região.
 - c. () Se a resposta for do tipo “tem mais ou menos consciência”:
 - c.1) indagar sobre os motivos que levam o entrevistado a pensar desta forma;
 - c.2) solicite ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que têm consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento da agricultura desta região;
 - c.3) solicite, também, ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que não têm consciência de que tais fatores são favoráveis;
 - d. Se a resposta for do tipo “alguns moradores têm consciência e outros não”:
 - d.1) pergunte ao entrevistado porque ele considera que alguns moradores têm consciência e outros não têm consciência;
 - d.2) pergunte ao entrevistado sobre o que os moradores que têm consciência da importância destes fatores estão fazendo no sentido de aumentar a eficiência “destes fatores”;
 - d.3) solicite ao entrevistado para traçar o perfil do morador que tem consciência;
 - d.4) solicite, também, ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que não têm consciência.
5. Do seu ponto de vista, a entidade e/ou associação que o sr. (a) representa tem trabalhado no sentido de aumentar a eficiência dos fatores que você indicou como favoráveis ao desenvolvimento da comunidade?
- Complementando a resposta dada:
- a. No caso de uma resposta positiva, indagar:
 - a.1) sobre o que a entidade tem feito para aumentar eficiência dos fatores que o entrevistado apontou como favoráveis ao desenvolvimento da comunidade;
 - b. No caso de uma resposta negativa, indagar por que, do ponto de vista do entrevistado, a entidade não tem trabalhado no sentido de aumentar a eficiência dos fatores identificados como favoráveis.
 - b.1) Do ponto de vista do entrevistado, o que falta para que a entidade seja mais atuante?
 - c. Se a resposta for do tipo “trabalham mais ou menos”,
 - c.1) indagar sobre os motivos que levam o entrevistado a pensar dessa forma;

6. Do seu ponto de vista, as demais entidades e/ou associações (rádio comunitária, associações de moradores, entre outras) têm trabalhado no sentido de aumentar a eficiência dos fatores que você indicou como favoráveis ao desenvolvimento da comunidade?

Complementando a resposta dada:

a. No caso de uma resposta positiva, indagar:

a.1) sobre o que tais entidades têm feito para aumentar eficiência dos fatores que o entrevistado apontou como favoráveis ao desenvolvimento da comunidade;

a.2) o nome das entidades que, do ponto de vista do entrevistado, têm se destacado neste sentido;

a.3) do ponto de vista do entrevistado, por que algumas organizações destacam-se mais do que outras.

b. No caso de uma resposta negativa, indagar por que, do ponto de vista do entrevistado, as entidades não têm trabalhado no sentido de aumentar a eficiência dos fatores identificados como favoráveis.

c. Se a resposta for do tipo “trabalham mais ou menos”,

c.1) indagar sobre os motivos que levam o entrevistado a pensar dessa forma;

c.2) solicitar ao entrevistado o nome das entidades que, do ponto de vista dele, tem-se mais destacado no sentido de aumentar a eficiência dos fatores considerados como favoráveis ao desenvolvimento da comunidade;

c.3) perguntar ao entrevistado por que, do ponto de vista dele, algumas entidades destacam-se mais do que outras.

d. Se a resposta for do tipo “algumas entidades trabalham outras não”,

d.1) pergunte ao entrevistado por que ele considera que algumas entidades trabalham e outras não;

d.2) pergunte ao entrevistado o que as entidades que trabalham para aumentar a eficiência dos fatores favoráveis ao desenvolvimento da comunidade tem feito neste sentido;

d.3) peça ao entrevistado os nomes das organizações que, do ponto de vista dele, tem-se mais empenhado neste sentido

7. Do seu ponto de vista quais são os principais obstáculos ou problemas que impedem ou dificultam o desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial da comunidade após a construção da UHF?

8. Para cada um dos problemas ou obstáculos citados indagar: Do seu ponto de vista, quais são as principais causas destes problemas ou obstáculos?

9. Para cada um dos problemas citados indagar: Do seu ponto de vista, este obstáculo ou problema vem merecendo a atenção adequada nesta comunidade?

- a. Sim () 1.1 Como? O que tem sido feito?
- b. Não () 2.1 Por quê? 2.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para solucioná-lo?
- c. Parcialmente () 3.1 Por quê? 3.2 Do seu ponto de vista o que deveria ser feito para solucioná-lo?

10. A entidade e/ou associação que o (a) sr. (a) representa tem trabalhado no sentido de ajudar solucionar estes problemas ou obstáculos que dificultam o desenvolvimento da comunidade?

Complementação da resposta dada:

- a) No caso de uma resposta positiva, indagar o que a entidade tem feito para ajudar a solucionar estes problemas. O que ela tem feito para se destacar mais do que as outras entidades?
- b) No caso de uma resposta negativa, indagar os motivos pelos quais a entidades não tem trabalhado no sentido de ajudar a solucionar estes problemas;
- c) No caso de respostas do tipo “parcialmente”, “mais ou menos”, “alguns problemas”, “em alguma situação”, indagar:
 - c.1 porque a entidade tem agido desta maneira;
 - c.2 solicite um exemplo de alguma coisa que ela tenha feito;
 - c.3 indagar se a entidade que ele representa tem trabalhado mais do que as outras;
 - c.3.1 solicite os nomes de outras entidades que tem contribuído para o desenvolvimento da comunidade;
 - c.3.2 indagar porque algumas destacam mais do que as outras;

11. A implantação da UHF modificou a rotina dos moradores da comunidade?

- a) Não ()
 - a.1) “Anotar”, se for o caso, qualquer comentário que o entrevistado fizer a respeito da pergunta formulada.
- b) Sim ()
 - b.1) Quais foram essas modificações?
 - b.2) Como o (a) sr. (a) avalia as mudanças provocadas pela construção da barragem? Por quê?

12. A entidade que o (a) sr. (a) representa participou de alguma etapa da implantação da UHF? Se sim, como?

13. Como ocorreram as negociações para o realojamento dos moradores das comunidades atingidas pela a barragem?

14. A entidade que o (a) sr. (a) representa esteve envolvida nas negociações do remanejamento das comunidades atingidas pela barragem?

15. Na época o que o (a) sr. (a) achou da mudança da comunidade? E hoje, como o (a) sr. (a) avalia essa mudança? Em termos de desenvolvimento – social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial – melhorou ou piorou? Por quê?

16. Como é a relação da entidade com os membros da comunidade?

17. A entidade que o (a) sr. (a) representa foi beneficiada por alguma política pública formulada pelos governos federal, estadual e municipal?

a. Sim;

a.1) Qual (is)?

a.2) Essa política pública atende os interesses da comunidade?

b. Não – Por quê?

18. Na sua opinião, o governo federal, estadual ou municipal tem se preocupado em elaborar políticas públicas que minimizem os danos causados às comunidades atingidas por barragens?

a. Se sim, como e por quê?

b. Se não, por quê?

19. Na sua opinião, quais são os anseios e necessidades dessa comunidade?

20. Para cada um dos anseios e/ou necessidades citados indagar: Do seu ponto de vista, de que forma os governo federal, estadual, municipal poderiam contribuir para atender esses anseios e/ou suprir essas necessidades?

21. A entidade que o (a) sr. (a) representa tem consciência dos danos ambiental, social, cultural, econômico, político e territorial sofrido pelas comunidades atingidas pela construção da UHF?

a. Sim;

a.1) Quais foram as perdas no âmbito ambiental, social, cultural, econômico, político e territorial dessas comunidades.

b. Não;

O senhor acredita que não houve nenhum dano, por quê?

22. Como o (a) sr. (a) avalia o sentimento de pertencimento dessas pessoas em relação à comunidade criada para abrigá-los após a implementação da barragem?

23. A entidade que o (a) sr. (a) representa teve ou mantém algum tipo de contato com o Movimento dos Atingidos por Barragens? Se sim, de que forma o MAB contribuiu com as comunidades atingidas?

Agradecer a colaboração do entrevistado.

4 Roteiro de entrevista – moradores das comunidades atingidas:

Data da entrevista: ___/___/2014.

Início da entrevista: ___:___ horas -- Término da entrevista: ___:___ horas.

Nome do entrevistado:

Comunidade:

Telefone:

I – PERFIL DO MORADOR

Idade:

Profissão:

O (a) senhor(a) trabalhava em outra atividade antes da construção da barragem?

Se sim, qual ou quais atividades?

II – QUESTÕES

1. Do seu ponto de vista, quais foram os principais fatores favoráveis ao desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial da comunidade após a construção da UHF?

2. **Para cada um dos fatores citados indagar:** Por que você considera este fator como favorável?

3. **Para cada um dos fatores citados indagar:** Do seu ponto de vista, este fator vem sendo explorado adequadamente nesta região?

a. Sim () 1.1 Como? O que tem sido feito?

b. Não () 2.1 Por quê? 2.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para que este (s) fator (s) fosse (m) explorado (s) adequadamente?

c. Parcialmente () 3.1 Por quê? 3.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para que este (s) fator (es) fosse (m) explorado (s) adequadamente?

4. Do seu ponto de vista, os moradores têm consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial dessa comunidade?

Complementação da resposta dada:

a) () Se a resposta for positiva, **indagar** sobre o que estão fazendo no sentido de aumentar a eficiência destes fatores ();

- b) () Se a resposta for negativa, **indagar** sobre as razões pelas quais o entrevistado considera que os moradores não têm consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento nesta região?
- c) () Se a resposta for do tipo “tem mais ou menos consciência”:
- c.1) **indagar** sobre os motivos que levam o entrevistado a pensar desta forma;
- c.2) **solicite** ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que tem consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento da agricultura desta região;
- c.3) **solicite**, também, ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que não tem consciência de que tais fatores são favoráveis;
- d) Se a resposta for do tipo “alguns moradores têm consciência e outros não”:
- d.1) **pergunte** ao entrevistado porque ele considera que alguns moradores tem consciência e outros não tem consciência;
- d.2) **pergunte** ao entrevistado sobre o que os moradores que tem consciência da importância destes fatores estão fazendo no sentido de aumentar a eficiência “destes fatores”;
- d.3) **solicite** ao entrevistado para traçar o perfil do morador que **tem** consciência;
- d.4) **solicite**, também, ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **não têm** consciência.

5. Do seu ponto de vista, as entidades e/ou associações (rádio comunitária, associações de moradores, entre outras) e o Poder Executivo (PE local, estadual, federal) ou Poder Legislativo (PL local, estadual e federal) tem trabalhado no sentido de aumentar a eficiência dos fatores que você indicou como favoráveis ao desenvolvimento da comunidade?

Complementando a resposta dada:

- a) No caso de uma resposta positiva **indagar**:
- a.1) sobre o que tais entidades e PE ou PL têm feito para aumentar eficiência dos fatores que o entrevistado apontou como favoráveis ao desenvolvimento da comunidade;
- a.2) o nome das entidades que, do ponto de vista do entrevistado, têm-se mais destacado neste sentido;
- a.3) do ponto de vista do entrevistado, por que algumas entidades destacam-se mais do que outras.
- b) No caso de uma resposta negativa, **indagar** por que, do ponto de vista do entrevistado, as entidades e PE ou PL não têm trabalhado no sentido de aumentar a eficiência dos fatores identificados como favoráveis.
- c) Se a resposta for do tipo “trabalham mais ou menos”,

- c.1) **indagar** sobre os motivos que levam o entrevistado a pensar dessa forma;
- c.2) **solicitar** ao entrevistado o nome das entidades que, do ponto de vista dele, tem-se mais destacado no sentido de aumentar a eficiência dos fatores considerados como favoráveis ao desenvolvimento da comunidade;
- c.3) **perguntar** ao entrevistado por que, do ponto de vista dele, algumas entidades destacam-se mais do que outras.
- d. Se a resposta for do tipo “algumas entidades trabalham outras não”,
 - d.1) **pergunte** ao entrevistado por que ele considera que algumas entidades trabalham e outras não ();
 - d.2) **pergunte** ao entrevistado o que as entidades que trabalham para aumentar a eficiência dos fatores favoráveis ao desenvolvimento da comunidade tem feito neste sentido;
 - d.3) **peça** ao entrevistado os nomes das organizações que, do ponto de vista dele, tem-se mais empenhado neste sentido.

6. Do seu ponto de vista quais são os principais obstáculos ou problemas que impedem ou dificultam o desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial da comunidade após a construção da UHF?

7. **Para cada um dos problemas ou obstáculos citados indagar:** Do seu ponto de vista, quais são as principais causas destes problemas ou obstáculos.

8. **Para cada um dos problemas citados indagar:** Do seu ponto de vista, este obstáculo ou problema vem merecendo a atenção adequada nesta comunidade?

- a) Sim () 1.1 Como? O que tem sido feito?
- b) Não () 2.1 Por quê? 2.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para solucioná-lo?
- c) Parcialmente () 3.1 Por quê? 3.2 Do seu ponto de vista o que deveria ser feito para solucioná-lo? Respostas (*Anotar as palavras chaves*):

9. Do seu ponto de vista, os moradores têm consciência de que tais problemas são obstáculos ao desenvolvimento da comunidade?

Complementação da resposta dada:

- a) Se a resposta for positiva, **indagar** sobre o que os moradores estão fazendo no sentido de solucionar estes problemas;
- b) Se a resposta for negativa, **indagar** sobre as razões pelas quais o entrevistado considera que os moradores não têm consciência de que tais problemas são obstáculos ao desenvolvimento desta comunidade.
- c) Se a resposta for do tipo “tem mais ou menos consciência”,
 - c.1) **indagar** sobre os motivos que levam o entrevistado a pensar desta forma;

- c.2) **solicite** ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **têm** consciência de que tais problemas são obstáculos ao desenvolvimento desta região;
- c.3) **solicite**, também, ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **não têm** consciência de tais problemas;
- d) Se a resposta for do tipo “alguns moradores têm consciência e outros não”:

 - d.1) **pergunte** ao entrevistado por que ele considera que alguns moradores têm consciência e outros não têm consciência;
 - d.2) **pergunte** ao entrevistado sobre o que os moradores que têm consciência destes problemas, estão fazendo no sentido de solucioná-los;
 - d.3) **solicite** ao entrevistado para traçar o perfil do morador que **tem** consciência destes problemas;
 - d.4) **solicite**, também, ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **não têm** consciência.

10. Do seu ponto de vista, as entidades representativas e/ou PE ou PL têm trabalhado no sentido de buscar solucionar os problemas que você indicou como principais obstáculos ao desenvolvimento da comunidade?

Complementando a resposta dada:

- a. No caso de uma resposta positiva **indagar**:
 - a.1) sobre o que tais associações e/ou PE ou PL têm feito para solucionar os problemas que o entrevistado apontou como obstáculos ao desenvolvimento da comunidade;
 - a.2) o nome das associações que, do ponto de vista do entrevistado, têm-se mais destacado neste sentido;
 - a.3) do ponto de vista do entrevistado, porque algumas associações -se mais do que outras.
- b. No caso de uma resposta negativa, **indagar** porque, do ponto de vista do entrevistado, as associações e/ou PE ou PL não têm trabalhado no sentido de solucionar os problemas, identificados como obstáculos ao desenvolvimento da agropecuária desta região.
- c. Se a resposta for do tipo “trabalham mais ou menos”,
 - c.1) **indagar** sobre os motivos que levam o entrevistado a pensar dessa forma;
 - c.2) **solicitar** ao entrevistado o nome das associações que, do ponto de vista dele, tem-se mais destacado na solução dos problemas, considerados como obstáculos ao desenvolvimento da comunidade;
 - c.3) **perguntar** ao entrevistado porque, do ponto de vista dele, algumas associações destacam-se mais do que outras.
- d. Se a resposta for do tipo “algumas associações trabalham outras não”,

- d.1) **pergunte** ao entrevistado porque ele considera que algumas associações estão mais empenhadas na solução dos problemas identificados e outras não;
- d.2) **pergunte** ao entrevistado o que as associações que estão envolvidas na solução dos problemas identificados, têm feito neste sentido;
- d.3) **peça** ao entrevistado os nomes das associações que, do ponto de vista dele, tem-se mais empenhado neste sentido ().

11. A implantação da UHF modificou a rotina dos moradores da comunidade?
- a) Não ()
 - a.1 **“Anotar”, se for o caso, qualquer comentário que o entrevistado fizer a respeito da pergunta formulada.**
 - b) Sim ()
 - b.1 Quais foram essas modificações?
 - b.2 O sr. (a) avalia essas modificações como positivas ou negativas? Por quê?
12. O (a) sr. (a) participou de alguma etapa da implantação da UHF? Se sim, como?
13. Como ocorreram as negociações para o realojamento dos moradores das comunidades atingidas pela a barragem?
14. Na época, o que o (a) sr. (a) achou da mudança da comunidade? E hoje, como o (a) sr. (a) avalia essa mudança? Em termos de desenvolvimento – social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial – melhorou ou piorou? Por quê?
15. Como é a relação do (a) sr.(a) ou membros de sua família com os demais membros da comunidade?
16. O (a) sr. (a) participa ou participou de algum tipo de associação?
- a. () Sim;
 - a.1) Qual (s) e quando?
 - a.2) A participação do (a) sr (a) se deu antes ou depois da implantação da UHF?
 - a.3) De que forma essa (s) associação (s) contribuem para o desenvolvimento?
 - b. () Não.
 - b.1) Por quê?
17. As associações existentes estiverem envolvidas nas negociações do remanejamento das comunidades atingidas pela barragem?

18. O (a) sr. (a) foi beneficiado (a) por alguma política pública formulada pelos governos federal, estadual e municipal?

a) () Sim;

a.1) Qual (is)?

a.2) Essa política pública atende os interesses da comunidade?

b) () Não – Por quê?

19. Na sua opinião, o governo federal, estadual ou municipal tem se preocupado em elaborar políticas públicas que minimizem os danos causados às comunidades atingidas por barragens?

a) () Se sim, como e por quê?

b) () Se não, por quê?

20. Na sua opinião, quais são os anseios e necessidades dessa comunidade?

21. **Para cada um dos anseios e/ou necessidades citados indagar:** Do seu ponto de vista, de que forma os governo federal, estadual, municipal poderiam contribuir para atender esses anseios e/ou suprir essas necessidades?

22. Como o PE ou PL atuou em relação à implantação da hidrelétrica?

Agradecer a colaboração do entrevistado.